David Gonçalves Borges

Está o capitalismo em vias de extinção?

As condições de sustentação do capitalismo dentro do quadro da Crítica do Valor

"Está o capitalismo em vias de extinção?" é a mais recente contribuição de David G. Borges, professor da Universidade Federal do Piauí. Borges, um erudito com uma diversificada formação – abrangendo filosofia, ciência política e ciências biológicas – oferece neste trabalho uma perspicaz análise das predições da Teoria Crítica do Valor, movimento intelectual que ganhou visibilidade no Brasil através dos ensaios de Robert Kurz.

Esta obra, emergindo de sua tese de doutorado, não é apenas uma exegese de Marx e da escola da Wertkritik, mas também uma análise incisiva sobre o papel do trabalho na produção de valor, as transformações do Estado de bem-estar social e a influência da tecnologia na economia contemporânea.

Borges nos convida a explorar uma exposição metódica do pensamento marxista e das teorias de valor, conduzindo-nos, por meio de uma argumentação robusta e dados estatísticos, a reavaliar as crenças das militâncias de esquerda e a repensar a natureza do trabalho. Com isso, ele desafia o senso comum e explora o motivo pelo qual as predições da Teoria Crítica do Valor permanecem não realizadas, oferecendo insights cruciais para o futuro da economia política.

Autor de "Lógica 1" (UFES, 2016) e coorganizador de publicações sobre a dinâmica política brasileira, como "Brasil em crise: o legado das jornadas de junho" (Praia, 2015) e "O que resta das jornadas de junho" (Fi, 2017), Borges se destaca também como autor e coautor em pesquisas sobre a dinâmica política, econômica e agrária brasileiras, exibindo sua versatilidade e comprometimento com as questões sociais urgentes de nosso tempo.

Este livro é indispensável para estudantes, acadêmicos e militantes que buscam entender as dinâmicas contemporâneas do capitalismo e sua intersecção com a política, a economia e a tecnologia. "Está o capitalismo em vias de extinção?" promete enriquecer o debate acadêmico e oferecer novos caminhos para a crítica econômica e social.

9 786585 725835

editorafi.org

CC BY SA

ESTÁ O CAPITALISMO EM VIAS DE EXTINÇÃO?

Filosofia *Menor*

DIRETOR

Prof. Dr. Abrahão Costa Andrade

COMITÊ CIENTÍFICO

Profa. Dra. Ana Paula Buzetto Bonneau (UFRN)

Prof. Dr. Cristiano Bonneau (UFPB)

Prof. Dr. Edson Adriano Moreira (UFCG)

Prof. Dr. Érico Andrade (UFPE)

Prof. Dr. Hélder Machado Passos (UFMA)

Prof. Dr. Jaimir Conte (UFSC)

Prof. Dr. Jozivan Guedes (UFPI)

Prof. Dr. Marcelo Primo (UFS)

Prof. Dr. Marconi Pequeno (UFPB)

Prof. Dr. Marcos Fábio Alexandre Nicolau (UVA)

Profa. Dra. Mariana de Almeida Campos (UFBA)

Profa. Dra. Mariana Fisher (UFPE)

Prof. Dr. Miguel Ângelo Carmo (UFPB)

Profa. Dra. Olgária Chaim Feres Matos (UNIFESP)

Prof. Dr. Saulo Henrique Souza Silva (UFS)

Prof. Dr. Sérgio Luís Persch (UFPB)

Prof. Dr. Sílvio Rosa Filho (UNIFESP)

Prof. Dr. Ubiratane de Morais Rodrigues (UFMA)

Prof. Dr. Ulisses Vaccari (UFSC)

ESTÁ O CAPITALISMO EM VIAS DE EXTINÇÃO?

AS CONDIÇÕES DE SUSTENTAÇÃO DO CAPITALISMO
DENTRO DO QUADRO DA CRÍTICA DO VALOR

David Gonçalves Borges

Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo

A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhalgual 4.0 Internacional
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B732e Borges, David Gonçalves

Está o capitalismo em vias de extinção?: as condições de sustentação do capitalismo dentro do quadro da crítica de valor [recurso eletrônico] / David Gonçalves Borges. – Cachoeirinha : Fi, 2023.

259p.

ISBN 978-65-85725-83-5

DOI 10.22350/9786585725835

Disponível em: http://www.editorafi.org

1. Capitalismo – Filosofia – Crítica de valor. I. Título.

CDU 330.1

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

LISTA DE ACRÓNIMOS

C	*O Capital*, obra de Karl Marx, na versão em língua portuguesa.
MEF	*Manuscritos Econômico-Filosóficos*, obra de Marx, em língua portuguesa.
MEW	*Marx-Engels-Werke*, versão em língua alemã das obras de Marx e Engels.
EdC	*A Essência do Cristianismo*, obra de Ludwig Feuerbach, em português.
WdC	*Das Wesen des Christentums*, versão em língua alemã de EdC.
HCC	*História e consciência de classe*, obra de György Lukács, em português.
GuK	*Geschichte und Klassenbewußtsein*, versão em língua alemã de HCC.
PIB	Produto Interno Bruto.
GDP	Gross Domestic Product (expressão em língua inglesa para PIB).
FMI	Fundo Monetário Internacional.
IMF	International Monetary Fund (FMI, em inglês).
PMB	Produto Mundial Bruto.
GWP	Gross World Product (PMB, em inglês).
PPC	Paridade do Poder de Compra.
COVID-19	Doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, descoberto em 2019.
US$	Dólares dos Estados Unidos da América.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 11

1 13
MARX: TRABALHO, VALOR E CRISES

2 52
UMA REINTERPRETAÇÃO DE MARX: A CRÍTICA DO VALOR

3 95
A TEORIA DA CRISE: ASPECTOS ECONÔMICOS E CONCEITUAIS

4 177
O VALOR DIMINUI? HIPÓTESE DO VALOR-ENERGIA

POSFÁCIO 246
IRÁ A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SUBSTITUIR O TRABALHO HUMANO?

REFERÊNCIAS 254

PREFÁCIO

Este livro é uma adaptação, com poucas modificações, de minha tese de doutoramento, orientada pelo prof. David Geraldes Santos e co-orientada pelo prof. Anselm Jappe, defendida em fevereiro de 2023. A maior parte do conteúdo foi redigido entre outubro de 2020 e julho de 2022, embora alguns trechos já estivessem prontos desde o final de 2018, quando iniciei o doutorado na Universidade da Beira Interior, em Covilhã, Portugal.

O livro, assim como a tese que o originou, baseia-se na teoria crítica do valor, que é um desdobramento dos estudos de Marx e de diversos marxistas a respeito da formação de valor por meio do trabalho. Os teóricos da crítica do valor afirmam que a 3ª revolução industrial provocou modificações profundas na extração de mais-valia, tornando cada vez mais desnecessário o trabalho humano. Isto teria levado o sistema capitalista ao seu limite histórico, uma vez que para diversas correntes de pensamento o trabalho humano é o único elemento criador de valor novo em termos econômicos. A isto chamamos de teoria do valor-trabalho, cujas origens remontam a Adam Smith e David Ricardo. Karl Marx, embora fosse um crítico do sistema capitalista, foi um continuador da economia política britânica no que diz respeito à posição de que apenas o trabalho humano é capaz de gerar valor.

Segundo a teoria crítica do valor, uma "escola" (informal) de pensamento desenvolvida a partir da década de 1980 por intelectuais influenciados por Marx e por diversos tipos de marxismo, o capitalismo

está próximo de sua extinção; os autores desta corrente costumam apontar cada nova crise econômica como aquela que provocará o fim do modelo socioeconômico vigente. Porém, o fato de que tais previsões até hoje não se concretizaram levanta questões relativas a quão correta a teoria está.

A obra busca demonstrar que, a despeito dos elementos observados por estes autores, ainda há valor novo sendo agregado à massa que compõe a economia mundial, o que permite a sobrevida do sistema capitalista – ao contrário do que era previsto inicialmente. Isto leva à necessidade de revisar algumas das categorias marxistas (e, por extensão, as da própria crítica do valor) no que diz respeito a como o trabalho humano é essencial para a geração de valor nas mercadorias.

Este livro explora a ideia de redefinir trabalho e valor, em sentido econômico, para uma conceituação mais próxima das ciências naturais – o que permite compatibilizar os dados estatísticos atuais com elementos das teorias econômicas não marginalistas. Este raciocínio deve conduzir a um deslocamento de perspectiva nos estudos de economia política: a conclusão defendida aqui é de que o sistema capitalista seria melhor compreendido se fosse estudado como fenômeno estocástico e modo de organização logística, em contraposição ao foco tradicionalmente dado aos seus aspectos lógicos, éticos ou metafísicos.

Em especial, o livro *não diz* que o capitalismo é o sistema econômico e social derradeiro, e que nunca acabará. Diz apenas que o trabalho humano não é um fator quando pensamos na permanência deste sistema. É perfeitamente possível que o capitalismo acabe ou seja gradualmente substituído devido a outros fatores – como, por exemplo, crises ambientais.

D.B. – 02 de novembro de 2023.

1

MARX: TRABALHO, VALOR E CRISES

Neste capítulo faremos uma exposição do pensamento de Marx a respeito da sociedade capitalista, ressaltando os limites e contradições internas deste modo de produção econômica e verificando como se dá a dinâmica de crises dentro do capitalismo.

As reflexões de Marx sobre a sociedade capitalista estão profundamente ligadas à sua concepção de ser humano. Entretanto, Marx não se refere a uma "natureza humana" como a maior parte dos pensadores de sua época, preferindo a expressão *Gattungswesen* – normalmente traduzida por "ser-espécie", "ente-espécie" ou "essência da espécie"; por vezes, "ser genérico"[1]. Esta expressão é utilizada pela primeira vez em *A essência do Cristianismo*, de Ludwig Feuerbach, na qual é aplicada tanto à humanidade como um todo quanto a cada ser humano em particular[2]. O ser humano, na concepção de Marx, se diferencia dos demais animais pois estes só produzem sob a compulsão da necessidade física direta, enquanto o homem produz quando está livre de necessidade física, sendo também livre diante do que produz; o homem é autoconsciente, o que faz com que sua própria vida seja um objeto para ele[3]. Ao produzir, afirma Marx em *O Capital*,

[1] MEF, p. 83; MEW, vol. 40, p. 515.

[2] EdC, p. 35-43; WdC, p. 28-44.

[3] MEF, p. 83-85. MEW, vol. 40, p. 515-517.

> o homem pode apenas proceder como a própria natureza, isto é, pode apenas alterar a forma das matérias. Mais ainda: nesse próprio trabalho de formação ele é constantemente amparado pelas forças da natureza[4].

Por sua vez, o trabalho, na concepção de Marx, é

> um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nelas jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio[5].

É importante não confundir a categoria "trabalho", usada por Marx em suas análises econômicas e filosóficas, com as concepções advindas do senso comum ou de outros autores que o precederam. Na obra de Marx essa categoria constitui – como pode ser inferido pelo trecho citado acima – uma forma específica de metabolismo com a natureza, mediada pela racionalidade humana e pela vontade orientada a um fim, que não apenas modifica a natureza como resulta na modificação do próprio homem durante o processo. O próprio autor clarifica a questão:

> Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animalescas [*tierartig*], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvencilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa

[4] C, vol. I, p. 120-121; MEW, vol. 23, p. 57-58.

[5] C, vol. I, p. 255; MEW, vol. 23, p. 192.

> operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. [...] A atividade laboral exige a vontade orientada a um fim[6].

Existe, ainda, um caráter social – coletivo – na concepção de Marx sobre o trabalho humano. Embora o filósofo seja reticente em relação a uma alegada "essência da espécie", em contraste com a abrangência que categorias similares adquirem em muitos de seus contemporâneos e predecessores, se existe algo similar a uma "natureza humana" em seus escritos, ela está atrelada às relações sociais – consistindo em algo palpável, material, ao invés de uma categoria metafísica. Na sexta das *Teses sobre Feuerbach*, o autor critica a concepção tradicional de natureza humana (ou de "essência" humana) segundo a qual esta constitui-se de uma abstração inerente a cada indivíduo particular, afirmando que na realidade esta é constituída pelo conjunto das relações sociais relacionadas ao processo histórico:

> Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência *humana*. Mas a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais. Feuerbach, que não entra na crítica desta essência real, é, portanto, forçado: 1. a abstrair-se do processo histórico e fixar o sentimento religioso por si mesmo, e a pressupor um indivíduo

[6] C, vol. I, p. 255-256; MEW, vol. 23, p. 192-193.

> humano abstrato *isolado*; 2. A essência humana, portanto, só pode ser entendida como "espécie", como generalidade interior, burra, que conecta *naturalmente* muitos indivíduos[7].

Tendo em vista o exposto, não é de surpreender que o trabalho desempenhe um papel fundamental nas obras de Marx e sirva de ponto fulcral para boa parte de suas reflexões sociais e econômicas. Entretanto, as considerações a respeito do funcionamento das sociedades capitalistas encontradas em sua *Magnum opus*, *O Capital*, se iniciam pela análise da "forma elementar" deste tipo de formação social, a mercadoria[8].

Marx define mercadoria como um objeto externo que possui o potencial de satisfazer as necessidades humanas de um tipo qualquer através de suas propriedades[9]. Toda coisa útil possui inúmeras propriedades, podendo, por isso, ser útil em uma multiplicidade de aspectos; isso significa que toda coisa útil tem um valor de uso (*Gebrauchswert*) condicionado pelas características do corpo da mercadoria, e que se efetiva apenas no uso ou no consumo[10]. Por este motivo, "os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta"[11].

Toda mercadoria possui, ainda, um valor de troca (*Tauschwert*): uma relação quantitativa que consiste na proporção na qual valores de

[7] Tradução livre. No original: "Feuerbach löst das religiöse Wesen in das *menschliche* Wesen auf. Aber das menschliche Wesen ist kein dem einzelnen Individuum inwohnendes Abstraktum. In seiner Wirklichkeit ist es das ensemble der gesellschaftlichen Verhältnisse. Feuerbach, der auf die Kritik dieses wirklichen Wesens nicht eingeht, ist daher gezwungen: 1. von dem geschichtlichen Verlauf zu abstrahieren und das religiöse Gemüt für sich zu fixieren, und ein abstrakt – *isoliert* – menschliches Individuum vorauszusetzen. 2. Das Wesen kann daher nur als „Gattung", als innere, stumme, die vielen Individuen *natürlich* verbindende Allgemeinheit gefaßt werden". MEW, vol. 3, p. 6. Os grifos são de Marx.

[8] C, vol. I, p. 113; MEW, vol. 23, p. 49.

[9] C, vol. I, p. 113; MEW, vol. 23, p. 49.

[10] C, vol. I, p. 113-114; MEW, vol. 23, p. 49-50.

[11] C, vol. I, p. 114; MEW, vol. 23, p. 50.

uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo[12]. Qualquer mercadoria possui múltiplos valores de troca ao invés de um único, referido a outras mercadorias; além disso, os valores de troca são permutáveis entre si[13]. Marx ilustra isso com o seguinte exemplo:

1) X mercadorias A = y mercadorias B, ou: x mercadorias A têm o valor de y mercadorias B[14]

Esta é chamada de forma de valor simples, individual ou ocasional. Ela pode ser desdobrada em uma forma de valor total, na qual:

2) Z mercadoria A = u mercadoria B, ou = v mercadoria C, ou = w mercadoria D, ou = x mercadoria e, ou = etc.[15]

Ou, em um exemplo mais concreto:

3) 20 braças de linho = 1 casaco, ou = 10 libras de chá, ou = 40 libras de café, ou = 1 quarter de trigo, ou = 2 onças de ouro, ou = ½ tonelada de ferro, ou = etc.[16]

O fato de que todo valor de troca pode ser reduzido a uma relação de proporção entre duas mercadorias, e dessas em relação a uma terceira, indica que não se trata de uma propriedade natural das mercadorias – suas propriedades físicas, químicas, geométricas, etc., são constituintes do valor de uso, e não do valor de troca[17]. No entanto,

[12] C, vol. I, p. 114; MEW, vol. 23, p. 50.

[13] C, vol. I, p. 114-115; MEW, vol. 23, p. 51.

[14] C, vol. I, p. 125; MEW, vol. 23, p. 63.

[15] C, vol. I, p. 138; MEW, vol. 23, p. 77.

[16] C, vol. I, p. 138; MEW, vol. 23, p. 77.

[17] C, vol. I, p. 115; MEW, vol. 23, p. 51-52.

> a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias. Nessa relação, um valor de uso vale tanto quanto o outro desde que esteja disponível em proporção adequada. [...] Como valores de uso as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo do valor de uso[18].

Quando abstraímos das mercadorias suas propriedades naturais (físico-químicas), ou seja, seus valores de uso, resta nelas a propriedade de serem fruto do trabalho[19]. As equações de equivalência entre valores de troca de diferentes mercadorias (com seus respectivos valores quantitativos) somente são possíveis por toda mercadoria ser um produto do trabalho humano. O fato de a mercadoria ter um duplo aspecto, evidenciado na distinção entre valor de uso e valor de troca, revela que o trabalho também possui duplo aspecto. Por um lado, o trabalho é concreto: é uma atividade particular e específica, orientada à realização de um fim, que cria valores de uso – mesas, cadeiras, casacos, trigo e quaisquer outros objetos úteis aos seres humanos devido às suas propriedades físicas. Por outro lado, o trabalho é abstrato: tempo e energia (em sentido fisiológico) "amorfos", genéricos, despendidos no decorrer do processo de produção[20]. Marx afirma:

> abstraindo do valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. [...] Se abstraímos de seu valor de uso, abstraímos também dos componentes e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. [...] Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o

[18] C, vol. I, p. 115-116; MEW, vol. 23, p. 51-52.

[19] C, vol. I, p. 116; MEW, vol. 23, p. 52.

[20] C, vol. I, p. 116 e 123-124; MEW, vol. 23, p. 52-53 e 60-61.

> caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a um trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato[21].

O elemento comum que se apresenta na relação de troca (ou no valor de troca) das mercadorias é o valor. O valor de troca é o modo necessário de expressão ou forma de manifestação do valor, e um bem só possui valor porque nele está materializado (ou objetivado) trabalho humano abstrato – algo que Marx chama de *Hirngespinst* (uma "ficção" ou "imaginação", nada material). Nesse sentido, a "substância formadora de valor" é a quantidade de trabalho contida em um bem ou mercadoria. Esta quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração em frações determinadas de tempo, como dias, horas, e assim sucessivamente[22].

É válido ressaltar que um objeto pode ser um valor de uso sem ser um valor, e isto ocorre quando sua utilidade para os seres humanos não é mediada pelo trabalho. Algo pode ser útil para o ser humano e fruto do trabalho sem ser uma mercadoria; "quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria"[23]. Para que uma mercadoria seja produzida, é necessário produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social, e que este produto seja transferido a outrem através da troca. Adicionalmente, nenhuma coisa pode ser valor sem ter valor de uso; se o objeto é inútil, o trabalho contido nele não cria valor algum[24].

---

[21] C, vol. I, p. 116; MEW, vol. 23, p. 52.

[22] C, vol. I, p. 116; MEW, vol. 23, p. 53.

[23] C, vol. I, p. 118-119; MEW, vol. 23, p. 55.

[24] C, vol. I, p. 119; MEW, vol. 23, p. 55.

Deste modo, o valor de uma mercadoria não se expressa por si mesmo: somente pode se expressar nas relações de troca com outras mercadorias. O valor *aparece* como valor de troca ("forma de expressão do valor" ou "forma fenomênica do valor") e *efetiva-se* quando a troca é realizada. O "suporte" do valor (isto é, o conteúdo material da riqueza) é o valor de uso, mas este não *determina* o valor de uma mercadoria, e sim o trabalho. As relações de equivalência entre os diferentes valores de troca das diversas mercadorias somente são possíveis porque todas elas possuem algo em comum a despeito de suas características físicas: são todas produto do trabalho humano. É o trabalho humano que "cria" o valor presente nas mercadorias[25]. Como consequência, o valor de uso é uma propriedade natural e o valor é uma propriedade social das mercadorias.

A forma de valor total ou desdobrada consiste em uma soma de expressões simples e relativas de valor ou de equações da forma de valor simples. Com ela, é possível obter a forma de valor universal, na qual o valor de diferentes mercadorias é expresso em uma única mercadoria:

4) 1 casaco =
10 libras de chá =
40 libras de café =
1 quarter de trigo =
2 onças de ouro =
½ tonelada de ferro =
x mercadoria *A* =
etc. mercadoria = } 20 braças de linho

[25] Ressalte-se que esta concepção é anterior a Marx, e que historiadores da filosofia muitas vezes se digladiam a respeito de quais seriam os primeiros formuladores do que hoje chamamos pelo nome de "teoria do valor-trabalho". Sua origem é muitas vezes atribuída a Aristóteles, Tomás de Aquino, Ibn Khaldun, William Petty, John Locke ou Pierre-Joseph Proudhon, dentre outros. Adam Smith aceitava o postulado de que o trabalho cria valor para sociedades pré-capitalistas, mas o via como falho na análise de sociedades capitalistas. Ao redigir *Valor, preço e lucro*, Marx atribui a Benjamin Franklin o crédito de ter sido "um dos primeiros" a tratar do assunto, em um ensaio intitulado *A modest inquiry into the nature and necessity of a paper currency*. Ver MEW, vol. 16, p. 124.

A forma de valor universal, exemplificada acima, pode ser expressa em qualquer mercadoria. No entanto, ela é a base para o surgimento do dinheiro. O dinheiro é uma expressão geral do valor que é comum a todas as mercadorias, através de um equivalente geral – um tipo específico de mercadoria "em cuja forma natural a forma de equivalente se encarna socialmente"[26] e, com isso, torna-se mercadoria-dinheiro ou funciona como dinheiro[27]. Em outras palavras, se todas as mercadorias passam a expressar seu valor em relação a uma única mercadoria específica, esta torna-se mercadoria-dinheiro, funcionando como equivalente universal. A expressão do valor na mercadoria que funciona como dinheiro (por exemplo: ouro) é chamada por Marx de forma-preço[28].

Todas as relações de troca entre diferentes mercadorias representadas acima são abstrações. Obviamente, todas as mercadorias são incomensuráveis entre si quando consideramos suas características e propriedades físicas. Isso implica que as mercadorias não são comparadas entre si através de suas características concretas, mas sim por meio de algo abstrato que é comum a todas elas; e o que todas elas possuem em comum, como dito anteriormente, é o fato de que todas foram produzidas pelo trabalho humano, que é o que lhes confere valor – a "substância" do valor é o trabalho. Mas os diferentes trabalhos concretos (que produzem diferentes mercadorias) são, também, incomensuráveis entre si. As particularidades do trabalho concreto do tecelão (que produz fios de linho) não podem ser comparadas com as particularidades concretas do trabalho do alfaiate (que produz casacos).

[26] C, vol. I, p. 145; MEW, vol. 23, p. 83.

[27] C, vol. I, p. 144-145; MEW, vol. 23, p. 83-84.

[28] C, vol. I, p. 145; MEW, vol. 23, p. 84.

Pode-se, entretanto, abstrair dos diferentes trabalhos concretos aquilo que eles possuem em comum, de modo a estabelecer equivalências entre eles; e o que os diferentes trabalhos concretos têm em comum entre si é o fato de exigirem dispêndio de tempo e energia. A equivalência entre diferentes atividades se dá através do tempo de trabalho empregado na produção das mercadorias[29]. Quando afirmamos que 1 casaco = 20 braças de linho, estamos, em última instância, dizendo que a quantidade de trabalho necessária para produzir 1 casaco é a mesma necessária para se produzir 20 braças de linho.

Com isso, chegamos à distinção fundamental do duplo caráter do trabalho: assim como as mercadorias, o trabalho humano, na sociedade capitalista, apresenta-se como uma dualidade. O trabalho é concreto (ou útil) quando produz valores de uso e abstrato quando encarado sem consideração pela forma concreta pela qual é efetivado, e sim apenas como tempo e energia "genéricos" despendidos no processo de produção[30]. O que o dinheiro simboliza nada mais é do que o tempo de trabalho abstrato empregado na produção de uma mercadoria qualquer: "coágulos" de trabalho, nas palavras de Marx[31].

Para Marx, a esfera da produção e a esfera do consumo são privadas, e a circulação – o mercado – consiste na única esfera social. É na circulação que as abstrações do valor e do trabalho entendido como algo "genérico" realmente entram em jogo. O autor afirma:

> os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como

[29] C, vol. I, p. 148-149; MEW, vol. 23, p. 87-88.

[30] C, vol. I, p. 119-124; MEW, vol. 23, p. 56-61.

[31] C, vol. I, p. 293; MEW, vol. 23, p. 231.

> os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem somente no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores[32].

As mercadorias, porém, são coisas intrincadas de caráter sensível-suprassensível[33]. Enquanto são encaradas como valores de uso, não há nada de especial nelas; entretanto, as relações entre seus produtores assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho, o que faz com que as mercadorias reflitam os caracteres sociais do trabalho dos homens como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como se fossem propriedades sociais naturais àqueles objetos. Por isso, refletem a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, à margem de seus produtores. As relações sociais entre os homens assumem a forma de uma relação entre coisas, como se os produtos de seu trabalho fossem dotados de vida própria e travassem relações uns com os outros e com os homens. A isso Marx chama de fetichismo[34]. Atribui-se o nome de reificação ao processo através do qual relações sociais são percebidas como atributos inerentes das pessoas envolvidas nelas, ou atributos das mercadorias comercializadas entre estas pessoas – os objetos são transformados em sujeitos, ativos, e os sujeitos em entes passivos ou determinados[35]. Em outras palavras,

---

[32] C, vol. I, p. 148; MEW, vol. 23, p. 87.

[33] C, vol. I, p. 146; MEW, vol. 23, p. 85.

[34] C, vol. I, p. 147-148; MEW, vol. 23, p 86-87.

[35] O conceito de "reificação" não possui um papel proeminente nos escritos de Marx, tendo se tornado importante a partir de *História e consciência de classe*, de Lukács. Ver HCC, p. 193-411; GuK, p. 257-397.

> os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas [*sachlich*] entre pessoas e relações sociais entre coisas[36].

É necessário destacar que o valor de uma mercadoria diz respeito ao tempo de trabalho socialmente necessário, em média, para a produção da mercadoria em questão. Do contrário, aquilo que é produzido por um trabalhador preguiçoso ou inábil teria um valor maior do que algo produzido por um trabalhador habilidoso ou diligente, uma vez que o primeiro despenderia mais tempo no processo produtivo do que o segundo. No entanto,

> o trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal; portanto, na medida em que, para a produção de uma mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade de trabalho[37].

[36] C, vol. I, p. 148; MEW, vol. 23, p. 87.

[37] C, vol. I, p. 117; MEW, vol. 23, p. 53.

É por este motivo que com a introdução de inovações tecnológicas no processo de produção o valor da hora trabalhada por cada trabalhador individual se reduz. Com o ganho de produtividade decorrente do avanço técnico é possível produzir mais em menos tempo, o que reduz o tempo médio socialmente necessário para que cada unidade de mercadoria seja produzida – fazendo com que o valor de cada hora de trabalho diminua[38]. Em outros termos, o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo médio socialmente necessário para se produzi-la. Se as técnicas de produção se aprimoram, menos tempo e energia humanos são gastos para fabricar cada unidade de produto: é isto que significa, em última instância, afirmar que inovações técnicas aumentam a produtividade. O valor está diretamente relacionado ao tempo e à energia gastos pelos seres humanos na produção, ou seja, ao trabalho despendido no processo de produção. Se cada unidade de uma mercadoria passa a "conter" menos trabalho (isto é, tempo e energia) "coagulados" em si, seu valor diminui. A relação entre trabalho e valor de uma mercadoria é diretamente proporcional: quanto mais trabalho for despendido para produzi-la, maior é o seu valor; quanto menos trabalho despendido, menor o seu valor.

Para entender este fenômeno é indispensável a compreensão de que somente o trabalho fornece valor a uma mercadoria. A circulação e o comércio não geram valor. O processo de troca se limita a transferir as mercadorias das mãos daqueles para quem elas não têm utilidade (ou valor de uso) para as mãos daqueles para quem elas têm utilidade, ainda que através da mediação do dinheiro, ou seja, em uma situação na qual uma mercadoria é vendida para que o dinheiro obtido seja utilizado na

[38] C, vol. I, p. 117; MEW, vol. 23, p. 53.

compra de uma segunda mercadoria, diferente da primeira. A isso Marx chama de circulação simples, a qual expressa através da fórmula M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria)[39]. Isto é meramente metabolismo social, a troca de valores de uso de um tipo por valores de uso de outro tipo, em proporções equivalentes. Na circulação simples o dinheiro é um meio utilizado para a obtenção de um fim; a circulação visa satisfazer a necessidades concretas. Por isso, neste processo não há geração de valor[40] - ressaltando-se que isto não é uma categoria histórica, e sim lógica. Por outro lado, o que o possuidor de dinheiro (o capitalista) tem por objetivo é o processo de valorização do valor, que obedece a uma lógica distinta: emprega-se dinheiro com a finalidade de se obter, ao fim do processo, uma quantidade maior de dinheiro – ainda que qualitativamente o dinheiro inicial e a soma final não sejam, de modo algum distintas; a diferença é meramente quantitativa. Neste processo, que pode ser expressado através da fórmula D-M-D', onde D' = D + ΔD, a mercadoria torna-se meio através do qual uma soma inicial pode ser transformada em uma soma final maior; esta é a fórmula geral do capital na esfera da circulação, que consiste em comprar algo para revender mais caro ou remunerar o capital através de juros (situação em que a fórmula aparece abreviada: D-D')[41]. O valor entra "em uma relação privada consigo mesmo"[42]. No entanto, a mera inversão dos polos da circulação – operada na mudança da fórmula M-D-M para D-M-D' – não implica em qualquer alteração na grandeza do valor,

[39] C, vol. I, p. 178-180; MEW, vol. 23, p. 118-120.

[40] C, vol. I, p. 188-189 e 225-227; MEW, vol. 23, p. 128-130 e 164-165.

[41] C, vol. I, p. 223-231; MEW, vol. 23, p. 161-170.

[42] C, vol. I, p. 230; MEW, vol. 23, p. 169.

resumindo-se a uma simples mudança na perspectiva da análise[43]. Uma vez que em ambos os movimentos os possuidores de mercadorias e de dinheiro alternam entre os papéis de compradores e vendedores,

> o mesmo valor, i.e., a mesma quantidade de trabalho social objetivado permanece nas mãos do mesmo possuidor de mercadorias, primeiramente como sua própria mercadoria, em seguida como dinheiro pelo qual ela foi trocada e, por fim, como mercadoria que ele compra com esse dinheiro. Essa mudança de forma não implica em qualquer alteração na grandeza do valor, mas a mudança que o valor da mercadoria sofre nesse processo é limitada a uma mudança em sua forma-dinheiro. Ela existe, primeiramente, como preço da mercadoria à venda; em seguida, como uma quantia de dinheiro que, no entanto, já estava expressa no preço; por fim, como o preço de uma mercadoria equivalente[44].

Portanto, como afirma Marx,

> a transformação de dinheiro em capital não pode ser explicada nem pelo fato de que uns vendem as mercadorias acima de seu valor, nem pelo fato de que outros as compram abaixo de seu valor[45].

Ou ainda: "a circulação ou a troca de mercadorias não cria valor nenhum"[46].

O que permite que seja gerado valor adicional (*surplus value*, *Mehrwert*, mais-valia ou mais-valor) no sistema capitalista é o fato de que, dentre as diferentes mercadorias disponíveis para serem negociadas na esfera social, existe uma cujo próprio valor de uso possui a característica peculiar de ser fonte de valor. Esta mercadoria é a força

[43] C, vol. I, p. 231-241; MEW, vol. 23, p. 170-181.

[44] C, vol. I, p. 233; MEW, vol. 23, p. 172.

[45] C, vol. I, p. 236; MEW, vol. 23, p. 175.

[46] C, vol. I, p. 238; MEW, vol. 23, p. 178.

de trabalho[47]. A força de trabalho tem um valor determinado, uma vez que é mercadoria; "como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado"[48]. O indivíduo nunca vende sua força de trabalho por tempo indeterminado, pois do contrário estaria vendendo a si mesmo completamente e tornando-se um escravo[49] – é pressuposto que ele a venda por um período determinado de tempo, podendo voltar a fazê-lo no futuro; isso implica que para poder repetir o processo o trabalhador deve ser capaz de repor a energia gasta no processo, e manter suas condições de subsistência (como alimentação, vestuário, etc.). Este raciocínio leva à conclusão de que o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor[50]. Mais do que isso, é preciso levar em conta a recomposição da força de trabalho:

> o proprietário da força de trabalho é mortal. Portanto, para que sua aparição no mercado de trabalho seja contínua, como pressupõe a contínua transformação do dinheiro em capital, é preciso que o vendedor de força de trabalho se perpetue [...]. As forças de trabalho retiradas do mercado por estarem gastas ou mortas têm de ser constantemente substituídas, no mínimo, por uma quantidade igual de novas forças de trabalho. A quantidade dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, isto é, de seus filhos, de modo que essa peculiar raça de possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado[51].

[47] C, vol. I, p. 242; MEW, vol. 23, p. 181.

[48] C, vol. I, p. 245; MEW, vol. 23, p. 184-185.

[49] C, vol. I, p. 242-243; MEW, vol. 23, p. 181-182.

[50] C, vol. I, p. 245-246; MEW, vol. 23, p. 184-185.

[51] C, vol. I, p. 246; MEW, vol. 23, p. 185-186.

Uma vez comprada a força de trabalho, seu comprador – o capitalista – a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe[52]. No processo de trabalho a atividade do homem, auxiliado por seus meios de trabalho (a terra, ferramentas, matérias-primas, etc.), opera uma transformação no objeto sobre o qual interfere de acordo com uma finalidade pré-concebida, incorporando o trabalho ao objeto e transformando-o em um produto: "um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma"[53]. No produto estão incorporados outros valores de uso, resultantes de processos de trabalho que ocorreram anteriormente[54]. O trabalho é um processo de consumo produtivo, que se diferencia do consumo individual por gerar, "devorando" as ferramentas e matérias-primas, um produto distinto do consumidor, ao passo que o produto do consumo individual é o próprio consumidor[55]. O produto do trabalho pertence ao capitalista pelo simples fato de que foi ele quem comprou tudo o que foi necessário para sua criação: insumos, máquinas, local onde o trabalho é realizado, e a própria força de trabalho dos operários, que lhe pertence enquanto o contrato de trabalho estiver em vigência[56]. Na produção capitalista, no entanto, os valores de uso só são produzidos porque constituem suportes do valor de troca, visto que uma mercadoria é um artigo destinado à venda; por este motivo só faz sentido produzir um item cujo valor final seja maior do que o valor de tudo o que foi utilizado no processo de produção, incluindo meios,

[52] C, vol. I, p. 255; MEW, vol. 23, p. 192.

[53] C, vol. I, p. 258; MEW, vol. 23, p. 195.

[54] C, vol. I, p. 258-260; MEW, vol. 23, p. 195-197.

[55] C, vol. I, p. 261; MEW, vol. 23, p. 198.

[56] C, vol. I, p. 262-263; MEW, vol. 23, p. 199-200.

outras mercadorias e força de trabalho[57]. Note-se que tudo aquilo que foi utilizado no processo de produção – ferramentas, matérias-primas, etc. – também continha trabalho, uma vez que estes bens foram obtidos por meio de outros processos de produção. O trabalho passado contido nos insumos e meios de produção é chamado de trabalho morto[58] e, como já dito, este também contribui para o valor total do produto final. O capital, enquanto soma acumulada, "coágulo" de trabalho passado, também é trabalho morto, que se alimenta "da sucção de trabalho vivo"[59]. O trabalho vivo, por sua vez, é "força de trabalho em ação", que se caracteriza pela "capacidade de conservar valor ao mesmo tempo em que adiciona valor"[60].

O processo de trabalho agrega valor às mercadorias que são produzidas por ele devido ao fato de que a força de trabalho é adquirida pelo capitalista por um valor referente à manutenção das necessidades do trabalhador, mas este produz mais ao longo de uma jornada diária típica do que o valor que recebeu em troca de seu tempo e sua energia. Em outras palavras, o valor que cada trabalhador acrescenta ao produto final é superior ao que foi recebido por ele quando negociou o contrato de trabalho. O excedente constitui a valorização do produto final e, em última instância, trata-se apenas de trabalho não pago[61]. É isto que Marx denomina de mais-valia (ou mais-valor). Em qualquer processo produtivo capitalista há sobretrabalho ou tempo de trabalho excedente (*Surplusarbeitszeit*)[62]: executa-se mais trabalho do que é necessário para

[57] C, vol. I, p. 263; MEW, vol. 23, p. 200-201.

[58] C, vol. I, p. 271; MEW, vol. 23, p. 209.

[59] C, vol. I, p. 307; MEW, vol. 23, p. 247.

[60] C, vol. I, p. 284; MEW, vol. 23, p. 221.

[61] C, vol. I, p. 263-275; MEW, vol. 23, p. 200-213.

[62] C, vol. I, p. 293; MEW, vol. 23, p. 231.

a manutenção das necessidades do trabalhador ou o pagamento das mesmas mediante o salário.

O capital adiantado pelo capitalista no processo de produção (C) é composto por uma quantia despendida com força de trabalho, que constitui capital variável (v), e outra utilizada na aquisição dos meios necessários para a execução do trabalho, um capital constante (c). Deste modo, C = v + c. Ao fim do processo de produção é obtida uma mercadoria cujo valor (C') é constituído pela conservação dos valores originais dos meios empregados em sua produção mais o que lhe foi acrescentado pelo mais-valor (m), ou seja, C' = (c + v) + m[63]. Obviamente os meios utilizados (o capital constante) não contribuem, em cada mercadoria individual, com a totalidade de seus valores, e sim com uma parcela destes relacionada à sua durabilidade e gradual depreciação[64]. Uma vez que o mais-valor consiste apenas em uma parte da jornada de trabalho pela qual o trabalhador não recebeu, temos que v + m = v + Δv, ou seja, a reprodução de v mais um incremento de v[65]. A taxa de mais-valia é proporção em que o sobretrabalho remunera o que é pago em salários, sendo representada por m/v, ou seja, a relação entre sobretrabalho (m), horas trabalhadas sem remuneração, e trabalho necessário, pago mediante salários (v)[66]. Esta é a base do lucro no sistema capitalista.

Há, no entanto, um aspecto importante que deve ser destacado: o mais-valor pode ser obtido de diferentes formas. Marx escreve:

> o mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do

[63] C, vol. I, p. 289; MEW, vol. 23, p. 226.

[64] C, vol. I, p. 277-288; MEW, vol. 23, p. 214-225.

[65] C, vol. I, p. 290-291; MEW, vol. 23, p. 228.

[66] C, vol. I, p. 292; MEW, vol. 23, p. 229-230.

> tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho [trabalho necessário e trabalho excedente] chamo de mais-valor relativo[67].

A mais-valia absoluta é um meio de incrementar a produção excedente a ser apropriada pelo capitalista. Consiste na intensificação do ritmo de trabalho através de uma série de controles impostos aos operários, tais como vigilância dos trabalhadores e cronometragem na realização de tarefas, por exemplo, ou simplesmente aumento na carga horária da jornada. Quando a mais-valia absoluta encontra seus limites de extração, introduzem-se inovações tecnológicas e metodológicas que reduzem o tempo e os custos necessários para se produzir os bens. Essa é a mais-valia relativa[68].

Em relação à composição do capital, ela deve ser considerada em dois sentidos: sob o aspecto do valor e sob o aspecto da matéria:

> sob o aspecto do valor ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria [...] todo o capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego[69].

Marx chama a primeira de composição do valor, e a segunda de composição técnica do capital. Para expressar a estreita correlação entre ambas, Marx denomina a composição do valor do capital de composição orgânica do capital, uma vez que esta é determinada pela

[67] C, vol. I, p. 390; MEW, vol. 23, p. 334.

[68] C, vol. I, p. 387-396; MEW, vol. 23, p. 331-340.

[69] C, vol. I, p. 689; MEW, vol. 23, p. 640.

composição técnica do capital e reflete suas modificações[70]. Em outras palavras, isso significa que a composição orgânica do capital é a proporção do capital constante em relação ao capital variável. A composição orgânica do capital se refere, portanto, ao relacionamento entre trabalho "morto" (máquinas, ferramentas, etc. – trabalho executado previamente e "coagulado" em matéria inerte) e trabalho "vivo" (a força de trabalho efetivamente empregada e em atividade).

É importante não confundir o mais-valor com o lucro. O lucro é calculado sobre a soma do capital adiantado pelo capitalista[71], ou seja, C. "A taxa de lucro é a proporção entre o mais-valor e o capital total adiantado, ao passo que a taxa de mais-valor é a proporção entre o mais-valor e a parte meramente variável desse capital"[72]. A taxa de lucro, portanto, pode ser descrita como m/C[73]. Obviamente, quanto maior a taxa de mais-valor, maior a taxa de lucro; quanto menor o capital investido inicialmente, se mantida uma taxa de mais-valor constante, maior a taxa de lucro. Isso pode ser explicitado através de um raciocínio matemático simples, exposto a seguir.

Se a taxa de lucro é dada por m/C e o capital investido, C, é dado por v + c, podemos expressar a taxa de lucro como

5) $$\frac{m}{c+v}$$

Uma vez que a composição orgânica do capital é a proporção do capital constante, c, em relação ao capital variável, v, podemos expressá-la como

[70] C, vol. I, p. 689; MEW, vol. 23, p. 640.

[71] C, vol. I, p. 585; MEW, vol. 23, p. 540.

[72] C, vol. I, p. 591; MEW, vol. 23, p. 546.

[73] C, vol. I, p. 591; MEW, vol. 23, p. 546-547.

6) $\frac{c}{v}$

A taxa de mais-valor, como visto anteriormente, é expressa por

7) $\frac{m}{v}$

É possível, portanto, esclarecer como a taxa de mais-valor (m/v) e a composição orgânica do capital (c/v) afetam a taxa de lucro (m/C), dividindo-se a taxa de lucro pelo capital variável (v), o que nos fornece a seguinte expressão:

8) $$\frac{\left(\frac{m}{C}\right)}{v} = \frac{\left(\frac{m}{c+v}\right)}{v} = \frac{\left(\frac{m}{v}\right)}{\left(\frac{c}{v}\right)+\left(\frac{v}{v}\right)} = \frac{\left(\frac{m}{v}\right)}{\left(\frac{c}{v}\right)+1}$$

A expressão acima comprova que quanto maior a composição orgânica do capital (c/v), menor a taxa de lucro e vice-versa; quanto maior a taxa de mais-valia (m/v), maior a taxa de lucro e vice-versa.

Marx argumenta que, conforme o modo de produção capitalista se desenvolve, ocorre uma diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante e, subsequentemente, em relação ao capital total mobilizado, devido a "uma massa sempre crescente de meios de trabalho, maquinaria e capital fixo de todo tipo, matérias-primas e materiais auxiliares"[74]. Isso acarreta o aumento progressivo da composição orgânica do capital social médio:

> e, do mesmo modo, não é mais que outro modo de expressar o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho, que se revela precisamente no fato de que, graças ao emprego crescente de

[74] C, vol. III, p. 250; MEW, vol. 25, p. 222.

> maquinaria e de capital fixo em geral, o mesmo número de trabalhadores transforma em produtos uma quantidade maior de matérias-primas e materiais auxiliares no mesmo tempo, ou seja, com menos trabalho. A esse crescente volume de valor do capital constante [...] corresponde um crescente barateamento do produto[75].

É esta tendência de incremento na composição orgânica do capital que leva à queda tendencial da taxa de lucro:

> se, além disso, partirmos do pressuposto de que essa alteração gradual na composição do capital não se opera simplesmente em esferas isoladas da produção, mas, em maior ou menor grau, em todas ou pelo menos nas esferas decisivas da produção e que, portanto, essas alterações afetam a composição orgânica média do capital total existente numa determinada sociedade, chegaremos necessariamente à conclusão de que crescimento gradual do capital constante em proporção ao variável tem necessariamente como resultado *uma queda gradual na taxa de lucro*, mantendo-se constante a taxa do mais-valor, ou seja, o grau de exploração do trabalho pelo capital. [...] Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente[76] (grifos do autor).

Tal tendência não diz respeito a eventuais quedas provisórias na taxa de lucro, mas a uma expressão do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho, peculiar ao modo de produção capitalista e decorrente do fato de que a massa de trabalho vivo empregada nos processos de produção sempre decresce em relação ao meios de produção produtivamente consumidos (aos quais Marx chama,

[75] C, vol. III, p. 250; MEW, vol. 25, p. 222.

[76] C, vol. III, p. 249-250; MEW, vol. 25, p. 222-223.

também, de "massa do trabalho objetivado que o trabalho vivo mobiliza"), bem como do fato de que a parte do trabalho vivo que não é paga (mais-valor) tem de encontrar-se em uma proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital total empregado. Uma vez que a proporção entre massa de mais-valor e o valor do capital total empregado constitui a taxa de lucro, é forçoso que a taxa de lucro tenha de diminuir constantemente e progressivamente[77].

Esta queda tendencial pode se manifestar mesmo que ocorra aumento da massa de trabalhadores mobilizada nos processos produtivos, e mesmo que ocorra aumento do mais-trabalho. Uma vez que a taxa de lucro decorre de uma relação proporcional entre capital constante e capital variável, "a diminuição é relativa, não absoluta, e de fato não tem nada a ver com a grandeza absoluta do trabalho e do mais-trabalho postos em movimento"[78]. O lucro, em termos absolutos, pode aumentar ao mesmo tempo em que a taxa de lucro diminui (uma vez que ela é relativa), através do aumento absoluto da massa de trabalho mobilizada, o que aumenta também a massa de mais-valor – ou seja, através do emprego de um número crescente de trabalhadores[79].

Uma vez que o processo capitalista de produção é, em essência, um processo de acumulação, a ele corresponde uma concentração de capital. A própria concentração de capital torna-se um meio material para aumentar a força produtiva. Esse aumento de produção acarreta uma geração de excedente de capital em termos absolutos que resulta em um duplo movimento de crescimento da população trabalhadora em potencial: por um lado, através do aumento dos salários e consequente

[77] C, vol. III, p. 251; MEW, vol. 25, p. 223.

[78] C, vol. III, p. 255; MEW, vol. 25, p. 227.

[79] C, vol. III, p. 255; MEW, vol. 25, p. 227-228.

"abrandamento das influências que dizimam e aniquilam a descendência dos trabalhadores"[80]; por outro, a introdução e o aperfeiçoamento da maquinaria, ou seja, a aplicação de métodos que ampliam o mais-valor relativo, criam uma superpopulação artificial, relativa[81]. Marx afirma que

> da natureza do processo capitalista de acumulação, que não é mais que um aspecto do processo de acumulação capitalista, segue-se, portanto, que a massa crescente dos meios de produção destinados a converter-se em capital tenha sempre à disposição uma população trabalhadora crescente na mesma proporção, excedente e suscetível de ser explorada. Portanto, à medida que se desenvolve o processo de produção e acumulação, tem de aumentar, do mesmo modo, a massa do mais-trabalho suscetível de apropriação e apropriado e, por conseguinte, a massa absoluta do lucro apropriado pelo capital social. Mas as mesmas leis de produção e acumulação fazem com que, juntamente com a massa, também o valor do capital constante aumente em progressão crescente e mais rapidamente que a parte variável do capital, que é aquela que se troca por trabalho vivo. Desse modo, as mesmas leis produzem para o capital social uma massa crescente e absoluta de lucro e uma taxa de lucro decrescente[82].

Esta massa crescente de trabalhadores prontos a serem mobilizados para a produção é chamada por Marx de "exército industrial de reserva". A demanda de trabalho não é determinada pelo volume de capital total, mas pelo componente variável – o que significa que essa demanda decresce progressivamente com o crescimento do capital total; quando o capital global aumenta, a força de trabalho incorporada nele aumenta em proporção cada vez menor porque a

[80] C, vol. III, p. 256; MEW, vol. 25, p. 228.

[81] C, vol. III, p. 256; MEW, vol. 25, p. 228.

[82] C, vol. III, p. 256-257; MEW, vol. 25, p. 228-229.

crescente centralização de capital promove a diminuição acelerada de seu componente variável em comparação com o componente constante. Assim, a acumulação capitalista produz constantemente uma população trabalhadora relativamente excessiva para as necessidades médias de valorização do capital, supérflua[83]. Esta superpopulação relativa constitui um dos mecanismos contra-arrestantes, ou contratendenciais, que mantêm a massa de lucro apesar da queda da taxa de lucro. Outros mecanismos consistem no aumento do grau de exploração do trabalho, na compressão do salário abaixo do seu valor, no barateamento dos elementos do capital constante, no comércio exterior e no aumento do capital acionário[84]. O aumento do grau de exploração do trabalho consiste no prolongamento das jornadas e na intensificação do ritmo de trabalho, e aumenta a apropriação do mais-trabalho e do mais-valor[85]. A compressão dos salários abaixo de seu valor[86] é o fenômeno da pauperização da classe trabalhadora, e decorre do aumento da grandeza absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho em relação ao exército ativo de trabalhadores[87]; "à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar"[88]. Quanto ao barateamento dos elementos do capital constante, ocorre porque o mesmo desenvolvimento técnico e tecnológico que permite o aumento da produtividade do trabalho diminui o valor de seus componentes e

[83] C, vol. I, p. 704-705; MEW, vol. 23, p. 657-658.

[84] C, vol. III, p. 271-279; MEW, vol. 25, p. 242-250.

[85] C, vol. III, p. 271-274; MEW, vol. 25, p. 242-245.

[86] Marx faz apenas uma breve menção a este fenômeno no livro III de O Capital, afirmando que ele é verificado empiricamente e que faz parte da exposição sobre a concorrência, que não entra no escopo da obra. Ver C, vol. III, p. 274; MEW, vol. 25, p. 245.

[87] C, vol. I, p. 716-721; MEW, vol. 23, p. 670-675.

[88] C, vol. I, p. 720-721; MEW, vol. 23, p. 675.

matérias-primas[89]. O comércio exterior, por sua vez, barateia elementos do capital constante e os meios de subsistência do capital variável, incrementando a taxa de lucro e a taxa de mais-valor, simultaneamente reduzindo o valor do capital constante[90]. Em relação ao aumento do capital acionário, os dividendos não entram na equalização da taxa geral de lucro das empresas produtivas, o que a faz parecer maior – se fossem incluídos no cálculo, gerariam uma taxa de lucro menor do que aquela aparentemente existente, por ter uma proporção de capital constante maior em relação ao capital variável[91].

A despeito dos fatores contra-arrestantes, a queda da taxa de lucro acelera a concentração e a centralização de capital através da expropriação de capitalistas menores e dos últimos produtores diretos que porventura ainda tenham algo a ser expropriado[92]. A queda da taxa de lucro e a acumulação acelerada expressam, ambas, o desenvolvimento da força produtiva, e a acumulação, por sua vez, "acelera a queda de taxa de lucro na medida em que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma composição mais alta do capital"[93].

Tendo em vista que a acumulação de capital é o único objetivo, finalidade direta e motivo determinante da produção capitalista[94], torna-se necessário examinar como é possível acumulá-lo a despeito de quedas graduais nas taxas de lucro no longo prazo.

---

[89] C, vol. III, p. 274-275; MEW, vol. 25, p. 245-246.

[90] C, vol. III, p. 276-279; MEW, vol. 25, p. 247-250.

[91] C, vol. III, p. 279; MEW, vol. 25, p. 250.

[92] C, vol. III, p. 281; MEW, vol. 25, p. 251.

[93] C, vol. III, p. 281; MEW, vol. 25, p. 251.

[94] C, vol. III, p. 281 e 283; MEW, vol. 25, p. 251-252 e 253-254.

A circulação de dinheiro como capital é um fim em si mesmo, pois "a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido"[95]. Existe uma distinção entre dinheiro, simplesmente, e dinheiro como capital. O dinheiro, enquanto produto final da circulação de mercadorias, é a primeira forma de manifestação do capital; no entanto, o dinheiro enquanto dinheiro e o dinheiro enquanto capital se distinguem inicialmente por sua diferente forma de circulação[96]. Na circulação simples, cujo ponto inicial é a venda e o ponto final é a compra, tanto o ponto de partida quanto o de chegada são a mercadoria, e o dinheiro é apenas meio; na circulação de dinheiro como capital os pontos de partida e de chegada são, ambos, o dinheiro – em quantidades diferentes, mas sem distinção qualitativa, e a mercadoria é o meio pelo qual D se transforma em D' (ou D + ΔD)[97]. O possuidor de dinheiro se torna capitalista quando conscientemente toma parte nesse movimento de autovalorização, de automovimento do capital. O conteúdo objetivo da circulação, a valorização do valor, é a sua finalidade subjetiva. Dessa forma, o valor de uso jamais pode ser considerado como finalidade imediata do capitalismo; tampouco o lucro isolado ou eventual, mas apenas o movimento incessante do lucro[98].

> As formas independentes, as formas-dinheiro que o valor das mercadorias assume na circulação simples servem apenas de mediação para a troca de mercadorias e desaparecem no resultado do movimento. Na circulação D-M-D, ao contrário, mercadoria e dinheiro funcionam apenas como modos de

[95] C, vol. I, p. 228; MEW, vol. 23, p. 167.

[96] C, vol. I, p. 223; MEW, vol. 23, p. 161.

[97] C, vol. I, p. 225-228; MEW, vol. 23, p. 163-167.

[98] C, vol. I, p. 229; MEW, vol. 23, p. 167-168.

> existência do próprio valor: o dinheiro como seu modo de existência universal, a mercadoria como seu modo de existência particular, por assim dizer, disfarçado. O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no sujeito automático do processo. Ora, se tomarmos as formas particulares de manifestação que o valor que se autovaloriza assume sucessivamente no decorrer de sua vida, chegaremos a estas duas proposições: capital é dinheiro, capital é mercadoria. Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera a sua própria grandeza e, como mais-valor, repele [*abstößt*] a si mesmo como valor originário, valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização[99].

A massa do capital posta em movimento através do trabalho é distinta do valor que é agregado a ela através da mais-valia, ou seja, pela atividade do trabalhador. Isso permite que a taxa de lucro seja menor mesmo em empreendimentos que reproduzam mais capital. Como explica o autor,

> se a massa do capital é = 1.000 e o trabalho agregado é = 100, o capital reproduzido será = 1.100. Se a massa é = 100 e o trabalho agregado é = 20, o capital reproduzido será = 120. A taxa de lucro será, no primeiro caso, = 10%; no segundo, = 20%. No entanto, pode-se acumular mais a partir de 100 do que a partir de 20. Assim o fluxo do capital (abstraindo de sua desvalorização em virtude do aumento da força produtiva), ou sua acumulação, avança em proporção ao peso que ele já possui, e não em proporção ao nível da taxa de lucro. [...] A taxa de lucro diminui não porque o trabalhador seja menos explorado, mas porque se emprega menos trabalho em proporção ao capital investido em geral[100].

[99] C, vol. I, p. 229-230; MEW, vol. 23, p. 168-169.

[100] C, vol. III, p. 285; MEW, vol. 25, p. 255-256.

Para Marx, os processos acima descritos – a queda tendencial da taxa de lucro, a descapitalização e expropriação de pequenos produtores, e a acumulação e concentração de capital nas mãos de poucos – provocaria o colapso da acumulação capitalista se as tendências contra-arrestantes não atuassem constantemente com um efeito descentralizador[101]. O capitalismo é constituído de

> tendências e manifestações contraditórias. As forças antagônicas operam umas contra as outras. Simultaneamente ao impulso para o aumento real da população trabalhadora, impulso que emana do incremento da parte do produto social total que funciona como capital, atuam as forças que criam uma superpopulação apenas relativa. Simultaneamente à queda da taxa de lucro cresce a massa dos capitais, e paralelamente a essa queda ocorre uma desvalorização do capital existente, que detém essa queda e imprime um impulso acelerador à acumulação de valor do capital. Simultaneamente ao desenvolvimento da força produtiva há o aumento progressivo da composição do capital e a diminuição relativa da parte variável em relação à parte constante. Essas diversas influências se fazem sentir, ora de maneira mais justaposta no espaço, ora de maneira mais sucessiva no tempo; o conflito entre as forças antagônicas desemboca periodicamente em crises. Estas são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado[102].

O filósofo afirma que "o *verdadeiro obstáculo* à produção capitalista é *o próprio capital*"[103] (grifos do autor), no sentido de que o capital e a autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, simultaneamente – os meios de produção não são simples meios para o desenvolvimento cada vez mais amplo do "processo vital", de modo a

[101] C, vol. III, p. 286; MEW, vol. 25, p. 256.

[102] C, vol. III, p. 288; MEW, vol. 25, p. 259.

[103] C, vol. III, p. 289; MEW, vol. 25, p. 260.

beneficiar a sociedade dos produtores; ao contrário, qualquer produção é apenas produção *para o* capital. Isso aponta para um aumento ilimitado da produção, como um fim em si mesmo, um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho. Este desenvolvimento incondicional das forças produtivas choca-se com o objetivo limitado da valorização do capital existente, levando a uma constante contradição entre a "missão histórica" do capitalismo[104] e as relações sociais de produção que lhe correspondem[105].

É por meio desta característica que é possível elucidar o caráter das crises no seio do sistema capitalista. Elas se caracterizam como crises de superprodução, não de escassez – como, por exemplo, no feudalismo. Uma vez realizada a produção, o capitalista precisa vender a massa de mercadorias produzidas, o produto total. Desta forma é possível não

[104] Marx via o capitalismo como um sistema dotado de um papel criativo, que é exemplificado por sua propensão à industrialização, à revolução técnica e à universalização. Suas colocações a respeito são escassas no *Capital*, mas aparecem com maior frequência nos *Grundrisse*, uma série de anotações redigidas entre 1857 e 1858, publicadas postumamente, e que consistiam em estudos preliminares que dariam origem a *O Capital*. Entre outras considerações, Marx afirma que a grande "qualidade histórica" do capital é criar trabalho adicional (ou mais-trabalho; *surplus labour*), através do desenvolvimento das forças produtivas, permitindo maior abundância e a criação dos elementos materiais para o desenvolvimento de "uma rica individualidade" (MEW, vol. 42, p. 244); o capitalismo também permitiria uma "total reestruturação" na agricultura, levando ao desenvolvimento do comércio, da ciência e das forças de produção, dissolvendo, no processo, as "velhas relações econômicas" da propriedade fundiária (Idem, p. 201-203); o capital teria "uma grande influência civilizadora", produzindo um estágio social que, em comparação, faria com que estágios anteriores se parecessem com "idolatria à natureza" (Idem, p. 322-324); com o capitalismo, pela primeira vez, a natureza se tornaria puramente um objeto para a humanidade – puramente uma questão de utilidade – deixando de ser reconhecida como um poder por si mesma (Idem, ibidem) e permitindo que seja explorada para a descoberta de "novas e úteis qualidades" nas coisas, levando as ciências naturais ao "seu ponto mais alto" (Idem, ibidem); adicionalmente, o ser humano passa, no capitalismo, a ser "o mais total e universal produto social possível", "capaz de muitos prazeres" e "culto em alto nível", devido ao "desenvolvimento de um sistema em constante expansão [...] de diferentes formas de trabalho e diferentes tipos de produção aos quais um sistema de necessidades em constante ampliação e constante enriquecimento corresponde" (Idem, ibidem). Simultaneamente, a produção capitalista, fadada à sua dissolução devido a contradições internas, consiste apenas em um "ponto de transição" e pressuporia o desenvolvimento de uma sociedade mais avançada (Idem, p. 444-446) – que, como sabemos pelos demais escritos de Marx, é entendida como sendo o socialismo.

[105] C, vol. III, p. 289-290; MEW, vol. 25, p. 260.

apenas repor o capital constante e o capital variável empregados no processo de produção, como obter o mais-valor. Caso as mercadorias não sejam vendidas integralmente (i.e., apenas uma parte delas sejam vendidas) ou o sejam abaixo do preço esperado, a realização do mais-valor não é alcançada, podendo inclusive acarretar perdas de capital para o capitalista. O trabalhador foi explorado ao longo do processo produtivo, mas sua exploração não se converteu em valorização do capital para aquele que empregou o trabalhador. Neste fenômeno, a capacidade de consumo da sociedade é um fator-chave: ela não é determinada pela força absoluta da produção tampouco pela capacidade absoluta de consumo, mas sim

> pela capacidade de consumo sobre a base de relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só suscetível de variação dentro de limites mais ou menos estreitos. [...] Por isso, o mercado precisa ser constantemente expandido, de modo que seus nexos e as condições que os regulam assumam cada vez mais a forma de uma lei natural independente dos produtores, tornem-se cada vez mais incontroláveis. A contradição interna procura ser compensada pela expansão do campo externo da produção[106].

As taxas de lucro decrescentes implicam no aumento do mínimo de capital que cada capitalista, individualmente, precisa mobilizar para empregar produtivamente o trabalho; este mínimo é composto tanto pelo capital necessário para sua exploração de modo geral quanto para que o tempo de trabalho empregado não ultrapasse a média do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias[107]. Como visto, a concentração de capital tende a aumentar porque um

[106] C, vol. III, p. 284; MEW, vol. 25, p. 254-255.

[107] C, vol. III, p. 290; MEW, vol. 25, p. 261.

grande capital inicial com uma pequena taxa de lucro se acumula mais rapidamente do que um pequeno capital com grande taxa de lucro. A crescente concentração provoca novas e sucessivas quedas na taxa de lucro, à medida em que os processos de produção se aprimoram e o componente constante do capital empregado no processo de produção (maquinário, por exemplo) aumenta em relação ao seu componente variável (salários); isso faz com que pequenos capitais fragmentários sejam lançados em crises, especulação, fraudes creditícias e acionárias, e assim sucessivamente[108]. Em dado ponto do processo, a massa de lucro se torna insuficiente para compensar a queda progressiva nas taxas de lucro. Ocorre uma superprodução absoluta de capital: qualquer novo incremento (investimento) no processo de produção não produz aumento nos lucros (entendidos, aqui, como a massa de lucro), mas apenas lucros iguais ou até menores em relação àqueles que existiam antes do incremento. Tal fenômeno resulta na inativação ou até mesmo na destruição de novo capital, por meio da paralisação total ou parcial de empreendimentos produtivos, interrupção de novos investimentos, desvalorização dos títulos futuros, colapso do sistema de crédito, interrupção da cadeia de obrigações de pagamento (atrelada à paralisação do uso do dinheiro como meio de pagamento) e contração dos preços de mercadorias (o que implica em perda de valor dessas mercadorias)[109].

A interdependência e a diversidade existentes entre os diferentes tipos de empreendimentos faz com que as taxas de lucro sejam distintas em diferentes ramos da produção, resultando no fato de que a luta concorrencial entre os capitalistas tende a fazer com que as crises

[108] C, vol. III, p. 290; MEW, vol. 25, p. 261.

[109] C, vol. III, p. 290-294; MEW, vol. 25, p. 261-265.

resultem em diferentes consequências para cada capitalista em particular, de acordo com as vantagens ou posições conquistadas previamente por cada um: determinado empreendedor pode ver seu capital inativado, outro pode ter perdas pesadas (destruição de capital), um terceiro pode experimentar uma desvalorização transitória ou perda relativa, e assim sucessivamente[110]. As crises são cíclicas, pois o funcionamento do ecossistema do modo capitalista de produção traz consigo o fato de que qualquer perturbação em um de seus elementos implica em consequências, que se configuram como reajustes, nos demais componentes do sistema: a paralisação ou diminuição em um ramo da produção implica na inativação de uma parte da classe trabalhadora (desemprego), aumentando o exército de reserva, que por sua vez afeta a dinâmica salarial promovendo a queda dos salários médios, o que implica na alteração (para cima) da taxa de mais-valia, modificando a composição do capital e elevando novamente a taxa de lucro através do incremento do componente variável em relação ao capital constante; o próprio barateamento dos produtos durante a crise tende a modificar as possibilidades de consumo dos trabalhadores e das demais empresas em sua interdependência produtiva. Assim, a paralisação temporária do capital durante uma crise de superacumulação prepara o terreno para nova fase ulterior de acumulação, em condições de produção ampliadas, com mercado expandido e força produtiva aumentadas[111]. Para Marx,

> a superprodução absoluta de capital não é uma superprodução absoluta em geral, uma superprodução absoluta de meios de produção. É uma

[110] C, vol. III, p. 293; MEW, vol. 25, p. 263-264.

[111] C, vol. III, p. 294; MEW, vol. 25, p. 265.

> superprodução dos meios de produção somente na medida em que eles *funcionam como capital* [...], isto é, devem gerar um valor adicional. [...] A superprodução de capital não significa outra coisa senão a superprodução de meios de produção – meios de trabalho e de subsistência – que podem atuar como capital, isto é, que podem ser empregados para exploração do trabalho em dado grau de exploração, uma vez que a queda desse grau de exploração abaixo de certo ponto provoca perturbações e paralisações do processo de produção capitalista, crises e destruição de capital. Não constitui uma contradição o fato de essa superprodução de capital ser acompanhada de uma superpopulação relativa maior ou menor. As mesmas circunstâncias que elevaram a força produtiva do trabalho aumentaram a massa dos produtos-mercadorias, expandiram os mercados, aceleraram a acumulação do capital, em relação tanto a sua massa como a seu valor, e rebaixaram a taxa de lucro; essas mesmas circunstâncias geraram e geram constantemente uma superpopulação relativa, uma superpopulação de trabalhadores que o capital excedente deixa de empregar em virtude do baixo grau de exploração do trabalho, único grau em que ela poderia ser empregada, ao menos em virtude da baixa taxa de lucro que ela proporcionaria como grau dado de exploração. Se o capital é mandado para o exterior, isso não ocorre por ser impossível ocupá-lo no interior, mas porque no exterior pode-se investi-lo com uma taxa de lucro mais alta[112].

Por este motivo é possível não apenas que falte demanda por produtos dos quais a massa do povo carece, mas que essa demanda seja buscada no exterior: o capitalista só pode colocar o produto excedente à disposição para o consumo enquanto esse produto puder ser reconvertido em capital. A produção capitalista não tem como objetivo o consumo, e sim a valorização de capital. Não há no capitalismo um excesso de produção de riqueza, meios de trabalho ou meios de subsistência; o que ocorre é a produção periódica de riqueza em quantidade excessiva para que ela seja empregada como meio de

[112] C, vol. III, p. 294-295; MEW, vol. 25, p. 265-266.

retorno a uma taxa de lucro determinada, ou seja, para sua reconversão em uma quantidade ainda maior de riqueza. Com isso, Marx afirma que os limites da produção capitalista não são limites da produção em geral ou mesmo limites do modo específico de produção capitalista, e sim decorrência da tendência ao desenvolvimento das forças produtivas em conflito permanente com as condições específicas de produção nas quais o capital se move e tem de, necessariamente, se mover[113].

O movimento percorrido por Marx no volume I de *O Capital* é, basicamente, o da transformação da mercadoria em dinheiro, com a subsequente transformação de dinheiro em capital. No volume III, cujo foco é o processo global da produção capitalista, o ciclo é analisado da maneira inversa: do capital global para a mercadoria, através do dinheiro, que se transforma em mercadoria ao ser emprestado. O capital comercial, foco do volume II, apesar de não produzir valor (exceção feita ao serviço de transporte, que contém trabalho e, portanto, é um processo de produção)[114], atua diminuindo o tempo e o custo da circulação de mercadorias[115]. Há ainda o capital portador de juros, no qual "a relação capitalista assume sua forma mais exterior e mais fetichista"[116] que se distingue da usura dos modos de produção pré-capitalistas não pela sua natureza, mas pelo seu modo de funcionamento:

> O sistema de crédito completa seu desenvolvimento como reação contra a usura. Mas isso não deve ser mal entendido, e de forma nenhuma interpretado ao modo dos autores antigos [...]. O sistema de crédito não significa nada além da submissão do capital portador de juros às condições

[113] C, vol. III, p. 296-297; MEW, vol. 25, p. 268.

[114] C, vol. II, p. 133-134; MEW, vol. 24, p. 59-61.

[115] C, vol. III, p. 309-322; MEW, vol. 25, p. 278-291.

[116] C, vol. III, p. 441; MEW, vol.25, p. 404.

> e às necessidades do modo de produção capitalista. [...] A diferença entre o capital portador de juros – na medida em que ele constitui um elemento essencial do modo de produção capitalista – e o capital usurário não está de modo nenhum na natureza ou no caráter desse capital em si, mas apenas nas condições modificadas sob as quais ele funciona e, portanto, também no caráter totalmente transformado do mutuário, que se confronta com o prestamista de dinheiro. Mesmo quando um homem carente de meios obtém crédito como industrial ou comerciante, isso ocorre na confiança de que ele atuará como capitalista, ou seja, de que empregará o dinheiro emprestado para apropriar-se de trabalho não pago. O crédito lhe é concedido como capitalista potencial. [...] Essa exigência da subordinação do capital portador de juros ao capital industrial, é apenas o prelúdio das criações orgânicas que essas condições da produção capitalista engendram no sistema bancário, o qual, por um lado, despoja o capital usurário de seu monopólio, ao concentrar e lançar no mercado de dinheiro todas as reservas inativas e, por outro lado, limita o monopólio dos próprios metais preciosos mediante a criação do dinheiro creditício[117].

Marx afirma que o caráter social do capital só se torna completamente realizado por meio do pleno desenvolvimento do sistema bancário e de crédito que, "por sua organização formal e sua centralização, é o produto mais artificial e mais refinado que pode resultar do modo de produção capitalista"[118], pois ele coloca à disposição dos capitalistas industriais e comerciais todo o capital disponível da sociedade, incluindo o capital potencial, que ainda não está engajado ativamente, abolindo assim o caráter privado do capital; o sistema bancário retira o capital das mãos dos capitalistas particulares e dos usurários, tornando-o um "negócio especial", uma função social – deste modo, os bancos e o sistema de crédito tornam-se o

[117] C, vol. III, p. 659-663; MEW, vol. 25, p. 613-617.

[118] C, vol. III, p. 666; MEW, vol. 25, p. 620.

> meio mais poderoso de impulsionar a produção capitalista para além de seus próprios limites e um dos mais eficazes promotores das crises e da fraude[119].

Como o sistema bancário e de crédito "suprime o caráter privado do capital" ao colocá-lo em uma função social, "contém em si [...] a supressão do próprio capital"[120].

Tais crises se iniciam na forma de escassez de crédito: quando ocorre uma superprodução de mercadorias e elas não conseguem realizar seus preços de produção devido à oferta excessivamente abundante, as letras de crédito comerciais e bancárias começam a não ser honradas; ocorre uma explosão da procura por dinheiro como meio de pagamento (para honrar os contratos) e as taxas de juros se elevam como consequência – uma vez que "a taxa de juros vigente [...] é a medida da diferença entre o preço com pagamento em espécie e o preço a crédito até o vencimento"[121]. Caso uma crise dessa natureza atinja seu auge, rompe-se a cadeia social de crédito e os pequenos capitalistas "aventureiros" vão à falência, enquanto aqueles que sobrevivem à crise centralizam mais ainda o capital socialmente disponível adquirindo as empresas menores, em apuros, "em um jogo em que os tubarões da Bolsa devoram os peixes pequenos, e os lobos, as ovelhas"[122]. Nas palavras do autor,

> na fase de redução da atividade, a produção cai abaixo do nível alcançado no ciclo anterior e para o qual se criou agora a base técnica. Na época de prosperidade [...], ela continua a se desenvolver sobre essa base. No período

[119] C, vol. III, p. 667; MEW, vol. 25, p. 620-621.

[120] C, vol. III, p. 667; MEW, vol. 25, p. 620-621.

[121] C, vol. III, p. 476; MEW, vol. 25, p. 433.

[122] C, vol. III, p. 498; MEW, vol. 25, p. 456.

> de superprodução e de especulação, ela ativa ao máximo as forças produtivas, até exceder os limites capitalistas do processo de produção. [...] Em épocas de crise ocorre escassez de meios de pagamento, [...] e tão mais exatamente nessas épocas quanto maior é o número de firmas que operam puramente com base no crédito. [...] Num sistema de produção em que toda a rede de conexões do processo de reprodução se baseia no crédito, quando este cessa de repente e só se admitem pagamentos à vista, tem de se produzir evidentemente uma crise, uma demanda violenta de meios de pagamento. À primeira vista, a crise se apresenta como uma simples crise de crédito e crise monetária. E, com efeito, trata-se apenas da conversibilidade das letras de câmbio em dinheiro. Mas a maioria dessas letras representa compras e vendas reais. [...] Ao mesmo tempo, há uma massa enorme dessas letras que representa apenas negócios fraudulentos [...]; além disso, há especulações feitas com capital alheio, porém malogradas; e, por fim, capitais-mercadorias desvalorizados, ou até mesmo invendáveis, ou refluxos de capitais que jamais se realizam[123].

Diante do que foi exposto até este ponto, já possuímos elementos suficientes para compreender as bases do funcionamento do sistema capitalista de produção, bem como os fatores que levam às crises e a dinâmica das mesmas. No próximo capítulo discorreremos sobre a teoria crítica do valor, ressaltando as diferenças de interpretação entre os teóricos desta corrente e outros marxistas (de correntes distintas) a respeito da exposição que é feita por Marx sobre o funcionamento do sistema capitalista.

[123] C, vol. III, p. 546-547; MEW, vol. 25, p. 506-507.

2

UMA REINTERPRETAÇÃO DE MARX: A CRÍTICA DO VALOR

Neste capítulo refletiremos sobre a teoria crítica do valor[1], ressaltando as diferenças de interpretação entre os teóricos desta corrente e outros marxistas (de correntes distintas) a respeito da exposição que é feita por Marx sobre o funcionamento do sistema capitalista.

Segundo Anselm Jappe,

> a crítica do valor tem os seus antecedentes nos anos vinte com dois trabalhos: História e consciência de classe, de György Lukács, e os Estudos sobre a teoria do valor, de Isaak Rubin. Continua depois por entre as linhas dos escritos de Theodor Adorno, para encontrar o seu verdadeiro nascimento por volta de 1968, quando em diferentes países (Alemanha, Itália, EUA) autores como Hans-Jürgen Krahl, Hans-Georg Backhaus, Lucio

[1] A expressão "teoria crítica do valor" pode remeter o leitor não familiarizado com esta teoria a Kant ou aos Frankfurtianos. Trata-se de um problema derivado de como essa vertente teórica foi traduzida para a língua portuguesa. A expressão original em alemão, *Wertkritik*, tornou-se *Value Criticism* nos países anglófonos – e, no início dos anos 1990, quando a teoria chegou ao Brasil e, posteriormente, em Portugal, tornou-se "Crítica do Valor" ou "Teoria Crítica do Valor". Neste último caso, aparentemente os tradutores e comentadores fizeram uma tentativa direta de conectar a *Wertkritik* à Escola de Frankfurt, uma vez que seus primeiros expoentes foram influenciados por Adorno – no início, houve muitas críticas a Adorno; depois, assumiram algumas de suas teses. Na crítica do valor, o problema filosófico subjacente de maior monta diz respeito à ontologia e à epistemologia do trabalho – seus formuladores defendem que a forma especificamente moderna de trabalho é bastante distinta do que era entendido como trabalho antes da revolução industrial. Isso, segundo eles, está conectado a um problema no conceito de sujeito adotado por quase todas as sociedades após a revolução industrial; este modelo moderno de sujeito é alvo de fortes críticas pelos teóricos da *Wertkritik*. No entanto, no entendimento do autor desta obra, permanece em aberto a discussão sobre se a ontologia do sujeito moderno (pós-cartesiano e, ao fim e ao cabo, pós-kantiano) resulta em uma ontologia do trabalho especificamente moderna ou se o fenômeno tem o caminho oposto (com o trabalho em sua forma especificamente moderna influenciando ou determinando as características do sujeito moderno); ou, ainda, se ambos os processos ocorrem simultaneamente e se retroalimentam – como aparenta ser a posição defendida por Jappe.

> Colletti, Roman Rosdolsky ou Fredy Perlman trabalham em torno do mesmo assunto. Desenvolve-se posteriormente, a partir da segunda metade dos anos oitenta, com autores como Robert Kurz, na Alemanha, Moishe Postone, nos Estados Unidos, e Jean-Marie Vincent, em França, os quais, sem contacto entre si, chegaram, por vezes literalmente, às mesmas conclusões. Como é evidente, este facto não se explica por um crescimento da inteligência dos teóricos, mas sim pelo fim do capitalismo clássico: esse fim significou ao mesmo tempo o fim do marxismo tradicional, desbloqueando assim a possibilidade de uma perspectiva sobre um outro terreno da crítica social[2].

O mais conhecido expoente da teoria crítica do valor (ou *Wertkritik*) é o filósofo e ensaísta alemão Robert Kurz (1943-2012). Kurz foi membro do corpo editorial da revista *Krisis: Kritik der Warengesellschaft* (*Krisis: crítica da sociedade da mercadoria*), fundada em 1986. Em 2004 o Grupo Krisis sofre uma cisão, e Kurz, em conjunto com outros ex-integrantes, funda a revista *EXIT! – Kritik und Krise der Warengesellschaft* (*EXIT! – Crítica e Crise da Sociedade da Mercadoria*).

Embora existam divergências quanto à afirmação, feita por Jappe, de que a crítica do valor teria uma genealogia que recua até Lukács ou mesmo afinidades com autores mais recentes, como Postone e Jean-Marie Vincent[3], poucos questionam que Kurz seja parte de uma linhagem intelectual distinta dos marxismos mais conhecidos, tampouco que o próprio Jappe seja parte da mesma escola teórica que Kurz. As divergências entre os intérpretes se concentram principalmente a respeito de Kurz ter sido ou não o fundador de uma

---

[2] Jappe, A. (2006). *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, p. 18. Original: Jappe, A. (2003). *Les Aventures de la marchandise: pour une nouvelle critique de la valeur*. Paris: Denoël.

[3] Novo, Â. (2007). Resenha de: JAPPE, Anselm. As aventuras da mercadoria. Para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006, 283 p. *Crítica Marxista*, 1(24), 173–176.

teoria nova sobre o capitalismo (o que, à primeira vista, excluiria a "genealogia" que remonta a Lukács), ou de quais autores fariam parte da mesma concepção teórica; por exemplo, se deve-se considerar autores que inicialmente não tiveram contato entre si (como Postone e Kurz) como membros de uma mesma "escola" filosófica. A despeito destas miudezas interpretativas, há alguns elementos que são ponto pacífico entre os intérpretes: 1) a crítica do valor é uma "escola" filosófica e sociológica, no sentido de que constitui-se como uma linha de interpretação sobre a sociedade moderna e contemporânea distinta de outras correntes intelectuais; 2) os autores que contribuíram com a *EXIT!*, antes ou depois da morte de Kurz, são membros dessa escola. Ressalte-se, ainda, que a nova teorização de Kurz retoma alguns aspectos do "marxismo herético", como ele próprio admitiu a partir de determinado momento de sua carreira; e que Postone e Kurz passaram a ter algum contato a partir dos anos 2000.

Para esta pesquisa, considerar-se-á ainda que mesmo autores que não tenham sido parte do círculo da *Krisis* ou da *EXIT!* possuem afinidades intelectuais com a crítica do valor, tendo, por vezes, atingido conclusões semelhantes em suas pesquisas e, devido a isso, sendo relevantes para a popularização (e, por vezes, o desenvolvimento) dos principais postulados desta escola. Esta opção metodológica torna indiferente se tais indivíduos são membros "genuínos" da *Wertkritik* ou não, e justifica-se sob o argumento de que o *pedigree* do pensador é de pouca relevância para as conclusões apresentadas em seus escritos e os efeitos que eles causam no ambiente intelectual que os circunda quando são publicizados.

Há de se considerar, ainda, que a maior parte da produção intelectual de Kurz nos países lusófonos foi construída através de ensaios,

artigos em jornais e artigos em revistas não-acadêmicas – por vezes compilados em livros e publicados na forma de coletâneas; no entanto, a maioria dos seus escritos em língua portuguesa permanecem fragmentários ou com um nexo não imediatamente evidente para o leitor. Em sua língua original, o alemão, foram publicados ao menos catorze livros, incluindo obras póstumas, das quais menos de um terço foram traduzidas integralmente para o português. Algumas destas permanecem de difícil acesso, em virtude de baixas tiragens, ausência de reedições, ou edições circulantes somente em um país específico ou formato específico: *Dinheiro sem valor*, por exemplo (*Geld ohne Wert*, no original), existe somente em edição portuguesa, enquanto *O colapso da modernização* (*Der Kollaps der Modernisierung*) existe apenas em edição brasileira – ambos foram publicados unicamente em papel, sem versões digitais oficiais que facilitariam a circulação. Algumas das compilações de textos foram publicadas somente fora da Alemanha, como é o caso de *Com todo vapor ao colapso*, uma coletânea de dezenove artigos e uma entrevista que aparentemente não foi idealizada como livro propriamente dito pelo autor; o título da seleção, neste caso, é a repetição do título de um dos artigos escolhidos. A ausência de edições digitais traduzidas e o caráter de coletânea também afetam *Os últimos combates*, cuja última edição em português data de 1998 e onde, mais uma vez, o título do "livro" deriva de um dos ensaios que o compõem, publicado originalmente em 1996 na Krisis número 18 (*Die letzten Gefechte*). O leitor lusófono que desconhece a língua alemã pode, eventualmente, confundir-se com tais escolhas editoriais e acabar realizando julgamentos errôneos sobre o conteúdo teórico dos textos do autor. Por isso, sempre que possível, será apresentada a referência original junto com a versão em língua portuguesa de cada elemento bibliográfico.

Dito isto, alguns elementos essenciais distinguem a crítica do valor de outras correntes de interpretação a respeito dos trabalhos de Marx.

Para os teóricos da *Wertkritik*, a luta de classes "não foi outra coisa senão o motor do desenvolvimento capitalista e jamais poderá levar à sua superação"[4]. Adicionalmente, a democracia não é uma antagonista do sistema capitalista, mas sua forma política por excelência; a queda do regime socialista soviético não representou uma vitória do livre-mercado, mas sim um passo a mais em direção ao fim do capitalismo, que, assim como a democracia, esgotou seu papel histórico[5]. Esse esgotamento deriva do fim da sociedade do trabalho, provocado pelas mudanças nos meios de produção ocasionados pela revolução da microeletrônica[6]. A crítica do valor acusa de "sociologismo" todas as interpretações à esquerda que consideram sujeitos coletivos (como a "burguesia" e o "proletariado") como atores conscientes do sistema, portadores de intencionalidade, e os interpreta como apenas engrenagens ou sujeitos inconscientes sobre o papel que desempenham[7]. Não há, para a crítica do valor, nenhuma proposta atual nas esquerdas que vise a superação da sociedade capitalista: as reivindicações por trabalho para todos, melhores salários, mais "justiça" no comércio internacional e renda mínima universal, bem como as lutas identitárias, nada mais são do que uma expressão da

[4] Jappe, A. (1997). Apresentação. In Kurz, R. (1997). *Os últimos combates* (5ª ed., pp. 7-12). Petrópolis: Vozes, p. 7.

[5] Idem, ibidem.

[6] Kurz, R. (2015). Poder mundial e dinheiro mundial. In *Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio* (pp. 21-38). Rio de Janeiro: Consequência. Versão original: Kurz, R. (2007). Weltmacht und Weltgeld: Die ökonomische Funktion der US-Militärmaschine im globalen Kapitalismus und die Hintergründe der neuen Finanzkrise. *Widersprüch*, 53, 133–142.

[7] Jappe, A. (1997). Apresentação. In Kurz, R. (1997). *Os últimos combates* (5ª ed., p. 7-12). Petrópolis: Vozes, p. 9.

disputa dicotômica entre um "esclarecimento" e um "contra-esclarecimento"[8] que são, ambos, burgueses[9], e que acabam por servir como fatores contra-arrestantes que postergam o fim do capitalismo, e não o contrário[10]. Adicionalmente, Kurz insistia que o problema real estava não na taxa de mais-valia, mas na massa de mais-valia; mesmo Rosa Luxemburgo e Henryk Grossmann, os únicos teóricos das crises que não permaneceram atrelados à noção de crises de superprodução, teriam falhado em vislumbrar este problema[11].

Para a crítica do valor, o *corpus* da obra de Marx permite uma dupla interpretação de seus escritos: existiria um Marx "exotérico", que todos conhecem, dissidente do liberalismo político, influenciado pelo iluminismo e cuja manifesta preocupação era a de transformar os operários em cidadãos de pleno direito; e um Marx "esotérico", cujo trabalho intelectual visa mais além da sociedade capitalista e que ao longo do último século foi solenemente ignorado tanto por revolucionários quanto por intelectuais. A crítica às categorias do trabalho e do valor contida na porção "esotérica" dos escritos de Marx se revela como uma crítica da própria modernidade, e não apenas de um sistema econômico ou político em particular – sendo, portanto, essencial para entendermos as diferentes crises enfrentadas pela sociedade contemporânea de modo mais amplo[12].

---

[8] Diferentes traduções utilizam "iluminismo" no lugar de "esclarecimento". O termo utilizado por Kurz é "*Aufklärung*".

[9] Kurz, R. (2010). *Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra, p. 102-112. Original: Kurz, R. (2004). *Blutige Vernunft: Essays zur emanzipatorischen Kritik der kapitalistischen Moderne und ihrer westlichen Werte*. Merdingen: Horlemann.

[10] Kurz, R. (1997). Para além de Estado e Mercado. In *Os últimos combates* (5ª ed., pp. 151-157). Petrópolis: Vozes.

[11] Kurz, R. (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona. Original: Kurz, R. (2012). *Geld ohne Wert: Grundrisse zu einer Transformation der Kritik der politischen Ökonomie*. Merdingen: Horlemann.

[12] Jappe, A. (2006). *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, p. 10-13.

Para Jappe,

> não pode dizer-se que o Marx 'esotérico' tem 'razão' e que o Marx 'exotérico' está 'errado'. É preciso pô-los em correlação com duas etapas históricas distintas: a modernização, por um lado, e a respectiva superação, por outro. Marx não se limitou a analisar a sua época, antes previu também certas tendências que só viriam a realizar-se um século mais tarde[13].

Em Kurz, o problema reside nas categorias do fetichismo e da dominação, que adquiriram uma popularidade tão ampla no seio da esquerda militante que deram origem a um "marxismo vulgarizado", intimamente atrelado a uma práxis sem teoria, que se manifesta como "ideologia militante heróico-existencialista", destituída de crítica radical e, devido a isso, incapaz de resolver os problemas sociais e políticos que busca atacar[14].

Moishe Postone, em particular, justifica uma leitura diferenciada de Marx, ainda que não use a expressão "esotérica", a partir das características do próprio capitalismo:

> Conceituo o capitalismo em termos de uma forma historicamente específica de interdependência social com um caráter impessoal e aparentemente objetivo. Essa forma de interdependência se realiza por intermédio de relações sociais constituídas por formas determinadas de prática social que, não obstante, se tornam quase independentes das pessoas engajadas nessas práticas. O resultado é uma forma nova e crescentemente abstrata de dominação, que sujeita as pessoas a imperativos e coerções estruturais impessoais que não podem ser adequadamente compreendidos em termos de dominação concreta (por exemplo, dominação pessoal ou de grupo), que também gera uma dinâmica histórica contínua. [...] Essa reinterpretação

[13] Idem, p. 10-11.

[14] Kurz, R. (2010). *Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra, p. 221-233 e 289.

> trata a teoria do capitalismo de Marx menos como uma teoria das formas de exploração e dominação na sociedade moderna e mais como uma teoria social crítica da própria natureza da modernidade[15].

Esta perspectiva, comum a Postone, Kurz e Jappe – respeitadas as diferenças de nuance existentes entre os autores e as divergências teóricas em relação a outros temas – permite evitar um problema apontado por Michel Henry (1922-2002), fenomenólogo francês, nos movimentos marxistas[16]: a tendência em transformar a crítica do indivíduo concebido enquanto pensamento e do alegado poder da consciência de modificar livremente suas representações da realidade, feitas por Marx em *A Ideologia Alemã*[17], em uma crítica do próprio indivíduo. Segundo Henry, o marxismo teria se livrado da definição idealista da realidade – que a identifica com uma representação da consciência que é derivada da própria consciência, que mencionamos no

[15] Postone, M. (2014). *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, p. 18. Original: Postone, M. (2003). *Time, labor and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

[16] Note-se que não apenas Henry, mas também Jappe e Kurz distinguem o pensamento e as obras de Marx do "marxismo" (ou "marxismo do movimento operário", nos termos de Kurz), apontando que o marxismo, ou seja, os movimentos que se reivindicam marxistas, teria feito uma leitura superficial, apressada e errônea das ideias de Marx, o autor. Muitos estudiosos de Marx criticam os movimentos que se reivindicam "marxistas", não sendo isso exclusividade da crítica do valor – o que nos permite integrar algumas reflexões de teóricos externos à crítica do valor neste trabalho.

[17] Em *A Ideologia Alemã* Marx argumenta contra o conceito de sujeito de Max Stirner, pseudônimo pelo qual ficou conhecido o pensador Johann Kaspar Schmidt (1806-1856), que fez parte do círculo dos jovens hegelianos na década de 1840. Sua obra mais famosa, *Der Einzige und sein Eigentum* (na tradução anglófona: *The Ego and Its Own*; na tradução brasileira: *O Único e Sua Propriedade*), consiste em uma polêmica contra as posições de Ludwig Feuerbach e Bruno Bauer, mas também contra ativistas como Wilhelm Weitling e o anarquista Pierre-Joseph Proudhon. Atualmente Stirner é considerado uma referência na corrente anarquista individualista. Conhecia pessoalmente Engels, mas não é claro se chegou a ter contato direto com Marx. De qualquer modo, Stirner concebia o indivíduo como "pensamento" ou "consciência", e enfatizava o poder da consciência para modificar as representações a respeito da realidade. Marx criticou duramente este "idealismo de consciência", mas os marxistas interpretaram isso não como uma crítica *ao conceito de indivíduo de Stirner*, mas sim como uma crítica *ao conceito de indivíduo em geral*. Para maiores detalhes, ver Stirner, M. (2009). *O único e sua propriedade*. São Paulo: Martins. Ver também Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial.

primeiro capítulo ao tratar brevemente da crítica de Marx a Feuerbach – apenas para postular, em seu lugar, uma realidade estritamente (e supostamente) objetiva e material; por ter procedido desta maneira, o marxismo permaneceu refém da clássica dicotomia sujeito-objeto, perdendo de vista aquilo que, aos olhos de Marx, seria a verdadeira essência do real: a vida subjetiva dos indivíduos[18]. Esta, por sua vez, não consiste simplesmente em uma representação da consciência e nem em uma existência material, uma vez que não é concebível como um objeto[19]. Postular o indivíduo *vivo* e *vivente* como o princípio da sociedade e da história não é a mesma coisa que postular a existência de um indivíduo isolado, mas sim afirmar que a realidade da qual a sociedade e a história procedem é, na verdade, uma realidade como aquela que ele habita e que o torna um indivíduo vivo. O impulso desta interminável reiteração de desejo e necessidade dá origem à produção (em sentido praticamente crematístico) que visa satisfazê-los. O erro do marxismo nos países do Leste teria sido o de substituir o indivíduo vivente por uma série de entidades abstratas com as quais acreditava-se poder explicar a totalidade dos fenômenos econômicos, históricos e sociais, e, em última instância, os próprios indivíduos. Uma vez que as abstrações e os objetos não experimentam *pathos*, os regimes que se reivindicavam marxistas tornaram-se "regimes de morte", excluindo a Vida[20] do papel de princípio organizador da sociedade. A crença de que os conceitos

[18] Parte substancial da exposição realizada neste parágrafo vem de material já publicado pelo próprio autor deste livro. Borges, D. G. (2020). Capitalismo e Socialismo, as Duas Faces de Janus: A Fenomenologia do Sujeito de Michel Henry e suas Aproximações com a Crítica do Valor de Robert Kurz. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, 8(1), 365–400.

[19] Henry, M. (1990). *Du communisme au capitalisme*. Paris: Odile Jacob, p. 42-43. Henry, M. (2014). *From communism to capitalism*. London; New York: Bloomsbury, p. 21-22.

[20] Optou-se por grafar o termo com a primeira letra em maiúsculo pois aqui ele remete ao conceito fenomenológico de "Vida", como utilizado por Michel Henry, que difere em significado em relação a como o termo "vida" é usado por todos os demais autores abordados nesta obra.

formulados sobre a realidade são da mesma natureza que a própria realidade fez com que a abstração "Sociedade" tomasse o lugar da sociedade como tal, relegando aos indivíduos concretos o papel de meros componentes funcionais a se deixarem determinar pelo todo abstrato[21]. Uma vez que a inversão de categorias promovida pelo marxismo acaba por tornar os indivíduos meros produtos da estrutura social de classes e reduz quaisquer eventuais dinâmicas sociais à luta entre duas classes distintas – o proletariado e a burguesia – na qual a segunda explora a primeira, eventuais antagonismos sociais resultam na identificação de uma dessas classes com o Bem e da outra com o Mal; deste modo, a necessidade de suprimir o capitalismo e as desigualdades converte-se na necessidade de suprimir todos os membros da classe que é identificada com o "mal" e com os "exploradores". A eliminação de camadas inteiras da população que foi realizada em vários países que passaram por revoluções socialistas não é, portanto, um infeliz acidente decorrente de circunstâncias locais ou dos excessos de seus líderes: é um resultado direto do marxismo vulgarizado. No imaginário dos movimentos marxistas, a eliminação da burguesia exige também a eliminação dos pequeno-burgueses, os "cães de guarda do capital", como parte da marcha da história; "com exceção daqueles que aprenderam a ser autocríticos e cuspir em si mesmos o quanto for necessário" e daqueles que "aprenderam a esconder sua condição social"[22].

Em que pese o fato de Michel Henry ter uma interpretação bastante diferente dos conceitos de trabalho e de valor em relação aos teóricos

[21] Henry, M. (1990). *Du communisme au capitalisme*. Paris: Odile Jacob, p. 50-54. Henry, M. (2014). *From communism to capitalism*. London; New York: Bloomsbury, p. 26-27.

[22] Henry, M. (1990). *Du communisme au capitalisme*. Paris: Odile Jacob, p. 73-86. Henry, M. (2014). *From communism to capitalism*. London; New York: Bloomsbury, p. 38-44.

da *Wertkritik*, seus apontamentos sobre os erros do marxismo histórico, efetuados igualmente no período do início da década de 1990, são incrivelmente similares aos dos teóricos da crítica do valor. Somando-se isto ao que já foi apontado por Postone sobre a interdependência social com caráter impessoal do capitalismo (mencionado anteriormente), há evidências suficientes de que a afirmação feita por Jappe – de que diferentes autores influenciados por Marx, por vezes sem contato entre si, chegaram a conclusões similares – se mostra justificada. Mas o que teria dado origem a este fenômeno, ocorrido entre a segunda metade dos anos 1970 e a década de 1990? Segundo Jappe, o que teria "desbloqueado" essa possibilidade de leitura mais abrangente das obras de Marx, destacando os aspectos "esotéricos" e "exotéricos" do pensamento do filósofo alemão, teria sido o fim do capitalismo clássico, que simultaneamente levou ao fim do marxismo tradicional, permitindo uma nova perspectiva de crítica social[23]. Esta nova perspectiva, mais complexa, se distancia do "marxismo vulgarizado" que caracterizou os movimentos de trabalhadores ao longo dos primeiros dois terços do século XX. Ainda de acordo com Jappe, a "vulgarização" no marxismo tradicional teria se iniciado nos tempos da Segunda Internacional:

> Nos tempos da Segunda Internacional (1889-1914), a teoria de Marx foi transformada em uma ideologia centrada na "luta de classes" e na reivindicação de uma redistribuição diferente do sobrevalor. Desde então, continuou-se a utilizar as análises de Marx essencialmente com esta meta: obter maior justiça social. [...] Não é verdadeiramente o conteúdo da reprodução capitalista que está posto em questão, mas antes o acesso a seus

[23] Jappe, A. (2006). *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, p. 18. Original: Jappe, A. (2003). *Les Aventures de la marchandise: pour une nouvelle critique de la valeur*. Paris: Denoël.

> resultados. O valor e o dinheiro, o trabalho e a mercadoria não são ali concebidos enquanto categorias negativas e destruidoras da vida social. [...] Para o movimento operário, para seus porta-vozes e seus intelectuais, o valor e o dinheiro, o trabalho e a mercadoria não mais constituíam categorias a serem abolidas, mas elementos naturais de toda vida humana, dos quais era preciso apropriar-se para administrar "diferentemente". [...] Essa atitude chegava ao ponto de elogiar o fordismo, com sua linha de montagem e sua férrea disciplina, elogio pronunciado por Lênin e Gramsci em alguns de seus textos[24].

Tal internalização de categorias capitalistas mesmo em meio aos operários e demais elementos "subalternos" do sistema seria uma das consequências de como o trabalho passou a ser encarado a partir da modernidade – deixando de estar associado a sofrimento e coerção social, como nos tempos pré-modernos, e passando a ser visto como determinação natural dos seres humanos[25]. A crítica feita por Marx ao trabalho em sua forma especificamente *moderna*, *industrial* e *humana* foi ofuscada diante do restante de sua produção intelectual, uma vez que, para o senso comum, "trabalho" equivale a "metabolismo com a natureza" – e este, por definição, mesmo para Marx, é inevitável.

Após a Segunda Guerra Mundial e, principalmente, nos anos 1960-1970, as críticas ao capitalismo começam a sofrer uma transformação devido ao fim da pobreza de massa e à progressiva absorção do proletariado nas assim chamadas "classes médias" nos países industrializados. O conceito de alienação tornou-se amplamente difundido:

---

[24] Jappe, A. (2014). Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. *Limiar*, 1(2), 4–29. O trecho especificamente citado encontra-se na página 5.

[25] Krisis, G. (1999). *Manifesto against labour*. Acessado em 29/06/2017, disponível em Krisis – Kritik der Warengesellschaft: http://www.krisis.org/1999/manifesto-against-labour/. Especial atenção do item 8 em diante.

> O conceito de "alienação" conheceu ampla difusão após a Segunda Guerra Mundial. Sobretudo, nos anos 1960-1970, ele se propagou para muito além dos meios marxistas em sentido estrito. Ele parecia representar uma possibilidade de dar continuidade à crítica do capitalismo, apesar do fim da pobreza de massa e do que então se denominava frequentemente a "integração do proletariado" na sociedade capitalista e sua pretensa absorção nas "classes médias" [...]. O "sucesso" do conceito de alienação comportava, evidentemente, uma notável ampliação da crítica do capitalismo, visando, agora, bem mais do que apenas a denúncia da exploração econômica. Essa ampliação estava plenamente de acordo com os novos dados sociais, econômicos e políticos dos anos 1960, quando temas tradicionais como a "miséria operária" pareciam corresponder cada vez menos à realidade empírica. [...] As teorias sociais que [...] continuavam a expor a exigência de uma mudança radical [...] partiam da convicção de que o capitalismo não mais conheceria graves crises econômicas que pudessem desembocar em revoluções; concentravam toda a sua atenção na insatisfação dos indivíduos, na impossibilidade de controlarem suas condições de trabalho e suas vidas em geral. A esperança de que pudesse produzir-se "apesar de tudo" uma ação revolucionária dependia dessa insatisfação. [...] O conceito de alienação, porém, transbordava de seu quadro marxista para tornar-se um lugar-comum[26].

A teoria da alienação (*Entfremdung*, que também carrega os sentidos de "afastamento", "distanciamento" ou "estranhamento") de Marx descreve como os indivíduos concretos se afastam da "essência da espécie" (*Gattungswesen*; conceito já mencionado no capítulo anterior) como consequência de viverem em uma sociedade estratificada em classes. A alienação é decorrente de tornar-se um componente mecânico de uma classe social, o que "distancia" a pessoa de sua própria humanidade. Marx desenvolve com maior vigor este ponto nos

[26] Jappe, A. (2014). Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. *Limiar*, 1(2), 4–29. O trecho citado encontra-se nas páginas 7-8.

Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, com certa inspiração intelectual de Ludwig Feuerbach (*A Essência do Cristianismo*) e Max Stirner (*O Único e sua Propriedade*), embora tenha se preocupado em refutar posições de ambos em *A Ideologia Alemã*, de 1845. Nos manuscritos de 1844, Marx afirma que

> com a *valorização* do mundo das coisas [*Sachenwelt*] aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens [*Menschenwelt*]. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. [...] O objeto [*Gegenstand*] que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal [*sachlich*], é a *objetivação* [*Vergegenständlichung*] do trabalho. A efetivação [*Verwirklichung*] do trabalho é a sua objetivação. Essa efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* [*Entwirklichung*] do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* [*Entfremdung*], como *alienação* [*Entäusserung*]. [...] Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, [*ausarbeitet*], tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio [*fremd*] que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, tanto menos pertence a si próprio. [...] O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto[27].

Embora o fenômeno da alienação já tenha sido brevemente esboçado no primeiro capítulo, torna-se necessário detalhá-lo mais para dar continuidade à exposição. Marx identifica, nos *Manuscritos*, quatro tipos de alienação: do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho, ao ato de produção, à sua "essência da espécie" (*Gattungswesen*) e em relação a outros trabalhadores. No primeiro caso, devido à forma

[27] MEF, p. 80-81; MEW, vol. 40, p. 511-512. Grifos de Marx.

como as relações sociais são organizadas dentro do sistema capitalista o trabalhador não usufrui daquilo que produz e tampouco produz de acordo com suas necessidades físicas ou existenciais; o que será produzido é, em última instância, determinado pela estrutura social (e, de modo mais imediato, pelas classes dominantes). Os valores de uso produzidos durante o trabalho são valores de uso para outrem, mercadorias, e não para quem efetivamente despende força de trabalho no processo de produção[28]. O segundo caso – a alienação do trabalhador em relação ao ato de produção, dentro da própria atividade produtiva – deriva do fato de que o trabalho é *externo* (*äusserlich*) ao trabalhador no sentido de não ser uma atividade edificante assumida voluntariamente para suprir alguma carência, mas sim algo obrigatório, forçado, que só é assumido como um meio para satisfazer necessidades externas a ele. De modo geral (e em especial na época em que os *Manuscritos* foram redigidos) o trabalhador não supre nenhuma de suas necessidades físicas ou espirituais em seu ambiente de trabalho ou durante suas atividades laborais. Elas são um meio através do qual espera-se obter remuneração para que esta última (o salário) seja utilizada na satisfação de necessidades. O trabalho, nesse sentido, é uma atividade mortificante assumida apenas devido à coerção (física ou simbólica) decorrente da possibilidade de se sofrer com a miséria material, tornando-se perda de si mesmo, uma vez que o trabalhador, ao vender sua força de trabalho, faz com que seu trabalho e seu tempo pertençam a outro. Em relação ao terceiro caso, da alienação do trabalhador em relação à essência da espécie, Marx afirma que o homem não faz apenas do que lhe é exterior seu objeto, mas se relaciona consigo mesmo como algo vivo, presente e

[28] C, vol. I, p. 119; MEW, vol. 23, p. 55.

universal; e, portanto, livre. O homem vive da natureza, com a qual tem de estar em um processo contínuo para não morrer; sua vida física e mental está interconectada com a natureza por ser, ele próprio, parte da natureza – significando que ela própria está interconectada consigo mesma. O trabalho alienado (ou estranhado) aparece ao homem como um meio para a manutenção da sua existência física, o que distancia o homem da natureza e também de suas atividades vitais, produzindo estranhamento entre ele e o *gênero* humano; a vida produtiva deixa de ser *vida engendradora de vida*, atividade consciente livre, passando a aparecer somente como *meio de vida*. A atividade vital, que faz parte da *essência* do homem por, ao contrário do que ocorre com outros animais, este ser capaz de torná-la objeto de sua vontade e de sua consciência, se torna, no trabalho alienado, mero meio para a *existência* do homem, animalizando-o, fazendo com que estranhe seu próprio corpo, a natureza fora dele e sua essência espiritual (sua essência *humana*). Por fim, no que concerne à alienação do trabalhador em relação aos outros trabalhadores, todo o auto-estranhamento passa a ser projetado também na relação para com outros homens. Se o trabalhador se relaciona com o produto objetivado do seu trabalho enquanto objeto estranho, hostil, poderoso e independente dele, e com a sua própria atividade laboral como martírio, atividade não-livre, então se relaciona com ela como como atividade a serviço e sob o domínio de outro homem, que lhe aparece como hostil, poderoso e senhor desse objeto[29].

Adicionalmente, os teóricos da crítica do valor apontam que a esquerda do espectro político não apenas foi influenciada pelo constructo ideológico do trabalho enquanto fim em si mesmo, mas

[29] MEF, p. 80-87; MEW, vol. 40, p. 511-520

passou a ignorar a questão do automovimento do capital, possivelmente devido a uma leitura superficial dos escritos de Marx:

> A razão teórica e ideológica desse modo de pensar encontra-se na compreensão estranhamente sociologista da socialização e das formações sociais históricas. A teoria de Marx, vulgarizada por interpretações unilaterais até tornar-se "marxismo", foi privada de sua crítica decisiva da forma do sistema burguês moderno de reprodução; a crítica da forma-mercadoria que culmina no conceito do fetichismo, criado por Marx, foi eliminada e empurrada para um além teórico e histórico, difamada como nebulosa, ou degredada a um fenômeno mental puramente subjetivo. No lugar de um conceito da forma do sistema produtor de mercadorias e de sua condicionalidade histórica aparece, dessa maneira, um conceito reduzido de "classes em conflitos", como a suposta razão última da socialização: [...] o fenômeno secundário das classes sociais foi transformado num fato inquestionável. Assim, em vez de criticar o próprio capital, passou-se a criticar "os capitalistas" que tinham de aparecer como sujeitos pessoais da relação social da mercadoria, que na verdade não tem sujeito algum[30].

Isso acaba por gerar a concepção de que a origem de todas as injustiças sociais residiria primordialmente na apropriação do trabalho alheio; daí a ênfase dada pelos movimentos sociais e sindicais aos temas da mais-valia e da dominação. Segundo Kurz,

> O cerne do problema é a categoria do trabalho abstrato, que é definida por Marx de modo claramente negativo, mas foi ligada a uma ontologia do trabalho positiva no marxismo tradicional. Deste modo, "o trabalho", que é a substância do capital, não surgia como abstração real especificamente capitalista, mas como eterna condição humana. [...] Assim, a esquerda encontra-se numa sintonia com a consciência das massas absolutamente

[30] Kurz, R. (2004). *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 44-45. Original: Kurz, R. (1991). *Der Kollaps der Modernisierung. Vom Zusammenbruch des Kasernensozialismus zur Krise der Weltökonomie*. Frankfurt: Eichborn.

> equivocada e insustentável na realidade, consciência esta que permanece passiva e sem força de mobilização. A internalização das categorias capitalistas como condições de vida inquestionáveis já fez um longo percurso. O movimento operário clássico, na fixação dos seus objetivos, manteve-se no terreno da forma de ser capitalista, e fez da substância deste ser, que é o trabalho abstrato, a base da sua legitimação[31].

Marx, ainda nos *Manuscritos*, teceu críticas similares aos teóricos anarquistas: analisando a propriedade privada e destacando suas discordâncias em relação a Proudhon (1809-1865), afirma que um aumento nos salários "nada seria além de um melhor *assalariamento do escravo* e não teria conquistado nem ao trabalhador e nem ao trabalho a sua dignidade e determinação humanas"[32], e que "mesmo a *igualdade de salários* [...] transforma somente a relação do trabalhador contemporâneo com o seu trabalho na relação de todos os homens com o trabalho"[33].

Como seria possível, portanto, que os movimentos construídos ao redor da produção intelectual de Marx (os diferentes tipos de "marxismos") tenham se afastado tanto do que afirmava o vulto que os inspirou?

Parte da resposta pode estar em como o trabalho estranhado, ou seja, o fenômeno da alienação, se relaciona com a noção de dominação, passando necessariamente pelo fetichismo da mercadoria. O resgate das categorias de análise utilizadas por Marx em *O Capital*, como pretendem os teóricos da *Wertkritik*, implica necessariamente na afirmação de que

---

[31] Kurz, R. (2015). Crise econômica mundial, movimento social e socialismo. In *Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio* (pp. 87-101). Rio de Janeiro: Consequência, p. 94-95. Original: Kurz, R. (2009). *Weltwirtschaftskrise, soziale Bewegung und Sozialismus*. Vorlage zur Konferenz Des Marxistischen Forums Sachsen am 14. November 2009.

[32] MEF, p. 88; MEW, vol. 40, p. 520-521. Grifo de Marx.

[33] MEF, p. 88; MEW, vol. 40, p. 521. Grifo de Marx.

a dominação seria decorrente do funcionamento abstrato – no sentido de impessoal – do sistema capitalista; algo que escapa a muitos acadêmicos, que costumam tentar apontar instituições ou indivíduos específicos como responsáveis pelas relações de dominação e pelas dinâmicas de poder existentes entre as classes. Anselm Jappe afirma:

> No seu nível mais profundo, o capitalismo não é, portanto, a dominação de uma classe sobre a outra, mas o fato, sublinhado pelo conceito de fetichismo da mercadoria, de que toda a sociedade está dominada por abstrações reais e anônimas. Há grupos sociais que administram esse processo e dele extraem benefícios – porém, chamá-los "classes dominantes" significaria tomar as aparências por "dinheiro vivo". Marx não diz outra coisa quando denomina o valor de "sujeito automático" do capitalismo[34].

Kurz ressalta que estes fenômenos chegaram a ser abordados de maneira superficial por autores que o antecederam, como os teóricos da Escola de Frankfurt (em especial Max Horkheimer), Paul Lafargue, Bertrand Russell e Friedrich Nietzsche (apenas no que se refere ao trabalho), mas que tais críticas não estavam articuladas com a forma social específica na qual o trabalho é encontrado na modernidade – ou seja, conectado à relação entre mercadoria e dinheiro. Desta maneira, teriam ocorrido dois problemas fundamentais ao longo do desenvolvimento da crítica filosófica e sociológica à modernidade: 1) as escassas críticas ao trabalho feitas de dentro do marxismo foram apanhadas em uma contradição lógica, por terem de apresentar a crítica *a partir do ponto de vista do próprio trabalho* de modo a não perderem o ator principal da "classe operária", que tem, para o marxismo, o caráter de sujeito apriorístico; 2) a crítica do fetichismo em Marx foi

[34] Jappe, A. (2014). Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. *Limiar*, 1(2), 4–29. O trecho citado encontra-se na p. 20.

apresentada por seus leitores posteriores como algo "difuso, pouco concreto e nada articulado com as temáticas tratadas"[35].

De modo mais específico, Kurz não afirma que os movimentos marxistas estavam completamente errados em suas interpretações sobre Marx, mas sim, como já vimos, que o caráter dual dos escritos do filósofo alemão – o "Marx esotérico" e o "Marx exotérico" – leva à consequência de que a crítica e a superação da modernidade, presentes no Marx "esotérico", só possam ser colocadas a efeito *após* a total implementação das relações capitalistas em nível mundial; relações estas que consistem no cerne do "Marx exotérico" e que foram a principal preocupação dos movimentos marxistas ao longo de seu desenvolvimento. Por esta ótica os marxistas, apesar de se qualificarem como "anticapitalistas", ao lutarem por igualdade de salários, trabalho para todos, igualdade de direitos civis e políticos, e assim sucessivamente, estavam implementando relações que caracterizam a modernidade por onde passavam (logo, segundo a crítica do valor, relações capitalistas), em um processo de "modernização atrasada" no qual o Sul e o Leste tentavam atingir em poucas décadas relações jurídicas e de produção – formas sociais – que já existiam no ocidente capitalista (Europa e Estados Unidos da América).

> O Capital mesmo seria idêntico à modernidade e a seu processo de formação, enquanto *forma social comum* das facções em conflito. Nessa medida não seria possível classificar como "anticapitalista", senão condicionalmente, nem o socialismo de Estado do Leste, nem o movimento operário ocidental, nem tampouco o movimento anticolonialista de libertação nacional dos países do Hemisfério Sul, incluindo aí suas

[35] Kurz, R. (2018). *A honra perdida do trabalho*. Lisboa: Antígona, p. 31-32. Original: Kurz, R. (1991). Die verlorene Ehre der Arbeit. *Krisis – Kritik Der Warengesellschaft*, 10.

> correntes mais radicais. Ou melhor, seu anticapitalismo não se referia ainda à autêntica forma de base do capital mesmo, mas apenas a um capitalismo empírico dado; àquilo que fora tomado como o capitalismo em pessoa, mas que, efetivamente, não passava de um estágio incompleto do desenvolvimento da modernidade burguesa. Assim, o marxismo desta época não poderia ser mais que um marxismo de modernização, imanentemente burguês, parte, ele mesmo, da história de implementação do capital. [...] Hoje esse marxismo imanente à modernização se tornou, de fato, inteiramente obsoleto, não por estar "errado", mas porque sua tarefa foi concluída[36].

Essa "modernização atrasada" consistiu, basicamente, em certas regiões do globo se desvencilhando de elementos pré-modernos de seus modos de organização social, em especial do corporativismo patriarcal, o que implica, necessariamente, na primazia do trabalho assalariado e na transformação do trabalhador assalariado em um "sujeito burguês pleno" em termos jurídicos[37]. No arcabouço conceitual da crítica do valor, as sociedades modernas são sociedades *do* trabalho e *para o* trabalho, simultaneamente. O caráter específico que o trabalho assume na modernidade é distinto de um simplificado "metabolismo com a natureza", como já havia sido ressaltado pelo próprio Marx[38]. No entanto, a ideologia "se agarra com unhas e dentes"[39] à identificação entre ambos,

[36] Kurz, R. (1997). A Intelligentsia depois da luta de classes. In *Os últimos combates* (5ª ed., pp. 15-36). Petrópolis: Vozes, p. 22-23. Grifos de Kurz.

[37] Kurz, R. (2004). *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 27-42; Kurz, R. (1997). A Intelligentsia depois da luta de classes. In *Os últimos combates* (5ª ed., pp. 15-36). Petrópolis: Vozes, p. 21-24; Kurz, R. (2004). Marx depois do marxismo. In *Com todo vapor ao colapso* (pp. 145-153). Juiz de Fora: Editora UFJF; Pazulin; Kurz, R. (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, p. 63-78; Kurz, R. (2010). *Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra, p. 62-66; Kurz, R. (2015). Crise econômica mundial, movimento social e socialismo. In *Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio* (pp. 87-101). Rio de Janeiro: Consequência.; Kurz, R. (2018). *A honra perdida do trabalho*. Lisboa: Antígona, p. 29-45.

[38] Como já foi exposto no primeiro capítulo. Ver também C, vol. I, p. 255-256; MEW, vol. 23, p. 192-193.

[39] Kurz, R. (2018). *A honra perdida do trabalho*. Lisboa: Antígona, p. 33.

apesar de que, na realidade social cotidiana, tenham se desacoplado devido ao surgimento da "força produtiva ciência"[40]. Simultaneamente,

> a consciência burguesa do Iluminismo, na qual ainda se enquadram as actuais manifestações aparentemente mais radicais da crítica ao capitalismo, do mesmo modo que recua perante uma crítica da forma do seu próprio sujeito, que é a forma da mercadoria, também se opõe a uma crítica do conteúdo dessa subjectividade, ou seja, do "trabalho"[41].

Embora o raciocínio exposto até o momento tenha se assemelhado a uma filosofia da história de inspiração hegeliana, não é o caso. A diferença fundamental reside no conceito de fetiche, e em como ele é abordado por Marx e interpretado pela crítica do valor. As diversas formações sociais pré-capitalistas, agrárias (ou anteriores), constituem em si mesmas uma pluralidade própria com uma história própria – por conseguinte, qualitativamente diferentes das formações sociais modernas, caracterizadas pelo capitalismo, pela mercadoria, pelo dinheiro e pelo trabalho estranhado. Marx, em sua exposição sobre o fetichismo (da qual tratamos no capítulo anterior), tece uma analogia entre formas religiosas e a "forma fantasmagórica" da mercadoria, um "produto do cérebro humano dotado de vida própria"[42].Para a crítica do valor tal analogia só pode ser corretamente interpretada à luz do "caráter de autonomização do produto de um pensar e agir social inconsciente, ou então de uma ação que precede o pensamento consciente e o pressupõe"[43]. Existe uma

[40] Idem, ibidem. O filósofo franco-vietnamita Michel Henry tem posições similares, embora use a expressão "tecnociência". Ver Henry, M. (1990). *Du communisme au capitalisme*. Paris: Odile Jacob, p. 159-174. Henry, M. (2014). *From communism to capitalism*. London; New York: Bloomsbury, p. 83-91. Adicionalmente, nas páginas citadas Henry também afirma que a gradual eliminação do trabalho vivo dos processos reais de produção implica em uma inabilidade crescente de se produzir valor.

[41] Kurz, R. (2018). *A honra perdida do trabalho*. Lisboa: Antígona, p. 33.

[42] C, vol. I, p. 148; MEW, vol. 23, p. 86-87.

[43] Kurz, R. (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antigona, p. 65. Original: Kurz, R. (2012).

tendência entre os intérpretes atuais de Marx de encarar essa analogia como puramente metafórica, uma vez que na modernidade a religião passa a ser vista como modelo de um puro céu das ideias, etéreo, enquanto a forma da mercadoria é percebida como modelo de relações materiais concretas[44]. Porém, as supostas "regiões nebulosas do mundo da religião"[45] em sociedades pré-modernas constituíram relações reais, imprimindo a sua forma na organização social e na reprodução da vida humana terrena, concreta[46]. Somente na modernidade a religião passou a apresentar traços de um modelo puramente ideológico, se convertendo em algo diferente do que era no passado por ter perdido sua determinação na constituição da práxis social e material[47]. Nesse sentido, quando Marx tece sua analogia entre o fetiche religioso e o fetichismo da mercadoria, não se trata de uma metáfora, mas sim de uma analogia real entre diferentes modos de reprodução e organização social, situados em momentos históricos distintos. Grosso modo, o dinheiro e o mercado substituem a religião como elementos organizadores da práxis social na modernidade[48], e tudo aquilo que designamos hoje por "produção" ou "reprodução" estava autonomizado, no passado, a partir de uma matriz religiosa, de maneira distinta em relação à autonomização social

[44] Idem, ibidem.

[45] C, vol. I, p. 148; MEW, vol. 23, p. 86.

[46] Kurz, R. (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antigona, p. 65.

[47] Idem, ibidem.

[48] A analogia que Marx constrói entre o fetiche religioso e o fetiche da mercadoria já chamou a atenção de inúmeros pensadores, e foi também tema de pesquisa de contemporâneos de Marx. Walter Benjamin compara o capitalismo a uma religião de culto incessante em Benjamin, W. (2013). *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo. O manuscrito incompleto de Benjamin teve inspiração em Weber, que explora as aproximações entre a ética protestante e o sistema capitalista em Weber, M. (2004). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cia. das Letras. Para uma discussão sobre os escritos de ambos os autores em contraste, ver Löwy, M. (2009). *Capitalism as Religion: Walter Benjamin and Max Weber*. Historical Materialism, 17(1), 60–73. Note-se, entretanto, que tanto Benjamin quanto Adorno (em especial nos seus primeiros escritos) são, por vezes, criticados por conectar o fenômeno do fetichismo unicamente à esfera do consumo.

moderna[49]. Não há na crítica do valor, portanto, uma filosofia da história tipicamente finalista que se caracterize por "degraus inferiores de desenvolvimento" que levam (ou levariam) a um "novo patamar" de organização econômica ou social, como interpretam muitos marxistas que enxergam a "pré-história da humanidade" como preparação para o *telos* inevitável do comunismo; sociedades pré-modernas não continham formas do valor e do dinheiro similares às atuais em um patamar "inferior" de desenvolvimento. Trata-se, em termos de filosofia da história, de uma arqueologia das relações de fetiche[50], distintas entre si: a comparação entre o fetiche da mercadoria e o pensamento religioso pré-moderno se dá em um

> plano muito mais abstrato de estruturas fundamentais de reprodução e relacionamento não controladas, surgidas de forma inconsciente e 'nas costas' [...] dos intervenientes[51].

Jappe, por sua vez, destaca a teoria do fetichismo religioso de Émile Durkheim (1858-1917) como relevante para entender o moderno fetichismo da mercadoria, dado que este último trata da projeção de forças sociais em objetos. Para Jappe,

> O conceito de 'projecção', entendido como projecção inconsciente de um 'poder', individual ou colectivo, sobre um elemento exterior autonomizado, do qual de seguida o homem acredita depender, permite estabelecer uma relação entre o fetichismo de que fala a antropologia, o fetichismo da mercadoria, e o conceito de fetichismo usado na teoria psicanalítica.

[49] Kurz, R. (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antigona, p. 66.

[50] Tanto Kurz quanto Jappe utilizam a expressão "história das relações de fetiche". Aqui foi dada preferência ao termo "arqueologia", para ressaltar a distinção entre a compreensão de história existente na crítica do valor e a concepção teleológica de inspiração hegeliana.

[51] Kurz, R. (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antigona, p. 66.

> Podemos assim afirmar que as teorias de Marx, Durkheim e Freud apresentam semelhanças objectivas[52].

No entendimento do autor, ao analisar a obra *As formas elementares da vida religiosa*, de 1912, na qual Durkheim estudou o totemismo dos aborígenes australianos, todas as religiões (sejam elas "superiores" ou "primitivas", como se acreditava na época), assim como a magia, formam um vasto campo: o do "sagrado". Estas distintas formas do "divino" são projeções do poder da coletividade sobre um objeto externo – o "sagrado" tem, por isso, origem social. Citando Durkheim e analisando seus escritos, Jappe argumenta que, dado que nem o homem nem a natureza têm em si um caráter sagrado, ele precisa ser obtido de outra fonte; fora do indivíduo e do mundo físico precisa haver outra realidade capaz de conferir significação e valor objetivo ao delírio religioso: poderes indefinidos, forças anônimas, mais ou menos numerosas em cada sociedade, e impessoais. As coisas sagradas particulares, por sua vez, não são mais do que formas individualizadas desse "princípio essencial". Nesse sentido, os objetos sagrados são sempre "sensíveis supra-sensíveis", e é a projeção que prevalece sobre a realidade empírica do objeto: o "totem" é uma expressão material de outra coisa; o símbolo que permite a cada "clã" se distinguir dos outros. O símbolo divino e a sociedade são, em certo sentido, a mesma coisa: o deus do clã é o próprio clã hipostasiado e representado no totem. Tal processo de projeção não é consciente – e é o totem, e não a sociedade, que é considerado detentor de poder[53]. Jappe escreve:

---

[52] Jappe, A. (2006). *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, p. 217. Original: Jappe, A. (2003). *Les Aventures de la marchandise: pour une nouvelle critique de la valeur*. Paris: Denoël.

[53] Idem, p. 215-220.

> Esta descrição que Durkheim dá podia ser reproduzida em termos hegelianos da seguinte maneira: o totem é 'em si' um objecto natural, mas 'para' o clã é a expressão da sua própria conexão social. Uma vez que o clã não pode representar 'para si' essa conexão que é ele mesmo, é-lhe necessário exprimi-la através de uma coisa sensível. Apesar de todas as críticas que posteriormente recaíram sobre o conceito de totemismo, a teoria de Durkheim ilustra bem o laço fundamental entre o mecanismo de projecção e o sagrado[54].

E prossegue, após destacar que para Durkheim e para toda a antropologia posterior tais projeções estão sempre ligadas à dimensão do sagrado:

> Mas, em vez de estender o conceito de sagrado a tudo o que integra a vida, seria mais frutífero compreender que a projecção de uma força alienada se produz também em muitos fenómenos situados fora de qualquer dimensão sagrada, e que uma tal projecção caracteriza igualmente a nossa cultura – por exemplo, no caso do valor enquanto trabalho passado sobre os objectos produzidos. Na sociedade burguesa, a 'força' indeterminada, que se crê encontrar em toda parte, toma a forma do 'trabalho', de maneira que todas as coisas se apresentam como uma quantidade maior ou menor de trabalho. [...] Estas considerações sobre a génese do fetichismo em geral deveriam lançar também alguma luz sobre a génese do fetichismo da mercadoria[55].

Deste modo, fetichismo da mercadoria, alienação (estranhamento), forma-mercadoria e trabalho – no sentido capitalista e moderno de trabalho – são indissociáveis e constituem o cerne das relações capitalistas que, por sua vez, caracterizam a modernidade enquanto período histórico. Para Kurz, a forma da mercadoria é a última (e "mais elevada") das formas em que o "metabolismo com a natureza" ainda tem

[54] Idem, p. 220.

[55] Idem, p. 220-221.

de passar através do "trabalho", e em que a sociedade não é capaz de se articular consigo mesma exceto em uma linha "ascendente" de fetichismos. Nas sociedades pré-capitalistas, o trabalho ainda não aparece como separado do processo vital dos produtores imediatos; assim, a forma da mercadoria também constitui a última forma do fetichismo, na qual o trabalho se manifesta enquanto domínio funcional separado, acabando por se extinguir em seu ponto culminante, em contexto de crise, no processo da cientifização. O conceito de *Gattungswesen*, que abordamos no capítulo precedente, pressupõe que com a humanização teria ocorrido o surgimento da subjetividade, o desacoplamento dos instintos dos animais; o verdadeiro conteúdo desta subjetividade no processo de metabolismo com a natureza não seria o trabalho, como assumido acriticamente pela maior parte das teorias sociais que caracterizaram a modernidade, e sim o pensamento reflexivo – dentro da crítica do valor, nos graus fetichistas de desenvolvimento, a forma social do processo de metabolismo com a primeira natureza afirma-se como "segunda natureza" inconsciente, e a práxis determinada pelo pensamento reflexivo se manifesta como "trabalho"[56].

A ênfase com que o fetichismo e o fenômeno do trabalho enquanto fim em si mesmo são abordados na crítica do valor, bem como a maneira distinta pela qual esta corrente encara a história, permitem uma reavaliação das correntes filosóficas ou de ativismo social que se intitulam como "pós-modernas", em especial aquelas que se identificam

[56] Kurz, R. (2018). *A honra perdida do trabalho*. Lisboa: Antígona, p. 34-35. Para uma clarificação a respeito do uso que Kurz faz da expressão "segunda natureza", que é bastante distinto de como a tradição aristotélica se utiliza dessa mesma expressão, ver Kurz, R. (2010). *Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra, p. 213-297; em especial da p. 258 em diante.

como parte da "esquerda" do campo político; também permite – e talvez essa seja uma das principais contribuições da crítica do valor à filosofia política e social da atualidade – uma nova interpretação dos fenômenos geopolíticos no pós-Guerra Fria[57]. Dada a constatação de que nem "liberais" tampouco "marxistas" questionam de fato o papel do trabalho, acabam por assumi-lo como axioma de seus sistemas de maneira supra-histórica e, consequentemente, acrítica. Tendo em vista que o trabalho abstrato é componente essencial do sistema produtor de mercadorias, é preciso que ele continue sendo executado; alguma justificativa de cunho ideológico para que o trabalho nunca cesse tem de se imiscuir na malha social. A consequência é o surgimento de uma espécie de filosofia da história que perpassa tanto "liberais" quanto "marxistas"[58], ligada a uma teleologia do progresso e a um modelo específico de sujeito. Este sujeito executará o trabalho abstrato em prol dessa ideologia, pois foi imbuído dessas ideias em sua socialização:

> A metafísica realista do trabalho e do valor é, do ponto de vista histórico, enclausurada no construto teleológico do "progresso". À ontologia burguesa do trabalho, a qual define a abstração realista do "trabalho" (segundo Marx, a "substância" da forma valor) como eterna condição da humanidade, e à metafísica do trabalho que dela resulta, como uma suposta libertação do trabalho (e libertação mediante o trabalho), corresponde a ontologia burguesa e a metafísica do sujeito: o moderno sujeito produtor de mercadorias, isto é, o sujeito do trabalho, da circulação, do conhecimento e do Estado passa a vigorar como "o ser humano" por excelência, sendo que a isso se liga a promessa metafísica de uma "autonomia e

[57] Uma vez mais, parte substancial da exposição realizada nos quatro parágrafos seguintes vem de material já publicado pelo próprio autor desta obra. Borges, D. G. (2020). Capitalismo e Socialismo, as Duas Faces de Janus: A Fenomenologia do Sujeito de Michel Henry e suas Aproximações com a Crítica do Valor de Robert Kurz. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, 8(1), 365–400.

[58] Kurz, R. (2004). *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 13-14.

> autorresponsabilidade" mediante a forma burguesa de agir e pensar. A esse construto ideológico do sujeito corresponde, uma vez mais, a ontologia burguesa do progresso, a qual compreende toda a história até agora transcorrida como ascensão de uma forma mais baixa rumo a uma outra mais elevada[59].

Para Kurz, o constructo ideológico do "sujeito produtor de mercadorias" teria surgido durante a Era Moderna, em particular no período do Esclarecimento. Tornou-se, porém, amplamente (e erroneamente) compreendido como sendo a-histórico. Trata-se de um sujeito abstrato[60], que não necessariamente encontra correspondência nos indivíduos concretos e históricos. É idealizado como estruturalmente masculino, branco e dotado de aparente livre vontade (que se resume, em realidade, à livre escolha das mercadorias). Ele é o portador do progresso histórico; realiza a economificação do mundo e a cisão sistemática entre pensamento e ação (e, consequentemente, entre teoria e prática), necessárias à constituição do valor. Este sujeito é forçado pelo sistema a se auto-objetificar e a objetificar outrem[61]. Tal constructo influencia (ou, pode-se arriscar: norteia) as relações humanas no âmago do sistema. Quanto aos indivíduos concretos, incapazes de se insurgirem contra sua heteronomia e dela se emanciparem, apelam a uma alegada subjetividade como forma de auto-estetização, auto-heroicização e auto-mistificação[62]. Kurz e Jappe também utilizam as expressões "sujeito do valor", "sujeito do trabalho" e "sujeito da circulação" para se referirem, de modo alternado, ao

[59] Kurz, R. (2010). *Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra, p. 46.

[60] Idem, p. 85-91 e 94-102

[61] Idem, p. 37-82.

[62] Idem, p. 102-112.

mesmo constructo ideológico. Obviamente, isso coaduna com o cerne da teoria esposada por estes autores, que tem como um de seus pontos-chave a afirmação de que no sistema capitalista o trabalho, a produção de mercadorias, a sua circulação e a produção de valor estão interconectados.

O resultado tendencial dos diferentes sistemas de organização social e econômica remanescentes após o fim do socialismo de estado acaba por ser a divisão da humanidade entre pobreza extrema e riqueza obscena, direcionando-se claramente para um estado de exceção global no qual grande parte dos seres humanos tornam-se "supérfluos": refugiados econômicos que tendem a migrar das regiões declaradas "perdedoras" no jogo mercadológico global para os centros onde a sua própria miséria é produzida[63]. O aspecto de terra arrasada que caracteriza as nações periféricas deriva da forma como o mercado mundial é organizado: setores econômicos inteiros dos países de modernização tardia são declarados como não-rentáveis por não poderem financiar os custos exigidos pela intensificação de capital no plano infra-estrutural[64]. A superacumulação do capital em pequenos nichos de prosperidade e a criação artificial de novas necessidades, conjugadas à crescente automação promovida pela 3ª Revolução Industrial[65], tendem a gerar não apenas as migrações em massa, mas

[63] Kurz, R. (2016). Imperialismo de exclusão e estado de excepção. *EXIT! Crise e Crítica Da Sociedade Da Mercadoria*, (13), 123–169. Original: Kurz, R. (2016). *Usgrenzungsimperialismus und Ausnahmezutand*. EXIT! Krise Und Kritik Der Warengesellschaft, 13, 123–169.

[64] Kurz, R. (2004). As luzes do mercado se apagam. In *Com todo vapor ao colapso* (pp. 43–92). Juiz de Fora: Editora UFJF; Pazulin. Original: Kurz, R. (1993). Die Lichter des Marktes verlöschen. *Lettre International*, 20.

[65] Segundo Kurz a primeira revolução industrial teria sido decorrente do surgimento das máquinas a vapor; a segunda, das máquinas-ferramentas e peças intercambiáveis – o que levou ao desenvolvimento do fordismo, do taylorismo e o uso das esteiras transportadoras, tendo sido a própria segunda revolução industrial promovida por essas técnicas, tornando-se inseparável delas. A terceira, por sua vez, consiste no desenvolvimento da microeletrônica e da microinformática.

sistemas de administração da pobreza e de gestão de uma crise permanente, produzida pela consumação do trabalho como princípio religioso secularizado[66]. A valorização do valor, ou seja, o crescimento do capital, torna-se um fim em si mesmo privado de sujeito: os indivíduos executam em si próprios o automovimento do dinheiro como uma finalidade supraindividual e fetichista[67]. Toda a alegada subjetividade presente nas teorias marxistas sobre a dominação e nas teorias pós-modernas falha em reconhecer que o fetichismo moderno exclui o sujeito do funcionamento auto-referencial e fetichista do sistema de organização social:

> Uma crítica radical e coerente do fetichismo precisaria [...] denunciar como aparência a própria subjetividade empírica, isto é, seria obrigada a dissolver as finalidades, a vontade e o agir subjetivo dos seres humanos produtores de mercadoria em sua verdadeira privação de sujeito, como mera execução de uma forma fetichista pressuposta a todos os sujeitos[68].

Em assim procederem, as teorias da dominação e o marxismo vulgarizado (que apelam, ambas, prioritariamente à luta de classes) acabam por dissolver a falta de sujeito no próprio sujeito, tornando-se cúmplices do fetiche por serem incapazes de o criticarem em sua objetividade[69]. Os sujeitos humanos foram degradados à mera condição

---

[66] Kurz, R. (2004). Existe vida após a economia de mercado? In *Com todo vapor ao colapso* (pp. 93-109). Juiz de Fora: Editora UFJF; Pazulin. Original: Kurz, R. (1994, Jun. 19). Gibt es ein Leben nach der Marktwirtschaft? *Neues Deutschland*. Ver também Kurz, R. (2010). *Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra, p. 215-216; Kurz, R. (2016). Imperialismo de exclusão e estado de excepção. *EXIT! Crise e Crítica Da Sociedade Da Mercadoria*, (13), 123–169.

[67] Kurz, R. (2010). *Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra, p. 220 e 227.

[68] Kurz, R. (2010). *Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra, p. 228.

[69] Idem, ibidem.

de "ambiente" de seu próprio sistema social, que se tornou estruturalmente independente. Os sujeitos passam a só poder pensar e agir em referência ao sistema e no interior deste, reduzidos do ponto de vista funcional e submetidos a uma "segunda natureza" que lhes é estranha e externa a eles próprios; o sujeito não desaparece pura e simplesmente, mas submete-se como algo interno à própria constituição social fetichista – como uma marionete que puxa seus próprios barbantes[70]. Este fenômeno só é possível devido ao estabelecimento da cisão entre sujeito e objeto que caracteriza a Era Moderna – embora não estivesse totalmente ausente nas culturas pré-modernas, nas quais a consciência religiosa estabelece "sujeitos exteriores" como Deus, o mundo divino, o mundo espiritual, e assim sucessivamente. Devido ao animismo, partes da natureza e alguns objetos eram entendidos como sujeitos ou como quase sujeitos[71]. Foi necessária uma "laicização" do mundo, ocorrida a partir da Revolução Científica e do Iluminismo, para que a dicotomia sujeito-objeto chegasse ao seu nível mais elevado, presente no fetiche da mercadoria: o sujeito passa a ser concebido a partir das categorias do Esclarecimento anglo-saxão, separado de toda sensualidade, materialidade prática e necessidade social, tornando-se um mero fantasma da forma-valor. A sensualidade, reduzida à "sensibilidade em geral", aparece como abstrata e a-histórica, compatível com a abstração do valor e com a metafísica da história que dela decorre, que coloca o trabalho abstrato como *telos*[72]. O subjetivismo aparentemente contrário a isso acaba por ser um mero subproduto desta lógica social, uma "contramodernidade

[70] Idem, p. 238-256.

[71] Idem, p. 257 e 270-271.

[72] Idem, p. 51-54 e 276-280.

burguesa", que não abandona a constituição fetichista da forma; por este motivo, falha constantemente e acaba por ser sempre reconduzido à objetividade do sujeito e da história. A mistificação e estetização da subjetividade moderna presentes no romantismo, no existencialismo, na ideologia nazi e no identitarismo da esquerda pós-moderna constituiriam apenas meios encontrados pelos indivíduos para heroicizarem a si próprios, mas não os levam à emancipação social porque não são suficientes para motivar uma sublevação contra o estado de coisas colocado pela *ratio* da modernização[73].

O mesmo processo fetichista que gera um "ser humano por excelência" ligado à racionalidade da sociedade da mercadoria e, por conseguinte, ao automovimento do valor e à noção de trabalho como virtude e fim em si mesmo, dá origem a fenômenos como o racismo estrutural, o antissemitismo estrutural e o machismo estrutural[74] – a "esquerda" inspirada pelo marxismo vulgarizado tende a se opor a tais mazelas pela lógica da luta de classes, transformando-a em disputa por representatividade ou por melhoria das condições econômicas das minorias ou dos grupos que existem em posições sociais subalternas. Entretanto, isso nada mais significa do que a implementação dos valores do liberalismo político em seu âmago, seu núcleo iluminista – e, como tal, não pode se dissociar da lógica do valor e do trabalho. Kurz, em particular, interpreta as ideias iluministas e liberais como inerentemente hipócritas, uma vez que estariam a serviço da dominação econômica de alguns homens sobre outros, através de um

[73] Idem, p. 55-62 e 72-78.

[74] Kurz, R. (2016). Imperialismo de exclusão e estado de excepção. *EXIT! Crise e Crítica Da Sociedade Da Mercadoria*, (13), 123–169. Parte da exposição realizada nos seis parágrafos seguintes vem de material já publicado pelo próprio autor deste livro. Borges, D. G. (2020). A crítica à democracia liberal em Carl Schmitt e Robert Kurz: um estudo comparativo. *Griot: Revista de Filosofia*, 20(3), 194–210.

processo de "darwinismo social neoliberal" que sistematicamente condena à morte – física ou simbólica – aqueles que não obtiveram um bom desempenho na corrida do mercado ou que não se ajustam à sociedade de mercado, considerados, portanto, como "seres humanos não-rentáveis"[75]. Para isto contribui um processo de estetização da política que se adequa com perfeição ao individualismo do "sujeito descentrado" contemporâneo e tende a mitigar a sensação de barbárie deixada pela pobreza, pela violência e pelos conflitos civis[76]. Do ponto de vista geopolítico, por outro lado, as "guerras de ordenamento mundial" promovidas pelas potências econômicas e militares – em especial os EUA e seus aliados da OTAN, no mundo unipolar produzido após o colapso da URSS – são justificadas ideologicamente através de valores liberais como "direitos humanos", "liberdade" e "progresso", mas se destinam unicamente à promoção de uma política imperialista que acaba por dar sobrevida ao sistema econômico em crise[77], atuando como um fator contra-arrestante que não foi inicialmente identificado por Marx.

Em tal conjuntura, os estados nacionais perdem quaisquer funções propriamente políticas e convertem-se em "administradores de crises" financeiras e/ou humanitárias, em especial na periferia geopolítica global, em meio aos "perdedores" da sociedade da mercadoria e do

[75] Kurz, R. (2015). Seres humanos não rentáveis. In *Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio* (pp. 71-85). Rio de Janeiro: Consequência. Original: Kurz, R. (2005). Unrentable Menschen: Ein Essay über den Zusammenhang von Modernisierungsgeschichte, Krise und neoliberalem Sozialdarwinismus. *INTEGRAS - Schweizer Fachverband Für Sozial- Und Heilpädagogik*. Brunnen.

[76] Kurz, R. (2004). A estética da modernização. In *Com todo vapor ao colapso* (pp. 111-131). Juiz de Fora: Editora UFJF; Pazulin. Original: Kurz, R. (2002). *Die Ästhetik der Modernisierung*. EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft. Jan. 2002. https://www.exit-online.org/link.php?tabelle=autoren&posnr=9.

[77] Kurz, R. (2015). Imperialismo de crise. In *Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio* (pp. 39-51). Rio de Janeiro: Consequência. Original: Kurz, R. (2003). *Krisen-Imperialismus: 6 Thesen zum Charakter der neuen Weltordnungskriege*. EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft. Mar. 2003. https://www.exit-online.org/link.php?tabelle=autoren&posnr=99.

consumo. Tal fenômeno ocorre devido ao desmonte da infraestrutura material e econômica dos estados nacionais periféricos e menos industrializados após o colapso de uma ou mais bolhas financeiras, deixando-os sem possibilidade de reação e condenando-os a um processo de "permanente crise"[78].

É digno de nota que o "estado administrador de crises" revela o duplo caráter do liberalismo de origem iluminista-burguesa: da mesma maneira que a "mão invisível" do mercado precisa da concorrência universal e, com ela, da luta econômica de todos contra todos, também a forma política precisa do inimigo interno e externo, sempre definidos simplesmente como "o outro": qualquer um que não se encaixe no constructo metafísico do "sujeito produtor de mercadorias", já mencionado. Uma vez que tal modelo é completamente abstrato e os indivíduos concretos dificilmente – e raramente – possuem algumas de suas características, todos são passíveis de serem rotulados como "o outro". Tais reflexões levam, por consequência, ao desconfortável reconhecimento de que a base de todo o direito moderno teria um caráter anômico (sem *nomos*), não constituindo nada mais do que a autonomia do aparelho de força em relação às outras "máscaras" da sociedade. As sociedades contemporâneas, nas quais predomina o caráter automático do sujeito, teriam se constituído historicamente a partir da infundamentabilidade da "vontade geral" e da sua legalidade com base no formalismo contratual. Por isso, "A estatalidade

[78] Kurz, R. (2004). A Argentina como modelo de país perdedor. In *Com todo vapor ao colapso* (pp. 279-287). Juiz de Fora: Editora UFJF; Pazulin. Original: Kurz, R. (2002). *Argentinien als Verlierermodell: Wie viele Krisen kann sich das globale Finanzsystem noch leisten?* EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft. Fev. 2002. https://www.exit-online.org/link.php?tabelle=autoren&posnr=99. Ver também Kurz, R. (2004). *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 185-207.

democrática já vem sempre grávida com o estado de exceção"[79]; um fato que teria sido reconhecido – mas não problematizado – por Carl Schmitt, causando desconforto na filosofia do direito ocidental[80]:

> Assim diz a primeira frase frequentemente citada (e não poucas vezes admirada) do seu escrito com o significativo título de Teologia Política (1922): "Soberano é quem decide sobre o estado de excepção". Aqui já nada é derivado nem fundamentado, mas apenas postulado, "decidido" ou definido sem pressupostos. Schmitt realça com clareza que é o caso limite que determina a normalidade e não o contrário, mas ele não volta mais a colocar a questão de saber porque [sic] é isto assim e o que constitui a questão em geral. Porque ele próprio pensa a partir da normatividade (jurídica), cujo limite não concebido se lhe apresenta como monstruosidade que só pode ser dominada de modo afirmativamente autoritário e sem legitimação, ele tem de chamar em seu auxílio uma imagem a condizer: "O estado de excepção tem para a jurisprudência um significado análogo ao do milagre para a teologia"[81].

Schmitt teria, no entendimento de Kurz, realizado uma "capitulação teórica incondicional" ao assumir como auto-evidente a "forma vazia" do direito de Kant e da vontade geral de Rousseau. Haveria na soberania – e no soberano, ao ser capaz de determinar o estado de exceção – uma "factualidade transcendental", e a legalidade

---

[79] Kurz, R. (2011). Não há Leviatã que vos salve - teses para uma teoria crítica do Estado (segunda parte). *EXIT! Crise e Crítica Da Sociedade Da Mercadoria*, (8). Tese 30, parágrafo 18. Original: Kurz, R. (2011). Es rettet euch kein Leviathan: Thesen zu einer kritischen Staatstheorie - Zweiter Teil. *EXIT! Krise Und Kritik Der Warengesellschaft*, 8.

[80] Embora não seja o tema central da obra, as colocações de Kurz sobre Carl Schmitt podem ser encontradas de forma bastante clara em *Não há Leviatã que vos salve*, um ensaio originalmente planejado para ser dividido em três partes, das quais uma foi publicada em dezembro de 2010 e outra em julho de 2011 (o ano anterior à morte de Kurz), e no qual ele analisa o trabalho intelectual de Carl Schmitt e suas implicações para a tradição filosófica iluminista ocidental (estabelecendo um diálogo com Hobbes, Locke, Kant, Hegel e outros). Para uma contextualização comparativa dos posicionamentos de ambos os autores e uma especulação a respeito da influência de Schmitt sobre os teóricos da Escola de Frankfurt, que por sua vez influenciaram Kurz, ver Borges, D. G. (2020). A crítica à democracia liberal em Carl Schmitt e Robert Kurz: um estudo comparativo. *Griot: Revista de Filosofia*, 20(3), 194–210.

[81] Kurz, R. (2011). Não há Leviatã que vos salve - teses para uma teoria crítica do Estado (segunda parte). *EXIT! Crise e Crítica Da Sociedade Da Mercadoria*, (8). Tese 30, parágrafo 8.

formal retiraria a sua legitimação, paradoxalmente, precisamente do fato de não poder ser legitimável e nem explicável, estabelecendo-se através da pura vontade ou pura força decisionista daquele (ou daqueles) que detém os meios para o exercício da violência. Um dos erros fundamentais da teoria política contemporânea, em especial as correntes ligadas ao marxismo do movimento operário, seria o de ignorar – ou de deliberadamente furtar-se a compreender – que a violência ditatorial, na sua determinação decisionista, *não pode ser derivada de quaisquer cálculos de interesses de classe subjetivos*. Ela seria, por natureza, injustificada e irracional, algo que Schmitt admite sem as ressalvas ou pudores de seus predecessores iluministas – como Locke, Kant e Rousseau, por exemplo, que ainda buscaram algum tipo de fundamento racional para este fenômeno[82].

Esta característica inerente às democracias liberais tem, no entanto, de permanecer na penumbra, a despeito da franqueza com a qual Schmitt a admite. Daí resulta nunca ser possível ter certeza a respeito do que condiciona precisamente o estado de exceção, nem quando ele terá de ser declarado, uma vez que para isso não existe uma regra jurídica formal[83]. Se toda democracia está "grávida" de um estado de exceção em potencial pois as normas estabelecidas pelo seu formalismo jurídico interno são arbitrárias, é decorrência lógica que um eventual parto tenha de ocorrer em condições igualmente arbitrárias. Similarmente, torna-se impossível saber com exatidão quanto tempo irá durar um estado de exceção, quais serão as pessoas atingidas por ele e em qual grau de intensidade serão atingidas. "O espectro vai das

[82] Idem. Teses 29, 30 e 35.

[83] Idem. Tese 33.

violações da normalidade formal minúsculas, moleculares, até à carnificina generalizada em nome da ordem"[84]. O estado de exceção e os períodos de alegada normalidade jurídica equivalem-se no sentido em que ambos possuem um fim em si fetichista, consistindo em processos cegos cujo desfecho é contingente, e que têm como finalidade oculta, irrefletida (pois, se fosse um *telos* evidente, não se trataria um processo fetichista), impedir que quaisquer indivíduos concretos possam desligar-se da ordem vigente. Estado de direito e estado de exceção são, ao fim e ao cabo, "jogos de enganos ideológicos" ou "irmãos inimigos", em uma dinâmica de constante alternância, pois

> se o verdadeiro fundamento do Estado de direito, dos direitos civis e da democracia já é sempre a violência anómica e a ditadura infundamentada em nome do fim em si transcendental inconscientemente pressuposto, então tratam-se de diferentes medidas e modos de proceder no mesmo contexto formal[85].

A noção de "darwinismo social neoliberal" decorrente do fetichismo e que resulta em países e regiões inteiras do globo sendo lançados em crises permanentes, subsequentemente sendo convertidos ou em "administradores de crises" ou em potenciais estados de exceção – consequência do fato de que o direito moderno seria, em seu âmago, anômico e decisionista – também permite uma avenida de análise para as crises migratórias, fenômeno que se tornou o foco da atenção de diversos intelectuais quando migrações em massa começaram a afetar os países europeus nos últimos anos, mas que já eram velhos conhecidos das nações "em desenvolvimento" em outros continentes.

[84] Idem. Tese 33, parágrafo 2.

[85] Idem. Tese 33, parágrafo 6.

> Os movimentos migratórios da época pré-moderna da história humana eram sempre condicionados pelas intempéries, mudanças climáticas ou outros fatos da "primeira natureza". Os homens da idade do gelo se retiravam por causa da expansão das geleiras, os caçadores seguiam as migrações dos animais, e os criadores de gado trocavam de pastos. Os movimentos migratórios sociais modernos, ao contrário, são, por assim dizer, condicionados pelas intempéries e mudanças climáticas da "segunda natureza" (social), que eles produziram em cegos processos econômico-políticos. Como a dominação capitalista da natureza é igualmente destruição da natureza, assim também os humanos, de modo idêntico, dominam sua própria sociabilidade menos que nunca. A migração em massa socioeconomicamente forçada desde fins do século XX é um forte indício de que a cega dinâmica social do capitalismo finalmente se encontra fora de controle e, não em último lugar, mostra também que, com a desmobilização da força de trabalho, a capacidade imanente do desenvolvimento capitalista chegou ao fim[86].

A colocação acima a respeito das crises migratórias se apresenta em perfeita coerência com o restante dos elementos abordados pela teoria crítica do valor. Em breve recapitulação: com uma queda constante na massa de mais-valia e aceleração constante no surgimento de avanços tecnológicos, ocorre cada vez mais a substituição de trabalho humano por "trabalho" executado por máquinas (incluindo programas de computador – aqui não se trata apenas de maquinário "físico", como na imaginação da antiga esquerda) e os seres humanos tornados "não-rentáveis", excluídos do sistema social como cidadãos de segunda classe por não conseguirem retornar à *sociedade do trabalho e para o trabalho*, tornam-se refugiados

[86] Kurz, R. (2015). Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. In *Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio* (pp. 53-69). Rio de Janeiro: Consequência, p. 59. Original: Kurz, R. (2005). *Barbarei, Migration und Weltordnungskriege: Zur Signatur der gegenwärtigen weltgesellschaftlichen Situation*. EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft. https://www.exit-online.org/link.php?tabelle=autoren&posnr=187. Trata-se do texto revisto de uma palestra proferida pelo autor em 23 jan. 2005, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Brasil.

econômicos. As migrações em massa atuais são consequência da desmobilização global da força de trabalho; não são mais movimentos pontuais decorrentes do processo de acumulação primitiva, como o cercamento dos campos durante a revolução industrial inglesa ou a colonização das Américas. Com a revolução microeletrônica e a globalização dos mercados muitos empreendimentos caem abaixo do nível de produtividade médio do mercado mundial, tornando-se não rentáveis e indo à falência mais cedo ou mais tarde:

> Em lugar de um sistema global de trabalho assalariado e valorização passa-se a um capitalismo insular: por toda parte a reprodução capitalista encolhe em "ilhas" ou, melhor, em "oásis" de produtividade e rentabilidade, em torno dos quais surgem desertos econômicos. Como consequência, também as receitas estatais se rompem e grande parte das infraestruturas são abandonadas ou são dirigidas para os reduzidos "oásis" de produção. [...] Os "supérfluos" são expelidos para os circuitos subordinados, seja como empresários de miséria na circulação (ambulantes), como catadores de lixo, como domésticos baratos, etc. ou caem na miséria absoluta. Essa é a verdadeira estrutura da globalização capitalista, cuja dinâmica deixa crescer desertos econômicos assim como o processo paralelo de crise ecológica expande os desertos geográficos. Dispersos sobre todo o planeta em diferentes densidades, os "oásis" do que resta da valorização de capital se tornam pontos de atração magnética [...]. O próprio capital vagabundeia pelos "oásis" globais de rentabilidade para se aproveitar das diferenças de custos[87].

Devido a estas particularidades as crises no capitalismo globalizado atual, sejam elas financeiras, de produção, especulativas ou de outra natureza, se manifestam em uma dinâmica que se move da periferia para o centro – as primeiras nações a serem atingidas por

[87] Kurz, R. (2015). Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. In *Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio* (pp. 53-69). Rio de Janeiro: Consequência, p. 57-58.

quaisquer crises são aquelas "em desenvolvimento", que são mais frágeis em sua capacidade de resistir a choques econômicos endógenos ou exógenos (decorrentes, por exemplo, de desastres climáticos, guerras comerciais, pandemias, e assim subsequentemente), uma vez que possuem infraestrutura física ou sistema de defesa econômica (reservas internacionais ou poupança em moeda corrente, por exemplo) menos desenvolvida. As nações que possuem maior número e/ou concentração de "oásis" de rentabilidade tendem a possuir melhores alicerces para absorver as ondas de choque das crises globais, o que também lhes propicia uma recuperação mais rápida após serem atingidas. Os fluxos migratórios, naturalmente, seguirão a mesma dinâmica geográfica, uma vez que os migrantes buscam sua própria sobrevivência econômica em uma sociedade na qual "quem não trabalha não come" e onde "não há lugar para os ociosos"[88]. As políticas migratórias na América do Norte e na União Europeia demonstram claramente que não há interesse, como havia no imperialismo clássico, de se controlar os territórios e os recursos das nações periféricas; ao contrário, fica evidente que o principal interesse das nações ricas é a manutenção e a segurança dos seus "oásis" de rentabilidade contra as massas populacionais "supérfluas" de outras regiões[89].

[88] "Quem não trabalha não come" e "a civilização não tem lugar para os ociosos" são frases de Lênin e Henry Ford, respectivamente, lembradas de forma crítica por Bruno Lamas em seu prefácio de Kurz, R. (2018). *A honra perdida do trabalho*. Lisboa: Antígona, p. 5. A ironia em mencionar princípios tão similares vindos de indivíduos com crenças aparentemente tão díspares auxilia a compreender como a disputa ideológica entre capitalismo industrial e socialismo de caserna não vai além de uma disputa entre diferentes aspectos da modernização na sociedade do/para o trabalho dominada pelo fetiche da mercadoria. Cabe ressaltar que esse tipo de formulação já aparece nas epístolas de Paulo, como em 2 Tessalonicenses 3:10-12, onde encontramos "se alguém não quiser trabalhar, não coma" (εἴ τις οὐ θέλει ἐργάζεσθαι μηδὲ ἐσθιέτω). Isso levanta a questão das origens históricas mais profundas daquilo que é chamado pela *Wertkritik* de "sociedade do trabalho".

[89] Kurz, R. (2015). Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. In *Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio* (pp. 53-69). Rio de Janeiro: Consequência, p. 63.

A esquerda tradicional, por outro lado, torna-se incapaz de mobilizar as massas de excluídos econômicos contra o sistema vigente: divide-se entre os órfãos do desenvolvimentismo sindicalista (a exemplo do Partido dos Trabalhadores e do Movimento dos Sem-Terra no Brasil, bem como toda a esquerda sindical latino-americana e aquela ligada aos partidos surgidos entre as décadas de 1960 e 1980) e uma geração nova, ligada às elites universitárias, de inspiração pós-moderna e com alguma influência anarquista – que, com a romantização do primitivismo e do agrarismo sempre presente em seus discursos, revela saudosismo em relação a sociedades pré-modernas, tidas por eles como idílicas; idealizadas como se não possuíssem suas próprias mazelas. Desta maneira, os líderes intelectuais do marxismo de inspiração "clássica" e também as lideranças dos movimentos mais recentes de esquerda se encontram em uma completa falta de sintonia com as percepções imediatas dos trabalhadores "supérfluos" a respeito das causas de sua própria exclusão do sistema social. Essa distonia reside no fato de a esquerda compreender toda crise do capitalismo como manifestação da luta de classes, e não como manifestação de um limite lógico interno do próprio capitalismo:

> Marx [...] tinha a expectativa, como depois dele os marxistas, de que o capitalismo, muito antes de alcançar o seu limite interno e de se desmoronar [sic] sobre si mesmo[...], desapareceria por uma outra razão: com o proletariado, o capitalismo cria o seu próprio inimigo, o seu "coveiro". Segundo esta expectativa, cada crise cíclica aumentaria a consciência do proletariado e reduzir-lhe-ia a paciência. A crise não seria, pois, mais do que um agravamento da luta de classes e simultaneamente o respectivo resultado. Esta explicação da crise pelas lutas do proletariado atingiu o paroxismo com a "extrema-esquerda" e o seu voluntarismo subjectivista que se opunha ao "objectivismo" entorpecido da ortodoxia

> marxista. Para os "subjectivistas", o próprio facto de se estudarem as leis que regulam o funcionamento da sociedade capitalista equivale a aprová-las e servi-las. [...] A crítica que dirigiam aos outros marxistas era na verdade de natureza puramente moral: tratava-se [sic], segundo eles, de traidores que não queriam lançar na batalha as massas que comandavam. De facto, os marxistas de todas as cores estavam e continuam a estar unidos pela sua ignorância tácita do limite interno, lógico, do capitalismo. Recusam a ideia de que o capitalismo possa desembocar numa crise absoluta: com efeito, este tipo de crise seria precisamente uma crise das próprias formas - a mercadoria, o Estado, o dinheiro - que eles querem conquistar para as administrarem "democraticamente" ou "em benefício do proletariado". Se detestam a teoria da derrocada é porque ela prevê também o fim do proletariado e do próprio trabalho[90].

No capítulo a seguir serão ressaltados aspectos relacionados à relação entre trabalho e formação de valor, e serão expostos os motivos pelos quais os autores da teoria crítica do valor creem que o sistema de reprodução social capitalista se aproxima de seu fim.

[90] Jappe, A. (2006). As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, p. 136-137.

3

A TEORIA DA CRISE: ASPECTOS ECONÔMICOS E CONCEITUAIS

Neste capítulo serão ressaltados aspectos relacionados à relação entre trabalho e formação de valor, e serão expostos os motivos pelos quais os autores da teoria crítica do valor creem que o sistema de reprodução social capitalista se aproxima de seu fim.

A maioria dos leitores se aproximam da *Wertkritik* devido à teoria da crise, tendo contato com este aspecto da corrente filosófica em questão antes de se aproximar dos demais temas tratados por esta escola de pensamento. Isso se deve ao fato de a crítica do valor ter como foco aspectos sistêmicos da sociedade capitalista e do funcionamento dos mercados – no entendimento do autor deste livro, o nível da análise não pode sequer ser chamado de "macroeconômico", visto que se situa em um nível de determinação superior ao dos fenômenos que normalmente são abordados em manuais de macroeconomia. O marxismo tradicional, com seu foco na luta de classes, foi incapaz de prever adequadamente diversos eventos geopolíticos e econômicos importantes, tais como o fim da União Soviética, o enfraquecimento do sindicalismo, o fracasso do maoísmo e o estouro de sucessivas bolhas financeiras na sociedade pós-queda do Muro de Berlim. Por outro lado, a crítica do valor, utilizando-se de um nível sistêmico de análise, não só foi capaz de fornecer explicações *a posteriori* para estes fenômenos, como também pôde explicar onde o marxismo tradicional errou na

interpretação dos mesmos e forneceu pistas sobre as crises financeiras de 1997 e 2007-2008[1].

Tal discrepância em poder explicativo e preditivo se deve à tendência do marxismo tradicional de dar maior ênfase à luta de classes – para os movimentos marxistas herdeiros do sindicalismo, "crise" se resume à falência de capitais individuais ou à pauperização da população trabalhadora, que levaria inevitavelmente (embora não se saiba *quando*) a uma revolução proletária. O aspecto sistêmico simplesmente não é dissecado a contento, devido ao fenômeno do "individualismo metodológico".

Para Kurz, o modo como Marx inicia sua exposição em *O Capital*, a partir da forma da mercadoria e das mercadorias individuais, "produz uma opacidade específica no que diz respeito à definição do conceito"[2]. No primeiro volume, Marx fala expressamente da mercadoria individual enquanto objeto, deixando em aberto se estava se referindo a qualquer mercadoria empírica individual ou à mercadoria individual "ideal-típica". Apesar de esta última hipótese ser mais provável, as interpretações de Marx ao longo de todo o marxismo ou se referem à

[1] A crise de 1997, também chamada de "crise dos tigres asiáticos", se iniciou na Tailândia, com a desvalorização massiva do *baht* tailandês quando o governo do país se mostrou incapaz de manter o câmbio fixo em relação ao dólar estadunidense. O efeito se espalhou para todo o sudeste asiático e o Japão, afetando as Filipinas, a Coréia do Sul, Hong Kong, Laos e Malásia. China, Brunei, Singapura e Vietnã foram menos afetados, mas sofreram perda de demanda e de confiança. A crise de 2007-2008, também conhecida como "crise dos *subprimes*", ocorreu devido à queda do índice Dow Jones devido à concessão desenfreada de créditos imobiliários de alto risco, arrastando inúmeras instituições financeiras em todo o mundo para uma situação de insolvência. Kurz abordou o potencial de quebra das economias asiáticas em 1993, em "As luzes do mercado se apagam". Em entrevista concedida em 1997 à Folha de S. Paulo, tratou ainda sobre como a crise financeira na Ásia afetaria, anos mais tarde, os Estados Unidos e a Europa. Ver Kurz, R. (2004). As luzes do mercado se apagam. In *Com todo vapor ao colapso* (pp. 43–92). Juiz de Fora: Editora UFJF; Pazulin. Ver também Kurz, R. (1997, December 14). Se quiserem conter a crise, as instituições financeiras internacionais terão de sangrar. *Folha de S. Paulo*. https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs141205.htm

[2] Kurz, R. (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, p. 150. Kurz, R. (2012). *Geld ohne Wert: Grundrisse zu einer Transformation der Kritik der politischen Ökonomie*. Merdingen: Horlemann, p. 167.

análise formal de Marx sobre as mercadorias empíricas ou, implicitamente, tornam a mercadoria individual e a ideal-típica sinônimos[3]. No terceiro volume d'*O Capital*, por outro lado, Marx aborda o processo global da produção capitalista, como uma totalidade abstrata e universal do processo de reprodução. No entendimento de Kurz, modificações empíricas resultantes de oscilações fortuitas no mercado podem ser negligenciadas teoricamente sem afetar a consistência da teoria; entretanto, modificações não-empíricas que resultem da lógica do "processo global" de reprodução enquanto tal, no plano da forma e da substância, não podem[4]. Assim, os planos de exposição entram em contradição:

> Esta discrepância resulta da inversão de lugares entre o pressuposto e o resultado na lógica de exposição. Em termos reais, a mercadoria individual é apenas a manifestação empírica do todo (capitalista) que não pode ser representado enquanto tal de modo imediato. Consequentemente, as 'modificações', na verdade determinadas pelo todo, constituem o pressuposto essencial, uma vez que o todo é o verdadeiro pressuposto; assim sendo, elas não são propriamente modificações, mas a lógica da coisa em si. Em Marx, porém, a exposição da relação global apresenta-se como mera modificação da lógica elementar, uma vez que já tratara desta, no exemplo da mercadoria individual ou ideal-típica, como ponto de partida ou 'forma celular'. Do ponto de vista do processo global, esta abordagem está errada. A mercadoria individual, por muito ideal-típico que seja o modo como é entendida, não pode abarcar em si a lógica da própria relação e, por isso, também não pode ser o objeto isolado de uma análise essencial. [...] Este problema prolonga-se no conceito de capital, que igualmente não pode ser desenvolvido com base no capital individual (uma vez mais, ideal-

[3] Idem, ibidem.

[4] Idem. Edição em português, p. 151. Edição alemã, p. 168.

> típico). As determinações analíticas da forma da mercadoria e do capital só podem ser derivadas da análise conceptual da relação global[5].

Em outras palavras, a partir da análise de capitais individuais (empresas ou setores específicos) ou de mercadorias individuais (ou, ainda, de "cestas" específicas de mercadorias) não é possível atingir o plano analítico dos processos globais de circulação e transformação do capital global – do capitalismo enquanto *sistema* – o que inviabiliza qualquer teorização a respeito de um eventual limite interno do modo de reprodução social de nosso atual momento histórico. Este teria sido o equívoco cometido não só pelo marxismo tradicional, mas também por intelectuais ligados à "nova leitura de Marx", como Michael Heinrich, Hans-Georg Backhaus e Helmut Reichelt[6]. Indo além, equívoco similar teria sido cometido pelo estruturalismo, pela teoria dos sistemas e pelos pós-modernos, ao abordarem diversas "esferas" ou "subsistemas" que só se correlacionam exteriormente – o "todo" torna-se, então, mera relação funcional entre esferas separadas, sem conteúdo próprio[7].

De acordo com Kurz, se o processo global (o "todo" da sociedade capitalista – o fetiche do capital ou "sujeito automático") constitui o verdadeiro pressuposto, então os produtores privados ou capitais individuais já estão socializados antes de empiricamente engajarem-se em relações de mercado:

---

[5] Idem. Edição em português, p. 151-152. Edição alemã, p. 168-169.

[6] A obra *Dinheiro sem valor* (*Geld ohne Wert*), de Kurz, publicada no ano de sua morte, consiste não só em uma sistematização dos posicionamentos teóricos do autor, formulados desde a década de 1980, como também uma tentativa de distanciar sua própria perspectiva teórica daquela que recebeu o título, nos meios acadêmicos, de "nova leitura de Marx". Não há um único capítulo nesta obra em que a teorização de Heinrich não seja criticada, por vezes de forma nada lisonjeira.

[7] Kurz, R. (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, p. 154. Kurz, R. (2012). *Geld ohne Wert: Grundrisse zu einer Transformation der Kritik der politischen Ökonomie*. Merdingen: Horlemann, p. 171.

> Eles, como actores reais, apenas podem consumar pelo mercado, *a posteriori*, o que objectivamente já existe *a priori*, a saber, a mediação universal, a dependência mútua e a partilha de funções propriamente escalonada de reprodução social. É um contexto de encadeamento abrangente feito de produções parcelares, relações de subcontratação e infra-estruturas multiplamente articuladas e mutuamente engrenadas que, por intermédio do capital, tomou forma como complexo global apriorístico. [...] O caráter social da mercadoria e, portanto, dos produtos, é precisamente já o pressuposto, e não apenas o resultado da mediação pelo mercado. Se os produtos são reconhecidos como parte da transcendental substância social do valor ou não, se, por conseguinte, são reconvertidos em dinheiro ou caducam, isso nada tem a ver com a socialidade apriorística, mas apenas com a 'afirmação' (subjectiva e empírica) dos atores e dos capitais individuais 'dentro' desta socialidade. A eventualidade do fracasso faz também parte da socialidade, sendo determinada unicamente pelo apriorismo desta; tanto o êxito como o fracasso remetem igualmente para o pressuposto pré-existente do carácter social dos seus produtos[8].

A relação entre o "processo global" e o "sujeito automático" são explicadas com bastante clareza por Anselm Jappe em sua obra *A Sociedade Autofágica*. Nela, o prof. Jappe explicita que

> A economia capitalista é a arte de transformar um dólar em dois e de ordenar todo o resto com esse único fim. Contudo, esse fato bem conhecido não se explica somente pela avidez e pelo desejo de desfrutar. O capitalismo não inventou a avidez, nem a injustiça social, nem a exploração, nem a dominação. Em contrapartida, o que constitui sua particularidade histórica é a generalização da forma-mercadoria e, portanto, da dupla natureza da mercadoria e do trabalho, bem como das suas consequências. Assim, o dinheiro já não é o auxiliar da produção de mercadorias; é a produção de mercadorias que se torna um auxiliar para produzir dinheiro. [...] Compramos, com dinheiro, uma mercadoria para a revendermos e com isso

[8] Idem. Edição em português, p. 155-156. Edição alemã, p. 173.

> obtermos outra soma de dinheiro. [...] No capitalismo, qualquer transação econômica serve para *aumentar* determinado montante de dinheiro[9].

Continuando o raciocínio, Jappe acrescenta que, visto que o dinheiro representa o valor das mercadorias e o valor é constituído pela quantidade de trabalho abstrato, um aumento do dinheiro é impossível sem um aumento do trabalho despendido. Em sua forma clássica, este aumento é obtido através da exploração do assalariado (mais-valia; aquisição, pelo capitalista, de ainda mais força de trabalho; aumento das jornadas etc.), e o movimento operário, bem como seus teóricos, por muito tempo dedicou sua atenção exclusivamente a isto – a "denúncia" da exploração do trabalhador era considerada como o núcleo da teoria de Marx. Entretanto, um outro aspecto desse mesmo processo permaneceu obscurecido: no modo de produção capitalista está pressuposta uma indiferença estrutural quanto aos conteúdos da produção e as necessidades daqueles que os produzem e consomem:

> Todas as formas de produção anteriores, por mais injustas ou absurdas que tenham sido, destinavam-se à satisfação de determinada necessidade, real ou imaginária, e esgotavam-se com a sua realização, para em seguida recomeçarem o mesmo ciclo. *Serviam* para qualquer coisa: para reproduzir a sociedade existente. Quando o dinheiro se torna ele próprio a finalidade da produção, nenhuma necessidade satisfeita pode constituir um fim. A produção se torna a própria finalidade, e cada progressão serve apenas para recomeçar o ciclo em um grau mais elevado[10].

Esse crescimento é tautológico, dando início a uma dinâmica que consiste em produzir por produzir. Porém, tal dinâmica não é resultado

[9] Jappe, A. (2021). *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição*. São Paulo: Elefante, p. 24. Grifos de Jappe.

[10] Idem, p. 25. Grifos de Jappe.

de nenhum tipo de "atitude" ou "ideologia"; o que obriga cada um dos atores a participarem desse "jogo insano"[11] é a concorrência no mercado – caso não o façam, estão fadados a desaparecer. Uma vez que o crescimento do valor e do dinheiro só é possível por meio do crescimento do trabalho executado, a sociedade mercantil moderna é necessariamente uma sociedade do trabalho – em verdade, foi a própria sociedade mercantil moderna que inventou o conceito de "trabalho" como algo que abriga as mais diversas atividades (desde tocar um instrumento musical até cuidar de bebês, celebrar um ritual religioso, arar a terra ou mesmo executar atividades bélicas contra outros seres humanos). Em nenhuma sociedade pré-moderna atividades tão distintas teriam sido abrigadas sob um mesmo rótulo conceitual; porém, na sociedade mercantil, suas peculiaridades são negligenciadas ou mesmo deliberadamente descartadas em prol daquilo que, presume-se, elas têm em comum: dispêndio de tempo e energia de maneira abstrata e de modo quantitativamente determinado[12].

De modo geral, os críticos tendem a qualificar qualquer discurso relativo ao valor, ao trabalho, ao dinheiro, e assim sucessivamente, como "economismo"; tais categorias diriam respeito somente a um aspecto da vida, enquanto os demais seriam explicados pela psicologia, pela sociologia, pela linguística, pela antropologia, etc. O "economismo" seria, portanto, o ato de reduzir o agir humano apenas a motivações econômicas, utilitárias e materialistas; é frequente acusar todo tipo de discurso marxista – mesmo os mais heterodoxos – de incorrer neste

[11] Idem, p. 26.

[12] Mais uma vez, para a correta compreensão do que está sendo dito aqui é necessário ter em mente a distinção entre o *conceito moderno e mercantil de "trabalho"* e *o uso do termo "trabalho" como mera forma de se referir genericamente a qualquer tipo de "metabolismo com a natureza"*, assunto já abordado no capítulo 1.

erro: o de explicar toda a sociedade com recurso a uma única causa, enquanto sua complexidade só poderia ser devidamente apreendida por uma combinação de todas as ciências. Para Jappe esta acusação não estaria errada caso fosse dirigida contra as múltiplas formas do marxismo tradicional, que apelam à dicotomia "base"-"superestrutura" para sustentar que a economia (concebida como uma esfera ou âmbito parcial da vida social) domina, ao fim e ao cabo, os outros aspectos da vida (culturais, religiosos, sociais, simbólicos, etc.); mesmo quando tais correntes matizam a afirmação ao assumir algum tipo de "ação recíproca" entre base e superestrutura. Entretanto, a crítica do valor vai além de apenas constatar uma primazia da vida econômica sobre outras esferas vitais. Para o autor "ela analisa o valor mercantil como uma *forma geral* de produção e reprodução da sociedade, do agir e da consciência"[13]. Nesta corrente teórica o valor é entendido, portanto, como *princípio de síntese social* na modernidade capitalista. Jappe escreve:

> Qualquer sociedade precisa de um princípio de síntese; trata-se do princípio unificador graças ao qual os indivíduos e seus produtos materiais e imateriais [...] podem compor as partes de um coletivo que assegura a mútua satisfação das necessidades. A "corrente das dádivas", a dominação política direta e a religião estavam entre os elementos principais da síntese social que predominava nas sociedades pré-modernas, das quais se destaca uma característica: tinham ao mesmo tempo vários princípios de síntese. Na sociedade capitalista, é o *trabalho* que faz de cada indivíduo um membro da sociedade, que com os outros membros partilha uma essência comum graças à qual pode participar na circulação dos seus produtos. É devido ao fato de suas atividades adquirirem a forma comum de uma dada quantidade de trabalho, representada em uma dada quantidade de dinheiro, que os

[13] Idem, p. 27. Grifos de Jappe.

> indivíduos podem se entender como as partes de um todo, ou seja, formar uma sociedade. Basta imaginar que perdemos a carteira em uma cidade estrangeira para perceber a que ponto deixamos de ser membros da sociedade, se não dispusermos da materialização do princípio de síntese que nos liga aos outros – o elo social que sempre trazemos no bolso, como observou Marx[14].

Jappe abre a ressalva de que em nossa sociedade há atividades que não são vistas como "trabalho" propriamente dito, e que não são remuneradas; porém, elas não estão livres da influência que o trabalho exerce sobre elas e geralmente assumem o papel de auxiliares indispensáveis que garantem a reprodução de força de trabalho. Adicionalmente, nas sociedades modernas existe um outro princípio de síntese: o estatuto de cidadão (ou de membro de um Estado, ou de uma nação). Essa condição, no entanto, não se constitui como alternativa ao estatuto de "trabalhador", mas encontra-se subordinada a este último. Isso demonstra como a economia colonizou todas as esferas da vida e submeteu, direta ou indiretamente, todas as atividades humanas às exigências da rentabilidade[15].

Assim, ao contrário do que afirmam os marxistas tradicionais, o capitalismo não escamoteou o papel do trabalho; ao contrário, fez dele o mediador social universal – se todos os aspectos da vida se encontram submetidos às exigências da economia capitalista, tendo de se adequar às leis do dinheiro e do trabalho que o produz, então a economia tornou-se coextensiva à própria vida humana. Neste caso, o "mediador social universal", a saber, o trabalho, *dirige* nossa sociedade, enquanto em configurações sociais pré-modernas ele estava subordinado a outros

[14] Idem, p. 27-28. Grifos de Jappe.

[15] Idem, p. 28-29.

princípios de síntese e às decisões tomadas em esferas sociais distintas. Por isso é necessário distinguir dois níveis de dominação: uma visível, de certos grupos sociais sobre outros, e que consumiu praticamente toda a atenção dos observadores críticos da sociedade até então; e outra invisível, a dominação de estruturas impessoais sobre toda a sociedade – exercida pelo valor, pelo trabalho, pelo dinheiro e pela mercadoria[16].

Foi para descrever essa dominação "invisível" que Marx recorreu a expressões como "sujeito automático" ou "fetichismo da mercadoria". Uma sociedade fetichista é qualquer uma na qual seus membros seguem regras que são resultado inconsciente de suas próprias ações, apesar delas se apresentarem como forças externas e superiores aos homens, tornando o sujeito um simples executante das leis fetichistas[17]. Jappe informa:

> Na maior parte das suas ações, os sujeitos da mercadoria não se sacrificam conscientemente ao culto do fetiche mercantil; pelo contrário, pensam que procuram alcançar seus 'interesses'. Assim, é conveniente perguntarmo-nos qual é a *forma de mediação* entre a consciência empírica e a forma social de base, a do valor mercantil. Em outras palavras, é preciso determinar, à semelhança de uma grade de percepção, a *forma geral da consciência*, a forma que predetermina todo e qualquer conteúdo particular[18].

O fetichismo da mercadoria não constitui, portanto, uma simples mistificação ou falsa consciência, mas trata-se de uma forma de existência social total situada acima de qualquer separação entre reprodução material e *psique*, uma vez que determina as próprias formas pelas quais o sujeito pensa e age. Nisso, o fetichismo da

[16] Idem, p. 28.

[17] Idem, p. 29.

[18] Idem, p. 30. Grifos de Jappe.

mercadoria compartilha características com outras formas de fetichismo, como a consciência religiosa. Deste modo,

> ele poderia, assim, ser caracterizado como uma 'forma *a priori*'. O conceito de forma *a priori* evoca evidentemente a filosofia de Immanuel Kant. Todavia, o esquema formal que antecede qualquer experiência concreta e que a modela, e do qual tratamos aqui, não é ontológico, como em Kant, mas histórico e sujeito à evolução. As formas dadas *a priori*, nas quais se deve representar necessariamente qualquer conteúdo da consciência, são para Kant o tempo, o espaço e a causalidade. Ele concebe essas formas como inatas em qualquer ser humano, sem que a sociedade ou a história tenham nisso qualquer papel. Bastaria retomar essa questão, mas retirando às categorias *a priori* o seu caráter atemporal e antropológico, para chegar a conclusões próximas da crítica do fetichismo da mercadoria. [...] Não se trata somente de conhecimento, mas também da ação. O fetichismo da mercadoria de que fala Marx e o inconsciente de que fala Freud são as duas formas principais que foram propostas, depois de Kant, para explicar um nível de consciência de que os atores não têm uma percepção clara, mas que, em última instância, os determina. [...] Com as fórmulas de 'fetichismo da mercadoria' e de 'sujeito automático', Marx lançou as bases de uma concepção do inconsciente cuja forma está submetida à mudança histórica[19].

Por isso, segundo Kurz, a socialidade constitui o "apriorismo transcendental" tanto da produção como do mercado, sendo categorialmente pressuposta, para dividir-se funcionalmente, de algum modo, nestas duas esferas. Não seria possível às pessoas "decidirem" sobre seus trabalhos antes de os efetuarem, para que apenas depois, no mercado, o fruto de seus trabalhos adquira caráter social – como é a interpretação do marxismo ortodoxo. A forma social específica dos diferentes trabalhos já é cegamente pressuposta mesmo antes que o

[19] Idem, p. 32-33.

trabalho se inicie[20]. A aparência de que os sujeitos funcionais agentes estão "isolados" e somente se tornam "sociais" pela ação do mercado é "real" do ponto de vista subjetivo, uma vez que estes processos se encontram separados no plano do encadeamento temporal – produz-se primeiro, troca-se depois. Entretanto, o "complexo global material apriorístico" está sujeito ao movimento fetichista do fim-em-si da riqueza abstrata; a conversão de valor em mais-valia e de trabalho abstrato em ainda mais trabalho abstrato. Por este motivo tal ciclo do capital global, inerentemente tautológico e fetichista, não diz respeito à satisfação de necessidades ou ao aproveitamento de recursos: a satisfação das necessidades é contingente; um mero subproduto ou efeito colateral, e não a "finalidade" – o que explica o fato de ser carregada de restrições e, até mesmo, "fastidiosa"[21]. Portanto,

> as categorias reais do capital que são objeto da exposição teórica de Marx devem [...] ser entendidas desde o início e em todos os planos da exposição como meras categorias do todo social, do capital global e do seu movimento global, enquanto massa global que não pode ser abarcada de uma forma empírica imediata porque, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, é diferente do movimento empírico dos capitais individuais. No entanto, este último é o único que se apresenta aos actores na prática, ao passo que o verdadeiro movimento do capital global real só pode ser registado de forma empírica com base nos seus efeitos sociais (sobretudo em temos de crise)[22].

Desta maneira, o capital global, o "todo fetichista", acaba por permanecer oculto enquanto realidade objetiva do fetiche, levando

[20] Kurz, R. (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, p. 156-157. Kurz, R. (2012). *Geld ohne Wert: Grundrisse zu einer Transformation der Kritik der politischen Ökonomie*. Merdingen: Horlemann, p. 174-175.

[21] Idem. Edição em português, p. 157. Edição alemã, p. 175-176.

[22] Idem. Edição em português, p. 158-159. Edição alemã, p. 177.

todas as demais correntes de pensamento que julgam conhecer "o capital" enquanto entidade categorial a aterem-se à análise de capitais individuais, que podem ser abordados através da teoria da ação – onde defrontam-se de forma imediata os atores de interesse. Assim, as relações entre os atores econômicos no sistema são abordadas de modo subjetivista, enquanto o "motor" condicionante das suas relações (e não reconhecido como tal) toma a forma de "leis exteriores" intransponíveis[23] – "trabalho" enquanto algo eterno e inerente ao ser humano; "leis" de mercado; "troca" e "dinheiro" enquanto pressupostos apriorísticos e a-históricos; e assim sucessivamente. "Somente o capital global é o movimento espontâneo do valor"[24].

As metamorfoses sociais do capital precisam, portanto, ser compreendidas como um processo social global que se desenrola "por detrás das costas" dos atores envolvidos, o que também inclui o momento de realização, que é mediado pela concorrência universal e que, por este motivo, determina o comportamento dos sujeitos funcionais[25]. Tomando por base a perspectiva do capital individual, o que ocorre é a aplicação de uma determinada soma de capital monetário nos custos prévios de produção, sem distinção entre força de trabalho (que produz valor novo) e capital material (que apenas transfere trabalho morto, ou seja, valor produzido anteriormente, para o produto final). Ambos, do ponto de vista do capital individual, configuram-se como custos. Porém, também deste ponto de vista, qualquer distinção entre produção de valor novo através da força de trabalho e transferência de valor antigo advindo dos meios de produção é

[23] Idem. Edição em português, p. 159. Edição alemã, p. 177-178.

[24] Idem. Edição em português, p. 159. Edição alemã, p. 178.

[25] Idem. Edição em português, p. 160. Edição alemã, p. 178-179.

irrelevante, visto que para o capital individual apenas importam os preços manifestos (e realizados como proveito da venda), que não possuem relação direta com o plano do valor[26]. Na perspectiva do capital individual o objetivo limita-se unicamente a atingir, com a venda, a recuperação dos custos despendidos acrescidos de um lucro que corresponda, no mínimo, ao lucro médio da sociedade, considerando-se as variações entre diferentes setores (dado que o lucro médio do ramo petrolífero é distinto daquele verificado no setor atacadista, e este por sua vez é diferente do que condiz com a criação de gado, *verbi gratia*). Para o capital individual o resultado alcançado com a venda não tem rigorosamente relação alguma com a quantidade de força de trabalho por ele aplicada ou com a quantidade de trabalho por ela despendida e, em aparência, também não possui relação com quantidades de trabalho em termos gerais[27].

Devido a isso o conceito de valor de Marx é distinto do encontrado na ciência econômica tradicional, visto que ele só pode ser derivado do capital enquanto relação global total:

> A produção individual constitui já *a priori* uma parte da produção global capitalista e, por conseguinte, o dispêndio individual de trabalho constitui uma parte do "trabalho global". Por outras palavras, e diferentemente do que resulta da fixação inicial de Marx na mercadoria individual, a energia humana abstracta não se 'infiltra' de imediato na mercadoria individual produzida em cada caso, mas é objectivamente agregada, por detrás das costas dos agentes individuais da produção, a uma massa total da substância do valor socialmente produzido[28].

[26] Idem. Edição em português, p. 161. Edição alemã, p. 179-180.

[27] Idem. Edição em português, p. 161. Edição alemã, p. 179-180.

[28] Idem. Edição em português, p. 160. Edição alemã, p. 178-179.

Para a ciência econômica tradicional (ou "burguesa", nos termos de Kurz), o conceito de "criação de valor" refere-se somente à relação entre custos e proveitos do capital individual, de modo independente da "verdadeira e substancial" constituição de valor pela energia do trabalho humano no conjunto da sociedade[29]. A perspectiva tradicional, que toma por fundamento os capitais individuais, é extrapolada indutivamente para a soma dos capitais individuais, resultando em uma visão errônea a respeito da criação de valor; assume-se que há crescimento do valor quando aumenta a quantidade de mercadorias e/ou de dinheiro em circulação, ignorando-se o fato de que pode haver incremento na circulação enquanto o valor novo total produzido por uma sociedade diminui:

> A totalidade da quantidade de trabalho despendida de forma 'válida' (correspondente ao padrão de produtividade) nos capitais individuais agrega-se, por detrás das costas dos actores, a uma massa social total de valor ou mais-valia. E é só neste plano que os termos valor e mais-valia são válidos e reais em sentido rigoroso. O capital é aqui um todo social que, no entanto, tem de se realizar como esse todo através da mediação da produção e da concorrência de capitais individuais no mercado. A massa de valor global que é produzida pelo trabalho global é representada pela massa global de mercadorias, independentemente da força de trabalho despendida nas mercadorias individuais. No entanto, tem de ser realizada por capitais individuais como únicos protagonistas reais, tal como também foi produzida por eles como contributo para a massa global[30].

Assim, os capitais individuais não se realizam pela massa de valor que foi produzida por eles individualmente, mas pela quota-parte da massa de valor agregada (social e total) que conseguem arrebanhar no

[29] Idem. Edição em português, p. 161. Edição alemã, p. 179-180.

[30] Idem. Edição em português, p. 162. Edição alemã, p. 180-181.

processo de concorrência, ou seja, pela quota da qual conseguem apropriar-se. Disto deriva que não existe relação imediata entre a quantidade de trabalho colocada em movimento por um capitalista individual e o lucro obtido por este mesmo capitalista, bem como não existe relação direta entre a quantidade de trabalho despendida em uma mercadoria individual e seu valor; esta é uma das dimensões do preço, uma vez que o valor não pode ser avaliado de forma individual e subjaz ao sistema de preços no âmbito da totalidade da sociedade[31]. É importante ressaltar que, como veremos a seguir, preços e valor apenas coincidem no âmbito mais geral (coincidência entre a *massa* de preços e a *massa* de valor), e não nos casos particulares de capitais ou mercadorias individuais – o que torna a discussão a respeito da "transformação de valores em preços" completamente desnecessária. Um economista "burguês" (neoclássico) obviamente poderia objetar que a categoria do valor, portanto, torna-se inútil – em virtude de que os preços, sozinhos, seriam capazes de explicar toda a dinâmica do mercado. A questão é que com isso incorreria em um erro de raciocínio: a massa global de preços (todos os preços, de todas as mercadorias, somados) coincide com a massa global de valor, que é gerado pelo trabalho de toda a sociedade, mas não ocorre correspondência do tipo com os preços das mercadorias individuais, que é o modo pelo qual tais mercadorias (incluindo o trabalho) "dialogam" umas com as outras no mercado. Estaria, portanto, incorrendo no erro que conhecemos como "paradoxo de Frege", julgando como trivial ou tautológica uma declaração informativa que só pode ser compreendida à luz da distinção

[31] Idem. Edição em português, p. 162. Edição alemã, p. 181.

entre sentido e referência; ou, ainda, adotando o mesmo significado para usos distintos do termo "preço".

Aqui, temos mais uma discordância entre a teoria crítica do valor e Marx. Em Marx, ao menos no primeiro volume d'*O Capital*, a relação entre a quantidade de trabalho e o valor é apresentada como direta, a partir da mercadoria ideal-típica, do mesmo modo que a relação entre o lucro e a mais-valia obtida pelo capital individual ideal-típico[32]. A mediação entre o plano do lucro e o plano do valor é abordada apenas no terceiro volume. No entendimento de Kurz, é deste modo que surge a discrepância entre a determinação do valor individual, no primeiro volume, e a determinação do capital global, no terceiro – que ele chama de "problema da exposição" em Marx[33].

O "problema da exposição" refere-se ao fato de que a totalidade social do capital não poderia figurar imediatamente na exposição teórica, obrigando Marx a desenvolver seu objeto de pesquisa através de uma série sucessiva de determinações conceituais que não existe do modo exposto, com a utilização de categorias que tampouco se constituíram historicamente por meio das etapas apresentadas. Daí o artifício de iniciar sua exposição pela mercadoria, passando desta para a troca/circulação, o dinheiro, a formação de capital até culminar – somente no tomo III – no processo global capitalista. O capital é o verdadeiro pressuposto, mas figura na exposição somente como resultado; inversamente, a forma-mercadoria e a forma-dinheiro,

[32] C, vol. I, p. 116; MEW, vol. 23, p. 52. Ver também Kurz, R. (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, p. 162-163. Kurz, R. (2012). *Geld ohne Wert: Grundrisse zu einer Transformation der Kritik der politischen Ökonomie*. Merdingen: Horlemann, p. 180-182.

[33] Kurz, R. (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, p. 163; p. 28. Kurz, R. (2012). *Geld ohne Wert: Grundrisse zu einer Transformation der Kritik der politischen Ökonomie*. Merdingen: Horlemann, p. 181-182; 28-29.

apesar de serem o verdadeiro resultado do capital – uma vez que somente o capital enquanto relação social produziu as formas do dinheiro e da mercadoria como conhecemos hoje – se constituem como pressupostos mentais e lógicos. Desta maneira, a exposição feita por Marx n' *O Capital* segue uma dialética na qual a abstração teórica não coincide, necessariamente, com o desenvolvimento histórico dos fenômenos abordados. Por exemplo, dinheiro e mercadoria em suas diferentes formas já existiam muito antes da era industrial, embora não fossem dinheiro ou mercadoria *em sentido capitalista*. Para Kurz, parte das correntes que hoje compõem a tradição marxista erraram ao assumir que o plano da exposição categorial de Marx coincide com o desenvolvimento trans-histórico dos sistemas político-econômicos (em uma linha "evolutiva" que vai da simples troca até o capital portador de juros, por exemplo), o que lhes fez perder de vista que o objeto das reflexões de Marx era, em realidade, o fluxo global de capitais – e não questões "locais" a respeito da produção/distribuição de mercadoria ou extração de mais-valia[34].

Do que foi exposto acima infere-se que somente o preço, afixado e realizado, é individual; o valor, por sua vez, refere-se sempre à totalidade da sociedade. O valor, portanto, é não-empírico por princípio, enquanto o preço só é empírico como resultado da concorrência. O preço realizável é obtido através da concorrência, cujos meandres não produzem o valor, mas o distribuem desigualmente entre os atores envolvidos. Do contrário, argumenta Kurz, a concorrência universal seria completamente supérflua e inexplicável, ou teria de ser atribuída a disposições subjetivas – visto que o preço divergiria da dimensão do

[34] Idem. Edição em português, p. 37-42. Edição alemã, p. 38-45.

valor, determinada linearmente pelo dispêndio de trabalho na fabricação de cada mercadoria, devido a oscilações de mercado que tenderiam a compensar-se mutuamente. "Valor individual", no sentido em que a expressão é usualmente empregada por boa parte da literatura marxista e por seus críticos, nem sequer existe[35].

O filósofo argumenta ainda que uma objeção possível ao que foi exposto acima seria a conclusão de que não há relação entre valor e preço, sendo este último sempre arbitrário. A esta contestação hipotética responde afirmando que se o valor for uma categoria da totalidade da sociedade ou do capitalismo, esta massa global singular (pois trata-se de "valor", e não de "valores") deve ter uma correspondência com os preços (no plural) enquanto determinações individuais das muitas mercadorias e capitais singulares, ou seja, a massa total dos preços deve corresponder à massa total do valor. A soma de todos os preços, enquanto quotas-partes do valor mediadas pela concorrência, precisa corresponder à massa do valor de modo processual e flutuante – e não de maneira imediata e exata – pois, caso não correspondam, produzem-se sinais de crise. A equivalência não seria verificável "de modo algum", afirma Kurz, no plano da troca entre mercadoria individual e dinheiro, dado que "esta relação é incongruente na sua essência"[36]. Por isso, não deveria sequer ser chamada de "troca", e sim de movimento de realização do capital – que se desenrolaria em atos individuais e desconexos de realização mediados pela concorrência no âmbito dos preços. Deste modo, os preços não podem ser arbitrários do ponto de vista dos capitais individuais concorrentes entre si porque

[35] Idem. Edição em português, p. 163-164. Edição alemã, p. 181-183.

[36] Idem. Edição em português, p. 164. Edição alemã, p. 183.

o preço a se realizar tem de recuperar os custos prévios acrescidos de determinado lucro. Embora a relação entre custos e proveitos não se processe diretamente no plano do valor, uma vez que o que está em questão são apenas os custos globais empíricos (força de trabalho mais capital material), a diferença entre os custos despendidos em diferentes setores sempre repercute no plano dos preços; indiretamente,

> esta diferença está mediada com o plano do valor, na medida em que não só o lucro enquanto resultado é uma quota-parte da massa do valor de toda a sociedade, como o mesmo também se aplica, evidentemente, aos custos prévios. Acontece que a quota-parte dos custos prévios na massa do valor de toda a sociedade é maior num carro do que numa escova de dentes. É ele que tem de ser recuperado no mínimo (mais o lucro) e, por isso, o preço não pode ser arbitrário, antes se orientando no seu cálculo pelos custos prévios respeitantes a cada mercadoria[37].

Obviamente, não há nenhuma garantia de que o preço mínimo necessário seja alcançado, uma vez que existem permanentemente na concorrência sujeitos que não alcançam um lucro suficiente ou que sequer atinjam o necessário para cobrir seus próprios custos prévios. Precisam, então, mitigar suas perdas vendendo os produtos abaixo dos preços ou contraindo empréstimos, correndo o risco de ir à falência – esta, por sua vez, significa que "já não podem participar individualmente na luta pela massa social de mais-valia"[38]. Caso este fenômeno se espalhe para além dos casos isolados habituais, a ponto de constituir uma "massa crítica", a causa reside na proporção díspar entre a produção real de valor e de mais-valia e a massa de preço das mercadorias. No marxismo tradicional, assim como, de modo parcial,

[37] Idem. Edição em português, p. 165. Edição alemã, p. 184.

[38] Idem. Edição em português, p. 166. Edição alemã, p. 185.

em Marx, a crise consiste em a mais-valia realmente produzida não poder ser realizada de modo suficiente; na crítica do valor, por outro lado, consiste em ter sido produzida massa de mais-valia real em menor quantidade do que a totalidade dos preços ainda não realizados, ou seja, do "valor real" divergir muito em relação ao "valor ideal" (sob a forma de preços) no plano da totalidade da sociedade[39].

É necessário salientar que, posto o apriorismo (ou a precedência) da relação de capital como relação social e como forma fetichista da totalidade da reprodução social, a produção de valor representa precisamente a reprodução de valor substancial – o produto individual, mesmo ainda não realizado enquanto valor, já é mercadoria à partida, desde a sua concepção. Mesmo que o movimento de realização da mercadoria individual seja malogrado, disto não resulta que tal mercadoria não tenha sido concebida e criada como item portador de valor (ou "coágulo de trabalho" destinado à troca, nos termos de Marx). Isto é crucial para a compreensão do problema da transformação, ou seja, como o valor se converte em preço. Em termos qualitativos, valor e preço são ambos, na terminologia marxista, derivados do trabalho e expressos em dinheiro. Portanto, o que deve ser explicada é a diferença quantitativa. Segundo Kurz:

> A qualidade historicamente específica das categorias abstractas e ao mesmo tempo reais constitui o todo apriorístico e transversal. O capital não é a soma exterior dos capitais individuais, mas o capital global como essência transcendental; as metamorfoses são as desse todo ou dessa essência, mesmo que, de forma invertida, apenas 'se manifestem' como reais no plano dos capitais individuais e da sua concorrência no mercado. É também este o motivo por que [sic] a estatística burguesa apenas consegue reproduzir os

[39] Idem, ibidem.

> momentos empíricos do plano das manifestações na sua distorção, não sendo idênticos no plano do valor não empírico. Também os marxistas costumam render-se [...] a essa perspectiva burguesa, equiparando com frequência e sem cerimónias os valores estatísticos ao plano do valor [...]. A relação entre a estatística e o movimento real de valorização é indirecta, não podendo em caso algum ser expressa em dados empíricos, mas apenas tornada acessível por indícios[40].

Nesta ótica, o trabalho concreto e o trabalho abstrato não se repartem em duas esferas distintas, sendo antes aspectos de uma lógica transversal a todas as esferas. O lado concreto "vale" apenas como forma de manifestação do lado abstrato, visto que a mercadoria é um objeto produzido à partida de um modo capitalista. O produto é válido apenas socialmente, como objetualidade do valor. Entretanto, a qualidade social determinante para a mercadoria individual ainda não se encontra determinada em termos quantitativos, e logo a objetualidade quantitativa do valor da mercadoria individual e a dimensão do valor do capital global começam a divergir uma da outra. A energia de trabalho despendida não se infiltra de imediato na mercadoria individual, mas sim em um "fundo" global do capital enquanto agregação inconsciente que se processa à revelia dos atores individuais envolvidos nesta dinâmica processual, e que nunca se torna visível de imediato – somente aparece no momento da realização pelos capitais individuais e nas fricções decorrentes desta. As "quotas-partes" de cada capital individual neste "fundo" global – que não deve ser entendido como um fundo propriamente dito, com regulações, depósitos conscientes e relações contratuais – só podem ser apuradas por intermédio da

[40] Idem. Edição em português, p. 182-183. Edição alemã, p. 203-204.

concorrência no mercado. O movimento de realização é, portanto, um momento de metamorfose do capital global[41].

Quanto ao caráter do dinheiro como mercadoria independente, a crítica do valor opõe-se à interpretação nominalista que é corrente nas teorias econômicas *mainstream*, como a neoclássica. O papel-moeda e o dinheiro escritural foram interpretados, ao longo do desenvolvimento da ciência econômica, como meros sucedâneos ou formas de representação dos metais preciosos (o ouro e a prata). Seria, assim, um signo desprovido de substância cujo propósito seria o de substituir o ouro-mercadoria e/ou a prata-mercadoria, como pode ser facilmente encontrado em Ricardo[42]. Isto implicaria que o dinheiro não é valor real, e sim símbolo de valores reais, não assumindo, portanto, um significado próprio específico; seu valor, por consequência, seria subjetivo, relativo e relacional. No período da I Guerra Mundial houve grande controvérsia na economia política sobre se o dinheiro, enquanto "signo", deveria estar assentado em uma base de metais preciosos (o assim chamado "metalismo"), se poderia ser substituído integralmente por notas bancárias de cada Estado emissor (o "sistema monetário") ou, ainda, se poderia ser convertido em lançamentos contabilísticos (o "nominalismo"). Nas economias de guerra e na segunda metade do século XX (após a II Guerra Mundial), a concepção nominalista acabou por impor-se, mais devido a necessidades reais do que pela existência

[41] Idem. Edição em português, p. 183. Edição alemã, p. 204-205.

[42] Idem. Edição em português, p. 185. Edição alemã, p. 206. Quanto à menção a David Ricardo, é comum a afirmação de que ele defendia a teoria quantitativa da moeda, segundo a qual os preços aumentam quando a quantidade de moeda em circulação aumenta, mas a moeda não possui impacto nas atividades econômicas e consiste apenas em um "véu". Entretanto, esta era a única teoria sobre a moeda existente nos séculos XVIII e XIX, e Ricardo apenas a pressupôs em seus escritos, sem nunca ter se dado ao trabalho de discuti-la ou explicá-la.

de uma teoria ou conjunto de teorias que abalizassem esta transformação[43].

Em Marx, o dinheiro é uma universalidade social abstrata da substância do valor (o "trabalho abstrato"). Seu caráter de "mercadoria-rainha" é enfatizado constantemente e, consequentemente, sua importância central. Com isso fica, conceitualmente, excluída qualquer interpretação do dinheiro que o encare como tendo um caráter meramente simbólico e secundário. Mais do que isso, o dinheiro não é interpretado meramente como um meio informativo passivo para os participantes do mercado ou como mercadoria "universal", e sim como a forma de manifestação do fim-em-si irracional capitalista, estando intimamente ligado ao conceito de fetichismo. Em sua especificidade, passa a determinar os sujeitos de mercado ao invés de deixar determinar por eles[44].

Disto decorre o desdobramento das mercadorias, enquanto objetualidades do valor, em mercadoria e dinheiro – que não são dois objetos diversos em sua essência e exteriores um ao outro, mas sim o desdobramento interno da própria forma substancial do valor em dois modos de manifestação referidos um ao outro. O dinheiro, enquanto verdadeiro pressuposto da universalidade da forma da mercadoria e forma de manifestação central do capital, é a *razão de ser* da forma da mercadoria dos produtos e, simultaneamente, expressão de sua universalidade[45]. Uma vez mais, o dinheiro não pode ser mero signo resultante de uma cisão entre valores das mercadorias e símbolos monetários, sendo antes uma objetualidade resultante de processos

[43] Idem. Edição em português, p. 188. Edição alemã, p. 209.

[44] Idem. Edição em português, p. 190. Edição alemã, p. 211.

[45] Idem. Edição em português, p. 190-191. Edição alemã, p. 211-213.

cegos e inconscientes que dão existência manifesta e palpável à relação de fetiche da riqueza abstrata e ao capital como processo global. O erro dos intérpretes de Marx até o momento atual, assim como o dos representantes da "teoria econômica burguesa", teria sido o de considerar a mercadoria-dinheiro não como resultado específico da constituição capitalista, mas como algo que se formou em tempos remotos por derivação da forma simples da mercadoria, em uma interpretação trans-histórica similar à que fazem dos conceitos de mercadoria, valor e trabalho[46], que nubla as características específicas de como o dinheiro opera em nosso atual sistema de produção e reprodução social – tornando-se, assim, um discurso recheado de anacronismos e confusões conceituais. Tais equívocos, no entanto, teriam origem na forma de exposição escolhida pelo próprio Marx, que iniciou suas reflexões no primeiro volume de *O Capital* com a mercadoria e a troca simples; o que pensadores posteriores fizeram foi hipostasiar a lógica da exposição a partir de categorias ideais-típicas e interpretá-las como substâncias de existência concreta, anacronicamente transplantando suas características especificamente modernas para sociedades pré-capitalistas, algo que Kurz classifica como um "mal-entendido histórico-genético"[47].

Daí decorre a afirmação de que

> qualquer tentativa de reduzir o carácter de fetiche da forma do dinheiro como 'mercadoria à parte' a uma acção de sujeitos que se regem pela sua racionalidade interna é uma interpretação ideológica[48].

[46] Idem. Edição em português, p. 191-192. Edição alemã, p. 212-214.

[47] Idem. Edição em português, p. 192. Edição alemã, p. 213.

[48] Idem. Edição em português, p. 191. Edição alemã, p. 213.

O problema histórico-genético da exposição leva os marxistas a interpretarem o dinheiro como algo que se formou em tempos arcaicos a partir da forma simples da mercadoria, assumindo o posto de uma categoria trans-histórica ao lado da própria mercadoria e do valor. Marx, tendo vivido em uma época na qual a historiografia ainda não havia se dedicado suficientemente às diferenças qualitativas entre as formas históricas e empíricas assumidas pelo dinheiro em diferentes culturas, recorreu, em sua exposição, a materiais documentais que apontavam para um suposto desenvolvimento trans-histórico do dinheiro desde a Antiguidade Clássica. Em sua exposição, o dinheiro, assim como a mercadoria, é algo bastante diferente do dinheiro moderno, existente em nossa economia "autonomizada", sendo mencionado sempre de forma "ilustrativa" e referido como "transversal a muitas formações"[49]. Ocorre que nas sociedades pré-modernas o dinheiro não poderia ter sido, de maneira alguma, a expressão universal de uma produção de mercadorias ou de algo similar a uma "economia independente". Adicionalmente, nas sociedades capitalistas modernas, o dinheiro apenas pode ser derivado da abstração universal do valor, ou seja, da relação global, e não da forma do valor ideal-típica das mercadorias individuais[50].

Em Marx, a mercadoria e o dinheiro parecem encontrar-se no plano do pormenor:

> O valor individual da mercadoria particular, determinado de imediato pela quantidade de trabalho imediatamente despendida, tem nessa perspectiva o seu equivalente ou contraponto no valor igualmente individual da mercadoria dinheiro (da respectiva unidade monetária) que somente dá a

[49] Idem. Edição em português, p. 192. Edição alemã, p. 214.

[50] Idem, ibidem.

> esse valor, que aí não é visível nem pode ser expresso, a sua forma do valor abstracta e universal sensível e material. O que vier por acréscimo 'mais tarde' e se desviar daí sob a forma dos preços é designado de meras 'modificações' dessa coerência de princípio[51].

Kurz afirma que o idealismo da falsa equivalência imediata e individual como "princípio de justiça" e a ilusória autonomia do sujeito da troca, concepções das quais Marx não teria compartilhado (mas teria acidentalmente veiculado), desembocam neste entendimento, partindo da troca simples de mercadorias para a relação mercadoria-dinheiro. No entanto, o dinheiro como conhecemos – a forma do dinheiro – é qualitativamente diferente do dinheiro nas sociedades pré-modernas devido à "inversão da lógica da mercadoria" que constitui a essência do capitalismo: o dinheiro representa valor, mas, ao contrário das outras mercadorias, à sua forma do valor não se contrapõe um valor de uso no sentido de uma utilidade sensível. Seu valor social de uso não é uma utilidade concreta e material, mas sim o fato de que expressa, ou representa de forma real, o valor abstrato de todas as outras mercadorias[52].

Deste modo, o valor de uso da "mercadoria-dinheiro" é, contrariamente ao que acontece com todas as demais mercadorias, um valor individual que desaparece no consumo[53], ficando de fora da mediação social embora seja um valor imediata e puramente social. A objetualidade do valor da mercadoria dinheiro é, ela própria, um valor de uso; o que só é explicável pelo seu caráter de meio irracional para o

[51] Idem. Edição em português, p. 193. Edição alemã, p. 214.

[52] Idem. Edição em português, p. 193-194. Edição alemã, p. 215.

[53] Seja parcialmente, como no caso do consumo produtivo (de insumos, máquinas etc.), seja por inteiro (no caso do consumo final).

fim-em-si da "riqueza abstrata". Tal irracionalidade só pode ser entrevista quando levamos em consideração a sociedade no seu todo, ou seja, o processo econômico global. O valor de uso do dinheiro encontra-se em sua função enquanto mercadoria, fetichista, ao passo que sua utilidade material não reside no seu caráter de mercadoria-dinheiro – por isso o seu corpo de mercadoria específico é o único a ser considerado diretamente valor[54]. É por este motivo que, no raciocínio de Kurz, a mercadoria dinheiro é a única que não pode aparecer de imediato como valor relativo, estando "condenada" a uma existência separada na forma da equivalência; ao mesmo tempo, as outras mercadorias só podem aparecer na forma do valor relativo, porque todas têm "a sua forma de equivalência comum na mercadoria dinheiro e apenas nesta"[55].

Do ponto de vista lógico o raciocínio parece interessante, em especial quando o autor ilustra que tudo pode ser comprado com dinheiro, mas dinheiro não pode ser comprado da mesma maneira que uma mesa ou uma máquina. No entanto, é necessário questionar qual a concepção de dinheiro adotada por ele e se esta condiz com a forma como o dinheiro efetivamente é compreendido nas sociedades capitalistas. Em tese, diferentes moedas são mutuamente conversíveis (através das amplamente conhecidas taxas de câmbio), o que implica que dinheiro pode sim ser "comprado", até certo ponto; adicionalmente, o pensamento econômico *mainstream* frequentemente adota explicações para taxas de juros e risco que passam pelo "preço do dinheiro" ou "custo do dinheiro", entendidos como sua desvalorização provável em determinado intervalo mensurável de tempo. Seriam estas

[54] Idem. Edição em português, p. 194. Edição alemã, p. 215-216.

[55] Idem. Edição em português, p. 195. Edição alemã, p. 216-217.

expressões apenas licença poética? Seria a convertibilidade das moedas e, subsequentemente, as taxas de câmbio, uma tautologia entre dois elementos destituídos de significado? Temos de nos perguntar, ainda, se a descrição feita nos parágrafos anteriores condiz com o momento econômico atual, no qual o dinheiro é puramente "nominalista" – nos termos do próprio Kurz – e não passa de lançamentos contábeis em uma tela de computador. Estes elementos levantam o problema do próprio caráter de mercadoria do dinheiro ou, melhor dizendo, o quão "sensível" ou "palpável" – ou talvez "real" – é o dinheiro como conhecemos. As teses apresentadas por Kurz aparentam depender de uma definição de dinheiro que abarca seu caráter de mercadoria "real", mas incluem o fato dele ser uma mercadoria atípica quando comparada com as outras; tão atípica que não possui valor de uso devido às suas "qualidades sensíveis" (*quais* qualidades sensíveis, se estamos falando de lançamentos contábeis?), mas somente como fim-em-si fetichista. Daí decorre todo o estranhamento: esta é a origem da irracionalidade do sistema econômico global que é tão criticada pelo autor. Em uma analogia chula e bastante conhecida, se um macaco em um zoológico começasse a acumular frutas em vez de comê-las, começaríamos a questionar a sanidade do animal. Se, no entanto, entendermos dinheiro como mero signo, posição que é criticada por Kurz, o problema se dissolve. Não há, por definição, nada de estranho ou atípico em um signo não ter qualidades sensíveis com valor de uso; pelo contrário, isto é uma constatação trivial. Considerando-se o próprio caráter "nominalista" do sistema econômico atual, e consequentemente do dinheiro, algo brilhantemente descrito pelo próprio autor, que motivos teríamos para considerar o dinheiro nas sociedades atuais como alguma coisa além de mero signo? Se não o encararmos como mero signo, não estaríamos,

com isso, incorrendo novamente em um erro histórico-genético, nos utilizando de concepções anacrônicas de dinheiro (como o ouro-mercadoria) para interpretar fenômenos atuais? Encarar o dinheiro como "signo", porém, em uma perspectiva puramente "nominalista", traz seus próprios problemas: se dinheiro for mero signo, como pode ser trocado – "comprado" ou "vendido", como em operações de câmbio ou títulos? Ou, ainda mais importante, trata-se de um signo que representa o quê? Tal formulação parece retornar, mais uma vez, à concepção de Marx de que dinheiro simboliza "coágulos de trabalho", e o problema da irracionalidade do sistema se desloca, novamente, para a questão da acumulação de trabalho morto.

O autor não parece estar alheio a este problema, uma vez que nas suas considerações sobre o mercado financeiro chama a atenção para o fato de que este é qualitativamente diferente do mercado das mercadorias. Neste último, o dinheiro é usado diretamente para comprar mercadorias para mediar a realização (D-M-D', nos termos de Marx); no primeiro caso, o dinheiro é "comprado" sob a forma do capital emprestado para, de modo indireto, comprar mercadoria, sendo o preço (juro) do dinheiro emprestado considerado rendimento da valorização do capital. A mercadoria dinheiro, enquanto esta é meio de pagamento para outras mercadorias, apenas é capital de maneira indireta; por outro lado, enquanto é objeto de operações nos mercados financeiros, é capital diretamente – embora ainda tenha de dar sua contribuição à massa de mais-valia do capital global através da aplicação de força de trabalho[56].

Este caráter de duplicidade do dinheiro – comportando-se como meio de pagamento e "mercadoria à parte" ao mesmo tempo – é,

[56] Idem. Edição em português, p. 195. Edição alemã, p. 217.

segundo o autor, superior à teoria do dinheiro enquanto signo, uma vez que esta última representa o desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro como algo exterior e não mediado ou subjetivo, ao passo que a explicação alternativa representa tal desdobramento como nexo interno substancialmente mediado e objetivo, ou seja, de determinação qualitativa diferente. Em termos quantitativos, no entanto, continua inexistindo congruência entre a substância do valor individual e a dimensão do preço individual[57].

Ernst Lohoff aborda este problema em *Acumulação de Capital sem acumulação de valor* (*Kapitalakkumulation ohne Wertakkumulation*), um artigo bastante extenso – que se assemelha mais a um livro curto – publicado na *Krisis* em 2014[58]. Partindo da constatação de que tanto a economia política quanto o marxismo tradicional falharam em explicar como se dá a acumulação via mercado financeiro nos últimos trinta anos, ele afirma que ambas as abordagens, a despeito de suas diferenças, atingem resultados semelhantes por confundirem *capital* (riqueza capitalista abstrata) e *bens* (riqueza material-sensível). Para Lohoff, o capitalismo em sua forma atual, financeirizada, substancialmente distinto do que poderia ser encontrado durante a revolução industrial (período analisado por Smith, Ricardo e Marx), permite a formação de capital social geral sem formação de valor que o acompanhe; isso é passível de ser entrevisto e analisado se interpretarmos o capital enquanto uma relação social. Marx, no século XIX, dá mostras de intuir

[57] Idem. Edição em português, p. 195-196. Edição alemã, p. 217-218.

[58] Lohoff, E. (2014). Kapitalakkumulation ohne Wertakkumulation. *Krisis – Kritik Der Warengesellschaft*, (1), 3–45. Retrieved from https://www.krisis.org/2014/kapitalakkumulation-ohne-wertakkumulation/. Versão em português: Lohoff, E. (2014). Acumulação de Capital sem acumulação de valor. Retrieved November 26, 2021, from *Krisis – Kritik der Warengesellschaft* website: https://www.krisis.org/2018/acumulaao-de-capital-sem-acumulaao-de-valor/.

a esse respeito, ao tratar da renda fundiária da terra e dos títulos – os modos de formação de capital que não se reduzem ao dispêndio de trabalho. No livro III d'*O Capital*, ele menciona que a transformação de recursos naturais em propriedade privada não fornece aos seus proprietários apenas uma renda, e com isso a possibilidade de ficar com mais-valia originada em outro lugar; posto que esse recurso natural também recebe um preço, trata-se simultaneamente de uma "capitalização da renda"[59]. Na forma do preço da terra, a perspectiva da renda fundiária futura transforma-se em capital. Adicionalmente, ao abordar o capital acionário, Marx afirma que os títulos de ações circulam ao lado do capital funcionante como "duplicatas em papel" que são, elas mesmas, negociáveis como mercadorias e por isso possuem movimento independente do "capital real"[60]. Marx chama a isso de "capital fictício", mas Lohoff acredita que o termo foi escolhido de forma infeliz – dado que, assim que uma promessa de pagamento passa a circular como mercadoria, a relação estabelecida entre dois capitalistas por meio dessa promessa de pagamento passa a representar capital tão genuíno quanto o capital que deriva da extração de mais-valia, ao passo que a expressão "capital fictício" gera a impressão de que esta forma de capital existiria somente na cabeça dos atores, como mera ideia. Assim, o universo das mercadorias não seria composto somente por força de trabalho e as mercadorias originadas da aplicação de força de trabalho; em uma sociedade capitalista os recursos naturais (como a terra) também são transformados em mercadorias, e o próprio capital se torna mercadoria na sua forma dinheiro. O capital monetário pode,

[59] C, vol. III, p. 683-684. MEW, vol. 25, p. 636.

[60] C, vol. III, p. 534. MEW, vol. 25, p. 494.

então, ser vendido e comprado em uma variedade de formas, que representam a relação social que se origina quando o dinheiro dos capitalistas monetários é trocado por uma mercadoria do mercado de capitais – uma obrigação juridicamente estabelecida que se tornou negociável.

Ainda segundo Lohoff, a transformação do capital monetário em mercadoria é uma dimensão logicamente subordinada do "processo geral de mercantilização" que acompanha a imposição do modo de produção capitalista. Tal transformação pressupõe a existência de capital e, com isso, a conversão da sociedade em um amontoado de produtores privados isolados e a subordinação da produção material sob a auto-finalidade da geração de valor. Para Lohoff a forma-dinheiro é a forma real, universal, do capital; o capital-mercadoria – mas, por outro lado, é apenas uma forma de representação sempre ameaçada de desvalorização e, portanto, precária. O argumento que se segue, formulado por Lohoff, é o seguinte[61]: a economia política distingue três funções do dinheiro – enquanto meio de pagamento, enquanto meio de reserva de valor e enquanto medida de valor. No entanto, há uma quarta possibilidade: valor de uso enquanto capital potencial. Esse valor de uso adicional do dinheiro não é realizado nem nas relações de compra no mercado da força de trabalho, nem nos mercados de bens. Uma sociedade produtora de mercadorias é uma sociedade de transferências de valores de uso.

> Uma maçã, uma máquina-ferramenta, um lenço não se tornam mercadorias porque têm um valor de uso material-sensível para os seus *produtores*, mas

[61] O autor desta obra procurou explicitar o argumento da maneira mais precisa possível, sem ter de recorrer a inúmeras citações diretas e sem perder a precisão e o rigor acadêmicos. Por isso, a paráfrase em alguns trechos pode, por vezes, se assemelhar bastante à tradução oficial.

> é seu valor de uso para os potenciais *compradores* o que faz delas mercadorias.[62]

Também na mercadoria força de trabalho a propriedade e a utilização separam-se: para se tornar mercadoria, ela deve para o seu proprietário (o trabalhador) ser somente portadora de valor de troca, enquanto desenvolve seu valor de uso nas mãos dos capitalistas. Simultaneamente, está na natureza do valor de uso primário do dinheiro enquanto meio de troca universal que a utilização desse valor de uso coincida diretamente com a sua transferência; quando o comprador cede ao vendedor uma determinada soma de dinheiro, permite-lhe utilizar por sua vez essa soma de dinheiro como meio de troca e agir enquanto comprador. Enquanto se olha para o mundo dos bens e do ciclo do capital funcionante, no entanto, um certo valor de uso não obedece ao princípio da portabilidade geral de todos os valores de uso. Precisamente o valor de uso do dinheiro enquanto capital potencial ou permanece ali inutilizado ou só pode ser realizado sob a forma de pagamento monetário daquele que entrou no mercado de bens já na posse dessa soma de dinheiro.

A consequência é de que o capital, no decurso de seu desenvolvimento, torna tudo vendável e substitui a auto-produção e o auto-uso pela riqueza mediada pelo mercado. Lohoff traça um argumento por analogia para explicar o mercado financeiro: quando um novo valor de uso é descoberto em uma mercadoria já estabelecida, este novo valor de uso também se torna alienável – é o que ocorreu, por exemplo, com o milho, quando este passou a ser utilizado não somente para alimentação humana e animal, mas também para produção de

[62] Ver nota 58 deste capítulo.

combustível. O valor de uso do dinheiro enquanto capital potencial obedeceu a um desenvolvimento semelhante. Foram encontrados caminhos e meios para torná-lo, também, alienável: ações, empréstimos a juros, dividendos, derivativos, mercado de futuros, opções, debêntures, consórcios, e assim sucessivamente. Porém, ao passo que a descoberta de um novo valor de uso em um bem – uma mercadoria material-sensível – apenas expande quantitativamente as possibilidades no universo das mercadorias, a transformação do próprio capital monetário em mercadoria torna o processo de mercantilização auto-referencial. Tal fenômeno resulta em uma relação social estruturada de forma fundamentalmente diferente daquela que deriva da troca de bens. Na alienação do capital monetário, seu valor de uso enquanto capital potencial é, por um lado, transferido ao comprador; mas, por outro lado, é também usado pelo próprio vendedor. A transformação do dinheiro em mais dinheiro é a única razão pela qual o proprietário do capital monetário o aliena. O capitalista monetário vende a mercadoria geral que ele possui (o dinheiro), para ela lhe servir enquanto capital e o seu dinheiro retornar para ele acrescido (nos termos de Marx, D-D'). Uma mesma soma de dinheiro pode, portanto, tornar-se capital para duas pessoas simultaneamente. Daí decorre que o mercado de capitais elimina o princípio da equivalência entre as mercadorias – com exceção de flutuações aleatórias, a compra de bens envolve o intercâmbio de valores da mesma grandeza, pois troca significa troca de equivalentes; com o capital monetário (ou a "mercadoria dinheiro") isto já não ocorre. Primeiro, porque esse tipo de "venda", a do mercado de capitais, substitui a transferência simultânea e recíproca de dinheiro e mercadoria por duas transferências unilaterais de dinheiro separadas

no tempo. Segundo, porque a "venda" tem como condição indispensável que ambas as transações não se compensem, mas que ao fim chegue ao vendedor mais dinheiro do que ele havia entregado inicialmente. Adicionalmente, a venda de bens tem sempre o caráter de um ato único de troca: um bem é trocado por certa quantia em dinheiro. A relação acontece em um momento determinado. Porém, na mercadoria capital (títulos, ações, empréstimos, etc.) a relação experimenta, devido à decomposição em duas transferências unilaterais separadas, um alargamento temporal. Nessa variedade de mercadoria, a venda não é um evento pontual, mas um ato que cobre todo um período. A primeira transferência unilateral de capital monetário do vendedor ao comprador marca o início da relação, enquanto o último pagamento acordado do comprador ao vendedor marca o final.

Outra diferença fundamental, ainda segundo a teorização de Lohoff, se dá no caráter da "duração" – por falta de termo melhor – dos bens e da mercadoria-dinheiro. Os bens que são produzidos enquanto mercadorias precisam realizar seu valor através da venda, que lhes garante reconhecimento social. Após o ato de venda eles são consumidos, em diferentes ritmos, seja como produtos finais, seja como meio de produção de novas mercadorias. Mas o essencial é que todos os bens já existem antes da venda; a produção da mercadoria e a alienação são processos sequenciais e é indispensável que um bem já tenha sido produzido antes de ser trocado por dinheiro. No capital monetário enquanto mercadoria, por outro lado, a produção não precede a alienação: ambos coincidem. A mercadoria capital monetário origina-se somente na entrega unilateral de dinheiro do vendedor ao comprador, com a condição juridicamente estabelecida da re-transferência. O dinheiro que o capitalista monetário (normalmente chamado de

"investidor") quer vender (ou "investir") obviamente já existe enquanto dinheiro, mas não enquanto mercadoria capital monetário. Para este tipo muito peculiar de mercadoria, o capital monetário, o mercado é não só a instância de realização, mas ao mesmo tempo sua esfera de produção; algo substancialmente diferente do que ocorre com as outras mercadorias, nas quais a produção e a realização do valor se dão em esferas claramente separadas. Ironicamente, porém, o capital monetário tem como fim de sua "vida" o ato da re-transferência, uma vez que com a restituição do montante para seu detentor original – como previsto no acordo inicial entre comprador e vendedor – a soma de dinheiro perde seu valor de uso como capital. Daí ambas as "remessas" unilaterais de dinheiro constituírem os marcos de início e de fim do ciclo de vida da mercadoria capital-dinheiro. O capitalista monetário tem seu dinheiro novamente em mãos e ainda com juros, mas ali ele não funciona mais como capital monetário; antes, voltou a se transformar em simples dinheiro que jaz ermo até ser utilizado como capital novamente.

Disto decorre uma peculiaridade: o capital monetário, enquanto mercadoria, implica em uma duplicação do valor de uso de uma mesma quantia ou soma de dinheiro em seu "vendedor" (o credor) e em seu "comprador" (o tomador de crédito). Isso não ocorre com as demais mercadorias (especificamente, os *bens*), por ser impossível que seu valor de uso seja desfrutado por uma das partes após a transação comercial ter sido concretizada. O capital monetário é capital funcionante nas duas pontas do processo: do lado do investidor, enquanto soma que – espera-se – irá se valorizar e será recebida de volta com juros; do lado do tomador de crédito, enquanto quantia disponível temporariamente (até que seja restituída ao credor) que pode ser utilizada para quaisquer

fins. Embora isto pareça trivial, acarreta que ambos os participantes desta relação – tomador de crédito e credor – devam repartir entre si o possível lucro advindo daquele capital; o dinheiro não foi dado de presente por um indivíduo para o outro, mas sim trocado por uma obrigação jurídica de dinheiro futuro, que opera como capital funcional ao lado do capital original. De forma ilustrada, quando um indivíduo compra ações de uma empresa, está efetivamente "emprestando" dinheiro para a empresa em troca de uma obrigação jurídica referente aos títulos adquiridos; esses títulos, embora não sejam "dinheiro vivo", podem ser trocados a qualquer momento por dinheiro ou por títulos de outra natureza (de outras empresas, por exemplo), ou ainda usados como lastro para a obtenção de crédito com um terceiro – funcionando, efetivamente, como valor de uso: como capital. O valor de uso do montante inicial torna-se servo de dois senhores. Este "espelhamento" do capital, esta duplicata, desaparece quando a obrigação inicial é quitada, apenas para voltar a aparecer quando o dinheiro obtido no processo é utilizado novamente de forma semelhante.

Lohoff levanta uma série de questionamentos a partir do que foi exposto acima. Qual é o significado dessa duplicação? Origina-se com ela um capital independente que segue um movimento próprio, ou essa cópia permanece economicamente passiva e não tem nenhum significado na vida econômica? A duplicata existe unicamente na perspectiva privada das duas pessoas envolvidas na venda da mercadoria capital monetário, ou representa também capital adicional quando considerada a totalidade capitalista? Para o autor, as respostas dependem do tipo básico de duplicata de capital que se tem em mente. Trata-se aqui de duplicatas de capital que não podem deixar a mão do vendedor do capital monetário até o seu resgate final, ou das que

assumem elas próprias um caráter de mercadoria e circulam nos seus próprios mercados – como, por exemplo, títulos estatais ou ações? Em sua perspectiva, a obrigação monetária adere inseparavelmente à pessoa do vendedor do capital monetário e não se deixa transferir a um terceiro, como no caso de um empréstimo particular; somente o capital original cedido ao comprador do capital monetário participa do ciclo econômico. A duplicata de capital permanece silenciosa e fixa ao lado do processo econômico até desaparecer com o retorno do capital monetário ao seu proprietário original. Assim, embora do ponto de vista particular do comprador de capital monetário – o tomador de crédito – a duplicata de capital represente capital, enquanto garantia de cobrança futura, para o processo capitalista global ainda existe somente um capital, o inicial que foi encaminhado. Se, no entanto, a imagem espelhada do capital original assume a forma de uma mercadoria do mercado de capitais, a obrigação de pagamento foi transformada em uma mercadoria negociável, adquirindo uma dimensão intra-econômica. Nesse caso, tanto o capital original quanto a sua imagem espelhada participam da circulação social geral de mercadorias e capital: o capital inicial existe agora não somente duplicado, mas duplicado no interior da economia capitalista. Tal fenômeno traz consequências para a teoria da acumulação: considerada a totalidade capitalista, as promessas de pagamento que se encontram em circulação enquanto mercadorias do mercado de capitais representam capital tão plenamente válido quando o capital funcionante. Deste modo, a acumulação real de valor na produção de bens não é a única fonte passível de alimentar a acumulação social total de capital. A multiplicação de duplicatas de capital na forma de mercadorias do

mercado de capitais (ações, títulos, etc.) pode ser considerada também como portadora do processo da acumulação capitalista global.

Lohoff afirma que[63], em termos lógicos, enquanto forma desenvolvida da duplicata de capital, a mercadoria do mercado de capitais é o resultado de um processo de mercantilização em duas etapas. Em primeiro lugar, o dinheiro, na sua função de capital monetário, torna-se ele próprio uma mercadoria; em um segundo passo, as duplicatas de capital originadas na venda do capital monetário transformam-se também em mercadoria. A exposição de Marx no livro III d'*O Capital* interrompe-se na primeira parte desse passo duplo. Na sua análise do capital portador de juros, Marx se abstém de analisar a possibilidade da transformação de reivindicações monetárias em um tipo específico de mercadoria. No capítulo 24, que descreve o ciclo do capital portador de juros, ele segue somente a trajetória ulterior do capital monetário entregue. Ele pode fazer isso pois compreende as reivindicações monetárias como dimensões meramente jurídicas – e com isso como títulos de propriedades pessoais – que consequentemente não levam adiante nenhum movimento próprio intra-econômico. No debate marxista, essa passividade econômica é falsamente compreendida como uma determinação geral de qualquer tipo de título de propriedade. Mas, de fato, somente por razões metodológicas Marx assume uma simplificação, típica da sua maneira de argumentar n'*O Capital*. A prescindência das reais mercadorias do mercado de capitais, permite-lhe considerar a transformação do próprio capital monetário em uma mercadoria e com isso a passagem do mundo do capital funcionante para a superestrutura financeira.

[63] Idem nota 61 deste capítulo.

Uma diferença essencial entre as mercadorias-bens e aquelas do mercado de capitais (como ações e títulos) reside no fato de que para cada venda no mercado de bens estão implicadas duas mercadorias que serão trocadas uma pela outra: o dinheiro (chamado por Lohoff de "mercadoria geral") e uma mercadoria particular (o bem móvel ou imóvel que está sendo transacionado), portadora de um valor de uso específico. Diferentemente, no caso de uma obrigação monetária não-transferível, como um empréstimo, a mercadoria geral é vendida como capital potencial, sem ser trocada por uma mercadoria ou bem particular. Neste caso, o proprietário do dinheiro muda de função, tornando-se vendedor – e não comprador, como no primeiro caso. A transformação do título de propriedade em uma mercadoria negociável (como no caso de ações de empresas ou títulos do tesouro) reproduz as relações do mercado tradicional, de mercadorias, de dois modos: primeiro, voltam a confrontar-se uma mercadoria geral e uma mercadoria particular; segundo, o detentor da mercadoria geral volta à posição de comprador quando adquire um título.

Entretanto, por se tratar de um tipo substancialmente diferente de mercadoria, não se pode falar ingenuamente de um retorno ao tipo de relação social que encontramos nos mercados de bens. Como os títulos só existem devido à transformação do capital monetário em mercadoria, estamos diante de uma "mercadoria de segunda ordem", nos termos de Lohoff. Enquanto nos mercados de bens os valores de uso são numerosos e variados, o único valor de uso presente no mercado financeiro, a despeito da enorme quantidade de títulos disponíveis, é a *promessa* da transformação de dinheiro em ainda mais dinheiro. Adicionalmente, essas mercadorias de segunda ordem (ou seja, títulos)

só existem em estado de venda – elas se originam com a venda inicial e desaparecem com a realização do lucro, ao final da transação.

Lohoff aparenta não fazer uma distinção rigorosa o suficiente entre diferentes títulos (renda fixa ou variável, por exemplo, ou debêntures) e ações. A opinião do autor deste livro é de que pelo menos as ações ordinárias se comportam de maneira diferente da descrita acima, uma vez que representam uma quota-parte da empresa que as emitiu, e podem sofrer desdobramento (*split*) ou grupamento (*reverse split/merge* ou "*inplit*" no Brasil, onde foi criado um neologismo para o procedimento). Independentemente destes procedimentos empresariais, ações não se extinguem quando seu detentor as vende, sendo imediatamente compradas por outro interessado se possuem liquidez suficiente – em realidade, da maneira como funcionam as bolsas de valores, seria impossível vendê-las caso nenhuma outra pessoa, física ou jurídica, as desejasse comprar (liquidez extremamente baixa). O mesmo ocorre com outros tipos de títulos, como os que possuem prazo de existência pré-determinado (tesouro pré-fixado, por exemplo) mas podem ser negociados livremente entre indivíduos antes do vencimento.

A despeito da discordância aqui explicitada, o relevante é como uma potencial "duplicação" do capital leva ao que Marx chamou de "fetiche do capital". Embora muitos no marxismo tradicional atenham-se somente ao fetiche da mercadoria, que é o assunto do primeiro tomo de *O Capital*, Marx chamou atenção ainda para duas outras formas do fetichismo se manifestar: o fetiche do dinheiro, abordado também no livro I, e o fetiche do capital, abordado no livro III. O capital portador de juros é a última destas três formas de fetichismo que se sobrepõem[64]. O

[64] Todo o capítulo 21 do terceiro tomo d'*O Capital* é elucidativo neste ponto, em especial a partir da página 401 (ou 366 em diante na edição alemã), onde Marx qualifica de "irracional" o capital portador

que todas as três possuem em comum é que a mediação social real permanece oculta para os atores (ocorre "por trás das costas dos atores", no palavreado de Kurz), aparecendo como uma propriedade das coisas, como explicado nos capítulos anteriores. Com o mercado financeiro e as "mercadorias de segunda ordem" (nos termos de Lohoff), o dinheiro é transformado em mais dinheiro em virtude de relações sociais – e operações – extremamente complexas, fazendo com que o crescimento do montante inicial via juros apareça para os atores como uma propriedade do próprio capital. Em outras palavras, "crescer" passa a ser encarado como uma propriedade inerente do dinheiro, a despeito das decisões e atos daqueles que são os seus detentores. A relação social de mediação na qual o capital "por si só" cria capital é ocultada.

> A transformação do dinheiro em mais dinheiro, na realidade resultado de relações sociais totalmente específicas, aparece em seu lugar como sendo resultado do capital nas diferentes formas de manifestação de sua propriedade natural inerente. Assim, torna-se invisível que tão somente a relação do capital funcionante com a força de trabalho e sua potência de criar mais-valia produz valor que se valoriza. Imagina-se, a partir disso, que os meios de produção produziriam valor por si mesmos. Essa ideia fetichista tem dois pontos de apoio. Em primeiro lugar, o comando capitalista sobre a força de trabalho – um ponto já desenvolvido por Marx no Livro I d'O Capital. Porque o capital funcionante incorpora e submete o trabalho vivo, as forças produtivas do trabalho aparecem como forças produtivas do capital. É enquanto um capital com essa potência inerente que aparece no pensamento burguês, que não faz distinção entre valor de uso e valor de troca, nem do valor de uso específico da força de trabalho de ser capaz de produzir valor. No Livro III d'O Capital um ponto de vista adicional entra em cena. O capital funcionante aparece equipado com sua capacidade natural de auto-valorização porque o pensamento dominante projetou neste o movimento

de juros e explica a maneira pela qual ele se constitui como "capital-mercadoria", distinto de outras formas de mercadoria e de capital. C, vol. III, p. 385-404. MEW, vol. 25, p. 350-369.

> particular do capital portador de juros. Com a mercadoria capital monetário abre-se a oportunidade para cada possuidor de dinheiro de multiplicar seu dinheiro sem passar pela produção de bens. Com a existência do capital portador de juros, esse fato é mistificado nas propriedades naturais de todo capital monetário e atribuído também ao capital funcionante, cuja carreira começa e acaba sempre na forma dinheiro[65].

Para Lohoff, a aparição das mercadorias do mercado de capitais torna o fetiche do capital um "fetiche real". O capital, naturalmente, não pode se multiplicar por si mesmo; entretanto, a extração de mais-valia na produção de bens não é a única relação social da qual pode surgir capital. O mercado financeiro acaba sendo também criador de capital. Com o surgimento, a proliferação e a disseminação de "mercadorias de segunda ordem", o capital criou para si uma fonte de acumulação independente de uma anterior valorização do valor, tanto do ponto de vista dos capitais individuais como da totalidade social. No entender de Lohoff, com este fenômeno o fetiche do capital torna-se "uma força material tangível", quebrando a coincidência entre a acumulação de valor e a acumulação de capital. O marxismo tradicional encara acumulação de valor e acumulação de capital como uma única e mesma coisa, ignorando o processo capitalista real ou se referindo a uma suposta dicotomia e desacoplamento entre a "economia real" e a "economia monetária". Segundo o autor,

> O fetiche do capital enquanto fetiche da mercadoria de 2ª ordem não consiste na falsa *aparência*, segundo a qual o capital poderia também se formar sem uma valorização anterior por meio da produção de bens; em vez

[65] Lohoff, E. (2014). Kapitalakkumulation ohne Wertakkumulation. *Krisis – Kritik Der Warengesellschaft*, (1), 3–45. Retrieved from https://www.krisis.org/2014/kapitalakkumulation-ohne-wertakkumulation/. Versão em português: Lohoff, E. (2014). Acumulação de Capital sem acumulação de valor. Retrieved November 26, 2021, from *Krisis – Kritik der Warengesellschaft* website: https://www.krisis.org/2018/acumulaao-de-capital-sem-acumulaao-de-valor/. Seção 11, para. 4.

> disso, do fetiche específico das mercadorias do mercado de capitais resulta que a formação de capital pode se descolar *realmente* da produção anterior de valor. [...] Com a emissão de mercadorias do mercado de capitais produz-se uma inversão na sequência temporal da produção de valor e mais-valor, de um lado, e de formação de capital, de outro lado. Com a colocação bem-sucedida de uma mercadoria de 2ª ordem no mercado de capitais, o valor *futuro* apresenta-se já hoje *enquanto capital*, considerada a totalidade social. Trabalho produtivo ainda não efetuado de maneira alguma, e que possivelmente nunca o será, assume a forma de capital. *A formação de capital não se baseia aqui portanto na produção de valor, mas resulta da antecipação de valor*. [...] No mundo do fetiche das mercadorias de 2ª ordem aplicam-se outras leis[66].

Obviamente, o raciocínio de Lohoff entra em atrito com a concepção de Kurz, na qual o desacoplamento entre a economia "real" e os mercados de capitais necessariamente levaria a uma crise terminal do sistema capitalista. Lohoff aparenta encarar o crescimento dos capitais no mercado financeiro (através das mercadorias de segunda ordem) como se algo desprovido de substância material tivesse vindo a se materializar, de modo similar ao mistério da encarnação para os cristãos[67], ganhando com isso um novo conjunto de propriedades. Kurz não compartilha desta posição. É, no mínimo, curioso que estes dois autores, após longos anos trabalhando na teoria crítica do valor, com pontos de partida similares, tenham desenvolvido conclusões contrastantes e pontos de vista tão díspares e irreconciliáveis – como veremos pormenorizadamente a seguir.

---

[66] Lohoff, E. (2014). Kapitalakkumulation ohne Wertakkumulation. *Krisis – Kritik Der Warengesellschaft*, (1), 3–45. Retrieved from https://www.krisis.org/2014/kapitalakkumulation-ohne-wertakkumulation/. Versão em português: Lohoff, E. (2014). Acumulação de Capital sem acumulação de valor. Retrieved November 26, 2021, from *Krisis – Kritik der Warengesellschaft* website: https://www.krisis.org/2018/acumulaao-de-capital-sem-acumulaao-de-valor/. Seção 11, para. 6-7; 9. Grifos de Lohoff.

[67] João 1:14. "E o Verbo de Deus se fez carne e habitou entre nós".

Para Kurz a forma do valor é, simultaneamente, mercadoria e dinheiro, uma vez que ambos são "momentos" no movimento autonomizado do fetiche do capital. No caso das mercadorias a quantidade de valor é indeterminada, visto que a dimensão da sua quota-parte em relação à massa global do valor, sob a forma do preço realizado, só é apurada pela concorrência no mercado, e não tem relação com o trabalho despendido na mercadoria de maneira individual – não seria, portanto, um valor individual que se "fundiu" ao preço da mercadoria. Porém, quando tratamos da mercadoria-dinheiro, sendo ela um equivalente universal, também necessita representar o valor a título individual. Se a substancialidade do valor deriva do trabalho, não é possível que somente as mercadorias tenham valor, individualmente, como "coágulos de trabalho"; se é possível uma equivalência entre X mercadorias e Y quantia de dinheiro, necessariamente o dinheiro deve fazer parte da mesma substância (o valor, entendido globalmente), o que permite rejeitar a concepção de dinheiro como mero signo e não como mercadoria à parte, por esta ser inerentemente contraditória. No dinheiro, a forma do valor (qualitativa) e a dimensão do valor (quantitativa) necessariamente coincidem com o valor de uso social e com a objetualidade do valor abstrato. Daí resulta as mercadorias não terem um valor individual, mas sim um preço. Os preços, porém, têm de se apresentar sob a forma do valor, exprimir um valor real, ou seja, a respectiva quota-parte na massa real do valor de toda a sociedade que aquela mercadoria pode alcançar individualmente no momento de sua venda. Por isso o dinheiro, que representa e realiza os preços, precisa por princípio ser não somente mercadoria, mas também valor individual em termos imediatos – toda e qualquer unidade monetária individual tem de ser substância do valor em sentido imediato. Os

diferentes signos monetários e suas metamorfoses tornam-se irrelevantes nesta formulação, dado serem apenas sucedâneos do "dinheiro real" imediatamente dotado de substância do valor.[68].

De maneira simplificada, Lohoff entende os diferentes tipos de títulos e obrigações legais constantemente comprados e vendidos no mercado financeiro como "mercadorias de segunda ordem", que acabam por adquirir substância (em termos de valor) e, com isso, são capazes de fazer com que o capital individual de cada investidor cresça por conta própria através destes entes, seus "duplos" de segunda ordem. Kurz, por outro lado, entende tais produtos do mercado financeiro como quimeras. A divergência é de suma importância para a teoria das crises. Aparentemente a formulação de Lohoff leva a uma concepção próxima das escolas neoclássicas de economia, nas quais as crises cíclicas do sistema capitalista teriam lugar quando a quantidade de títulos "podres" (seja por falta de lastro ou por liquidez inadequada) se tornasse suficiente para causar sismos na paisagem geral do mercado – mas, pelo menos a princípio, os títulos devidamente lastreados e sem problemas de liquidez seriam capazes de gerar valor novo, legítimo. A formulação de Kurz, por sua vez, leva à conclusão de que *todos* os títulos são "podres" em sua essência, por falta de lastro, uma vez que não é possível aferir com exatidão, nem mesmo a partir de cálculos puramente monetaristas, o que eles representam em termos de quota-parte da massa real do valor. O fato destes títulos permitirem que um investidor individual veja seu capital crescer ao longo de determinado período não implica que haja valor novo sendo criado, mas sim que está em curso uma tentativa de antecipar valor ainda não produzido para que este seja tornado disponível (em termos

[68] Kurz, R. (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, p. 196-198. Kurz, R. (2012). *Geld ohne Wert: Grundrisse zu einer Transformation der Kritik der politischen Ökonomie*. Merdingen: Horlemann, p. 218-220.

contábeis) no presente – algo bastante similar ao modo como o mercado de futuros normalmente opera. Para Kurz, o crescimento no volume de negócios do mercado financeiro implica que o jantar está sendo vendido para pagar pelo almoço; para Lohoff, implica que uma quantidade de comida preparada para alimentar a uma única pessoa poderia, sob determinadas condições, saciar a duas.

Como no conjunto do capital, segundo Kurz, se dá uma congruência aproximada da massa do valor com a massa dos preços (estando esta última expressa na forma do dinheiro), a equivalência no conjunto da sociedade consiste em, por um lado, a massa do valor invisível (da massa global das mercadorias) e, por outro, a massa do valor visível, do dinheiro. Mas a "massa", aqui, não tem acepção similar à que encontramos na teoria quantitativa do dinheiro, como soma de capitais individuais; refere-se, em realidade, à dupla dimensão da substância do valor sob a forma de energia do trabalho humano abstrato. No plano do todo social, a massa global do trabalho abstrato é congruente com a massa do valor visível e a massa do valor invisível,

> independentemente da forma como se distribui pelas mercadorias ou unidades monetárias individuais no contexto da mediação pela concorrência. Por isso, em contraposição, em termos exteriores, não estão "montes de mercadorias" e "montes de metal", como em Ricardo, na teoria da quantidade original, puramente numérica e formal, mas duas formas de manifestação do valor igualmente substanciais. A totalidade da energia do trabalho "válida" em termos capitalistas tem de se distribuir de forma congruente no desdobramento pela "populaça da mercadoria", por um lado, e pela mercadoria "rainha", o dinheiro, por outro[69].

[69] Idem. Edição em português, p. 199. Edição alemã, p. 221.

Para este mesmo autor, o dinheiro, enquanto mercadoria, é dotado de "metavalor de uso", pois se presta à função de representar energia de trabalho humana pertencente ao passado (trabalho morto, nos termos de Marx) – ao contrário do que acontece com todas as outras mercadorias. Seu corpo de mercadoria como valor imediato torna-se um fim, como algo permanentemente eterno e que eternamente se acumula, ao contrário do que acontece com a "populaça das mercadorias", que desaparecem no consumo. Nesse sentido, os processos de passagem da "troca de mãos" da mercadoria e do dinheiro ou de dinheiro em diversas "agregações funcionais", obscureceriam o verdadeiro processo e induziriam a conclusões errôneas, como as da teoria simbólica do dinheiro. Kurz encara os diferentes "tipos" de dinheiro (títulos, ações, diferentes moedas, metais preciosos, etc.) como estágios nas metamorfoses do capital, ou no ciclo do fetiche do capital. A mercadoria dinheiro pode percorrer sucessivos movimentos de representação ou de realização de várias mercadorias durante o processo no qual a massa das mercadorias deve se realizar em mercadoria dinheiro no plano da totalidade da sociedade[70]. O autor exemplifica:

> O capital individual A compra máquinas ao capital individual B, realizando-se assim o valor dessas mercadorias; com o dinheiro ganho, B paga aos fornecedores, realizando-se, por seu turno, as mercadorias destes, e por aí fora [sic] num contexto de encadeamento infinito. Ou seja, é possível, num determinado período de tempo, estabelecer a equivalência social global entre a mercadoria e o dinheiro sem que a massa global do valor das mercadorias e a massa global do valor da mercadoria dinheiro tenham de ser idênticas ou de dimensão igual[71].

[70] Idem. Edição em português, p. 200. Edição alemã, p. 222-223.

[71] Idem. Edição em português, p. 200-201. Edição alemã, p. 223.

O dinheiro pode ser substituído, no dia a dia, por signos simbólicos (papel-moeda, letras, títulos, lançamentos eletrônicos etc.) na maior parte de suas funções. Mas nas crises, sua função de "armazenamento do valor", que em outros momentos é apenas implícita e pressuposta, passa a ser reivindicada de maneira implacável. Marx afirma:

> Quando se trata de fazer um pagamento efetivo, o dinheiro não se apresenta como meio de circulação, como mera forma evanescente e mediadora do metabolismo, mas como a encarnação individual do trabalho social, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta. Essa contradição emerge no momento das crises de produção e de comércio, conhecidas como crises monetárias. Ela ocorre apenas onde a cadeia permanente de pagamentos e um sistema artificial de sua compensação encontram-se plenamente desenvolvidos. Ocorrendo perturbações gerais nesse mecanismo, venham elas de onde vierem, o dinheiro abandona repentina e imediatamente sua figura puramente ideal de moeda de conta e converte-se em dinheiro vivo. Ele não pode mais ser substituído por mercadorias profanas. O valor de uso da mercadoria se torna sem valor, e seu valor desaparece diante de sua forma de valor própria. Ainda há pouco, o burguês, com a típica arrogância pseudoesclarecida de uma prosperidade inebriante, declarava o dinheiro como uma loucura vã. Mas agora se clama por toda parte no mercado mundial: apenas o dinheiro é mercadoria! Assim como o cervo brame por água fresca, também sua alma brame por dinheiro, a única riqueza. Na crise, a oposição entre a mercadoria e sua figura de valor, o dinheiro, é levada até a contradição absoluta. Por isso, a forma de manifestação do dinheiro é aqui indiferente. A fome de dinheiro é a mesma, quer se tenha de pagar em ouro, em dinheiro creditício ou em cédula bancárias etc.[72].

Para Kurz, esta é a prova empírica de que as diferentes "manifestações" e "metamorfoses" simbólicas do dinheiro não

[72] C, vol. I, p. 211. MEW, vol. 23, p. 151-152.

constituem dinheiro verdadeiro; nas crises, o dinheiro que não é lastreado em metais preciosos torna-se destituído de valor:

> O 'dinheiro', nesta última função de armazenamento do valor como verdadeira forma de manifestação do fim-em-si da 'riqueza abstrata', tem, no entanto, de poder apresentar o seu 'corpo dourado', perdendo os puros farrapos de papel sem 'cobertura em ouro' toda a 'validade' nesta situação – e desta forma estaria feita a prova prática de que meros 'signos' de dinheiro não são dinheiro verdadeiro[73].

Este trecho demonstra certa discordância em relação a Marx, uma vez que o último afirma que a "fome de crédito" é a mesma, independente dos pagamentos serem feitos em papel-moeda, ouro, dinheiro de crédito, e assim sucessivamente. Kurz justifica esta divergência recordando o fato de que Marx desconhecia um sistema de papel-moeda desacoplado do lastro em metais preciosos, bem como a "inflação secular", que só tiveram início após a I Guerra Mundial[74]. Entretanto, Kurz critica também as abordagens críticas da teoria marxiana que denunciam a teoria do dinheiro de Marx como obsoleta e arcaica, afirmando que

> foi precisamente o regresso da 'economia política burguesa' – que fracassou na abordagem da teoria do valor do trabalho objectivo – ao seu estado 'pré-diluviano' de teoria do valor subjectiva reduzida à circulação, ou de teoria dos preços funcionalmente reduzida, com a economia neoclássica, que necessariamente radicalizou a teoria do dinheiro dos meros 'signos' e da quantidade aparente. A ilusão de que a dimensão do preço de uma mercadoria é determinada por avaliações de benefícios subjectivos dos

[73] Kurz, R. (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona, p. 202. Kurz, R. (2012). *Geld ohne Wert: Grundrisse zu einer Transformation der Kritik der politischen Ökonomie*. Merdingen: Horlemann, p. 224.

[74] Idem. Edição em português, p. 202. Edição alemã, p. 225. Não fica claro o que o autor chama de "inflação secular", podendo se referir à hiperinflação da República de Weimar ou à inflação permanente experimentada em todo o globo após a II Guerra Mundial.

> participantes individuais do mercado, depois de um interlúdio com o conceito de mercadoria dinheiro já destituído de substância, conduziria obrigatoriamente a outra ilusão: a de que o dinheiro como signo simbólico desprovido, em princípio, de substância de relações que se pautam por avaliações subjectivas seria, de qualquer modo, um mero produto de um acordo social igualmente subjectivo ou de uma 'garantia' política do Estado. Nesta perspectiva invertida, a teoria do dinheiro de Marx é considerada fruto da época em que viveu, quase 'arcaica', e teria sido 'refutada' pelo desenvolvimento subsequente quer das relações capitalistas reais quer da teoria económica. Keynes, como é sabido, escarneceu do ouro, designando-o de 'bárbaro metal' a fim de justificar que o desacoplamento das moedas do ouro, ocorrido a partir da I Guerra Mundial, não era problemático. Não quis nem pôde levar em conta que o capitalismo, no seu meio central de fim-em-si, constitui ele próprio, de certo modo, uma relação de fetiche 'arcaica' e 'bárbara' e não pode, de modo algum, emancipar-se da substância real reificada[75].

Nesta perspectiva, a economia neoclássica falha em compreender que as teorias da moeda que a precederam – nas quais o dinheiro deveria seu valor ao lastro metálico, e não ao fato de representar de imediato a energia do trabalho abstrato, o que já constitui um erro – não são mero "resquício" de relações pré-capitalistas ainda imaturas, que o capitalismo supostamente teria substituído (e, com elas, também a concepção de dinheiro), ao longo de seu desenvolvimento, por um sistema de signos "refinado", "sublimado" e "civilizador". Ao contrário, era nas relações pré-modernas que o dinheiro existia em um contexto de obrigações pessoais de fundo religioso e sacral, de forma puramente simbólica, enquanto na forma do dinheiro capitalista a economia de fetiche autonomizada teve de assumir um caráter substancial reificado[76].

[75] Idem. Edição em português, p. 203. Edição alemã, p. 225-226.

[76] Idem. Edição em português, p. 203. Edição alemã, p. 226.

Kurz afirma ainda que a formação paulatina e inconsciente do "sistema de trabalho abstrato" tornou necessário um escalonamento de sistemas de signos representativos para diversas funções práticas da "nova mercadoria dinheiro". Isto não era necessário (ou sequer pensável) para o dinheiro antigo, "nascido de referências sacrais inseridas no contexto de relações de obrigação religiosamente determinadas"[77]. No entanto, critica os pós-modernos por encararem o mundo apenas como "acumulação de signos", enunciando que

> é deste modo que o pensamento pós-moderno prova ser uma forma de decadência da racionalidade capitalista, a qual, 'ébria de prosperidade, (proclama) o dinheiro como uma paixão inútil' (ou, por outra, uma coletânea de signos nada problemática para o fim da perpétua bem-aventurança do *shopping*) e que já se ridicularizou cruelmente com semelhante pretensão[78].

Tal discussão se insere no contexto da disputa teórica entre Robert Kurz e Michael Heinrich: enquanto o primeiro insiste no caráter de mercadoria do dinheiro, o segundo afirma que desde o fim do sistema de Breton Woods (que enterrou definitivamente o padrão-ouro), na

[77] Idem. Edição em português, p. 204. Edição alemã, p. 227.

[78] Idem. Edição em português, p. 204. Edição alemã, p. 227. O trecho citado por Kurz é de Marx, no primeiro volume d'*O Capital*, e já foi citado acima (nota 71 deste capítulo); as diferenças na escolha de alguns termos se devem a divergências entre tradutores. No original: "Soweit wirkliche Zahlung zu verrichten, tritt es nicht als Zirkulationsmittel auf, als nur verschwindende und vermittelnde Form des Stoffwechsels, sondern als die individuelle Inkarnation der gesellschaftlichen Arbeit, selbständiges Dasein des Tauschwerts, absolute Ware. Dieser Widerspruch eklatiert in dem Moment der Produktions- und Handelskrisen, der Geldkrise heißt. Sie ereignet sich nur, wo die prozessierende Kette der Zahlungen und ein künstliches System ihrer Ausgleichung völlig entwickelt sind. Mit allgemeineren Störungen dieses Mechanismus, woher sie immer entspringen mögen, schlägt das Geld plötzlich und unvermittelt um aus der nur ideellen Gestalt des Rechengeldes in hartes Geld. Es wird unersetzlich durch profane Waren. Der Gebrauchswert der Ware wird wertlos, und ihr Wert verschwindet vor seiner eignen Wertform. Eben noch erklärte der Bürger in prosperitätstrunknem Aufklärungsdünkel das Geld für leeren Wahn. Nur die Ware ist Geld. Nur das Geld ist Ware! gellt's jetzt über den Weltmarkt. Wie der Hirsch schreit nach frischem Wasser, so schreit seine Seele nach Geld, dem einzigen Reichtum. In der Krise wird der Gegensatz zwischen der Ware und ihrer Wertgestalt, dem Geld, bis zum absoluten Widerspruch gesteigert". MEW, vol. 23, p. 151-152. Para versão em português, ver C, vol. I, p. 211.

década de 1970, nenhuma mercadoria exerce o papel de mercadoria-dinheiro – seja no plano internacional ou internamente às diferentes nações. Heinrich afirma, com isso, que a existência de uma mercadoria-dinheiro foi uma fase histórica transitória, e que o capitalismo teria se desenvolvido e se emancipado do caráter arcaico de mercadoria do dinheiro.

3.1 CRÍTICAS A KURZ: BRESSER-PEREIRA, GIANNOTTI E FRANCISCO DE OLIVEIRA

Em 12 de março de 1993 foi realizado um debate no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) no qual foram discutidas as ideias de Robert Kurz, em especial aquelas apresentadas no livro *O Colapso da Modernização*, lançado no Brasil em 1992. Entre os presentes, destacam-se três indivíduos de renome internacional: Luiz Carlos Bresser-Pereira, economista de orientação keynesiana, José Arthur Giannotti, filósofo destacado por seus estudos sobre Karl Marx, e Francisco de Oliveira, sociólogo. Os textos que nasceram deste debate foram publicados, no mesmo ano, no periódico Novos Estudos CEBRAP, nº 36.

Bresser-Pereira é taxativo em afirmar que Kurz confunde mais uma crise cíclica do capitalismo com o colapso final da modernidade, e que a desaceleração da economia mundial experimentada desde a década de 1970 nas economias centrais se deve a uma grave crise do Estado, e não a uma insuficiência de demanda como ocorreu nos anos 1930[79]. O economista brasileiro descreve o pensamento de Kurz como "uma ambiciosa tentativa de compreender o mundo atual a partir de uma revisão do marxismo. Ambiciosa, mas equivocada". Entre o que

[79] Bresser-Pereira, L. C. (1993). Colapso da modernização ou crise cíclica? *Novos Estudos CEBRAP*, 2(36), 42–48, p. 42.

considera equívocos, cita: 1) a avaliação feita sobre a crise do capitalismo mundial; 2) a forma pela qual o autor alemão define a formação social estatista soviética que entrou em colapso; 3) a interpretação feita a respeito da teorização de Marx. Bresser-Pereira afirma ainda que, apesar de equivocado, o pensamento de Kurz mostra-se atrativo para a esquerda por esta permanecer perplexa diante do fracasso do "socialismo real", por ele anunciar o fim do capitalismo, por prometer uma utopia posterior à crise (não o socialismo, mas o comunismo e a emancipação humana através da razão sensível) e por descrever com muita "força", "razão", "agudeza", "coragem" e "de forma inteligente" as crises do Leste Europeu e do Terceiro Mundo, em especial a América Latina e o "capitalismo periférico"[80].

Para Bresser-Pereira, Kurz tem razão ao afirmar a crise do capitalismo a partir da década de 1970; um fato que, segundo o brasileiro, é indiscutível – embora raramente admitido pelos economistas conservadores. As taxas de crescimento dos países centrais teriam se reduzido, a partir de 1970, à metade do que eram nas duas décadas após a segunda grande guerra. Neste contexto, o "triunfo" do capitalismo em 1989 não consistiria, em realidade, em triunfo algum; não foi o capitalismo que derrotou o estatismo, e sim este último que se autodestruiu. Embora o capitalismo se sentisse triunfante em 1990, mostrou-se incapaz de resolver os problemas econômicos e políticos da maioria da humanidade, que permaneceu majoritariamente imersa em subdesenvolvimento e autoritarismo. Nos próprios países desenvolvidos um quinto da população, em média, permanece na pobreza; "a injustiça, a desigualdade, a insegurança individual e

[80] Idem, p. 43.

coletiva, o desemprego, a corrupção continuam a imperar"[81]. Porém, a desaceleração do crescimento e os altos índices de desemprego das últimas décadas não indicariam uma crise final do sistema produtor de mercadorias, pois não haveria nenhuma razão objetiva para afirmar tal fato. Bresser-Pereira acusa Kurz de não fornecer nenhuma evidência a esse respeito, argumentando apenas de forma retórica e repetindo à exaustão que a crise final do sistema capitalista já se iniciou.

A interpretação de Bresser-Pereira é de que Kurz acredita que

> o capitalismo será derrotado por uma guerra civil em nível mundial promovida pelas massas excluídas dos benefícios do progresso tecnológico. Não apenas as massas excluídas do Terceiro Mundo e do ex-países estatistas, mas as crescentes minorias de excluídos internas aos próprios países desenvolvidos, levarão a modernidade ao colapso. O mundo está dividido em regiões vencedoras (a OECD e os tigres asiáticos) e regiões perdedoras (o resto do mundo). Bolsões de miséria se formarão em toda parte, na medida em que o desenvolvimento tecnológico desemprega e marginaliza frações crescentes da sociedade. Dentro das regiões vencedoras, apenas o Japão e a Alemanha são realmente vencedores. Mas em breve só haverá perdedores: 'Ameaçado por parte de todas as regiões de perdedores, inundado de fugitivos e clandestinos, e ao mesmo tempo sobrecarregado por uma minoria crescente de pobres próprios, o Ocidente já não pode manter a frágil normalidade em sua superfície'[82].

O economista brasileiro entende essa "teoria do colapso" como inaceitável, e afirma que "só haverá colapso do sistema capitalista quando sua produtividade deixar de crescer e começar a cair"[83]. Para

[81] Idem, p. 44.

[82] Idem, p. 44. A citação usada por Bresser-Pereira pode ser encontrada em Kurz, R. (2004). *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 188.

[83] Bresser-Pereira, L. C. (1993). Colapso da modernização ou crise cíclica? *Novos Estudos CEBRAP*, 2(36), 42–48, p. 44.

Bresser-Pereira a lei dos rendimentos decrescentes na agricultura (de Ricardo) e a da elevação da composição orgânica do capital com consequente tendência declinante de taxa de lucro (de Marx) se baseavam na previsão de queda geral de produtividade do sistema capitalista, e ambas teriam sido amplamente rejeitadas pela evidência histórica. Em particular, no caso da queda das taxas de lucro prevista por Marx, os fatores contra-arrestantes que ele próprio havia vislumbrado se revelaram mais fortes do que a tendência de queda. O economista destaca, se utilizando de dados estatísticos, que em todos os países desenvolvidos e na maioria dos subdesenvolvidos as taxas de crescimento da renda e da produtividade baixaram em relação aos anos 1950 e 1960, mas continuam em crescimento e amplamente positivas[84].

Bresser-Pereira se apercebe de que Kurz não nega o aumento da produtividade e que o "admite" explicitamente em alguns trechos, mas "imagina que esse aumento é de tal forma poupador de mão-de-obra, que causará desemprego e marginalização crescente"[85]. Segundo ele, esse tipo de análise já foi repetido por muitas pessoas e nunca foi esposada por nenhum economista respeitável:

> Os economistas podem discutir entre si, mas, para construir uma ciência, foram obrigados a concordar sobre algumas idéias básicas. Uma delas é que não pode haver crise geral e final (colapso) do sistema por excesso de aumento da produtividade. Este aumento pode causar desemprego temporário, devido às mudanças profundas que causa sobre o tipo de qualificação dos trabalhadores. Estamos assistindo hoje a este problema no Primeiro Mundo de forma muito clara. Nestes termos, pode causar uma grave crise cíclica. Mas qualquer economista com um mínimo de formação sabe que a lei de Say é, em última análise, correta. Que a oferta cria a sua

[84] Idem, ibidem.

[85] Idem, p. 45.

> própria procura. Que produção significa renda, e que esta, na forma de lucros e salários, tem que ser gasta em investimento e consumo. Keynes realizou a sua revolução teórica a partir da crítica dessa lei. Mas Keynes e qualquer pós-keynesiano razoavelmente bem formado sabe que sua crítica pretendia apenas mostrar como a lei de Say (ou lei dos mercados) não funciona perfeitamente a partir do livre funcionamento do mercado. Funciona, mas funciona mal. Keynes não pretendia, como Kurz implicitamente supõe, que a lei fosse essencialmente errada [86].

A partir do funcionamento imperfeito da Lei de Say[87] seria possível, segundo Bresser-Pereira, explicar uma crise cíclica do capitalismo ou demonstrar as ineficiências do sistema quando deixado exclusivamente para ser controlado pelo livre-mercado, mas não seria possível inferir o desemprego generalizado e crescente em todo o mundo, a formação de bolsões de miséria e, em última instância, o colapso de todo o sistema enquanto a produtividade continuar a crescer de modo acelerado. Bresser-Pereira qualifica isto de "má teoria

[86] Idem, ibidem.

[87] A "Lei de Say", também conhecida como "lei da preservação do poder de compra", consiste em uma tautologia decorrente do princípio de contabilidade social de que produto = renda = despesa. De acordo com a Lei de Say, que recebe seu nome do economista francês Jean-Baptiste Say (1767-1832), a oferta e a demanda se mantêm em identidade pois tudo aquilo que é consumido precisa ter sido anteriormente produzido. Por conseguinte, a soma das rendas (salários, aluguéis, juros, lucros, etc.) equivale à soma dos custos de produção. Deste modo, sempre haverá renda suficiente em circulação no mercado com a qual podem ser comprados os bens produzidos. A principal consequência deste raciocínio é de que não existiriam as "crises de superprodução geral", visto que tudo aquilo que é produzido pode ser consumido, dado que oferta agregada e demanda agregada se equivalem; cabe ressaltar, entretanto, que Say admitia que certos setores poderiam ter uma superprodução em relação a outros setores. Uma segunda consequência seria a não existência de entesouramento, pois todo dinheiro poupado seria repassado a outros agentes econômicos através de empréstimos – algo que foi fortemente criticado por Keynes, ao afirmar que o aumento da poupança poderia reduzir a taxa de lucro, ocasionando entesouramento e reduzindo a demanda efetiva como consequência. Marx conhecia a Lei de Say e contestou o uso do nome do economista francês para batizá-la, uma vez que considerava James Mill seu real formulador. Há debates acadêmicos acalorados a este respeito, mas é frequente considerar-se que tanto James Mill quanto Adam Smith teriam feito formulações similares antes de Jean-Baptiste Say.

econômica"[88]. Para Bresser-Pereira o capitalismo estaria sujeito aos ciclos de Kondratieff, e desde aproximadamente 1970 teria entrado em uma fase recessiva ("b") de uma onda longa de Kondratieff[89]; adicionalmente, a reversão do ciclo teria sempre razões tecnológicas, mas também institucionais. Em seu entendimento, a crise dos anos 1970 a 1990 estaria relacionada com o esgotamento das relações de trabalho aos moldes fordistas e tayloristas, baseadas no controle mecânico e rígido do trabalho. Porém, também estaria relacionada com a crise do Estado, que possui uma tendência própria – também cíclica:

> Estado e mercado se complementam e se alternam na coordenação das economias capitalistas. Em certos momentos o Estado cresce em relação ao mercado, ocorre um processo de "estatização relativa". Este processo de crescente intervenção do Estado, entretanto, que inicialmente é extremamente exitoso em suprir as falhas do mercado, depois de algum tempo começa a sofrer distorções. Um processo de privatização do Estado começa a ocorrer. Clientes do Estado (capitalistas, sempre; trabalhadores, eventualmente), seus funcionários (os tecnoburocratas públicos) e dirigentes (os políticos) logo desenvolvem interesses especiais em detrimento do interesse coletivo. O resultado é a tendência à crise fiscal e a inefetividade das formas de intervenção. Chega então o momento do mercado, da reforma do Estado, da privatização, da liberalização comercial, da desregulação. [...] Mas, como todo processo cíclico, este também se

[88] Bresser-Pereira, L. C. (1993). Colapso da modernização ou crise cíclica? *Novos Estudos CEBRAP*, 2(36), 42–48, p. 45.

[89] Em economia, as ondas de Kondratieff (por vezes grafado *Kondratiev*; também chamadas de superciclos, grandes ondas, ondas longas, ondas K ou ciclo econômico longo) são fenômenos hipotéticos que consistem em intervalos de alto crescimento setorial que se alternam com intervalos de crescimento relativamente lento, em períodos que variam de quarenta a sessenta anos. A maioria dos economistas acadêmicos não aceitam as ondas de Kondratieff como um fenômeno real; mesmo entre aqueles que as aceitam não há concordância sobre as suas causas e duração. No artigo citado aqui, Bresser-Pereira sugere que cada fase do ciclo dura aproximadamente vinte e cinco anos, e que a "reversão" do ciclo recessivo ocorreria ainda na década de 1990 (quando seu artigo foi escrito).

> esgotará. [...] Surgirá, então, a oportunidade de surgimento de novas formas de intervenção do Estado, de um novo crescimento do Estado[90].

No entendimento de Bresser-Pereira, Kurz compreende o caráter cíclico ou pendular do crescimento do Estado e está correto ao afirmar que este é o elemento contraditório imanente do sistema produtor de mercadorias, mas não percebe que o Estado é um mecanismo regulador da economia tão importante quanto o mercado e, portanto, autônomo em relação ao mercado. O mercado seria presidido pela concorrência, enquanto no estado presidem a cooperação e a dominação; concorrência, dominação e cooperação seriam aspectos essenciais da regulação de qualquer formação social. De acordo com o economista brasileiro, no sistema capitalista o Estado do contratualismo hobbesiano precede o do individualismo smithiano; portanto, não faria sentido subordinar o Estado ao sistema produtor de mercadorias uma vez que ele é um dos seus formadores. Pelo mesmo motivo, tampouco faria sentido a afirmação de Kurz de que o Estado nada poderá fazer contra a crise[91].

Bresser-Pereira argumenta ainda que Kurz chega à conclusão de que a modernidade caminha para o colapso a partir da observação do colapso do estatismo de tipo soviético, mas esta inferência não seria adequada: "o que tem a ver um colapso que já é fato histórico com outro que é produto apenas de suas próprias elucubrações e de sua retórica autoconfirmatória?"[92]. Tal equívoco teria origem no diagnóstico correto, feito por Kurz, de que o estatismo soviético estava ligado a uma

[90] Bresser-Pereira, L. C. (1993). Colapso da modernização ou crise cíclica? *Novos Estudos CEBRAP*, 2(36), 42–48, p. 45.

[91] Idem, p. 45-46.

[92] Idem, p. 46.

estratégia de industrialização, mas a argumentação torna-se incorreta quando o autor alemão parte deste dado inicial para identificar a mesma estratégia com a acumulação primitiva do capitalismo. Em outras palavras, Bresser-Pereira discorda de que o estatismo ou "socialismo real" seja apenas uma forma de capitalismo, bem como estratégia de industrialização das regiões atrasadas, afirmando que Kurz

> volta às velhas teorias que pretendem definir o regime soviético como um capitalismo de Estado e identificar a burocracia estatal como [sic] a burguesia[93].

Bresser-Pereira afirma que o estatismo foi, sem dúvida, uma estratégia de industrialização, mas o interpreta com nuances distintas daquelas colocadas por Kurz: o estatismo teria sido a tentativa, por parte de uma classe em emergência (a tecnoburocracia) de eliminar a burguesia e assumir, ela mesma, o comando da sociedade e da economia; industrializar o país foi o meio encontrado por esta classe emergente para se legitimar no poder, através da elevação do padrão de vida da população. Devido às suas origens na esquerda esta classe tecnocrata atribuiu a si mesma o papel de promover a "revolução socialista", mas o socialismo real revelou-se, ao fim e ao cabo, mera retórica do estatismo burocrático sem base na realidade. Entretanto, deixou como legado um industrialismo de fundações sólidas[94]:

> Em uma primeira fase, enquanto a prioridade era a acumulação de excedentes reprodutíveis (não de 'capital', no sentido marxista do termo, já que não havia a propriedade privada dos meios de produção), o sistema autoritário e centralizado do estatismo revelou-se efetivo. Mas quando, em

[93] Idem, ibidem.

[94] Idem, ibidem.

> uma segunda fase, tornou-se essencial obter eficiência da alocação dos recursos, esse mesmo sistema centralizado, estatal, mostrou-se muito inferior à regulação mista, com base no mercado e no Estado, dos países capitalistas. Seu colapso decorreu diretamente daí[95].

Assim, ao contrário do que Kurz afirma, o estatismo não teria perdido a concorrência para o capitalismo por ter sido capitalista, mas por ter sido *de fato* estatista, substituindo de maneira radical a coordenação da economia por meio do mercado pela coordenação estatal. Bresser-Pereira admite que a combinação dessas duas formas de coordenação é "inerente às formações capitalistas concretas"[96], mas nelas o modo de produção estatal é subsidiário, enquanto o modo de produção capitalista é dominante. O caso do estatismo soviético, na concepção do economista brasileiro, teria sido completamente diferente; a tecnoburocracia efetivamente fundou um novo modo de produção quando assumiu o caráter de única classe dominante e tentou coordenar a economia exclusivamente através da administração estatal. Este novo modo de produção teria se revelado ineficiente e "amplamente inferior ao capitalismo tecnoburocrático, orientado para o mercado, vigente no resto do mundo"[97]. Bresser-Pereira afirma ainda que Kurz faz "uma violência reducionista contra o pensamento de Marx"[98] ao afirmar ou supor que na extinta União Soviética e nos seus países-satélites existiam capital, capitalistas, mercado, mercadorias, proletários, salário, lucro objetivo e preços que correspondessem a valores. Para o economista, a redução do estatismo ao capitalismo é uma conclusão errônea que demanda, para que

[95] Idem, ibidem.

[96] Idem, ibidem.

[97] Idem, ibidem.

[98] Idem, p. 47.

se chegue a ela, que o capitalismo e a classe burguesa sejam esvaziados de todo o conteúdo histórico e percam qualquer valor heurístico, tornando o capitalismo um modo de produção abstrato e a burguesia uma classe excessivamente geral[99].

Para Bresser-Pereira, Kurz parte da suposição implícita de que só existiram ao longo da história dois modos de produção: o não-produtor de mercadorias (ou economias não-monetárias) e o modo produtor de mercadorias, também chamado de sociedade do trabalho, ou monetarismo, ou modernidade, ou capitalismo. A principal característica deste último seria a existência de um "homem abstrato do trabalho": enquanto nas economias não-monetárias o trabalho ocuparia todo o tempo do homem devido ao subdesenvolvimento das forças produtivas, configurando-se como uma necessidade, nas sociedades modernas o desenvolvimento dessas forças teria rompido a coação da "primeira natureza" e dado azo a uma coação social secundária, inconscientemente produzida (a "segunda natureza" de Kurz). Para o economista brasileiro esse recorte é abstrato e a-histórico, tornando o capitalismo suficientemente abrangente para abarcar o estatismo; o estatismo, por sua vez, se converte nessa perspectiva em uma fase integrante do sistema produtor de mercadorias burguês – uma forma de "protocapitalismo" presente nas sociedades burguesas atrasadas, semelhante ao mercantilismo.

> Não importa que nesse "capitalismo" ou nesse "sistema produtor de mercadorias" não haja capitalistas mas burocratas, ou seja, que não haja proprietários privados de meios de produção mas proprietários coletivos do Estado; que não haja capital mas organização, ou seja, que não haja a

[99] Idem, ibidem.

> propriedade privada dos meios de produção mas a propriedade coletiva via Estado; que não haja mercadorias mas bens econômicos, ou seja, que os bens não sejam produzidos em função do seu valor de troca, mas em função de planos de produção; que não haja preços correspondentes aos valores de troca, mas "preços" politicamente definidos; que não haja o conceito de mais-valia enquanto ganho privado do capitalista derivado de uma troca de equivalentes, mas apenas o conceito de excedente reinvestível; que não haja concorrência mas comando ou planejamento; que não haja salário, enquanto remuneração da força de trabalho de acordo com seu valor de troca, mas "salários" politicamente definidos e ordenados estabelecidos em função, adicionalmente, da posição hierárquica do burocrata. Nada disso importa porque, através dessa violência generalizadora e reducionista, Kurz rompe diretamente com o método histórico, que foi o mais importante legado de Marx[100].

O economista continua sua argumentação afirmando que, a despeito do fato de que todo modo de produção é um modelo, uma abstração, todos têm um conteúdo histórico definido. As formações sociais são sempre mistas, englobando dois ou mais modos de produção; à época de Marx o capitalismo havia acabado de se tornar o modo de produção dominante na Europa, mas ainda existiam importantes traços do feudalismo e do estatismo[101]. Durante a existência da URSS, o estatismo teria sido o modo de produção absolutamente dominante, tendo logrado sucesso inicialmente em promover o desenvolvimento econômico e fracassado pouco depois ao alocar de forma ineficaz os recursos produtivos. O socialismo, por sua vez, enquanto sociedade democrática e sem classes, é um modo de produção que ainda não teve realização concreta na história por ser, nas palavras de Bresser-Pereira, "uma utopia". Em nosso tempo, por outro lado, o modo de produção dominante é o capitalista, mas estão

[100] Idem, ibidem.

[101] Neste trecho, Bresser-Pereira aparentemente se refere ao "estatismo" mercantilista.

presentes "traços importantes" do estatismo e do socialismo[102]. Como um sistema que nunca se concretizou historicamente (o socialismo) pode ter deixado "traços importantes" no modo de produção dominante (nas palavras do próprio Bresser-Pereira) é algo que elude ao autor desta obra.

Estranhamente, Bresser-Pereira conclui seu artigo afirmando que a "utopia" socialista é

> uma possibilidade longínqua mas concreta, desde que o crescimento da produtividade continue a ocorrer e a importância estratégica do trabalho qualificado e do desenvolvimento tecnológico continue a aumentar em relação à importância do capital, do trabalho morto[103].

Em seu entendimento, o socialismo não virá através de uma mudança de consciências, mas sim de uma mudança concreta nas relações objetivas de produção. No capitalismo tecnoburocrático contemporâneo já existiriam "elementos socialistas", bem como elementos estatais ou burocráticos. O economista acredita que com ampliação da democracia e da igualdade de oportunidades no plano político e na educação, ou seja, à medida que "a relação de forças entre os homens se equilibre", o capitalismo social-democrata e tecnoburocrático pode se transformar em uma formação social predominantemente socialista – sem, no entanto, que "a utopia perfeita" se concretize. Tal formação social predominantemente socialista não resultaria de uma revolução burocrática, como a Revolução Russa, ou de uma imposição imperialista (como foi feito pela extinta URSS), tampouco "de uma revolta das massas oprimidas

[102] Bresser-Pereira, L. C. (1993). Colapso da modernização ou crise cíclica? *Novos Estudos CEBRAP*, 2(36), 42–48, p. 47.

[103] Idem, p. 48.

dos povos perdedores, como pretende Kurz"[104], mas "do contínuo desenvolvimento das forças produtivas e de sua efetiva democratização"[105]. Por fim, segundo Bresser-Pereira, a crise cíclica do capitalismo não resultou em um colapso, a exemplo do colapso da União Soviética, porque o capitalismo contemporâneo jamais foi mantido em sua forma "pura" – tal forma só existe no discurso neoliberal:

> O capitalismo contemporâneo, que está em crise, mas que continua a revelar um extraordinário dinamismo, é um capitalismo misto. Suas características puramente capitalistas – burguesia, capital, mercadoria, preço, lucro – são dominantes, mas as características estatais estão fortemente presentes – burocracia, organização, planejamento – e as características socialistas – democracia, igualdade de oportunidade – começam a se fazer presentes. Dentro de alguns anos, um capitalismo renovado, mais burocrático e mais socialista (duas coisas, aliás, muito diferentes), mas ainda dominantemente capitalista, estará novamente dando mostras de seu dinamismo transformador, impiedoso, orientado para o conflito, coordenado pelo mercado, mas regulado pelo Estado, e parcialmente controlado por uma sociedade que, apesar do materialismo e do individualismo capitalistas, valoriza o solidarismo, e aspira a um mundo mais igual, a um mundo talvez mais justo[106].

José Arthur Giannotti, por sua vez, inicia a argumentação destacando as semelhanças entre Robert Kurz e Francis Fukuyama: ambos teriam traçado um panorama bastante vasto da história da humanidade e "ambos mostram uma arrogância desconcertante,

[104] Idem, ibidem. Note-se que, até onde pôde ser observado nas leituras feitas pelo autor desta obra, Kurz não pregou uma revolução de *lumpens* em nenhum de seus escritos. O que pode ser extraído da leitura de seus livros é que, para Kurz, o sistema capitalista chegará a um ponto insustentável e ruirá sobre seu próprio peso sem a necessidade de revolução alguma.

[105] Idem, ibidem.

[106] Idem, ibidem.

embora neste plano [...] Kurz bata de longe [...] seu adversário"[107]. Fukuyama, no entender de Giannotti, faz uma apologia entusiasta do capitalismo e do mercado, enquanto Kurz os condena a uma morte iminente – ambos, segundo o filósofo brasileiro, compartilham de uma mesma visão abstrata da história, embora com sinal trocado. Giannotti qualifica as ideias de Kurz como metafísicas, e destaca

> um perigo que necessariamente espreita todos aqueles que se opõem prática e teoricamente ao capitalismo: ao traçar as regras mais gerais do sistema, suas condições de existência, imaginar que o existente brota dessas regras[108].

Em sua avaliação, a grande dificuldade reside em mostrar como o sistema capitalista pode ser ultrapassado quando a "utopia marxista" de que a produção de mercadoria poderia ser superada pela abolição do trabalho assalariado deixou de fazer sentido. Giannotti entende que foi demostrado que não é necessário que todos os fatores de um sistema produtivo assumam a forma da mercadoria, mas simultaneamente ficou demonstrada a indispensabilidade do mercado enquanto mecanismo necessário, mas não suficiente, para ajustar oferta e demanda. Nessa medida, torna-se inviável uma economia planejada centralmente – pelo menos a médio prazo. O pensador brasileiro afirma que

> não se segue daí que capitalismo venha a ser a última etapa da história, mas é difícil imaginar um novo modo de produção que não inclua formas mercantis de distribuição[109].

[107] Giannotti, J. A. (1993). As diabruras metafísicas de Robert Kurz. *Novos Estudos CEBRAP*, 2(36), 48–52, p. 48.

[108] Idem, p. 49.

[109] Idem, ibidem.

O problema, então, é deslocado de como abolir o fetichismo da mercadoria para como controlá-lo.

Em relação ao método utilizado por Kurz, Giannotti faz a seguinte crítica:

> Para que a economia soviética seja categorizada [...] sob o modo de produção de mercadoria, Kurz necessita demonstrar a indissolubilidade do mercado e do Estado. Vejamos como isso se dá. Ele aceita a teoria do valor trabalho, tal como foi formulada por Marx, sublinhando ainda o caráter abstrato desse trabalho produzido para a troca, que se revela então como finalidade em si mesma. Mas ao invés de se ater às questões da *medida* do valor, de como um valor de uso se mede por múltiplos valores de troca, como acredito que deva ser feito, de imediato recorre à ética do trabalho, como critério para discriminar se um sistema produtivo é ou não produtor de mercadoria. Basta-lhe que a atividade produtiva se converta num valor em si para que veja o capitalismo se instalando. Desse ponto de vista, torna-se insignificante a diferença econômica entre o capitalismo e o socialismo real, já que ambos os sistemas são movidos pelo mesmo princípio da exploração do excedente. O problema é que a *maneira* com que isto é feito fica inteiramente posta de lado. O 'mercado planejado' do Leste europeu não eliminaria assim as categorias do mercado, a despeito de os preços poderem ser determinados politicamente pelo planejamento central. O socialismo de caserna seria aquele capitalismo que tão-somente implementasse o terrorismo, já proposto por Fichte em seu ensaio sobre o Estado mercantil fechado. Este Estado se fecharia, segundo o mesmo Fichte, por causa da incumbência de regular a produção de mercadorias, de tal modo que a oferta e a procura estivessem sempre em equilíbrio[110].

Deste raciocínio resultaria a indissolubilidade radical e categorial entre mercado e Estado na forma de um antagonismo violento, como postulado por Kurz. Os trabalhadores passam, então, a serem determinados pela forma mercantil e "todos aqueles que não têm a sorte

[110] Idem, ibidem. Grifos de Giannotti.

de viver nos países de alto avanço tecnológico transformam-se em sujeitos-dinheiro-sem dinheiro"[111], empurrados para fora até mesmo da exploração capitalista. O conflito básico da modernidade torna-se, então, a contradição entre o conteúdo social do trabalho e a forma não-social, inconsciente, do trabalho – ao contrário do que supôs o "marxismo ingênuo" do movimento operário, que apostou suas fichas no processo de exploração da mais-valia. Assim, o desenvolvimento capitalista mundial é interpretado por Kurz, segundo Giannotti, como um imenso processo de acumulação primitiva; mercado e dinheiro seriam instrumentos de uma divisão social do trabalho pouco desenvolvida e serviriam de instrumento de socialização enquanto não puderem ser superados por um sistema distinto.

A avaliação de Giannotti é de que Kurz traduz na linguagem do fetichismo da mercadoria fatos já conhecidos, mas sem apresentar dados gerais no qual poderia apoiar-se. Destaca que Immanuel Wallerstein[112] já havia assumido como ponto de partida uma visão panorâmica na qual interpretava as economias de tipo soviético como formações históricas estatistas baseadas na produção de mercadorias, nas quais a concorrência se inviabilizou devido à intervenção do Estado. Adicionalmente, na leitura de Giannotti, Kurz afirma que o fluxo comercial entre os países do Leste e do Oeste só se manteve viável antes da terceira revolução industrial, pois esta provocou um monopólio da invenção científica que resultou na exclusão dos países do Leste e do Terceiro Mundo dos processos de desenvolvimento, fazendo aumentar cada vez mais a porção da população mundial que se encontra excluída

[111] Idem, p. 50.

[112] Sociólogo estadunidense (1930-2019), conhecido pela sua contribuição fundadora para a teoria do sistema-mundo ou teoria de sistemas mundiais.

do sistema de produção de mercadorias, o que leva à conclusão de que se aproxima a "catástrofe final" do fim do sistema atual de reprodução social[113]. Giannotti escreve:

> A despeito do conhecido clima de apocalipse, percebe-se nos argumentos uma subversão da interpretação marxista e, creio eu, marxiana. [...] Kurz se alça ao nível mais abstrato do fetiche da mercadoria como finalidade em si mesma, e faz da concorrência uma "necessidade lógica" da socialização defeituosa dessa mercadoria como forma de apropriação do excedente sem medida. Para que pudesse caracterizar a economia capitalista moderna e a economia soviética como produtoras de mercadoria, precisaria, de um lado, mostrar como se forma um equivalente geral para o sistema como um todo, isto a despeito da enorme clivagem por que passa todo tipo de mercado contemporâneo; de outro, como se formaram valores e mercadorias numa economia de tipo soviético, onde a grande massa de preços foi altamente administrada. Sem se deter nesses pormenores, [...] Kurz interpreta todo o processo de acumulação capitalista, cujo motor consiste no desenvolvimento interno das forças produtivas – vale dizer, da produtividade do trabalho – como se fosse um processo, do lado formal, de medida da relação entre trabalho morto e trabalho vivo, como movimento de auto inflação da mercadoria fetichizada, e, em consequência, do lado do conteúdo, como movimento de sucção do trabalho morto criado fora do sistema e transformado em valor. [...] A acumulação primitiva se converteria, ademais, na mola interna do sistema, quando, como tudo parece indicar, para Marx consiste num fenômeno que ocorre necessariamente nos limites ou nos interstícios do movimento global do capital[114].

Isto resultaria na indiferenciação entre o capitalismo de Wall Street, o regime de caserna soviético e as economias do Terceiro Mundo, sob uma mesma avaliação denunciada pela ética do trabalho. Giannotti afirma que Kurz parece ignorar por completo o significado de *mercado*, seja do ponto

[113] Giannotti, J. A. (1993). As diabruras metafísicas de Robert Kurz. *Novos Estudos CEBRAP*, 2(36), 48–52, p. 50.

[114] Idem, p. 50-51.

de vista clássico, neoclássico ou marxista. Na interpretação do pensador brasileiro, quando Ricardo e Marx pensam no cruzamento entre valor de uso e valor de troca nas mercadorias, estão querendo dizer que todos os objetos encontráveis no mercado devam encontrar uma medida que os torne comensuráveis; esta medida nasceria de um processo reflexionante capaz de criar suas próprias regras e, devido a isso, se situaria de modo inteiramente independente de regulamentação estatal. Por isso a exploração capitalista é exclusivamente econômica, e se o Estado é contemporâneo ao desenvolvimento do capitalismo este dado histórico não deveria ser confundido com a análise categorial da mercadoria, uma vez que seu sentido "exclui qualquer mensuração interna"[115]. No entendimento do brasileiro, se a mercadoria como fetiche cria uma ilusão metafísica que serve de parâmetro para o comportamento dos agentes sociais no mercado, não é por isso que o filósofo ou o economista deveriam acreditar no que dizem esses agentes, ao invés de atentarem para aquilo que eles realmente fazem. Assim, Kurz teria incorrido em uma confusão metafísica entre a análise categorial e a análise histórica, ou a análise do sentido e das regras em contraposição a como os indivíduos seguem tais regras[116].

Segundo Giannotti, o mercado é uma instituição que ajusta a oferta e a demanda de produtos criados para a troca exclusivamente por meio dos agentes econômicos, e preços administrados não teriam fundamento em valores. Se, ainda segundo Giannotti, Kurz pretende aplicar a teoria do valor-trabalho às economias de tipo soviético, ele teria de, primeiramente, explicar como são formados os valores capazes

[115] Idem, p. 51.

[116] Idem, ibidem.

de mover esta economia como um todo, visto que a mera expropriação violenta de excedente não cria valor.

Por fim, Giannotti qualifica o pensamento de Kurz, em especial no tocante à sua proposta de uma razão imanente que supere a atual situação histórica, como mero inverso da razão hegeliana, "interpretada aos trancos e barrancos"[117], algo que já teria sido feito "com muito mais classe" por Ludwig Feuerbach – e conclui afirmando que as ideias de Kurz, que considera "profundamente errôneas" e "delirantes", precisam ser abordadas devido à tendência da esquerda mundial, e em especial a brasileira, de "se agarrar em mitos e retomar aquela atitude religiosa que confunde revolução com a descida do Espírito Santo"[118].

O sociólogo Francisco de Oliveira, por sua vez, inicia sua crítica pelo "hermetismo quase ininteligível" de Kurz, e atribui o sucesso do autor a dois fatores: a uma resenha publicada por Roberto Schwartz na Folha de S. Paulo e às teses "simplistas" expostas, que "caem num terreno fértil, adubado pela crise do socialismo e pela falta de perspectivas para uma grande parte da esquerda"[119]. O "catastrofismo" de Kurz teria a característica de recuperar para essa esquerda algumas certezas que o fim da URSS teria levado embora: a do capitalismo enquanto sistema "iníquo, burro e cego", e com um fim "tão inexorável quanto [...] perceptível"[120]. Oliveira, entretanto, ressalta que suas críticas a Kurz não devem ser confundidas com a questão da crise do capitalismo e a ausência de críticas contemporâneas a este sistema, que

[117] Idem, p. 52.

[118] Idem, ibidem.

[119] Oliveira, F. de. (1993). De novo, o apocalipse. Ou da inutilidade de(o) ser humano. *Novos Estudos CEBRAP*, *2*(36), 52–57, p. 52.

[120] Idem, p. 53.

se situa "muito longe da estabilidade acrítica apregoada não apenas pelos arautos neoliberais, como consentida por uma grande parte da *intelligentsia*"[121] que no passado lhe foi severamente crítica.

Após realizar um breve resumo – um tanto sarcástico – das ideias do pensador alemão, Oliveira afirma que este não se apercebe dos arranjos a que procede, essenciais para suas teses. Segundo Oliveira, as formas "monetaristas" e "estatistas" são apresentadas por Kurz como cíclicas na história do capitalismo, ou seja, lei do seu desenvolvimento; não são tratadas como formas históricas, mas como formas lógicas do capital, apesar de, segundo Oliveira, o próprio Kurz mencionar

> um movimento ondulatório de elementos constituintes antagônicos na história da modernização burguesa, movimento em que constantemente se revezam e penetram elementos estatistas e elementos monetaristas[122].

Entretanto, esta historicização da relação entre Estado e mercado, negadora de uma relação ontológica entre ambos, seria dissolvida pelo próprio Kurz quando este integra em um "continuum" a participação do Estado desde os primórdios do capitalismo mercantil (ou seja, a acumulação primitiva) até a regulação contemporânea do Estado de bem-estar social. Oliveira escreve:

> Ora, se não há transformação radical na relação Estado x mercado para um tão largo período, ela é transformada numa espécie de ontologia, precisamente o que Kurz peremptoriamente tentou evitar[123].

---

[121] Idem, ibidem.

[122] Idem, ibidem. A menção feita por Oliveira é de Kurz, R. (2004). *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 39.

[123] Oliveira, F. de. (1993). De novo, o apocalipse. Ou da inutilidade de(o) ser humano. *Novos Estudos CEBRAP*, *2*(36), 52–57, p. 53.

Para o autor brasileiro, diferenças na temporalidade histórica, que são mais do que mera cronologia e se referem ao próprio processo de formação dos centros e periferias do capitalismo, são anuladas por Kurz para que suas teses se confirmem. Para Oliveira, que acusa Kurz de "esquematismo", a história do capitalismo real é a de uma constante mudança dos centros hegemônicos. Cita como exemplos o Japão atual, que no início do século XX não rivalizava com nenhuma das grandes potências; Espanha e Portugal, que já foram grandes centros expansionistas; Itália e Holanda, outrora financiadores do capitalismo mercantil; o Império Britânico, cuja extensão territorial garantia que alguma parte de seu território estaria sempre banhada em luz solar[124]; os Estados Unidos da América, outrora uma colônia. Em seu entendimento, a hegemonia na expansão capitalista mudou muito de mãos ao longo dos últimos cinco séculos, o que deslegitimaria "predestinações profetizadas"[125].

Oliveira argumenta que o erro essencial no raciocínio de Kurz é um "dedutivismo" visceralmente antimarxista, embora tenha sido praticado por marxistas de todos os tipos – vício este que, segundo o brasileiro, "frequenta com assiduidade todos os campos teóricos e doutrinários"[126]. O que Kurz faz, em seu entendimento, é deduzir toda a história concreta das categorias marxistas de uma suposta lógica do capital, não as utilizando como uma hermenêutica, uma interpretação

[124] *"El imperio donde nunca se pone el sol"* é uma expressão de origem espanhola corriqueiramente usada para designar impérios tão extensos que em alguma de suas porções territoriais sempre será dia, tendo sido utilizada originalmente em alusão ao império de Carlos V (Sacro Imperador Romano, Arquiduque da Áustria, Rei da Espanha, Senhor dos Países Baixos e Duque de Borgonha). A expressão também já foi utilizada em referência ao Império Espanhol nos tempos de Felipe II e em alusão ao Império Britânico no século XIX e início do século XX – como Oliveira faz em seu artigo.

[125] Oliveira, F. de. (1993). De novo, o apocalipse. Ou da inutilidade de(o) ser humano. *Novos Estudos CEBRAP*, *2*(36), 52–57, p. 54.

[126] Idem, ibidem.

do real – mas sim como se fossem os próprios processos empíricos. No que se refere à análise do socialismo real, por exemplo, o autor alemão o define como uma forma estatista do capitalismo, "aprisionado" pela ausência de concorrência, que seria essencial para a aceleração da acumulação capitalista. Para Oliveira, Kurz

> não utiliza o arsenal marxista para perguntar-se por que o sistema ficou congelado, a partir de suas próprias premissas. Não há uma interpretação da burocracia, por exemplo. Esta é definida apenas como socialismo de caserna. Ora, a partir da definição do socialismo real como uma forma estatista do capitalismo, na qual, por definição, a concorrência entre os capitais é suspensa, o círculo kurziano se completa: *dunque*, na ausência de concorrência, o trabalho do fetiche não se realiza, e *dunque*, não há aumento de produtividade do trabalho. Ferrou-se o socialismo real: pelo processo de sua história? Não, pela sua definição de socialismo de caserna, de modalidade estatista do capitalismo. Os dados e mesmo a contribuição de outros que estudaram a economia do socialismo real, como Alec Nove, por exemplo (*A economia do socialismo possível*), servem apenas como demonstrações[127].

De acordo com Oliveira, qualquer empresa capitalista procede do mesmo modo que as empresas da extinta União Soviética: contabilizam-se os custos e a eles é adicionado algo a mais, que é a taxa de remuneração do capital. A empresa não sabe de antemão quanto da mais-valia global pode abocanhar, ou até se a mais-valia diretamente relacionada à sua produção será realizada. Adicionalmente, nenhuma empresa "pensa" em termos de mais-valia, uma vez que esta é uma categoria teórica e não aparece senão pelas formas transformadas do lucro, do juro e da renda. E o mesmo, continua Oliveira, vale para as empresas da ex-URSS: aos custos se adicionava um *"plus"* que, segundo a ideologia, corresponderia ao

[127] Idem, ibidem. Grifos de Oliveira.

excedente social. Na interpretação que o sociólogo brasileiro faz de Kurz, este último afirma que o mesmo modelo funcionou no capitalismo e não funcionou na União Soviética devido à falta de concorrência, que não permitiu que o fetiche realizasse a seu trabalho de distribuição de mais-valia entre as empresas – e que pelo mesmo raciocínio o autor alemão deveria ter se perguntado, por analogia, por que o capital não rompeu, na extinta URSS, a "camisa-de-força" da ausência de concorrência[128].

Por este motivo, o fracasso do socialismo real talvez não tenha sido decorrente deste ser um "capitalismo estatista", mas sim por estar na vanguarda do capitalismo – não do ponto de vista do progresso técnico, mas devido ao socialismo real ter ido além dos limites da lei do valor ao dissolver a relação entre tempo de trabalho socialmente necessário e tempo de trabalho pago. Para Oliveira,

> a dificuldade de um sistema de preços na ex-União Soviética pode ser debitada, parcialmente, àquela dissolução. Mas o travamento real residiu na incompleta constituição de uma sociedade socialista, isto é, na transferência da propriedade estatal para os cidadãos[129].

O sociólogo brasileiro vai além, e afirma que este mesmo problema já se faz sentir no modo de produção social-democrata, que Kurz teria tratado como apenas mais uma fase "estatista" do capitalismo. De acordo com Oliveira, os preços, que são a forma como a concorrência pela distribuição da mais-valia global ocorre, são incapazes de realizar essa distribuição e, por consequência, a travessia em direção ao reinvestimento do lucro. Em sua avaliação, em todas as economias capitalistas

[128] Idem, ibidem. Note-se que o artigo de Oliveira foi escrito décadas antes da China, com seu "capitalismo de estado", ter se tornado uma potência rival dos EUA no comércio mundial.

[129] Idem, p. 55.

desenvolvidas, que são, a rigor, economias do modo de produção social-democrata, os preços são formados – por vezes de forma mais discreta, e por vezes de maneira mais ostensiva – a partir de subsídios estatais, de modo que o movimento da acumulação se realize e a própria realização da mais-valia se complete. Deste modo, as diferenças entre EUA, Comunidade Econômica Europeia e Japão, bem como suas áreas de influência, seriam apenas de forma: enquanto na economia norte-americana são as indústrias ligadas ao complexo industrial-militar e a agricultura que recebem a maior parte dos subsídios e a formação de preços nestes setores demonstra a incapacidade para realizar a distribuição de mais-valia e conduzir o investimento, na Comunidade Econômica Europeia o modelo dos EUA coexiste com o fomento às empresas estatais, e no Japão a forma predominante é a da coordenação e do financiamento, presididos pelo Estado, de diversos capitais particulares. Ainda segundo o sociólogo, em todo o modo de produção social-democrata os gastos do *Welfare State* já efetuam parcialmente um descolamento entre tempo de trabalho socialmente necessário e tempo de trabalho pago, *"desmercantilizando"* a força de trabalho enquanto mercadoria[130].

Embora à primeira vista tais observações sejam um tanto herméticas, o raciocínio de Oliveira parece partir da observação de que o tempo de trabalho "pago" nas economias do *Welfare State* é, em realidade, maior do que os salários nominais quando consideramos os serviços públicos aos quais os cidadãos possuem acesso e adicionamos seus custos *per capita* aos salários – o cidadão típico de uma economia nestes moldes "recebe", ao fim e ao cabo, mais do que seu salário nominal, dado que parte de seus custos de vida (por exemplo: com educação, atenção à saúde, saneamento,

[130] Idem, ibidem. Grifo do autor desta obra.

segurança e assim sucessivamente) são cobertos por serviços amplamente disponíveis na sociedade. Como consequência, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de cada mercadoria – que tende a diminuir com o avanço técnico e científico se estivermos em acordo com as teses de Marx – não provoca o achatamento esperado dos salários (i.e., o tempo de trabalho pago); ou, ao menos, não na proporção e na velocidade que seriam esperadas. Daí segue-se a ideia de "descolamento" entre tempo de trabalho socialmente necessário e tempo de trabalho socialmente pago, ou de "desmercantilização" da força de trabalho. E o Estado participa deste processo não apenas arrecadando impostos e utilizando-se desta arrecadação para fornecer serviços públicos, mas também comprando diretamente bens e serviços das empresas que os produzem/fornecem, atuando como elemento estabilizador de preços, fomentador de demanda, formador de poupança e, na ponta do processo, promotor de investimentos em determinados setores. A lógica utilizada aqui é profundamente keynesiana.

No entendimento de Oliveira, a expressão desses processos de "descolamento" e "desmercantilização" no modo social-democrata de produção são os contingentes de desempregados, que dificilmente ficam abaixo dos 8% da força de trabalho nos países desenvolvidos e são parcialmente escondidos sob subsídios, auxílios governamentais e demais medidas do gênero. Adicionalmente, toda vez que no modo social-democrata de produção é procurada uma produção e realização do valor de forma fetichizada, cega ou "monetarista" (nos termos de Kurz, tomados de empréstimo por Oliveira), surge a escalada inflacionária. De modo similar, toda vez que o processo desborda a lei do valor sob uma forma "estatista", a inflação também aumenta. O sociólogo brasileiro afirma que na base de ambos os fenômenos está a contradição entre um sistema em

que a produção já se encontra totalmente socializada e a apropriação permanece privada, tendo a forma predominante do lucro. Em seu entendimento, é por esta ótica que o colapso do socialismo real e a crise crônica do modo social-democrata de produção ("*que Kurz insiste em chamar de capitalismo*"[131]) expressariam a mesma crise, a saber, a transição para além da produção de valor e da mercadoria[132].

Oliveira escreve ainda que

> Kurz [...] faz a crítica feroz sobre o entendimento da teoria do valor-trabalho. Para ele, o que Marx fez foi a crítica dessa teoria, mas os movimentos operários, através dos sindicatos e de seus partidos, social-democratas e comunistas, reificaram a teoria do valor-trabalho, ao invés de seguirem Marx. [...] O socialismo de caserna [...] também incorreu no mesmo erro [...]. Daí ele transfere o fetiche exclusivamente para a esfera da circulação, ou da concorrência. O que já é transformar Marx num neoclássico. Pois o que Kurz quer evitar [...] é pensar o capital como uma relação social, o que obrigaria a pensar as classes sociais e a luta de classes, que ele chama de "sociologismo". Ora, o fetiche somente se perfaz na esfera da circulação, ou da concorrência [...]; mas isolar o lugar do fetiche na circulação ou concorrência entre os capitais é falsificar completamente a teoria marxista. O fetiche, portanto, já começa a ser produzido na produção, na esfera das relações entre as classes, e se perfaz na esfera da circulação, ou da concorrência, e mais, na esfera da distribuição, pois é ali que a forma aparente do salário é trocada por uma cesta de mercadorias; nos termos de Marx, o produto do trabalho do trabalhador (a cesta de consumo) volta-se contra ele, apresenta se como algo estranho ao trabalhador[133].

Para Oliveira, a interpretação que Kurz faz de Marx quer evitar a todo custo qualquer compromisso com a classe trabalhadora, por esta ter

[131] Idem, p. 56.

[132] Idem, ibidem.

[133] Idem, ibidem.

sido reificada pelo marxismo vulgar como um sujeito dos processos do capital ao invés de interpretada como apenas um recurso analítico utilizado por Marx. Embora o sociólogo reconheça que qualquer um tem o direito de ser um "*deçu*" (do francês: particípio passado do verbo *décevoir*; desapontado) do socialismo e do proletariado, Kurz não teria sido capaz de demonstrar como a sociedade do trabalho se desfaz; tampouco teria percebido que "não haveria nem necessidade teórica nem prática do fim da sociedade do trabalho se as classes sociais fossem apenas recursos analíticos no marxismo"[134]. Desta maneira, Kurz teria incorrido em um anti-humanismo à maneira de Althusser, dispensando as classes sociais e a política, recusando a contribuição gramsciana ao pensamento político do marxismo posterior e permanecendo aferrado a uma concepção estreita sobre o Estado – que Kurz afirma ser uma derivação do capital, para o estupor do autor brasileiro. Oliveira afirma que, caso a concepção teórica de Kurz se ancorasse mesmo no marxismo, sua crítica aos movimentos e partidos perderia toda a validade, assim como as críticas dirigidas ao socialismo de caserna; uma vez que o fetiche da mercadoria impede o aparecimento das relações reais, é apenas através da forma aparente, fetichizada, que movimentos (operários ou não) podem atuar na política. Desta maneira, o fato de que movimentos operários tenham feito política a partir da "forma aparente salário" não constituiria prova de que tenham reificado aquilo que para Marx teria sido somente uma categoria analítica. Em sua interpretação, "a desqualificação de Kurz à política termina por absolver o socialismo real de todos os seus crimes, pois eles derivaram de um erro teórico e da

[134] Idem, ibidem.

implacável lógica do capital"[135]. Isto levaria ao catastrofismo por ser a única opção remanescente, já que o capital não teria oposições dialéticas ou negatividade, movendo-se em enteléquia[136].

Entretanto, completa Oliveira, Kurz não pertenceria à tradição pessimista do marxismo, da qual fariam parte Benjamin, Adorno, Horkheimer, Marcuse, Neumann e Pollock – nestes, a dialética da *Aufklärung* que produz os fenômenos de regressão (como o nazismo e o estalinismo) pode ser vencida por uma reflexão crítica dos homens e a regressão se constitui em uma recusa ou medo do cumprimento das promessas radicais da liberdade e da igualdade, tornando o pessimismo dos frankfurtianos parte da tradição racionalista. Para o sociólogo brasileiro, o pensamento de Kurz desemboca em uma espécie de "razão sensível" que já teria sido anunciada pelos movimentos ecologistas, feministas, homossexuais, das diferenças, das minorias, e assim sucessivamente, e pertence à esfera do irracionalismo – esta "razão sensível" seria apenas um disfarce de seu irracionalismo, eurocentrismo e racismo, uma vez que nenhuma ação humana pode deter a catástrofe que se afigura no horizonte; na "escatologia kurziana", segundo Oliveira, o dia seguinte à catástrofe preservará a hierarquia das iniquidades: a vasta periferia do capitalismo e o socialismo de caserna já foram condenados, e somente os habitantes do Primeiro Mundo serão capazes desta "razão sensível", visto que terão os recursos criados pelo capitalismo mais desenvolvido, para além do valor[137].

---

[135] Idem, p. 57.

[136] No aristotelismo, a realização plena e completa de uma tendência, potencialidade ou finalidade natural, com a conclusão de um processo transformativo até então em curso em qualquer um dos seres animados e inanimados do universo.

[137] Oliveira, F. de. (1993). De novo, o apocalipse. Ou da inutilidade de(o) ser humano. *Novos Estudos CEBRAP*, 2(36), 52–57, p. 57.

O próximo capítulo consistirá na porção rigorosamente crítica do livro. Nele as formulações teóricas apresentadas nos capítulos precedentes e neste serão confrontadas com o quadro atual de funcionamento social, político e econômico das sociedades capitalistas, que fornecerão contra-exemplos que permitirão avaliar os diferentes mecanismos que fornecem "sobrevida" ao sistema de reprodução social contemporâneo, mitigando ou suprimindo os aspectos mais graves da crise sistêmica.

4

O VALOR DIMINUI? HIPÓTESE DO VALOR-ENERGIA

Tendo repassado, até então, os principais elementos do pensamento econômico de Karl Marx e da teoria crítica do valor (derivada do primeiro), com especial ênfase em Robert Kurz, é necessário empreender o trabalho de reflexão crítica a respeito desta última.

A *Wertkritik*, enquanto escola teórica, possui muitos pontos interessantes e dignos de mérito: fornece uma explicação alternativa ao *mainstream* para as possíveis causas do fracasso da União Soviética; permite analisar o motivo pelo qual a bonança prometida pelos "vencedores" da Guerra Fria (o ocidente capitalista e seus arautos) não se concretizou; esclarece a razão pela qual os movimentos de esquerda nos países ocidentais e em desenvolvimento se mostram perdidos politicamente, e incapazes de inserir suas pautas na agenda político-social; expõe inúmeras potenciais causas do fracasso econômico do assim chamado "terceiro mundo", bem como suas consequências geopolíticas e sociais; interpreta de uma maneira nova fenômenos como crises migratórias e guerras por procuração (*proxy wars*); e, finalmente, chegou a prever adequadamente crises econômicas que ainda não haviam se manifestado e suas causas (como nos já mencionados casos de 1997 e 2007-2008). Entretanto, a principal afirmação feita pela teoria crítica do valor desde a década de 1980 não se concretizou: a terceira revolução industrial, proporcionada pela microeletrônica, deveria ter enterrado o sistema capitalista.

Um discípulo da *Wertkritik* poderia responder a este ponto recorrendo a um dos seguintes artifícios retóricos: 1) em nenhum momento é mencionado pelos autores desta escola que o sistema capitalista ruirá da noite para o dia, e o gradualismo e a lentidão do processo seriam suficientes para impedir o cidadão mediano de se aperceber deles; 2) tal processo de fim da sociedade do trabalho já teria se iniciado, e seus sinais já se apresentam aos observadores que tenham um mínimo de argúcia. Tais respostas são insuficientes. Em primeiro lugar, porque em inúmeros artigos, livros e ensaios os adeptos da *Wertkritik* anunciam a próxima crise econômica e financeira (qualquer que seja ela – inclusive algumas que se avizinharam mas nunca se concretizaram) como sendo a derradeira, e isto ocorre desde a década de 1980; em segundo, porque estes autores são claros em afirmar que a derrocada terminal do sistema capitalista se dará por meio da revolução microeletrônica, o que fornece um panorama causal e temporal à previsão feita pelos mesmos – e a microeletrônica, como sabemos, não acarretou esta consequência. Na realidade, hoje já se mencionam até mesmo uma quarta e talvez uma quinta revoluções industriais-tecnológicas em curso, que seriam decorrentes do processamento em nuvem, do aprendizado das máquinas e/ou dos avanços na biotecnologia. Ainda que as duas primeiras possam ser consideradas como uma subdivisão da revolução microeletrônica, algo passível de discussão e que não será abordado nesta obra, a última não pode.

Em terceiro lugar, a teoria crítica do valor não possui apenas postulados e consequências de cunho filosófico, tendo também reflexos no pensamento econômico, na ciência política, nas relações internacionais e na sociologia; isso confere a este *corpus* teórico uma mínima necessidade de justificação empírica, tendo em vista que uma

teoria científica (ou que dialoga com teorias que se arrogam o caráter de científicas) pode e deve ter sua "qualidade" avaliada em virtude de quão bem explica, prevê e permite a intervenção sobre fenômenos observáveis. Este capítulo, o último do livro, parte do pressuposto de que não é trabalho do filósofo escolher uma teoria e aderir a todos os seus postulados, pregando-a e conseguindo mais adeptos para ela como um ministro religioso o faria, e sim encontrar seus potenciais erros e deficiências, criticar seus axiomas, revisar seus postulados e, por fim, corrigir o que julgar que deve ser corrigido com base em argumentos sólidos e observações justificáveis. Se necessário, e nos casos mais drásticos em que correções e adendos limitados não sejam suficientes, uma teoria deve ser deitada fora por completo, sendo substituída por outro corpo explicativo que melhor dê conta dos fenômenos que pretende explicar. Platão teve inúmeros discípulos, mas o único do qual todos se lembram, mesmo aqueles que são pouco versados em filosofia, é Aristóteles – aquele que ousou apresentar discordâncias e reinterpretações em relação aos ensinamentos de seu mestre. Portanto, apesar do máximo respeito que o autor deste livro tem em relação aos formuladores e defensores da teoria crítica do valor, este capítulo se constitui em uma tentativa de atacá-la – com o intuito de aprimorá-la.

Não assistimos, nas últimas quatro décadas, a um aumento na quantidade de regiões do globo consideradas irremediavelmente falidas, como é o caso da Argentina e de alguns países africanos; tampouco a uma quebra geral e irreversível do mercado de capitais; sequer a um aumento exponencial da miséria, que não é hoje pior, em termos globais, do que há quarenta anos; muito menos ao fim da sociedade do trabalho. Assistimos, sim, a ondas de refugiados de países em guerra, a uma crescente concentração de capital empresarial, a espasmos de "modernizações

recuperadoras" e a crises cíclicas – elementos que são abordados pela crítica do valor, mas também por outras teorias disponíveis atualmente. Isso nos indica que parte dos postulados e axiomas da *Wertkritik* estão corretos, enquanto, simultaneamente, outras porções da teoria devem estar incorretas ou, ao menos, imprecisas. É necessário, portanto, repensar seus fundamentos e analisá-los criticamente, empreendendo uma crítica da própria crítica do valor.

Uma das afirmações da *Wertkritik* é que o sistema social capitalista deve ser compreendido não só como sistema econômico, mas como modo de organização social total, geral e global – o *Zeitgeist* de nossa época, através do qual ocorre toda a socialização dos indivíduos contemporâneos. Este irá, necessariamente, chegar a seu fim e ser substituído por outro modelo de organização social; outro *Zeitgeist*. Esta afirmação, infelizmente, é trivial. Todo e qualquer modelo social dominante não apenas convive com "restolhos" de sistemas de organização social que o precederam – constatação que é devidamente rememorada e enfatizada pelos autores da crítica do valor – como, necessariamente, possui uma vida útil: será, mais cedo ou mais tarde, substituído por outro. Apenas os mais ingênuos ou aqueles que estão tentando angariar adeptos para suas próprias crenças políticas e sociais podem alegar que um "fim da história" se avizinha no horizonte, como ocorreu com Fukuyama na década de 1990 e os marxistas ao longo de todo o século XX. Isto coloca o tom "catastrofista" e "escatológico" da própria crítica do valor em perspectiva: a consequência normalmente tida por mais drástica da teoria, a de que o capitalismo irá acabar, não é de maneira alguma uma novidade – exceto para o observador antropologicamente míope que, anacronicamente, subentende que sociedades passadas se organizavam de maneira similar à sociedade em

que ele próprio vive. Os teóricos da crítica do valor têm o mérito de não acreditarem, ingenuamente, que o próximo sistema social será o derradeiro (como geralmente o fazem os marxistas), tampouco "melhor" do que o anterior – mas, de qualquer modo, esta observação levanta um problema de prazo e condições: ela só será relevante enquanto teorização sociológica, política ou econômica se puder fornecer indicativos de quando tal fenômeno ocorrerá e sob quais condições. Filosoficamente, permanece uma obviedade. Os membros da escola da crítica do valor certamente se apercebem disso e tentam responder às indagações sobre o prazo e as condições recorrendo, como já sabemos, à terceira revolução industrial e à diminuição da massa de valor (com todos os fenômenos que lhe estão entremeados). Mas, como exposto acima, ao menos o horizonte temporal se mostrou incorreto. É necessário lembrar que apesar de ser uma constante que os detratores da crítica do valor apontem seu tom "calamitoso" como um demérito, nenhuma teoria filosófica (ou econômica, ou política) deve ser rejeitada meramente por suas consequências ou pela forma que é exposta – seu "tom", em outras palavras. Deve, sim, ser rejeitada se seus argumentos não forem sólidos o suficiente; mas o estilo de exposição não é uma justificativa plausível para tanto. Se "estilo" ou "tom" fossem uma preocupação digna de nota, boa parte do cânone ocidental deveria ser atirado à lixeira por excesso de hermetismo ou devido ao gozo narcísico do autor do texto se sobrepor à exposição que de fato é relevante. Kurz e sua escola possuem perdão prévio por seus excessos estilísticos devido aos 2600 anos de tradição filosófica que nos trouxeram até aqui.

A falha na previsão do horizonte temporal em que as consequências da teoria se manifestariam levanta a questão das causas, para as quais o foco do leitor crítico deve ser deslocado. Se o fim do capitalismo será

decorrente da diminuição da massa do valor e dos fenômenos associados a esta, e se o prazo estipulado pela *Wertkritik* se mostrou impreciso, há duas possibilidades: ou a potencial causa foi avaliada incorretamente, ou algum outro fenômeno não percebido (ou, ainda, analisado de maneira incorreta) interfere com a dinâmica desta causa. Como consequência, só podem existir três respostas: 1) a massa de valor está sim diminuindo, mas a um ritmo mais lento do que os teóricos da *Wertkritik* julgaram, o que os fez errar o prazo de sua previsão quando associaram tal diminuição à terceira revolução industrial – em outras palavras, este fenômeno irá ocorrer, porém em um horizonte temporal mais dilatado; 2) a massa de valor se mantém constante; 3) a massa do valor está aumentando. Nos três casos correções na teoria crítica do valor se fazem necessárias, e nos dois últimos tais correções podem até mesmo chegar a se amontoarem de maneira tão assombrosa que a teoria precisará ser abandonada por completo, em prol de outra.

Como discutido no capítulo anterior, para a *Wertkritik* a massa dos preços e a massa de valor, em escala global, se equivalem. Não se tratam, aqui, de preços particulares, ou de determinados itens selecionados de forma que componham uma "cesta" de produtos, e sim de todos os preços, de todos os bens e mercadorias, formando um *pool* global que seria equivalente ao *pool* global de valor. Se a massa global de valor estiver de fato diminuindo pela expulsão de mão-de-obra das atividades produtivas (decorrente do avanço tecnológico), como a crítica do valor afirma, a massa dos preços deve estar em diminuição também. Não dispomos, atualmente, de uma medida que quantifique a massa do valor – o que dificulta a avaliação do grau de correspondência da teoria com a realidade. Mas existe à nossa disposição, há décadas, uma medida da massa de preços interna aos países: o produto interno bruto (ou PIB, ou

GDP nos países de língua inglesa – *gross domestic product*). Este é o indicador mais conhecido em economia, e mesmo leigos frequentemente já ouviram falar dele: representa a soma dos preços de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região (quer sejam países, estados ou cidades) durante um período determinado (mês, trimestre, ano ou outros).

Na contabilidade do PIB são considerados apenas bens e serviços finais, sendo excluídos da soma quaisquer bens ou serviços de consumo intermediário. Este procedimento existe para que seja evitada a dupla contagem que seria gerada ao serem somados, em uma mesma cadeia de produção, valores referentes a diversas etapas do processo. Na produção de um pão o valor da maquinaria, do trigo, e de todos os outros itens e serviços necessários para a existência do produto final não são contabilizados, uma vez que acabam por "transferir" seu valor, ou parte dele, ao produto (o pão em si), exatamente como descrito por Marx em *O Capital* – e como foi explicado no primeiro capítulo. Apenas a mercadoria final de cada cadeia produtiva é considerada.

Existem dois "tipos" de PIB: o PIB nominal se utiliza de preços correntes do ano em que o produto ou serviço foi comercializado – isto significa que a inflação, mesmo em níveis muito baixos, tende a provocar alguma distorção, visto que em um processo inflacionário os preços sobem constantemente. Quando falamos em PIB real, por outro lado, utilizam-se no cálculo apenas variações nas quantidades de bens produzidos, ignorando-se as flutuações de seus preços de mercado; isto é feito a partir da escolha de um deflator (como um índice de preços) que servirá para "isolar" o efeito da inflação no cálculo.

Ambos podem ser calculados pela ótica da oferta (também chamada de ótica da produção) ou pela ótica da demanda (também

chamada de ótica da despesa). No primeiro caso, relativo à produção, subtrai-se o consumo intermediário do total produzido por uma economia nacional, o que faz com que o cálculo se baseie no valor acrescentado aos produtos em cada etapa da produção. No segundo caso, relativo à despesa, considera-se que tudo o que for produzido será vendido ou consumido por alguém; produtos não comercializados são considerados, para fins contabilísticos, como tendo sido "consumidos" pelo próprio produtor. Assim, ao se calcular o quanto foi gasto em um país em determinado período é possível obter o quanto foi produzido neste mesmo país no mesmo período.

Superadas estas incipientes dificuldades conceituais iniciais, o PIB é calculado (pela ótica da despesa) através da seguinte fórmula:

$$PIB = C + G + I + (X - M) \quad (9)$$

Onde *C* se refere ao consumo privado (despesas das famílias com bens de consumo), *G* ao consumo público (despesas do estado em bens de consumo), *I* às despesas das empresas com investimento (seja em bens de capital, matérias-primas ou produtos), *X* às exportações e *M* às importações – estes dois últimos, em conjunto, formam a balança comercial. As importações são subtraídas porque, não tendo sido produzidas dentro do país analisado, não devem ser incluídas em seu produto interno bruto. A nível mundial, exportações e importações se equivalem – visto que todo país exporta suas mercadorias a outro, que as importa.

Estas informações costumam ser enviadas pelas autoridades econômicas de cada nação a organismos internacionais como o Banco Mundial (*World Bank*) e o Fundo Monetário Internacional (FMI, ou *IMF*),

por exemplo; também costumam ser publicadas em relatórios econômicos que circulam tanto internamente quanto em outros países. De posse delas, é possível somar os produtos internos brutos de todos os países do globo, compondo aquilo que alguns economistas chamam de produto mundial bruto (PMB, ou GWP nos países de língua inglesa – *gross world product*) ou, simplesmente, e de maneira mais informal, "PIB mundial". Este é o dado que efetivamente interessa no âmbito desta obra, pois é o mais próximo que se pode chegar de uma medida da massa global de preços e, portanto, da massa global de valor.

Se a massa global de valor estiver diminuindo, a massa global dos preços (que, segundo Kurz e seus discípulos, lhe é equivalente) também estará; se a massa de preços estiver diminuindo, o produto interno bruto global irá refletir isso, uma vez que ele nada mais é do que uma contabilidade dessa massa de preços.

Poder-se-ia objetar que o cálculo do PIB considera também em sua contabilidade a prestação de serviços, tais como o transporte e a comercialização de mercadorias – e, segundo os marxistas, a circulação e o comércio não acrescentam valor ao bem que está sendo comercializado[1]. Entretanto, cabe lembrar que, pela ótica dos próprios marxistas (sejam eles ortodoxos ou heterodoxos), o trabalho fornece valor às mercadorias, e tanto a prestação de serviços quanto o ato de levar as mercadorias ao mercado e vendê-las implicam em trabalho humano despendido em uma das etapas do processo que resulta no valor final de cada mercadoria. Quando Marx fala sobre a circulação simples e destaca as "metamorfoses do dinheiro", com trocas que se equivalem, ele está se utilizando de uma categoria lógica fundada em

[1] Como já abordado no primeiro capítulo. Ver C, vol. I, p. 188-189 e 225-227; MEW, vol. 23, p. 128-130 e 164-165.

uma simplificação, e não de um exemplo histórico ou palpável. É exatamente por isso que ele a chama de circulação simples. Se não houvesse trabalho envolvido na atividade executada pelos funcionários que transportam as mercadorias ou as vendem aos clientes, não haveria justificativa para que eles recebessem um salário, que é incluído pelo dono da empresa no preço final de venda de seus produtos (de onde ele também retira os lucros); tampouco seria possível falar em exploração da mais-valia de trabalhadores que atuam em setores não fabris, como tornou-se comum no discurso marxista contemporâneo. Deve-se ainda ressaltar que, pela ótica de Marx e de todos os que se inspiraram nele, a força de trabalho é uma mercadoria também; em um ato de prestação de serviço – como, por exemplo, quando um indivíduo paga a outro para cortar seus cabelos ou lavar seu carro – o "consumo" da força de trabalho pelo contratante (ou "comprador") não ocorre tipicamente na produção de um bem que será vendido posteriormente, como em uma fábrica, mas sim na execução de alguma tarefa que, de outra maneira, teria de ser realizada pelo próprio contratante pela aplicação de sua própria força de trabalho.

Voltando à massa global de preços, tanto o Fundo Monetário Internacional quanto o Banco Mundial efetuam estimativas do PIB/GDP de praticamente todos os países regularmente, com base nas informações que lhes são enviadas; e, também, naquelas que são disponibilizadas publicamente pelas autoridades econômicas nacionais. Isso permite a estimativa do PMB/GWP. Embora as instituições supranacionais já mencionadas não possuam dados referentes ao PIB/GDP real de todos os países (usando um deflator unificado), o que impossibilita um cálculo preciso do PMB/GWP real, há dados suficientes para estimar a média do crescimento ou da redução anual percentual do

PMB/GWP desde a década de 1960, bem como a contribuição de cada setor – agricultura, indústria, manufatura e serviços. Também é possível calcular uma aproximação do PMB/GWP nominal com os dados disponíveis. Os gráficos abaixo ilustram tais dados.

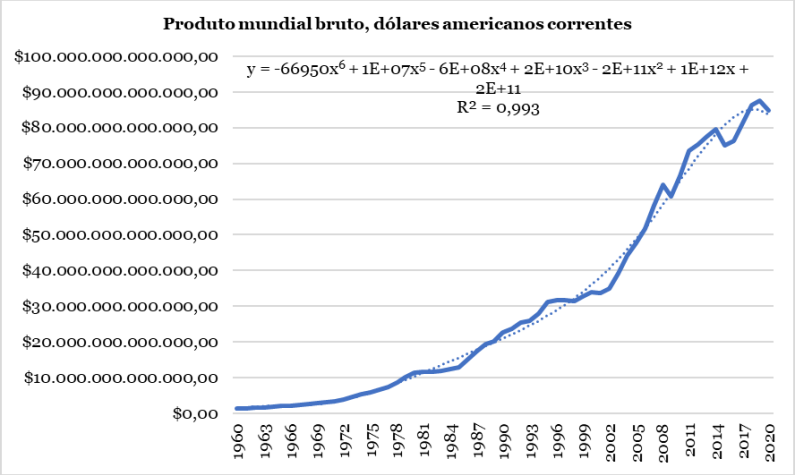

Figura 1 – Produto mundial bruto, dólares americanos correntes.

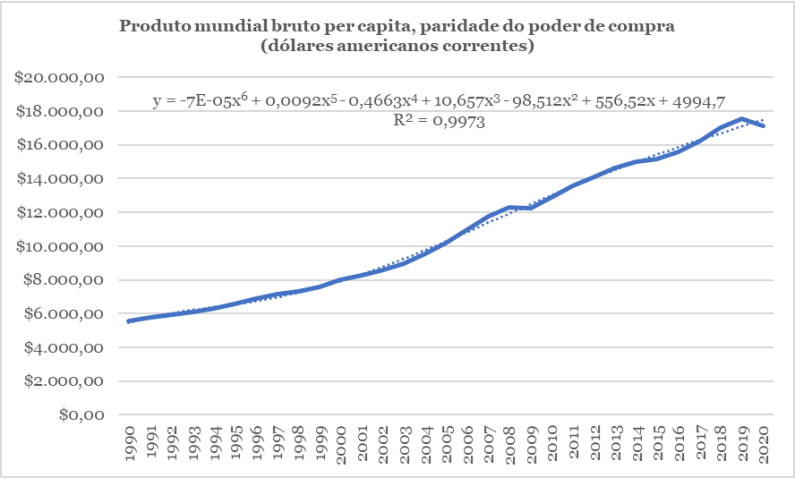

Figura 2 – Produto mundial bruto per capita, paridade do poder de compra (dólares americanos correntes).

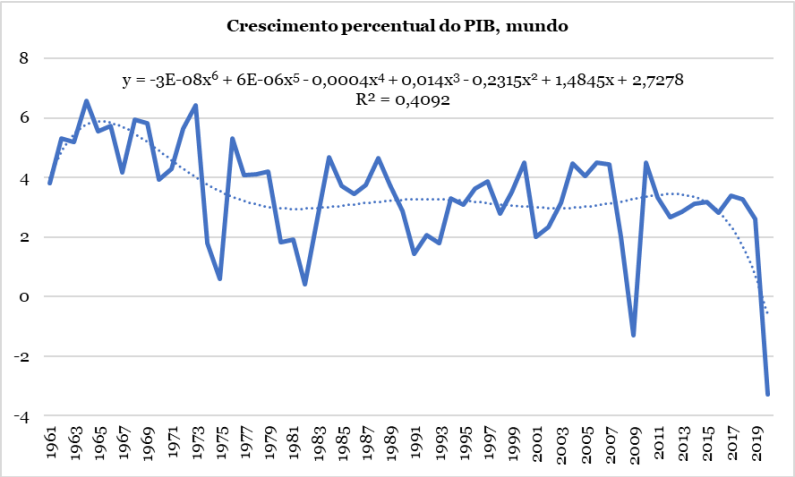

Figura 3 – Crescimento percentual do PIB, mundo.

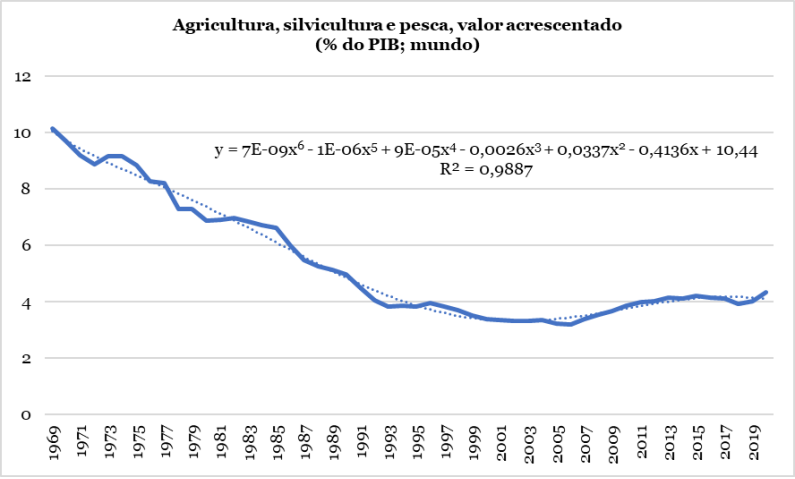

Figura 4 – Agricultura, silvicultura e pesca, valor acrescentado (% do PIB; mundo).

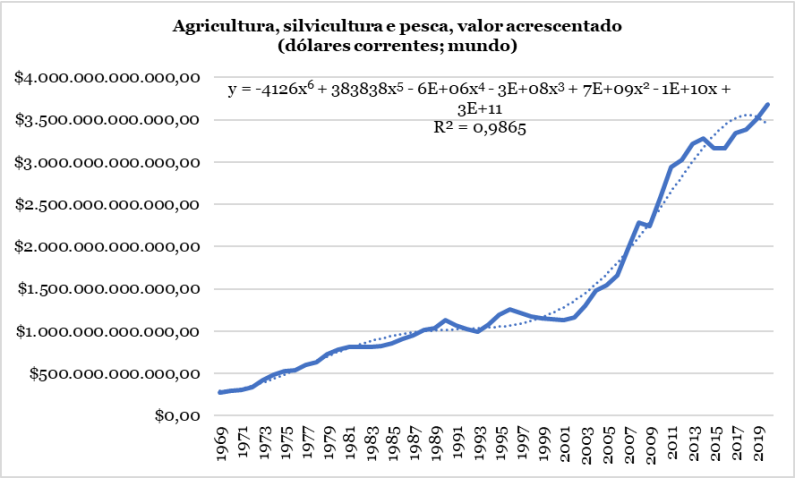

Figura 5 – Agricultura, silvicultura e pesca, valor acrescentado (dólares correntes; mundo).

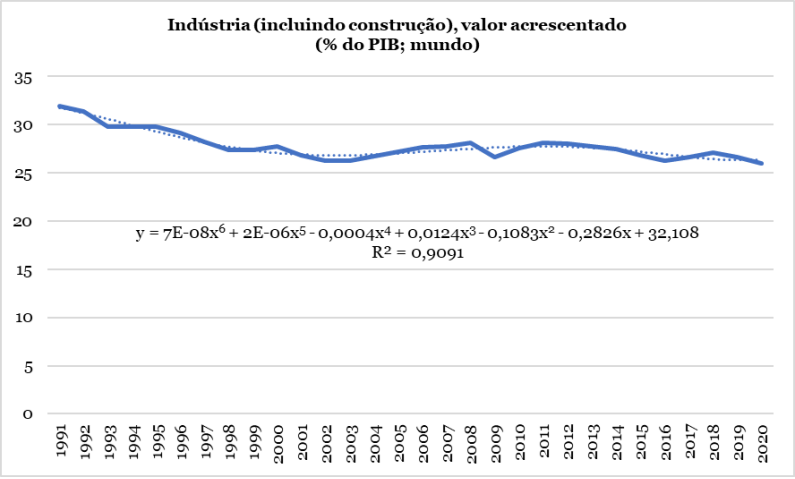

Figura 6 – Indústria (incluindo construção), valor acrescentado (% do PIB; mundo).

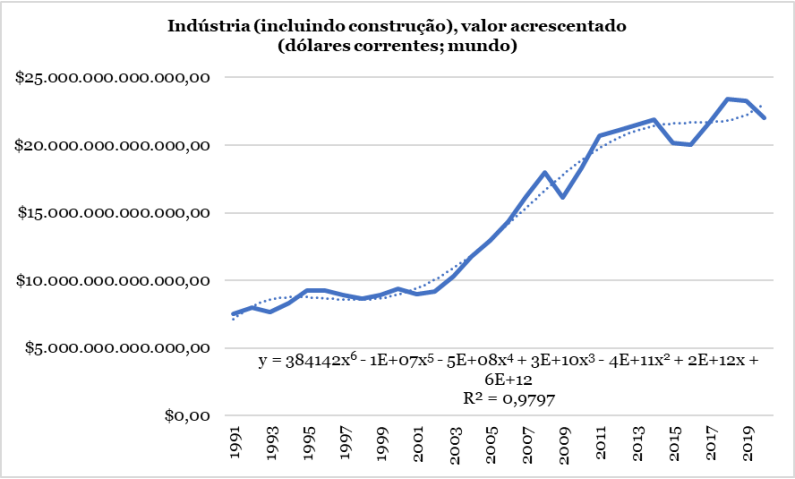

Figura 7 – Indústria (incluindo construção), valor acrescentado (dólares correntes; mundo).

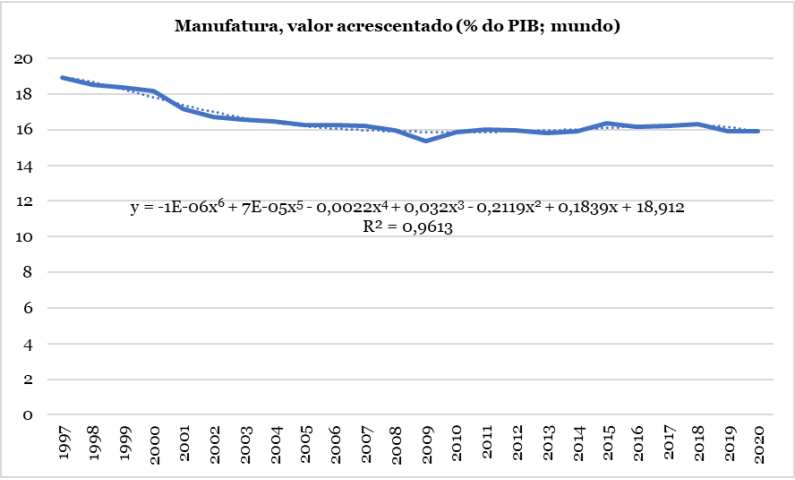

Figura 8 – Manufatura, valor acrescentado (% do PIB; mundo).

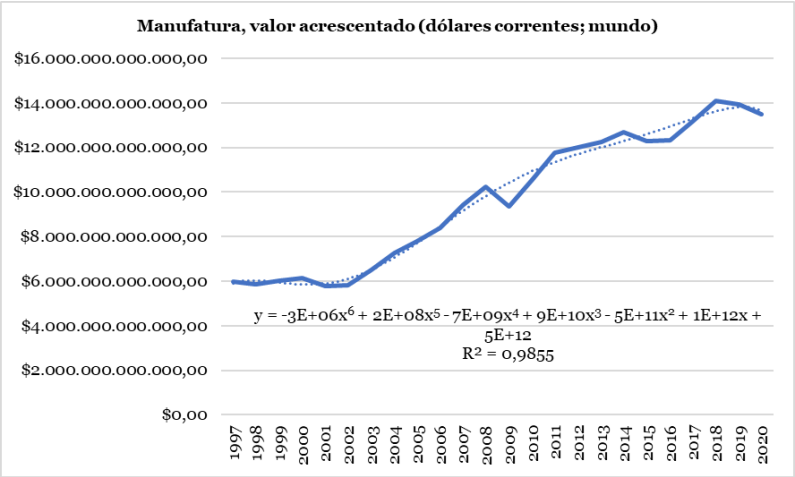

Figura 9 – Manufatura, valor acrescentado (dólares correntes; mundo).

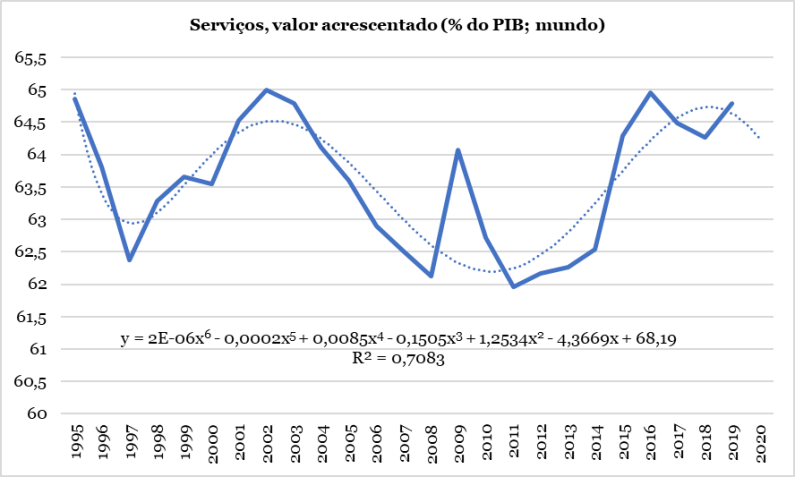

Figura 10 – Serviços, valor acrescentado (% do PIB; mundo).

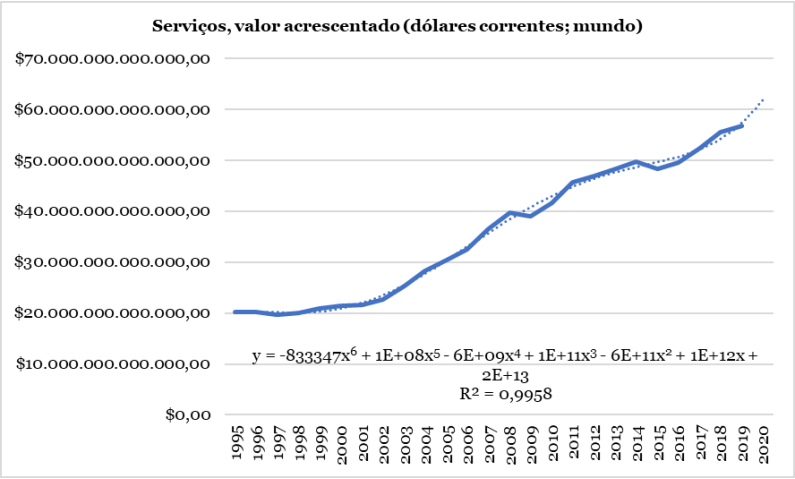

Figura 11 – Serviços, valor acrescentado (dólares correntes; mundo).

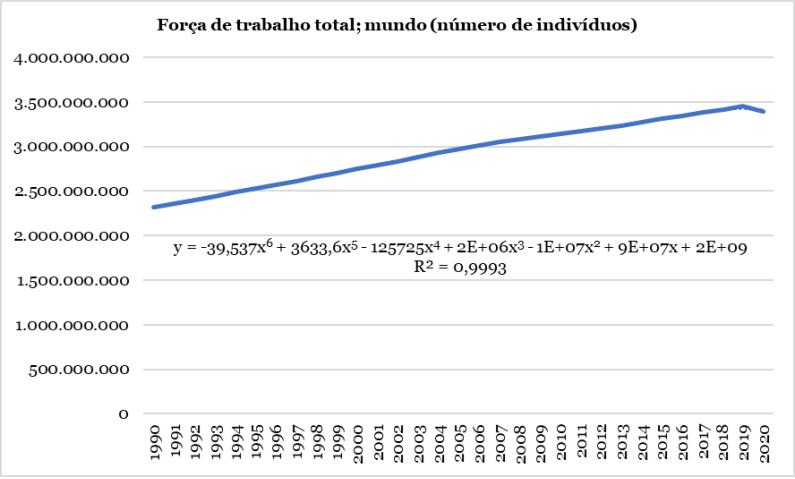

Figura 12 – Força de trabalho total; mundo (número de indivíduos).

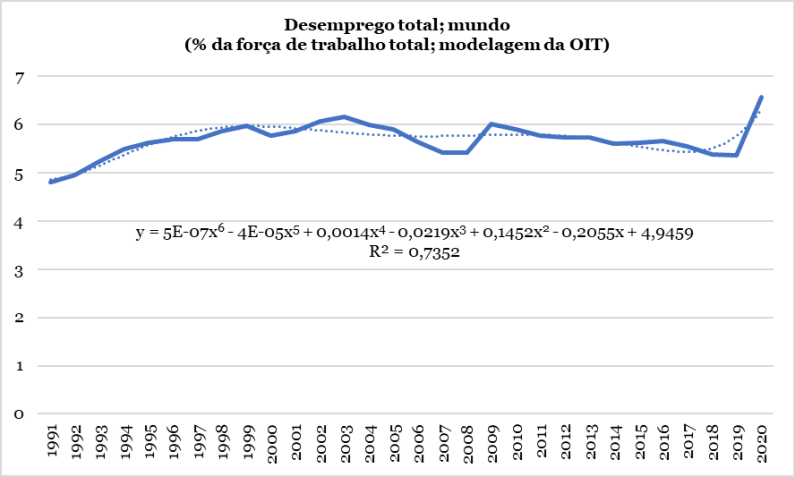

Figura 13 – Desemprego total; mundo (% da força de trabalho total; modelagem da OIT).

Em todos os gráficos, cuja fonte é o Banco Mundial[2], foi acrescentada uma linha de tendência polinomial (pontilhada) de ordem 6. Linhas de tendência permitem extrapolar matematicamente os dados disponíveis, de modo a exibir no gráfico se no futuro determinada variável tem maior probabilidade de aumentar ou de diminuir, e quão radical seria tal diminuição ou aumento. A confiabilidade, ou "valor de R^2", é maior quando se aproxima de 1. As linhas de tendência de tipo polinomial são as mais adequadas (ou seja, resultam em um poder preditivo maior) quando os dados flutuam com frequência para cima ou para baixo, como é o caso com indicadores econômicos. As equações para as linhas de tendência estão exibidas nos próprios gráficos. Como pode ser observado, à exceção dos gráficos 3, 10 e 13, a confiabilidade da linha de tendência ficou acima de 90% em todos os casos (e acima de 70% para os gráficos 10 e 13).

[2] Todos os dados foram extraídos e tratados entre 12/04/2022 e 19/04/2022. The World Bank, World Development Indicators (2022). Retrieved from https://data.worldbank.org/indicator?tab=all.

Os gráficos indicam que o PMB nominal está crescendo constantemente desde a década de 1960 (figura 1). Embora o produto nominal não seja a melhor medida possível para avaliar a massa de preços, a paridade do poder de compra *per capita* também cresce a níveis constantes desde a década de 1990 (figura 2). A paridade do poder de compra é usada para se comparar o PIB de diferentes países, a partir da comparação dos valores pagos em moeda local em uma cesta de bens – o que permite "corrigir" possíveis distorções no cálculo do PIB acarretadas pela inflação ou pelo câmbio. Para a obtenção do valor *per capita* ("por cabeça"), divide-se o total pelo número de habitantes de um país. Depois, somando o resultado para todos os países, é possível montar o gráfico relativo ao PMB *per capita* corrigido pela paridade do poder de compra (PPC). No que concerne à variação percentual do PIB ano a ano (figura 3), podemos observar retrações cíclicas, em especial em meados das décadas de 1970 e 1980, e no início das décadas de 1990, 2000 e 2010. A forte queda em 2019-2020 pode ser explicada pelos efeitos da paralisação econômica decorrente das medidas de isolamento adotadas por múltiplos países para conter a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Ainda assim, acompanhando-se a linha de tendência, houve uma desaceleração do crescimento do produto mundial bruto no início da década de 1970, mas ele manteve-se relativamente estável, com resultados anuais em torno de 3%, até o surgimento da pandemia do novo coronavírus.

Estes três elementos indicam que a massa global de preços está crescendo, ainda que cresça de forma menos acelerada (e em taxas mais constantes) desde a década de 1970. Seguindo-se o raciocínio exposto no início deste capítulo, se a massa global de preços se mantém em crescimento constante, a massa global de valor também deve estar se comportando de maneira semelhante. Cabe ressaltar que um crescimento

constante de 3% ao ano significa que um país qualquer seria capaz de dobrar o quanto sua economia nacional vale após meros 25 anos, uma vez que o raciocínio aplicado neste caso deve ser o de juros compostos.

Há uma tendência de queda na contribuição percentual das atividades agrícolas e correlatas na composição do produto, assim como no caso da indústria e da manufatura (figuras 4, 6 e 8). Os dados nos revelam que essa tendência se encontrava em reversão em 2018, mas foi aprofundada em 2019 e 2020 – o que pode, mais uma vez, ser visto como efeito da pandemia. O setor de serviços (figura 10) aparenta ser mais cíclico: apresentou quedas relevantes em 1996-1997, 2003-2008, 2010-2011 e 2017-2018, mas nos demais anos apresentou elevações. Tal observação coaduna com a teorização de Marx, seguida pelos autores da *Wertkritik*, de que o aumento da tecnologia empregada nas diversas esferas da produção, com o consequente aumento da composição orgânica do capital, tende a diminuir a quantidade de trabalho vivo empregado – o que irá resultar em taxas de lucro decrescentes (para Marx) e/ou redução da massa de valor produzida nestes setores (para Kurz). O setor de serviços, por ser menos intensivo de capital – ou seja, mais dependente de mão-de-obra humana – é menos afetado. Entretanto, à luz do fato de que atualmente as economias de boa parte dos países dependem majoritariamente do setor de serviços, a redução na participação relativa de mão-de-obra humana nos setores agrícola, industrial ou manufatureiro não foi suficiente para provocar queda no produto doméstico, tampouco no mundial.

O que estes gráficos acabam por revelar vai um pouco além do fato já amplamente conhecido, por qualquer cidadão bem-informado, de que houve uma redução da participação proporcional da agricultura, da indústria e da manufatura na economia global (figuras 4, 6 e 8), com

partes cada vez maiores do crescimento econômico produzido nos países tornando-se dependente do setor de serviços (figura 10). Por se tratar de uma análise de composição percentual, esta redução é relativa: o valor agregado por cada um destes setores, em dólares, tem crescido a passos largos (figuras 5, 7, 9 e 11). Esta agregação é calculada de maneira similar ao PIB pela ótica da produção, somando-se os preços finais de tudo o que é produzido em cada um destes setores e subtraindo-se o que corresponde aos produtos intermediários; o resultado é o quanto foi acrescentado ao longo do processo de produção. Mais uma vez, há indícios de que a massa global de preços – e, por conseguinte, a massa global de valor – está crescendo. Não importa se hoje em dia os serviços respondem por uma proporção maior das economias nacionais, enquanto a agricultura, a indústria e a manufatura têm "perdido espaço" frente a eles; o que importa é que todos estes setores estão fornecendo acréscimos de valor às economias nacionais, de maneira consistente – e, em alguns casos, em aceleração, como indicam as curvas dos gráficos.

Há um crescimento da força de trabalho total em escala mundial (figura 12), que hoje chega perto de 3 bilhões e 500 milhões de indivíduos. O desemprego proporcional da população economicamente ativa tem se mantido relativamente constante, com a média global tendendo a variar entre 5% e 6% – com um pequeno aumento durante a pandemia (figura 13). Isto é particularmente revelador, já que, independentemente de a quantidade percentual de desempregados na economia global estar em ligeira ascensão devido à pandemia, o fato de que mais pessoas estão empregadas em diferentes atividades produtivas, em números absolutos, implica em um aumento global do valor produzido através do trabalho humano (como consequência da extração de mais-valia), e não o contrário – como defendido pelos teóricos da crítica do valor. Mesmo que a

quantidade de trabalho "coagulado" em cada mercadoria particular diminua por efeito da tecnologia, como prevê a teoria e será discutido adiante, e ainda que a mais-valia extraída de cada trabalhador individual diminua (na hipótese, por exemplo, de diminuição da duração e da intensidade das jornadas de trabalho), a massa global de valor tende a aumentar quando há um aumento na quantidade absoluta de seres humanos envolvidos em atividades econômicas – uma vez que, para sermos coerentes com os postulados de Marx, o trabalho vivo gera valor novo[3]. Para que haja diminuição da massa de valor global, e mantendo-se a coerência com os postulados de Marx, a quantidade de mais-valia extraída de cada trabalhador individualmente, em todos os setores, deve diminuir a tal ponto que a entrada de milhões de novos trabalhadores no ciclo econômico seria insuficiente para compensar esta queda, o que não parece estar acontecendo. Obviamente, se houvesse um crescimento abrupto do desemprego global a situação seria bastante distinta, mas não é este o caso – como demonstrado, mais uma vez, pelos gráficos.

Os dados do Banco Mundial nos permitem realizar algumas aproximações interessantes: se existiam cerca de 5% de desempregados, globalmente, por volta de 1991, quando a força de trabalho mundial girava em torno de 2 bilhões e 500 mil indivíduos, isso significa que mais de 2 bilhões e 300 mil estavam engajados em alguma atividade que lhes permitia a obtenção de algum tipo de vencimento e (analisando-se pelo lado da macroeconomia herdeira de Marx) permitia a extração de mais-valia. Por outro lado, se o desemprego global estava em torno de 6% no ano de 2019, quando a força de trabalho mundial era composta por cerca de 3 bilhões e 500 mil indivíduos, pouco menos de 3 bilhões e 300 mil

[3] Ver C, vol. I, p. 307; MEW, vol. 23, p. 247. Ver também C, vol. I, p. 284; MEW, vol. 23, p. 221.

destes estavam empregados. Consequentemente, em três décadas aumentou em aproximadamente um bilhão o número de pessoas empregadas. Uma vez que pela ótica de Marx e de seus continuadores das mais variadas correntes – incluindo os teóricos da *Wertkritik* – é o trabalho humano que gera valor novo, é bastante lícito sugerir que a massa global de valor aumentou junto com o número absoluto de trabalhadores empregados nos diversos ramos de atividade, ainda que o desemprego proporcional tenha subido aproximadamente um ponto percentual e o próprio número absoluto de desempregados possa ter aumentado (de 125 mil no primeiro cálculo usado como exemplo para 210 mil no segundo).

Isso não leva em consideração, obviamente, questões como o aumento (ou diminuição) da desigualdade, picos de desemprego ou de empregabilidade em determinados países ou regiões, ou até a vulnerabilidade das vagas de emprego que se encontram ocupadas – que, especialmente nos países menos desenvolvidos, tendem a se concentrar no mercado informal. Entretanto, fica demonstrado que mesmo sem recorrer a artifícios retóricos mirabolantes (como as "mercadorias de segunda ordem" que Lohoff afirma existirem no mercado financeiro, algo já discutido no capítulo anterior) é possível postular com algum grau de empiria que a massa global de valor não está diminuindo, e sim crescendo. Em realidade, boa parte da discussão sobre as vicissitudes do mercado financeiro, seja pelas lentes do "capital fictício" ou das "mercadorias de segunda ordem", perde considerável importância.

O que merece ser discutido em maior detalhe é a suposta grande queda na extração de mais-valia decorrente da revolução microeletrônica, um dos princípios da teoria econômica e social apresentada por Kurz e seus continuadores e colegas. Hipoteticamente,

seria possível aumentar a quantidade de pessoas engajadas em atividades produtivas – "empregadas" – e ainda assim haver uma diminuição da massa global de valor; bastaria que fosse extraída uma quantidade menor de mais-valia de cada trabalhador, de modo que, em nível global, mesmo uma expansão na quantidade absoluta de trabalhadores não fosse suficiente para compensar uma menor extração de mais-valia. Neste cenário, a massa de mais-valia cairia por efeito da tecnologia (ou seja, devido ao aumento relativo da composição orgânica do capital), e a massa de valor se reduziria como consequência – puxando para baixo, também, a massa de preços. Evidentemente, se massa global de valor e massa global de preços se equivalem, como afirma Kurz, isso se refletiria na massa global de preços e afetaria o produto mundial bruto; este deveria cair progressivamente ao invés de crescer. A consequência lógica é que a massa global de valor pode aumentar ainda que a miséria se aprofunde e se espalhe, e que se ela estiver se expandindo o capitalismo não vai desmoronar sozinho – ainda que parte substancial da população global more em favelas.

Alguém muito ardiloso poderia tentar salvar a teoria utilizando-se do contra-argumento de que o produto mundial bruto nominal seria capaz de aumentar apesar das observações acima expostas, alegando que somente com algum tipo de deflator muito complexo aplicável em escala global (diferente de todos os que estão disponíveis hoje, e ainda inexistente) seria possível uma avaliação real do produto mundial bruto, da massa global de preços e da massa global de valor. Se fosse este o caso, observaríamos uma diminuição no valor agregado ao longo do processo produtivo nas áreas em que a mecanização se faz mais presente ou, ao menos, este se manteria relativamente constante (com eventuais discrepâncias sendo explicadas através dos processos inflacionários e de

eventuais flutuações de câmbio). Este interlocutor imaginário poderia advogar que o aumento cada vez mais acelerado no crescimento do valor agregado observável nos diferentes ramos produtivos, em dólares correntes (figuras 5, 7, 9 e 11), é uma estatística enganosa por não levar em consideração as mudanças na quantidade de trabalhadores empregados em cada setor – e, consequentemente, a quantidade de valor que cada trabalhador acrescenta ao produto ao longo do processo produtivo. Tenhamos esta conjectura em conta. Não é difícil calcular o valor acrescentado por cada trabalhador nos diferentes setores, e o Banco Mundial também possui estatísticas compiladas que dizem respeito a isso[4], como pode ser visto abaixo:

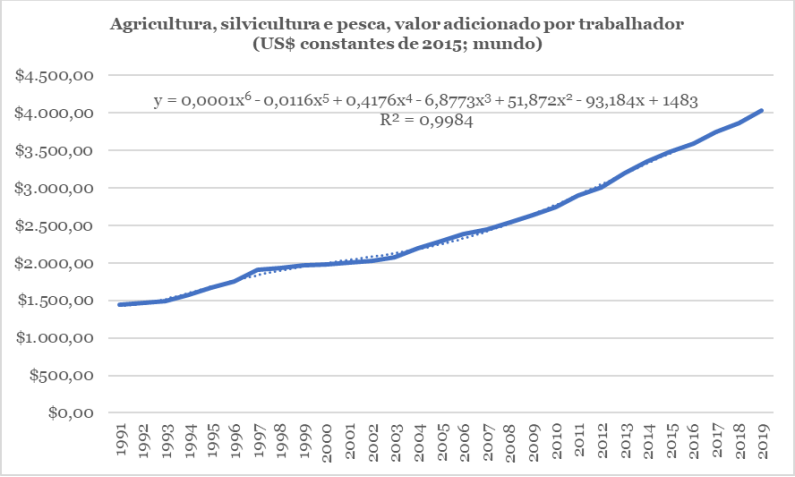

Figura 14 – Agricultura, silvicultura e pesca, valor adicionado por trabalhador (US$ constantes de 2015; mundo).

[4] Ver nota de rodapé 2 deste capítulo.

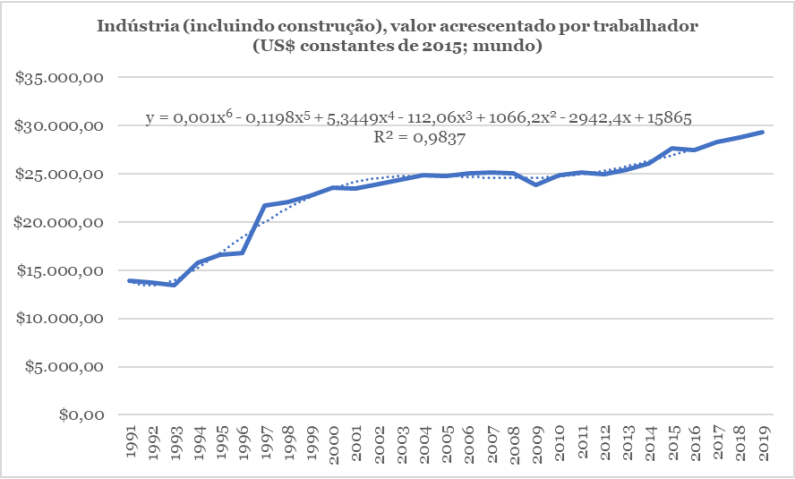

Figura 15 – Indústria (incluindo construção), valor acrescentado por trabalhador (US$ constantes de 2015; mundo).

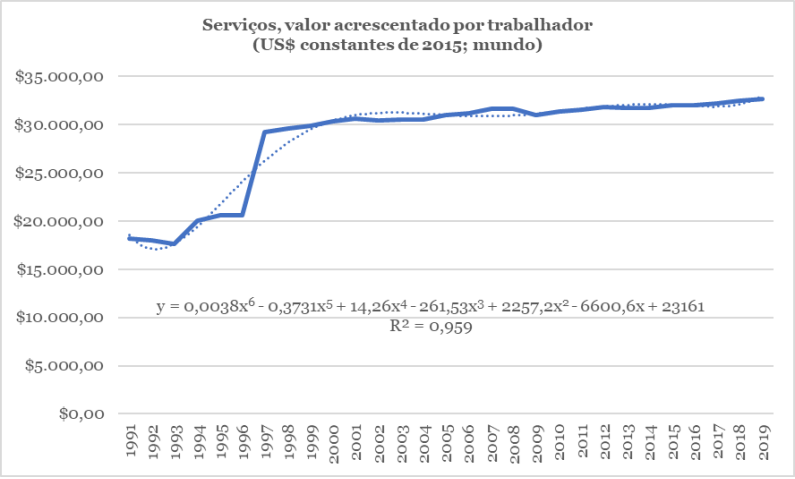

Figura 16 – Serviços, valor acrescentado por trabalhador (US$ constantes de 2015; mundo).

Embora a fonte escolhida não disponha de dados sobre o setor manufatureiro, ao menos na agricultura, na indústria e no ramo de serviços a agregação de valor realizada por cada trabalhador também está em crescimento, se continuarmos a entender que massa global de preços equivale à massa global de valor. Assim, caso estivesse correto o

postulado de que o aumento generalizado da intensidade de capital (ou seja, da sua composição orgânica) diminui não só a quantidade geral de trabalhadores utilizados no processo produtivo, mas também a quantidade global de valor novo acrescentado (já que a redução na quantidade de trabalhadores implica também na redução do "trabalho vivo" que pode ser extraído, e este é a fonte do valor), os dados seriam substancialmente diferentes e as curvas dos gráficos demonstrariam isso. Em realidade, tanto o setor de serviços quanto a indústria apresentaram um pico de aumento de produtividade que coincide com a popularização da internet e dos computadores de pequeno porte[5].

Existem duas possibilidades para explicar uma quantidade tão grande de discrepâncias entre o que prevê a teoria e o que os dados disponíveis mostram. A primeira, e mais simples, diz respeito à equivalência entre massa global de preços e massa global de valor afirmada por Kurz. Tudo o que foi dito nos parágrafos anteriores pressupõe esta relação como verdadeira. O raciocínio até aqui pode ser resumido da seguinte maneira: se massa global de preços e massa global de valor se equivalem, e se a massa global de valor está em diminuição (como Kurz defendeu enfaticamente), a massa global de preços refletirá isso; o produto mundial bruto é uma mensuração confiável da massa global de preços; logo, o produto mundial bruto estará em diminuição se a massa global de valor estiver diminuindo. O produto mundial bruto não está em diminuição e, portanto, a massa global de valor também não está. Porém, se tal concepção a respeito da equivalência for abandonada,

[5] "The Internet's takeover of the global communication landscape was rapid in historical terms: it only communicated 1% of the information flowing through two-way telecommunications networks in the year 1993, 51% by 2000, and more than 97% of the telecommunicated information by 2007". Hilbert, M., & López, P. (2011). The world's technological capacity to store, communicate, and compute information. *Science*, 332(6025), pp. 60-65. https://www.science.org/doi/10.1126/science.1200970.

o argumento apresentado aqui se torna fútil, e toda esta obra se converte em um imenso desperdício de papel. Caso a equivalência entre massa global de valor e massa global de preços seja falsa, ainda é possível que a massa de valor esteja em diminuição apesar do aumento na massa de preços; mais ainda, seria impossível avaliar se a massa global de valor está aumentando ou diminuindo – o que se assemelha muito ao uso de *argumentum ad ignorantiam* para preservar a teoria intocada. Defensores da crítica do valor poderiam alegar que Kurz teria errado em um aspecto de sua formulação, mas este não seria tão importante a ponto de tornar toda a *Wertkritik* estapafúrdia.

A segunda possibilidade, com consequências mais graves, é de que a teoria crítica do valor esteja incorreta em seus axiomas. Torna-se imperativo, neste caso, descobrir o que induziu a erro tantos intelectuais detentores de enorme conhecimento que trabalharam no entorno desta ideia.

Um assunto que é relativamente pouco abordado de maneira crítica nos círculos marxistas em geral – sejam os mais "ortodoxos" ou os mais "heterodoxos" – é como o conceito de trabalho de Marx deriva de uma concepção muito específica a respeito do que é constitutivo do ser humano (tema abordado no primeiro capítulo), o que provocou no autor uma relativa desconfiança sobre o papel desempenhado pela tecnologia quando esta se desenvolve de modo a aparentemente ocupar espaços em atividades que antes eram exclusivamente desempenhadas por pessoas. Não se deve desprezar o fato de que Marx é um dos autores mais estudados de toda a história da filosofia – existem literalmente milhares, se não milhões, de artigos que tratam de suas posições sobre o movimento dos luditas, seu conceito de tecnologia, sua concepção de valor, de trabalho, ou sobre como estes conceitos se inter-relacionam.

Mas a maioria deles assume acriticamente como correta a ideia de que apenas o trabalho humano produz valor novo, e de que as ferramentas apenas transferem parte do "trabalho morto" coagulado nelas para a mercadorias que são produzidas por seu intermédio. Todas as concepções filosóficas, econômicas e sociológicas que possuem alguma influência dos escritos de Marx são, em maior ou menor grau, herdeiras desta ideia – e isso inclui a crítica do valor. Pôr em dúvida um aspecto tão fundamental da filosofia de Marx, e de tamanha importância para seus postulados econômicos e políticos, é algo frequentemente encarado no meio acadêmico como petulância – ao menos nos círculos de esquerda. Talvez resida aqui o problema. A filosofia não pode exercer bem seu papel caso não tenha a liberdade de questionar dogmas há muito tempo estabelecidos.

Talvez uma definição de "trabalho" mais coerente com o que pudemos observar no decorrer do século XX e no início deste século deva se libertar dos essencialismos que permeiam o *corpus* da obra de Marx. O pensador alemão aparenta inferir que valor novo só pode ser criado pelo trabalho humano pois os seres humanos possuem um tipo bastante peculiar de intencionalidade; ferramentas em geral – como martelos, serras, brocas etc. – não possuem qualquer tipo de intencionalidade, enquanto outros animais a possuem em nível considerado "mais baixo" em relação aos humanos (que Marx chama de *tierartig*), tendo em vista que suas capacidades de planejamento, imaginação e inovação se apresentam em uma escala inferior (embora, principalmente em mamíferos, aparentem ser qualitativamente indistintas – a diferença é

de escala, e não de tipo). "A atividade laboral exige a vontade orientada a um fim"[6], segundo o autor.

Se usarmos os princípios de Marx para avaliar como se dá a transferência e criação de valor no exemplo de um camponês que lavra um pedaço de terra utilizando-se de um arado puxado por bois, o camponês cria valor novo através de seu trabalho por ser o único dotado de uma forma específica de intencionalidade que lhe permite visualizar a terra inculta e imaginar como ela ficaria após lavrada, podendo colher dela vegetais a serem vendidos como mercadorias no futuro, planejando assim etapas processuais que o levarão até a colheita (aragem, semeadura, irrigação etc.). O camponês é o único elemento desta equação que utiliza "energia vital" para mover músculos e ativar o cérebro de forma a executar trabalho em sentido socioeconômico; o *logos* do camponês, humano, implica na formulação de um *telos* para a terra, até então inerte – isso se conecta diretamente com o conceito de *Gattungswesen*, explicado no primeiro capítulo: o camponês decide trabalhar a terra não apenas devido às suas necessidades vitais, mas também devido a uma consciência-de-si que lhe permite atuar sobre si mesmo com vistas à sua própria transformação (desejando, portanto, obtenção de conforto, ou de riqueza, ou dos benefícios à saúde decorrentes da atividade física, ou motivado pelas coerções sociais que lhe cercam, e assim sucessivamente). As sementes, sendo matérias-primas desprovidas de *logos* que são totalmente consumidas ao longo do processo, têm seu valor completamente transferido para os vegetais que serão colhidos (os produtos). O arado, por ser uma ferramenta também desprovida de *logos* e que se degrada com o uso, transfere parte de seu

[6] C, vol. I, p. 255-256; MEW, vol. 23, p. 192-193.

valor à colheita. Os bois, sendo animais que precisam necessariamente ser conduzidos para executarem a tarefa por não possuírem intencionalidade (ou *logos*) similar à que encontramos em humanos, adquirem o status de ferramentas apesar de serem criaturas vivas capazes de se reproduzirem e se locomoverem de forma autônoma (algo que ferramentas e máquinas-ferramentas não podem fazer), e neste exemplo também se limitariam a transferir parte de seu valor para os produtos da colheita – parte que equivale à "depreciação" de seu próprio valor enquanto animais de tração. Qualquer valor novo existente nos produtos foi acrescentado apenas pelo trabalho do camponês, que se soma ao valor "coagulado" – trabalho morto – que foi transferido das sementes, do arado e dos bois.

Ora, a menos que estejamos contaminados por antropocentrismos e essencialismos diversos, é bastante difícil compreender que os semoventes, apesar de também serem entidades orgânicas e de utilizarem sua "energia vital" para ativarem músculos e cérebro na execução de uma tarefa, tenham o *status* de meras ferramentas devido ao fato de serem conduzidos pelo camponês. Se fosse tão simples, operários que executam tarefas repetitivas em fábricas, como era comum nos tempos do fordismo, também não seriam capazes de acrescentar valor novo às mercadorias; eles movem seus músculos, mas como não fazem exercício pleno de uma forma bastante específica de intencionalidade – não se engajam no planejamento do produto/mercadoria final, por exemplo (*telos*), pois essa tarefa cabe ao capitalista e a seus auxiliares diretos – todo e qualquer valor que "transferissem" para a mercadoria ao longo do processo de produção equivaleria somente à sua própria "depreciação", de modo similar às bestas de carga. A teoria da alienação bebe desta fonte para extrair

algumas consequências, mas uma implicação que parece ter escapado a Marx e seus variados herdeiros é que a mesma justificativa apresentada para considerarmos que um operário alienado é capaz de acrescentar valor novo ao processo de produção – a saber, de que ele recebe menos pelas suas horas de trabalho do que é capaz de produzir ao longo do mesmo período – serve também para animais e, até mesmo, para entidades inorgânicas autônomas ou parcialmente autônomas. Se este raciocínio for rejeitado e afirmarmos que semoventes não são capazes de acrescentar valor novo às mercadorias ao longo do processo de produção, deve-se rejeitar igualmente que operários alienados são capazes de criá-lo, o que gera toda sorte de problemas para a teoria do trabalho e do valor. Em suma, *Gattungswesen*, intencionalidade ou *logos*, ou como quer que chamemos essa forma particular de processo cognitivo que se mostra de maneira mais veemente em humanos, não são bons critérios para identificar a origem do valor ou suas transferências ao longo do processo produtivo.

Também se mostra problemático agrupar na categoria de "ferramentas" ou de "matérias-primas", entendidas como elementos que apenas transferem passivamente trabalho morto para a produção, coisas tão díspares quanto ferramentas, máquinas-ferramentas e semoventes. Especialmente considerando-se o avanço que a microeletrônica, tão atacada pela *Wertkritik*, proporcionou nas fábricas dos tempos atuais. Dispomos hoje de máquinas que são capazes de aprender tarefas, de maneira limitada, sem a assistência direta de um ser humano – uma forma rudimentar de inteligência artificial – e que executam tarefas por conta própria. São entidades inorgânicas com nível de capacidade de "tomada de decisão" similar (e, por vezes, superior) ao de um animal de tração. Semoventes inorgânicos, por assim

dizer. Seguindo-se o raciocínio tradicional, derivado de Marx, se um robô utilizado em uma fábrica executa tarefas relativas ao processo de produção sozinho, sem um humano que o coloque em movimento e o direcione em cada etapa do processo, ele está apenas transferindo parte de seu valor (que equivale à sua própria depreciação) para as mercadorias; seu próprio valor é resultado de outras "transferências" que ocorreram quando ele foi criado: uma porção veio das máquinas utilizadas para produzi-lo e outra do trabalho dos humanos que o programaram no passado. Isso gera uma perspectiva de estagnação tecnológica ou, ao menos, de limite tecnológico – que foi provavelmente a intuição que acometeu a Kurz para que ele elaborasse sua teoria. Uma máquina que crie e programe a outra máquina – "ensine o serviço" à segunda – estaria apenas transferindo valor passado, trabalho morto, para sua progênie; como esta última apenas poderia, igualmente, transferir trabalho morto para a mercadoria que produz, não haveria criação de valor novo em nenhuma das etapas e a massa de valor tenderia a diminuir até o desaparecimento quando uma quantidade suficiente de setores se utilizassem deste tipo de tecnologia. Desnecessário dizer, este tipo de tecnologia já existe atualmente – embora ainda não tenha se popularizado a ponto de ter ampla disseminação; e as análises já efetuadas e demonstradas nos gráficos indicam que o valor provavelmente está crescendo, e tende a crescer ainda mais, ao invés de diminuir.

Talvez seja mais interessante para entender a dinâmica da economia global despojar o conceito de trabalho de seus elementos antropocêntricos e essencialistas, aproximando-o de uma concepção similar à utilizada nas ciências naturais. Na física, trabalho é uma medida da energia transferida pela aplicação de uma força ao longo de

um deslocamento. Obviamente, "deslocamento" não é uma categoria útil aos propósitos da filosofia econômica ou da teoria do valor-trabalho, uma vez que quando falamos sobre criação de mercadorias estamos falando de mudanças na configuração física de objetos materiais – em seu formato, dimensões, dureza, elasticidade, cor, partes móveis, e assim sucessivamente. Porém, como qualquer secundarista sabe, as mudanças de estado físico da matéria ocorrem quando há ganho ou perda de energia nas moléculas da substância observada, o que efetivamente muda a maneira como seus átomos se comportam – alterando mesmo as características físico-químicas daquela porção de matéria. Uma concepção de trabalho mais útil aos propósitos da análise do valor e da economia política poderia conjugar estes postulados das ciências naturais, já que estamos falando da transformação de matérias-primas em produtos, e o termo "trabalho" poderia ser utilizado para significar energia, oriunda de quaisquer fontes, em processo de transferência para um objeto, de modo a reconfigurar suas características sensíveis, resultando em um bem destinado a ser consumido por outrem (mercadoria).

Imaginemos um ferreiro do início da idade moderna trabalhando em sua forja. Antes de criar um arado, por exemplo, ele precisa aquecer determinada quantidade de ferro até que este chegue próximo ao seu ponto de derretimento, e em seguida martelá-lo para moldar a substância aos seus propósitos. Uma vez satisfeito com o resultado, o ferro é mergulhado em água ou óleo em temperaturas mais baixas para que esfrie e endureça, concluindo assim a criação da ferramenta. Para Marx e aqueles inspirados por ele, como Kurz, o ferro usado como matéria-prima transferiu todo o seu valor para a mercadoria arado; o martelo, a forja, o carvão e todos os demais materiais e ferramentas utilizados no processo

transferiram parte ou todo o seu valor para o arado; e o ferreiro (dotado de intencionalidade) acrescentou trabalho vivo. Com isso o arado, ao fim do processo, possui mais valor "coagulado" em sua estrutura física do que o ferro não moldado que lhe deu origem. Se substituirmos a oficina do ferreiro por uma linha de produção de ferramentas agrícolas do século XX, veremos a utilização de esteiras transportadoras e máquinas automáticas que desempenham a função das marteladas do ferreiro, ao passo que o papel deste último passa a ser desempenhado por um gerente de produção que empurra alavancas e aperta botões para controlar o maquinário. Em termos qualitativos não houve mudanças substanciais na forma como o processo é desempenhado; a diferença é principalmente de escala, e a teoria econômica que permite analisar o processo permanece, a princípio, a mesma. Houve, sim, aumento de produtividade e diminuição no número de trabalhadores necessários para cada unidade de produto vir a existir, o que afeta – segundo Marx – o valor contido em cada arado individual. Mas o processo é essencialmente o mesmo, incluindo a transformação física e química do ferro em suas dimensões, formato, dureza, elasticidade etc. E, enfatize-se, o valor contido em todos os arados produzidos em um único dia continuará sendo maior do que o valor contido em todo o ferro utilizado para fabricá-los no mesmo dia.

Se substituirmos, agora, a fábrica do século XX por uma hipotética fábrica futura na qual o trabalhador humano não é mais necessário, e onde todo o processo seja controlado por inteligência artificial, permaneceremos com uma sequência de procedimentos incrivelmente semelhante. O ferro será moldado e suas características físico-químicas se alterarão. A intencionalidade do ferreiro ou do gerente de produção terá sido substituída por uma "intencionalidade" de silício e microchips, sem que isso altere qualitativamente o processo econômico subjacente.

Será mesmo realista dizer que, neste último caso, o valor das ferramentas produzidas será menor do que aquele contido nas matérias-primas e nos maquinários empregados, apenas devido ao fato de não haver nenhuma intencionalidade de tipo humano no chão da fábrica?

Um interlocutor atento poderia objetar que todo ou parte do setor de serviços fica excluído da definição proposta acima, já que em alguns ramos não há mudança nas características físicas da mercadoria. Um atendente de restaurante que apenas me entrega a comida que solicitei não utilizou de sua "energia vital" para mudar a configuração material da comida, ao contrário do cozinheiro, que efetivamente manipulou um conjunto de matérias-primas e as transformou em algo palatável. Entretanto, neste caso estamos diante de uma definição de trabalho muito mais próxima àquela utilizada pelos físicos – a energia gasta pelo atendente performou um deslocamento no(s) objeto(s). Desde Galileu e Descartes não há problema em considerar a posição de um objeto no espaço como uma de suas características sensíveis, ainda que caiba a discussão a respeito de ser uma característica "primária" ou "secundária".

Outra objeção possível diz respeito ao papel da intencionalidade humana no processo produtivo. Um chimpanzé treinado poderia, em tese, executar o mesmo trabalho de um operário que apenas aperta porcas e parafusos em uma esteira transportadora de fábrica, de modo similar ao personagem de Charles Chaplin em *Tempos Modernos*. Um filósofo ou sociólogo com raízes marxistas certamente afirmaria que, enquanto o operário humano acrescenta valor ao produto que está sendo fabricado, o símio não o faz. E fundamentaria seu discurso no fato de que o humano recebe em pagamento por seus serviços uma quantidade de dinheiro equivalente ao valor de uma cesta de bens que é muito inferior ao valor que ele efetivamente produz ao longo de sua

jornada de trabalho – esta diferença constitui a mais-valia. Ora, em primeiro lugar, se o trabalho é estritamente não criativo e braçal, e se o humano e o chimpanzé apertam rigorosamente o mesmo número de porcas e parafusos em um mesmo número de horas, é bastante estranho considerar que somente um desses primatas faz diferença no valor final da produção em termos econômicos. Em segundo, Marx é bastante claro ao afirmar que o proletário recebe como salário somente o suficiente para obter uma cesta de bens que garante o atendimento às suas necessidades vitais mínimas e à sua reprodução, o que implica na própria reprodução da força de trabalho socialmente disponível; e podemos seguramente presumir que o dono de nossa fábrica hipotética irá minimamente fornecer água, alimento e abrigo ao animal que treinou para emular as ações do operário. Não seriam a água, o alimento e o abrigo destinados ao animal uma "cesta de bens" similar à que o operário humano consome? Não seria isto também uma forma de "salário", a partir da qual seria possível calcular a diferença entre o valor do que é produzido e os custos com a manutenção da mão-de-obra? Este não é o próprio conceito de mais-valia? Seria muito estranho considerar que a mais-valia apenas pode ser extraída de funcionários assalariados pagos em dinheiro vivo, e não possa também ser extraída de, talvez, animais treinados em cativeiro, autômatos robóticos (que necessitam de uma "cesta de bens" referente ao seu custo de manutenção, em energia e peças de reposição) ou de trabalhadores involuntários. Se fosse este o caso, o escravagismo promovido pelos europeus nas américas nunca teria sido vantajoso para os colonizadores – os cativos eram "pagos" com módicas quantidades de comida de baixa qualidade, e o trabalho forçado executado por eles rendia lucros astronômicos aos donos das fazendas e engenhos.

Uma terceira objeção possível diz respeito às transferências de valor entre os próprios objetos materiais envolvidos no processo de produção. Na lógica tradicional derivada de Marx, como já visto, uma ferramenta transfere parte de seu valor à mercadoria que é produzida por meio dela, e esta parte é grosseiramente equivalente à sua própria depreciação enquanto ferramenta. Qualquer valor "novo" ou "adicional" é fruto do trabalho humano empregado no processo produtivo; o restante diz respeito ao trabalho "morto" que foi transferido de outras ferramentas e matérias-primas para o produto. Se um computador dos dias atuais tem um valor maior do que um martelo de forja dos tempos romanos, isso se deve ao fato de que as ferramentas atuais, mais complexas, foram produzidas a partir de outras mais simples, incluindo as do passado, que transferiram parte de seu próprio valor "coagulado" para objetos que foram utilizados para fabricar outros objetos, em uma "linhagem" contínua. A perspectiva tradicional pressupõe uma espécie de acúmulo tecnológico que acompanha a acumulação econômica, na qual uma ferramenta X é usada para dar origem (e transfere parte de seu valor) a uma ferramenta Y, que por sua vez é utilizada na fabricação de outra ferramenta Z, e assim sucessivamente. Como incontáveis gerações de trabalhadores humanos acrescentaram seu próprio trabalho em cada uma destas etapas, os microcomputadores atuais constituem "coágulos" de valor "mais densos" do que as ferramentas mais primárias de outrora. Nesta lógica, parte do valor contido em um braço robótico, como aqueles que são utilizados em fábricas de automóveis atualmente, é derivado, ainda que em proporção infinitesimal, de algum *Australopithecus* que bateu uma pedra contra outra para moldar uma faca rudimentar. Se este braço robótico for ao menos parcialmente autônomo, ao ser usado para produzir um

automóvel o veículo não receberá nenhum valor novo – todo o valor "coagulado" no automóvel será oriundo da própria depreciação do autômato e das matérias-primas empregadas em sua construção. Por esta ótica Kurz e seus continuadores teriam total razão em crer que a microeletrônica faria a produção de valor novo estagnar, provocando a ruína do sistema capitalista devido à sua incapacidade de fazer a massa global de valor crescer.

Entretanto, é possível que o processo de transferência de valor de uma instância de produção para outra não seja algo tão simples. O autômato do exemplo se utiliza de energia (neste caso, elétrica – mas não faz diferença se o exemplo for mudado para uma máquina que faça uso de outra forma de energia), e ao menos uma parte dela é transferida para o produto com a finalidade de moldá-lo; ele precisou, minimamente, ser programado, o que implica em alguma medida de trabalho humano inserida em etapas pregressas do processo; se a máquina for capaz de "aprender" algumas tarefas sozinha[7], ela o faz a partir de interações com outras máquinas ou *inputs* oriundos de seres humanos, o que não necessariamente implica em perda ou consumo

[7] Essa tecnologia já existe e costuma ser chamada, em filosofia, de "inteligência artificial fraca". Inúmeros aplicativos e programas de computador atualmente disponíveis destinados a traduzir e/ou revisar textos (e que são usados de forma corriqueira por milhões de pessoas diariamente) fazem exatamente isso – o aplicativo é programado de modo a reconhecer os padrões utilizados nas línguas naturais sempre que palavras ou frases são inseridas em uma busca, e em seguida "escrever" as regras que conseguiu identificar em sua própria programação, tornando-se mais complexo e, metaforicamente, "aprendendo" uma língua. O ponto relevante quando falamos de "aprendizado de máquina" (*machine learning*) é que não há perda das informações usadas para "treinar" o algoritmo, e um mesmo conjunto de dados pode ser utilizado em vários programas ou instâncias diferentes. Se entendermos um programa ou aplicativo específicos como produtos, para "fabricá-los" uma das "matérias-primas" utilizadas (o conjunto de dados usados para "treinar" o programa) não é consumido e sequer se deprecia, embora acrescente valor. Além disso, nem o programa, tampouco os dados, são objetos físicos em sentido estrito – uma vez que não possuem propriedades como massa ou volume. Isso representa um problema para as teorias do valor que presumem não apenas que as mercadorias devem ser objetos físicos, mas também que as matérias-primas que lhes originaram transferem todo ou parte de seu valor para o produto e que o valor assim transferido equivale à depreciação da matéria-prima. Claramente, quando tratamos de fluxos de informação, são necessárias propostas teóricas distintas daquelas atualmente disponíveis.

permanente do que quer que tenha sido utilizado para esta finalidade de aprendizagem; por último, se o autômato for capaz de mudar seu comportamento operacional através de estímulos externos (como, por exemplo, aumentar ou diminuir a velocidade da execução de tarefas, ou ativar um aviso destinado a outro setor no caso de faltar alguma matéria-prima), estamos diante de um constructo que exibe ao menos o mesmo nível de "racionalidade" que um operário bestializado dos tempos do fordismo seria capaz de exibir.

Algo pouco explorado na literatura marxista em geral – mesmo nas correntes que alegam ter "superado" ou "reformulado" o pensamento de Marx – é o motivo pelo qual avanços tecnológicos acarretam diminuição no número de trabalhadores necessários nos diversos ramos produtivos, geralmente resultando em demissões. Se para determinado ramo hipotético eram necessários vinte trabalhadores fabris para produzir cinquenta toneladas de uma mercadoria qualquer, com a inserção de uma tecnologia nova a mesma fábrica passa a necessitar de apenas cinco trabalhadores para obter as mesmas cinquenta toneladas de mercadoria – podendo, com isso, optar entre demitir quinze deles para reduzir seus custos ou manter os vinte e produzir duzentas toneladas ao invés de cinquenta. Que isto ocorre é um fato observável; e já o era nos tempos de Marx. A razão pela qual este fenômeno ocorre, por outro lado, parece ser um mistério para todos que se aventuram em reflexões sobre economia política. O fenômeno é simplesmente assumido a valor de face, embora alguns poucos teóricos timidamente se limitem a mencionar "aumento de produtividade". Há uma falta generalizada de reflexão sobre a técnica na economia política. Se assumirmos a definição de trabalho proposta alguns parágrafos acima, este "aumento de produtividade" ocorre devido às novas

ferramentas e técnicas potencializarem o uso de energia no processo de produção, seja ela energia humana ou oriunda de outras fontes.

Imaginemos um tear manual do século XVIII. Ele precisa ser operado por uma pessoa, que lhe dedica atenção irrestrita durante sua jornada de trabalho. Digamos, para fins de exemplificação, que uma pessoa consegue produzir um tecido de 60 centímetros quadrados de área em duas horas com este aparelho. A energia mecânica do operador é o que move o tear, por meio de pisadas em um pedal que movimenta suas partes móveis. Em uma jornada de trabalho de oito horas, assumida aqui apenas com a finalidade de simplificar os cálculos (visto que as jornadas nesta época eram muito mais extensas), dez fiandeiros produziriam 96 metros quadrados de tecido. No século XIX foi introduzido nas fábricas um tear movido a vapor que se movia sem necessitar da energia muscular de quem o operava, e permitia que cada trabalhador dividisse sua atenção entre várias máquinas deste tipo simultaneamente. Dez teares movidos a vapor, se tivessem a mesma produtividade, em nosso exemplo, de suas contrapartes manuais (embora historicamente fossem mais produtivos), passariam a necessitar de apenas um ou dois operadores. Isto daria ao capitalista dono da fábrica a opção de demitir oito funcionários, mantendo a produção no mesmo nível; ou de manter estes funcionários empregados e aumentar sua produção para 480 metros quadrados de tecido ao dia, ou qualquer outra combinação entre esses dois extremos. O ponto relevante é que a literatura inspirada por Marx de maneira geral nunca se debruçou sobre a razão pela qual há um aumento de produtividade desta ordem com a inserção de um avanço tecnológico novo na atividade produtiva. E o que ocorre, na maioria dos casos, é simplesmente decorrência de dois fatores: 1) mudança na fonte de energia usada para

alimentar a máquina ou ferramenta; 2) maior eficiência no aproveitamento, pela máquina, da energia fornecida.

No exemplo acima a fonte de energia deixou de ser muscular e passou a ser o vapor. Ora, a quantidade de joules que a musculatura humana pode disponibilizar tende a ser consideravelmente menor do que a que era disponibilizada pelas máquinas a vapor no século XIX, que moviam suas partes mecânicas através da expansão do vapor de água sob aquecimento. A queima de combustíveis fósseis, como foi a regra ao longo do século XX, é capaz de disponibilizar quantidades ainda maiores de energia. Ainda que o aproveitamento energético de duas máquinas distintas seja hipoteticamente o mesmo, digamos, de 5%, um *input* de 10.000 joules em uma delas, que utilize uma fonte "artificial" de energia, resultará em muito mais *movimento* de suas partes mecânicas e *ação* sobre a matéria-prima do que um *input* de 100 joules na outra, que dependa de energia manual. A substituição de mão-de-obra humana e os "ganhos de produtividade" decorrentes do avanço técnico-científico se dão devido a diferenças em *inputs* de energia e níveis de aproveitamento, e não por algum milagre inexplicável, inescrutável aos filósofos. O que uma nova ferramenta, máquina ou método proporciona de diferente é simplesmente diminuir o desperdício de energia humana e/ou complementá-la com energia oriunda de outras fontes; em ambos os casos, a energia é dirigida à transformação das matérias-primas em produto. Isso é verdadeiro tanto para uma simples alavanca quanto para uma motosserra, esteira transportadora ou braço robótico de fábrica.

Este raciocínio permite explicar como todas as análises do comportamento da economia mundial, se assumirmos a equivalência entre massa de valor e massa de preços proposta por Kurz, demonstram que o valor está crescendo ao invés de diminuir – como sua teoria

presumia que deveria ter ocorrido. A redefinição do conceito de trabalho é essencial para esta empreitada. Se trabalho for definido como a transferência de energia para um objeto de modo a reconfigurar suas características sensíveis, com o surgimento de formas mais eficientes de aproveitamento energético e mudanças técnico-científicas que permitiram o consumo de materiais cada vez mais energeticamente densos (vapor de água; carvão; petróleo; urânio), proporcionando o uso de quantidades cada vez menores de matéria-prima para a liberação de quantidades cada vez maiores de energia, foi possível intensificar de maneira cada vez mais acelerada a transformação e reconfiguração de outras matérias-primas para a obtenção de mercadorias a partir delas. O valor cresce pelo simples motivo de que "valor" é "energia coagulada no corpo das mercadorias", enquanto "trabalho" é "energia no processo de coagulação". Marx intuiu a respeito disso ao formular sua explicação de que o valor de uma mercadoria deriva em parte do esforço humano despendido em seu processo de fabricação e em parte da "depreciação" das ferramentas e matérias-primas também utilizadas no processo. O que faltou ao filósofo alemão foi a percepção de que "esforço humano" nada mais é do que a energia química dos alimentos sendo transformada em movimento muscular, e "depreciação das ferramentas" ou "consumo de matérias-primas" é simplesmente a energia potencial de objetos materiais sendo disponibilizada através de sua queima, ou moldada para que mude de dimensões, forma, cor, maleabilidade etc.

Todo este raciocínio pode parecer um exercício de ficção científica para alguns, mas animais, plantas e toda sorte de seres vivos crescem e mantêm suas funções vitais de acordo com estes mesmos princípios. Uma planta possui a capacidade de absorver energia da radiação solar e

esta é utilizada para reorganizar os elementos químicos que seu corpo absorve do solo; a partir dessa reorganização a planta cresce formando novos tecidos. Animais fazem algo bastante semelhante, utilizando-se da energia química oriunda da digestão de alimentos, que também lhes fornece as "matérias-primas", para reorganizar os macro e micronutrientes de forma a criar novos tecidos, regenerá-los ou mantê-los funcionando. Bactérias, fungos, parasitas etc. – todos executam processos similares, que variam apenas nos detalhes, mas não nos princípios gerais. Sem antropocentrismos mistificadores, não há razão para acreditar que humanos criando cidades, mudando o curso de rios e enchendo suas moradas de itens de conforto seja algo qualitativamente diferente de bactérias ou plantas mudando o pH do ambiente em que estão inseridas, tornando-o mais palatável. Um crítico objetaria que há uma diferença no grau de "racionalidade" nos exemplos citados, e questionaria se aqui está sendo sugerido que outras formas de vida também possuem *logos*. Não, não é isto que está sendo sugerido aqui. O que está sendo sugerido é que o *logos* humano, ao menos no que diz respeito ao trabalho, tem sido superestimado ao longo de séculos de *wishful thinking* disfarçado de exercício filosófico, mas cujo pano-de-fundo resume-se a presumir que humanos são especiais e tentar justificar esse princípio dissociando-os por completo do restante do mundo. E, apesar de isso parecer escandaloso para a maior parte da comunidade filosófica mundial, não há como dissociar inteiramente os seres humanos do restante do mundo pois nós estamos sujeitos aos mesmos princípios físicos e químicos que atuam sobre todas as demais formas de matéria que conhecemos.

Embora para alguns esta exposição automaticamente induza à conclusão de que um sistema de criação e troca de mercadorias seria

"natural" (incorrendo então em uma falácia naturalista), também não é este o caso – pois decidir que as coisas devem ser criadas com o propósito de trocá-las por moeda (ou representações de moeda) não encontra analogia no mundo natural. Trata-se de um fenômeno sociológico e histórico. O capitalismo, com suas jornadas exaustivas, produção de supérfluos, demissões em massa e todos os seus demais elementos irracionais continua sendo uma construção social, tão "artificial" quanto sempre foi. O *logos* humano criou a categoria "mercadoria", com todas as suas consequências. Apenas o processo do trabalho para criá-las não é em nada diferente do que já fazíamos naturalmente antes do surgimento do capitalismo enquanto forma de organização social, tampouco de processos análogos que podem ser encontrados no mundo natural. Mas, ao contrário do processo de transformação de matéria em formas diferentes de matéria, o capitalismo, enquanto forma de organização social, não encontra análogos no meio natural. E, em sua busca por compreendê-lo, Marx multiplicou em excesso a entidades, ignorando o princípio da parcimônia, ao postular explicações que remetiam a conceitos como "trabalho vivo" e "trabalho morto", sendo que poderia ter explicado os mesmos fenômenos de maneira bem mais simples, com alcance preditivo maior, e de modo menos arbitrário.

Um ponto importante da explicação apresentada aqui diz respeito ao valor individual das mercadorias e sua relação com o total de valor gerado em uma unidade de produção (fábrica, fazenda etc.) e com a massa global de valor. Como mencionado anteriormente, o valor final de todas as mercadorias obtidas ao fim de um processo produtivo qualquer será maior do que o valor das matérias-primas utilizadas, pois foi efetuada uma transformação nas matérias-primas através da

aplicação de energia direcionada a um fim; esta energia "extra" aumenta o valor final quando comparamos o que entra e o que sai da unidade produtiva. Mas isso não significa que, com a aplicação de uma tecnologia nova, cada unidade individual de produto/mercadoria seja mais valiosa do que suas contrapartes produzidas de modo mais arcaico. Como a aplicação de uma tecnologia nova reduz também o desperdício, permitindo a produção de quantidades maiores de produto com a mesma quantidade de matéria-prima, o valor individual de cada unidade cai – e cai na proporção em que a produção aumenta. É o valor total da produção naquela unidade produtiva que se torna maior, bem como a massa global de valor, que nada mais é do que a soma dos *outputs* de todas as unidades produtivas do globo. Mas um número maior de mercadorias individuais, decorrentes da diminuição do desperdício (normalmente chamado de "aumento de produtividade" pelos economistas) significa que esta massa de valor está distribuída em uma quantidade maior de mercadorias, implicando que o valor individual delas tornou-se menor – refletindo-se na diminuição progressiva dos preços. Basicamente, o numerador (*output* de valor) não aumenta na mesma proporção que o denominador (quantidade individual de itens produzidos), o que faz com que o valor individual de cada mercadoria diminua. Esta é a possível origem mais profunda do fenômeno da "diminuição dos preços por aumento da oferta", que seria mais propriamente um sintoma do que um fenômeno em si mesmo. Também é esta, possivelmente, a origem do que passou a ser conhecido como Paradoxo de Jevons[8]. Note-se que Marx, ao tentar explicar as mesmas

[8] O Paradoxo de Jevons, também conhecido como "efeito rebote", diz respeito a um fenômeno estudado pelo economista britânico William Stanley Jevons (1835-1882), que observou que a demanda por carvão aumentava mesmo quando a quantidade de carvão necessária por unidade de ferro fundido diminuía; o mesmo ocorria com a demanda por mão-de-obra, que continuava a crescer apesar dos aumentos de

relações fenomênicas entre valor, preço e produtividade, se vê em uma aporia que o obriga a apelar para o conceito de tempo médio socialmente necessário, mais uma vez complexificando excessivamente – e desnecessariamente – a teoria.

Este conjunto de explicações permite responder à questão inicial da pesquisa, que diz respeito ao prognóstico de Kurz de que o capitalismo estaria próximo de seu fim devido aos avanços da microeletrônica – que, por sua vez, estaria fazendo com que a massa global de valor diminuísse ao invés de aumentar. Como demonstrado, a massa global de valor está em expansão contínua, se aceitarmos a equivalência proposta pelo próprio Kurz entre massa global de valor e massa global de preços. A conclusão foi errônea porque a definição sociológica (e marxista) de "trabalho" é excessivamente limitada, o que induziu Kurz a um equívoco; pela definição clássica, o avanço tecnológico necessariamente faria o valor diminuir devido a uma quantidade cada vez menor de agência humana nas unidades produtivas (e na produção global como um todo). Pela definição de trabalho proposta aqui, menos limitada, a massa global de valor continua crescendo porque os avanços tecnológicos continuam proporcionando o recrutamento de quantidades cada vez maiores de energia, que são

produtividade. Normalmente este fenômeno é citado para refutar propostas teóricas que sugerem que o avanço tecnológico diminuirá o desperdício de recursos a tal ponto que tornará o sistema capitalista ecologicamente viável. Obviamente, se mesmo com ganhos de produtividade a demanda continua a crescer, o capitalismo é insustentável no longo prazo – pois em algum momento é certo de que irá esgotar os recursos materiais disponíveis. O efeito rebote é facilmente explicável por meio da formulação proposta aqui, na qual o valor é definido como energia "coagulada" na mercadoria e o trabalho como energia em processo de "coagulação". Essencialmente, devido à concorrência – que é parte integrante e inegável do sistema capitalista – os diferentes atores econômicos continuarão a buscar e a consumir quantidades crescentemente maiores de energia e de matérias-primas mesmo que a produtividade aumente e o valor por unidade de mercadoria diminua, uma vez que o consumo progressivamente maior de energia implica em um valor final na produção também maior, resultando em lucros potencialmente maiores. Ver D'Alisa, G., Demaria, F., & Kallis, G. (2016). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 165-169.

usadas na transformação de matérias-primas em mercadorias, com desperdícios cada vez menores (o que também proporciona, de forma quase paradoxal, o barateamento das unidades de mercadoria). Deste raciocínio podem ser extraídas algumas conclusões: 1) o valor continuará aumentando enquanto for possível recrutar mais energia e diminuir o desperdício desta, bem como das matérias-primas, nos processos de produção; 2) nestas condições, o capitalismo não irá ruir sobre seu próprio peso, como afirmado pela *Wertkritik* (entendendo-se "ruir sobre o próprio peso" como as consequências da disputa por uma massa de valor decrescente – já que ela não está decrescendo); 3) o capitalismo *pode* ruir devido a outros fatores ou a limites externos. Adicionalmente, à luz do que está sendo elaborado nesta obra, o trabalho humano deixa de ser a única origem e fonte do valor, uma vez que a energia usada para modificar as propriedades da matéria durante o processo de criação das mercadorias também contribui com a formação do valor nestas; consequentemente, a mais-valia também deixa de ser a única origem e fundamento do lucro, sendo mais propriamente entendida como um dos fatores que contribuem para a composição do lucro.

O limite externo mais óbvio para a perpetuação do sistema capitalista, e que se impõe a qualquer mente minimamente esclarecida e informada, diz respeito à disponibilidade de matérias-primas. Não é nenhum segredo o estrago que a exploração econômica com vistas ao lucro tem feito no ambiente que nos cerca, por vezes inviabilizando o uso (para fins econômicos ou não) de recursos naturais de grandes regiões. Apologistas do desenvolvimento tecnológico geralmente fecham os olhos à questão e presumem que os progressivos avanços técnicos e científicos serão suficientes para recuperar adequadamente

as áreas degradadas em algum ponto no futuro; isto se configura dentro do rol de possibilidades, mas não há garantia alguma de que irá acontecer – e esperar por um *Deus ex machina* neste caso equivale a ser conivente com os danos. De outro lado, principalmente entre a esquerda pós-moderna latino-americana, existe uma revitalizada romantização do agrário e do primitivismo, como se todos os problemas gerados pelo atual sistema social e econômico pudessem ser solucionados com a decisão, tomada por um punhado de indivíduos, de viver como na era do bronze (ou quiçá o neolítico). Felizmente isso se configura mais como algo do campo da auto-estetização do que algum tipo de proposta que eles mesmos levem a sério: este tipo de discurso existe para que a pessoa deixe a impressão de ser revolucionária e radical, quando em realidade frequentemente não está fazendo coisa alguma a respeito do problema. Ainda que alguns grupos levem tal ideia pueril a sério o suficiente para mudarem seus modos de vida, reduzindo ao máximo o "consumo nocivo" (plantando seus próprios alimentos, fabricando suas próprias roupas etc.), acreditar que isso de alguma maneira contribui para enfraquecer ideologicamente e politicamente um sistema social que se espalhou por todo o globo é de uma ingenuidade tão grande que sequer merece comentário. Esta farsa, todavia, torna-se especialmente perigosa quando os pseudo-intelectuais "engajados" na sua "resistência ao capitalismo" através de uma postura tecnofóbica conseguem convencer grupos marginalizados, geralmente de camponeses, de que podem obter maior autodeterminação e combater os males do sistema capitalista pela recusa da tecnologia. Com isso, estes grupos furtam-se a adotar técnicas há muito conhecidas de manejo do solo, irrigação, aragem e colheita, por estas exigirem o uso de alguns artefatos mecânicos simples, e com isso tornam-se mais vulneráveis a choques

externos (como secas, geadas e afins) e mais propensos a serem tragados pelo próprio sistema que entendem como raiz de todos os males sociais. Condenar pessoas ingênuas à ignorância e privá-los de ferramentas que permitem solucionar problemas cotidianos simples não é, de forma alguma, "revolucionário"; em realidade, é o mesmo que empurrá-los para as condições de vida mais deploráveis.

A redefinição do conceito de trabalho empreendida aqui desloca um pouco o foco da abordagem sobre as características do sistema capitalista. Enquanto a esquerda tradicional se manteve ao redor dos problemas da mais-valia e da alienação, e a *Wertkritik* teve como eixo o valor e as contradições internas do sistema, esta nova abordagem sugere que uma maior ênfase deve ser dada ao capitalismo enquanto sistema social de divisão e especialização de trabalho, bem como sistema logístico. O horror de todo revolucionário, que crê que uma revolução das massas – seja violenta ou pacífica – seria suficiente para substituir o atual modo de vida econômico e social por outro, é ser lembrado de que o sistema capitalista implica em grande especialização e uma complexa rede logística de distribuição de matérias-primas e bens. Nenhuma "revolução" pode ser bem-sucedida enquanto não for pensado e implementado um sistema logístico alternativo e, ao menos, de eficiência similar. O uso do dinheiro – em qualquer de suas formas – como "equivalente geral", em conjunto com o próprio fetichismo, garante que se houver demanda por algum bem em algum lugar do globo existe uma probabilidade razoável de que este bem seja ofertado naquela localidade dentro de um espaço de tempo relativamente curto. O fetichismo da mercadoria, com todos os seus aspectos negativos que são constantemente destacados por todos os pensadores que alguma vez já se inspiraram em Marx, é justamente o fator que garante que os

indivíduos buscarão acumular o equivalente geral, já que em nosso modelo de sociedade este pode ser trocado por qualquer mercadoria ou serviço – e possuir ou ser capaz de movimentar grandes quantidades de equivalente geral resulta, para o indivíduo, em um status social elevado. O fetichismo enquanto fenômeno, sozinho, não faz muita coisa; a existência de um equivalente geral, o dinheiro, tampouco. Prova disso é que inúmeras culturas pré-industriais faziam uso de dinheiro, em variadas formas, sem terem uma sociedade que rotularíamos hoje como capitalista. Mas, em conjunto, fetichismo e equivalente geral produzem a complexa rede logística típica do sistema capitalista, que é distinta de todas que a precederam historicamente – pois nela o "egoísmo" de cada ator[9], ao buscar seus próprios interesses, fomenta que as demandas sejam atendidas e a concorrência surja.

Se houver, por exemplo, demanda por determinado bem de consumo em um país ou região que não o produz, eventualmente surgirão atores que enxergarão nisso uma oportunidade (oportunidade essa para acumular, de modo fetichista, dinheiro) e buscarão usar de suas habilidades e contatos para oferecerem este bem naquela localidade, em busca de ganho pessoal; é a partir das ações tomadas por estes atores que se forma uma rede de distribuição e comércio que, via de regra, resulta em externalidades[10]. Normalmente a literatura de esquerda destaca apenas as externalidades negativas – é comum observarmos que comunidades locais têm suas condições de vida

[9] "Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses". Smith, A. (2003). *A riqueza das nações, vol. I*. São Paulo: Martins Fontes, p. 19.

[10] Em economia, externalidades (ou exterioridades) são os efeitos colaterais de uma decisão sobre aqueles que não participaram diretamente dela. O conceito foi desenvolvido pelo economista britânico Arthur Cecil Pigou (1877-1959) na década de 1920.

degradadas e podem vir a ser desalojadas; ocorre degradação ambiental; amplia-se (ou gera-se) a especulação imobiliária; outros bens inflacionam; ocorre concentração de riqueza e aumento da desigualdade; surgem e aprofundam-se conflitos de interesses; entre outros fenômenos que são de amplo conhecimento. Mas podem ocorrer também, e costumam ocorrer, externalidades positivas: as rotas (sejam navais, fluviais, aéreas ou terrestres) abertas com a finalidade inicial de importar o bem de consumo em questão, por exemplo, passam a ser usadas para movimentação de outros itens e de pessoas; o crescimento da demanda por aquele bem inicial promove aumento da demanda por outros bens e serviços, ou pelo desenvolvimento das condições de produzi-los, fomentando o surgimento de capacidades produtivas locais; a ampliação do fluxo de dinheiro movimentado na região resulta em aumento na arrecadação governamental (através de impostos), que idealmente deveria ser revertida em maior financiamento de serviços públicos e fomento ainda maior às capacidades locais; a modificação na relevância econômica da região costuma resultar em ganho de visibilidade, chamando a atenção para problemas sociais que antes eram ignorados e servindo como meio de obtenção de influência política e de poder de barganha regionais – que idealmente deveriam ser usados para aprimorar as condições de vida das populações locais. Não há como prever com alto grau de confiança se, no início de um processo de inserção de determinado local na rede econômico-social que caracteriza a sociedade capitalista, ou durante um evento de aprofundamento dessa inserção, as externalidades negativas se sobreporão em relação às positivas. Mas presumir que só existirão efeitos negativos, ou que somente as consequências positivas se farão sentir, constitui ingenuidade, ignorância e tacanhez. E estas características são

compartilhadas tanto pelos liberais e neoliberais apologistas do mercado, que frequentemente se mostram incapazes de observar ou mesmo de compreender as externalidades negativas, quanto por um tipo específico de esquerda militante que hoje em dia é encontrada em alguns movimentos sociais latino-americanos ligados a comunidades tradicionais: os apologetas do primitivismo e do isolacionismo. É verdade que estes últimos não são tão numerosos quanto a esquerda que se arroga o rótulo de "desenvolvimentista" (que estranhamente não percebe o quanto absorveu dos princípios liberais), mas são imensamente mais barulhentos e seu principal local de reprodução, atualmente, é dentro da academia.

Um interlocutor de má disposição (ou intelecto restrito) poderia indagar o motivo pelo qual o fomento à ampliação das capacidades produtivas locais deve ser visto como uma externalidade positiva, já que isso costuma implicar em outras externalidades que são negativas – tais como degradação ambiental, aumento da desigualdade, processos inflacionários e/ou especulativos, e assim sucessivamente. Ocorre que uma comunidade de qualquer tamanho, seja um povoado, cidade, região ou país, torna-se mais resistente a choques externos quando suas capacidades produtivas internas se elevam. Imaginemos um país que não fabrica determinada classe de fertilizantes agrícolas, mas cuja economia é profundamente dependente da produção e exportação de bens oriundos da agricultura. Obviamente os fazendeiros deste país fictício precisam importar aquela classe de fertilizantes de modo a continuarem com suas atividades produtivas cotidianas. Uma guerra ou crise econômica em outro local do planeta, ou uma barreira tarifária, ou uma mudança de orientação na geopolítica global, entre outros fatores, pode limitar o acesso a estes insumos – resultando em quebra da cadeia

produtiva, que por sua vez resultará em fome, inflação, redução das exportações, redução da arrecadação pública, e aumento das tensões sociais. Neste caso um choque externo acarretou inúmeras consequências negativas sentidas internamente. Se este país fictício produzisse seus próprios fertilizantes localmente tais consequências deletérias do choque externo se manifestariam em uma intensidade menor. Quanto mais autossuficiente uma localidade geográfica se mostra, maior sua resiliência em relação a choques externos; quando, no parágrafo anterior, é mencionado que os processos aparentemente caóticos do mercado capitalista podem vir a fomentar o desenvolvimento de capacidades produtivas locais, e que isso é uma externalidade positiva, o ponto de referência para considerá-la "positiva" diz respeito a essa potencial obtenção de maior autossuficiência, que tende a aumentar a resiliência contra choques gerados por fatores externos majoritariamente imprevisíveis.

Ao recalibrarmos a análise do capitalismo dando a atenção necessária ao efeito produzido em conjunto pelo fetichismo e pelo equivalente geral, que de maneira descentralizada e aparentemente caótica produzem uma rede logística altamente dinâmica e eficaz (apesar de certa dose de desperdício sempre poder ser observada em partes de qualquer cadeia produtiva), compreendemos que o sistema capitalista se constitui em um fenômeno de padrão estocástico. Esta expressão, advinda da teoria probabilística, descreve um padrão não necessariamente aleatório, mas cujo resultado, que é indeterminado, tem origem em eventos aleatórios; trata-se da contraparte probabilística de um processo determinístico. Mesmo que as condições iniciais sejam conhecidas, existe certa dose de incerteza na maneira como os componentes do sistema irão interagir, o que resulta em

indeterminação a respeito do resultado do processo. Filósofos geralmente possuem dificuldade em analisar fenômenos probabilísticos, pois seu treinamento e todo o seu processo de formação intelectual costuma dar grande ênfase às regras da lógica formal e proposicional que são baseadas nas distinções entre "verdadeiro" e "falso"; pouca ênfase costuma ser atribuída a sistemas ou fenômenos nos quais não existe maneira segura de atribuir tais operadores aos seus componentes. Uma entidade biológica, por exemplo, um animal, nada mais é do que o resultado de uma série de processos estocásticos: a interação entre suas células resulta em uma temperatura, pressão sanguínea ou níveis de açúcar no sangue que não permanecem constantes ao longo de todo o dia ou de toda a sua vida, mas variam constantemente dentro de limites superiores e inferiores, em um equilíbrio dinâmico que chamamos de homeostase. A dinâmica de gases ou líquidos é outro processo estocástico; embora sejam conhecidos os estados iniciais, as características e os padrões de interação das moléculas individuais, quando uma grande quantidade dessas moléculas interage o ato de prever o comportamento do conjunto torna-se excessivamente complexo. Retomando o exemplo utilizado algumas linhas acima, o fato de haver demanda por determinado item em determinada região de um país (ou seja, condições iniciais conhecidas) não garante que algum empreendedor buscará atender a essa demanda (embora isso seja provável), não nos permite prever com alto grau de confiança o horizonte temporal em que isto aconteceria, nem quais atores estarão envolvidos especificamente neste caso; tampouco quais serão as consequências futuras de suas interações – as externalidades. Isso configura as externalidades, sejam elas positivas ou negativas, como fenômenos emergentes: a formação de padrões complexos a

partir de uma multiplicidade de interações simples. O que salta aos olhos quando se analisa o sistema capitalista, em suma, é que a interação entre seus princípios gerais de funcionamento – a mais-valia, o fetichismo, a existência de um equivalente geral, a busca pelo lucro – dá origem a fenômenos de alto grau de complexidade que, apesar de serem uma resultante provável das interações iniciais, possuem formas específicas de manifestação majoritariamente imprevisíveis: divisão e especialização do trabalho; interdependência entre atores econômicos; concorrência; estreitamento da ligação entre economia e política; aceleração de modificações culturais; surgimento e complexificação de redes que permitem o fluxo de bens e informações. As especificidades destes fenômenos emergentes – como, por exemplo, quais atores econômicos irão cooperar entre si e quais concorrerão entre si quando uma região "nova" se conecta ao fluxo de comércio global – são essencialmente impossíveis de se prever; do mesmo modo que é impossível prever com exatidão quais moléculas de um gás confinado sob pressão em um cilindro entrarão em combustão primeiro quando este cilindro for perfurado por um objeto incandescente, e quais entrarão em combustão por último. Entretanto, podemos afirmar, com grau razoável de probabilidade, que os fenômenos da concorrência e da interdependência irão se manifestar – do mesmo modo que podemos afirmar que o gás em nosso cilindro provavelmente entrará em combustão. Toda a ciência econômica como conhecemos é dependente desta lógica de probabilidades e, justamente por ser uma ciência baseada em probabilidades, e destinada a analisar fenômenos estocásticos e seus efeitos emergentes, que de tempos em tempos algum acadêmico ou analista de mercado erra grosseiramente em suas previsões.

Quando nos voltamos para os modelos de economia planejada dos países soviéticos e de outros que se inspiraram neles (com Coréia do Norte e Cuba servindo de exemplos mais conhecidos), a atenção desloca-se para o curioso fato de que eles simplesmente não conseguiram o mesmo grau de eficiência que o modelo capitalista – e esta foi parte da razão pela qual tais países, apesar de sua "industrialização recuperadora" rápida, faliram tão logo a complexidade de suas economias começou a demandar formas crescentemente intrincadas de planejamento. Com base na análise efetuada até aqui torna-se viável compreender as possíveis razões por uma perspectiva ligeiramente distinta daquelas com as quais normalmente temos contato. Ao recusar deliberadamente, em um ato de decisão, a característica estocástica do modelo capitalista – que aos olhos dos teóricos soviéticos e de seus simpatizantes era simplesmente caótico e irracional – os formuladores e implementadores das políticas econômicas centralizadas eliminaram ou reduziram a um grau muito baixo todas as potenciais externalidades positivas que os fluxos econômicos são capazes de gerar. Embora um sistema econômico planejado, em tese, seja capaz de diminuir o desperdício em algumas etapas da produção, podendo também direcionar a produção a finalidades estabelecidas politicamente como prioritárias, ele simultaneamente limita as possibilidades de surgimento autônomo dos fenômenos econômicos emergentes, entre os quais encontram-se a complexificação das redes logísticas e os fatores estabilizadores de preços: a concorrência e a interdependência cooperativa entre atores econômicos distintos. Porém, como o dinheiro não foi completamente eliminado em nenhum desses países, nem todos os fenômenos emergentes deixaram de se manifestar. Em uma economia e um sistema político altamente controlados, ainda surgiu um

amplo mercado ilegal, paralelo ao oficial, no qual circulavam toda sorte de bens – inclusive alguns que haviam sido proibidos ou tinham sua circulação restrita. Como é de amplo conhecimento, este mercado ilegal fomentou o surgimento de oligarcas e barões do crime, e esses novos grupos deram origem a todo um novo rol de fenômenos e consequências. Basicamente, o que os países de economia centralmente planejada conseguiram obter foi uma "alternativa" ao capitalismo que era, em si, parcialmente capitalista por ser uma economia apenas parcialmente estocástica – sem nenhuma de suas externalidades positivas, mas com muitas das negativas.

É a própria descentralização aparentemente caótica do sistema capitalista, aliada à existência de um equivalente geral usado nas trocas, que garante que as matérias-primas cheguem aonde são necessárias, que o trabalho possa se dividir e se especializar de maneira que haja menor desperdício de energia na produção (quando comparado a sistemas sociais que o precederam) e que os bens produzidos cheguem aonde há demanda por eles. Um sistema alternativo – receba ele algum nome que remeta a "novo socialismo" ou não – imperiosamente deve abordar a questão logística, e seu sucesso ou fracasso estará fortemente atrelado à sua eficiência na distribuição de recursos. Note-se que por "eficiência na distribuição", aqui, não há alusão aos princípios da igualdade ou da equidade; a preocupação é se os materiais e ferramentas convertem-se em bens e se estes, assim como os bens, chegam aonde precisam chegar. Obviamente a desigualdade social é relevante, especialmente nos países e regiões onde um cidadão rico pode desalojar centenas ou milhares de seus compatriotas pobres em nome do lucro. Mas um cidadão de classe média dos tempos atuais vive com mais conforto material do que um nobre típico teria na Idade Média, ainda

que não possua a mesma quantidade de ouro guardada em casa; a questão da desigualdade precisa ser enquadrada com o auxílio de outros elementos teóricos, como as noções de direitos humanos e sociais, enquanto a questão logística, que permitiu a mudança radical do padrão de vida de boa parte da humanidade desde o início da revolução industrial, não necessariamente precisa ter, de partida, preocupações de cunho ético. A substituição de um sistema logístico por outro permitiria, ao menos em hipótese, uma transição "suave" do sistema global capitalista para um outro sistema futuro, sem derramamento de sangue – se um novo sistema hipotético for tão eficiente quanto o anterior, ou até mais eficiente, sem apresentar os mesmos problemas, como o modelo mais antigo sobreviveria?

Afirmar que a reflexão a respeito das questões logísticas inerentes ao desenvolvimento e funcionamento do sistema capitalista não implica de imediato em preocupações de cunho ético provavelmente escandaliza a maior parte dos leitores, em especial aqueles que se identificam com a esquerda político-econômica em suas mais variadas matizes. É evidente que a maioria das pessoas que em algum momento de suas vidas passaram a refletir sobre o sistema econômico e social vigente, se não todas elas, iniciaram suas reflexões após observarem as mazelas sociais que, em maior ou menor grau, surgem deste modo de organização social e/ou são agravadas por ele. A preocupação ética está na própria origem da economia política enquanto campo acadêmico. Algo que demonstra isso é o fato curioso de que tanto a "esquerda" quanto a "direita" (sendo ambos os termos tomados aqui em sentido econômico) acreditam estar trabalhando em prol do bem comum – ambos os grupos defendem que possuem as teorias mais acertadas sobre como produzir bem-estar econômico e material para a humanidade.

Mas uma das grandes lições que a *Wertkritik* tem a oferecer – talvez sua maior lição – é que o sistema capitalista não é "controlado" por nenhum ator ou grupo de atores específico: aquilo que Kurz chamou de "dominação sem sujeito" ao observar e descrever os processos de dominação fetichista descentralizados, criando e mantendo uma forma específica de ideologia. Kurz obviamente tinha suas lentes analíticas voltadas para os elementos deletérios do processo estocástico capitalista, o que era coerente com sua história de formação intelectual e sua trajetória pessoal. Analisou-os por um ponto de vista que remete à psicologia social. O que talvez tenha lhe escapado é o fato singular de que processos estocásticos são "burros" – uma parte substancial dos padrões encontrados se constituem em fenômenos emergentes, e geram novos fenômenos emergentes; todos estes, por sua vez, são resultantes de altos graus de aleatoriedade nas interações entre os componentes mais nucleares do sistema. Nesta perspectiva, um sistema econômico ou social (ou, ainda, ambos) de comportamento estocástico é tão "moral" quanto uma reação físico-química que também apresenta padrão estocástico. As mazelas do capitalismo não se constituem exatamente em responsabilidade de ninguém, da mesma maneira que não há nenhum "capitalista malvado" ou grupo de indivíduos controlando conscientemente um sistema que é, em sua essência, descentralizado e "sem sujeito". Não é possível atribuir culpabilidade neste caso; ao menos não em nível sistêmico. O sistema capitalista em si, observado como um modelo de organização econômica e social, não possui qualquer tipo de racionalidade ou intencionalidade – e atribuir estas características a este sistema se constitui em uma forma de antropomorfismo, fazendo tanto sentido quanto adjetivar a monarquia absolutista, por exemplo, de "leal", "bondosa", "intransigente", "vingativa", "teimosa", "caridosa"

ou tantos outros adjetivos que remetem a características morais ou de personalidade possuídas por uma entidade senciente e sapiente. Estes termos só fazem algum sentido se forem tomados de maneira metafórica. Obviamente atores individuais em meio a este sistema – seus "componentes nucleares", por assim dizer – por vezes extraem benefícios particulares e pessoais do modo de funcionamento deste modelo de organização social. Estes indivíduos, sim, podem ser avaliados do ponto de vista ético ou moral e a eles podem ser atribuídas responsabilidade e/ou culpabilidade; poucas pessoas com um mínimo de humanidade e empatia teriam dificuldade em compreender que um empresário que se utiliza de mão-de-obra semiescrava não só é moralmente condenável como deve responder pelas consequências de suas ações. Mas neste caso estamos falando de uma entidade senciente e sapiente. Não é o caso do sistema de organização social e econômica tomado em si mesmo. Assim como também não é este o caso de componentes do sistema que são, eles próprios, subsistemas: uma empresa, corporação ou organização, ou qualquer tipo de pessoa jurídica, não se constituem em entidades sapientes apesar de serem, em última instância, formadas por entidades deste tipo (pessoas); não são, portanto, capazes de efetuar julgamentos de cunho moral ou ético, e a elas não podem ser atribuídas características morais. O sistema capitalista não pode ser "malévolo", "ganancioso", "cruel", etc., assim como uma empresa também não o pode ser. Os acionistas de uma empresa, ao contrário, podem. Assumir que organizações têm características que remetem a algum tipo de racionalidade ou volição, de maneira independente de seus controladores, nada mais é do que mais uma manifestação do fetichismo; assumir que o sistema capitalista tomado em geral apresenta alguma racionalidade ou volição também o

é. O fato curioso é que diversos sistemas jurídicos, em todo o mundo, atribuem alguma forma – ainda que limitada – de pessoalidade a empresas e organizações quando, por exemplo, estas são condenadas judicialmente por terem se beneficiado de algum ato ilegal.

Neste sentido, e delineando melhor o que foi dito a respeito do capitalismo enquanto sistema logístico e sua eventual superação, a elaboração de um sistema de organização econômica e social alternativo não tem como imperativo uma preocupação de cunho ético na ótica em que o problema normalmente é formulado pela esquerda política, a saber, de que o modelo atual de sociedade deve ser urgentemente substituído por outro "mais justo". Pelo simples motivo de que nenhum sistema estocástico pode ser "justo" ou "injusto", do ponto de vista moral, quando tomado em si mesmo e analisado em nível macro. Que o modelo atual tem problemas graves, produzindo consequências deletérias e indesejadas constantemente, é um fato de amplo conhecimento; buscar eliminar tais mazelas, que são a causa do sofrimento de inúmeros seres humanos diariamente, é um imperativo ético – e neste sentido qualquer iniciativa política ou econômica deve possuir uma motivação ética fundamentada filosoficamente. Mas isto é diferente de atribuir estados mentais ou características morais a sistemas complexos surgidos a partir de interações com alto grau de aleatoriedade em seus componentes nucleares. Enquanto a "esquerda" ou os "progressistas" buscarem um sistema inteiramente "justo", jamais encontrarão um – pelo simples motivo de que sistema algum pode se encaixar em uma descrição tão vaga e subjetiva. É mais factível e pragmática a busca por um sistema ou modelo que ao se constituir elimine – ou não venha a produzir – o maior número possível de consequências deletérias que verificamos como existentes atualmente,

e que produzem sofrimento real a seres humanos concretos, sem que com essa busca incorramos na atribuição ingênua e antropomórfica de características morais a processos que não possuem qualquer direcionamento identificável. É nesta ótica que deve ser interpretada a afirmação, feita anteriormente, de que a busca por um outro modelo logístico (e, como consequência, de organização econômica e social) não deve ter, à partida, preocupações de cunho ético.

A título de recapitulação, serão apresentados nas próximas linhas os pontos centrais desta obra e suas potenciais contribuições ao estado atual das pesquisas no campo da economia política e da filosofia econômica.

A teoria crítica do valor, ou *Wertkritik*, postula que a massa global de valor está em queda devido à substituição do trabalho humano por automação em diferentes ramos da atividade econômica, extraindo esta conclusão do postulado de Marx de que somente o trabalho humano acrescenta valor às mercadorias ao longo do processo de produção. A *Wertkritik* também afirma que existe uma equivalência entre a massa global de valor e a massa global de preços. Esta obra expõe que, embora seja impossível calcular a massa global de valor com as ferramentas e dados disponíveis atualmente, é possível analisar o comportamento da massa global de preços. Após estudar como a massa global de preços se comporta, foram observados indícios de que ela está aumentando – e não diminuindo. Além disso, a análise estatística permite extrapolar uma tendência futura de continuidade deste crescimento. Partindo-se do postulado da própria teoria crítica do valor de que a massa de preços deve equivaler, em nível global, à massa de valor, fica demonstrado que a massa global de valor não diminuiu apesar da adoção de automação em diversos ramos de atividade econômica.

Para a *Wertkritik*, a queda progressiva da massa global de valor teria como consequência o fim do sistema capitalista como modo de organização social total da contemporaneidade, visto que com uma paralisação na produção de valor novo o sistema seria incapaz de se sustentar – uma vez que ele depende de crescimento constante e continuado para que suas contradições internas não se expressem ou sejam mantidas em níveis de tensão manejáveis. Daí decorre a afirmação, dos intelectuais que contribuíram e contribuem com a teoria crítica do valor, de que a terceira revolução industrial (da microeletrônica) causará o fim do capitalismo, fazendo-o ruir sobre si mesmo. Esta pesquisa demonstrou indícios de que há valor novo sendo produzido apesar do aumento da automação em diferentes setores. Portanto, a afirmação de que o capitalismo encontrará seu fim devido aos avanços da microeletrônica e sua progressiva adoção – com a consequente diminuição na proporção de trabalho humano empregado em diferentes setores – é, no mínimo, equivocada.

Os fenômenos da ampliação da miséria em diversas partes do globo e da degradação das condições de vida de diversos grupos populacionais são vistos, no arcabouço teórico da teoria crítica do valor, como consequência da queda da massa global de valor, que por sua vez é consequência da revolução microeletrônica. A lógica subjacente é de que há um montante cada vez menor de riqueza material que se espraia (embora de maneira difícil de analisar) em meio a uma população numericamente crescente. Isto acarretaria, de modo crescente e progressivo, a falência irremediável de regiões inteiras do globo e de setores econômicos inteiros, trazendo outras consequências graves e em progressiva intensificação, como migrações em massa, desastres ambientais ocasionados por tentativas de voltar a ampliar a produção

de valor, aumento das tensões sociais e da violência entre os grupos populacionais mais afetados pela conjuntura econômica, e assim sucessivamente. Uma vez que ficou demonstrado, nesta pesquisa, de que há ao menos indícios de que a massa global de valor continua se expandindo, espasmos de ampliação da miséria e aprofundamento de outras mazelas sociais, quando observados, não devem ser explicados exclusivamente através da formulação teórica oferecida pela *Wertkritik* – ou, ao menos, não há elementos suficientes para inferir que o comportamento da economia em nível global constitui a causa mais profunda destes fenômenos.

Alguns autores da teoria crítica do valor sugerem que o aumento progressivo da composição orgânica de capital (isto é, substituição progressiva de trabalhadores humanos por máquinas nos processos produtivos) elevaria de modo constante os índices de desemprego, condenando grandes números de pessoas à condição de párias, "lançados para fora" da sociedade capitalista – que ideologicamente coloca o trabalho e a obtenção de renda através do trabalho como pressupostos de pertencimento social. Além disso, o aumento constante dos níveis de desemprego implicaria em uma redução cada vez mais acelerada da produção global de valor, já que o raciocínio subjacente é de que valor novo só pode ser acrescentado às mercadorias por trabalhadores humanos. Os dados analisados aqui sugerem que as taxas de desemprego, em nível global, permanecem relativamente estáveis há décadas – mas, ainda que tais dados possam ser questionados devido às metodologias de mensuração utilizadas pelas instituições que os compilam, esta obra revelou indícios de que mesmo nos setores mais afetados pela automação ocorreu, nas últimas décadas, aumento do valor produzido. Além disso, os dados permitem calcular uma linha de

tendência que sugere que este aumento irá continuar no futuro próximo. Ainda que neste livro não tenha sido exibida discordância em relação à ideia de que na sociedade capitalista trabalho e obtenção de renda através do trabalho constituem-se em pressupostos de pertencimento social, os dados apresentados descartam a inferência, feita pelos teóricos da *Wertkritik*, de que se configura no horizonte, em futuro próximo, um crescimento abrupto na quantidade de pessoas "lançadas para fora" do sistema de produção capitalista através do simples desemprego – ainda que estas mesmas pessoas possam se tornar párias econômicos devido a outros motivos. Os dados apresentados aqui também demonstram que os índices globais de desemprego permanecem relativamente estáveis em simultâneo ao aparente aumento da massa global de valor, a despeito da adoção concomitante de automação em vários setores. Esta pesquisa sugere que uma possível explicação para tal fenômeno reside no aumento progressivo e constante do número absoluto de pessoas empregadas em diferentes setores, que se mostra maior do que o aumento na quantidade absoluta de pessoas desempregadas ao longo do mesmo horizonte temporal.

Uma segunda explicação possível – que não necessariamente descarta a primeira, mas permite avaliar os fenômenos observados com mais de uma ferramenta teórica – decorre da observação de que alguns setores de atividade econômica apresentaram picos de crescimento na produção de valor que coincidem, temporalmente, com a adoção de importantes inovações tecnológicas de origem microeletrônica. Esta constatação leva a questionamentos sobre o postulado, com origem em Marx (e subscrito pela *Wertkritik*), de que somente o trabalho humano produz valor novo. Neste livro é apresentada a concepção alternativa de

que a teorização a respeito do trabalho adotada por Marx e por correntes intelectuais inspiradas em seus escritos é excessivamente restritiva, contendo elementos essencialistas e antropocêntricos. É apresentada uma linha de argumentação na qual procura-se demonstrar que não somente é possível que o trabalho humano não produza necessariamente valor novo, mas também que "trabalho não humano" (oriundo de bestas de carga, animais treinados, ou mesmo de máquinas com certo grau de autonomia) se enquadra em todos os critérios estritamente econômicos utilizados pelo filósofo alemão em sua exposição sobre como valor novo é criado ao longo de uma linha de produção. Com base nestes argumentos e nos exemplos utilizados para ilustrá-los a obra procede a uma reformulação do conceito de trabalho, tornando-o menos restritivo e buscando despoluí-lo de alguns essencialismos e antropocentrismos. A nova definição para o termo "trabalho" proposta aqui, de certa maneira inspirada nas ciências naturais, é: "energia, oriunda de quaisquer fontes, em processo de transferência para um objeto, de modo a reconfigurar suas características sensíveis, resultando em um bem destinado a ser consumido por outrem (mercadoria)".

Este livro defende que o aumento de produtividade verificado em diferentes ramos de atividade econômica por ocasião da adoção de uma nova ferramenta tecnológica ou técnica é decorrente de um maior aproveitamento da energia utilizada ao longo do processo produtivo – seja esta "energia humana", em sentido marxista (que, em última instância, nada mais é do que energia cinética gerada por processos químicos e biológicos), ou de qualquer outro tipo, advinda de quaisquer outras fontes (queima de combustíveis fósseis para gerar movimento em aparatos mecânicos, por exemplo). Um aumento de produtividade

em qualquer ramo ou setor pode ocorrer não somente devido à diminuição do desperdício energético (maior aproveitamento), mas também através de uma mudança na(s) fonte(s) de energia utilizada(s). Ao nos debruçarmos sobre o histórico de desenvolvimento dos processos produtivos, constatamos que a humanidade substituiu paulatinamente materiais pouco densos energeticamente por outros cuja utilização necessita de volumes cada vez menores para a obtenção de quantidades crescentes de energia disponível – a energia muscular e de animais de tração foi suplantada pelo uso do vapor de água nas fábricas, que por sua vez foi substituído pela adoção generalizada da eletricidade baseada em queima de carvão; este último foi majoritariamente trocado pelo petróleo e derivados no decorrer do século XX; o petróleo, em nossos dias e em diversos países, foi parcialmente substituído após o advento de combustíveis nucleares. Ou seja, nossa tecnologia se desenvolveu sempre em direção ao uso de materiais progressivamente mais densos em termos energéticos. O horizonte histórico no qual verifica-se a disponibilização de quantidades crescentes de energia ocorreu concomitantemente ao progressivo aumento de produtividade em essencialmente todos os setores de atividade econômica, bem como o crescimento constante do valor produzido em escala global. Deste modo, e partindo da redefinição já efetuada no conceito de "trabalho", o livro busca reformular o conceito de "valor", definindo-o como "energia coagulada no corpo das mercadorias". Sugere-se o nome de "hipótese do valor-energia" para esta formulação que, comparada às formulações preexistentes, tem o benefício de explicar os avanços tecnológicos que resultaram em ganhos de produtividade de maneira mais parcimoniosa, além de destituir a economia política de vieses essencialistas e antropocêntricos que geram

toda sorte de aporias e contradições, bem como predições e prognósticos que não encontram correspondência na realidade externa – como ocorreu com a teoria crítica do valor.

Ao longo da obra estas novas formulações dos conceitos de "valor" e de "trabalho" são utilizadas para explicar como a massa global de valor pode continuar a aumentar apesar do valor por unidade das mercadorias diminuir progressivamente, e qual o papel desempenhado pelo desenvolvimento tecnológico neste processo. A explicação fornecida tem o benefício de se mostrar compatível com os princípios de oferta e demanda da teoria econômica *mainstream*, sendo também compatível com o paradoxo de Jevons – dois fenômenos que têm sido objeto de desavenças entre acadêmicos de diversas correntes há um longo tempo.

A hipótese do valor-energia, utilizada em conjunto com os dados apresentados, permite efetuar a predição de que a massa global de valor continuará aumentando enquanto for possível recrutar mais energia para os processos econômicos e diminuir seu desperdício. Este prognóstico entra em choque com o que é afirmado pela *Wertkritik*, uma vez que o capitalismo não irá ruir sobre si mesmo – ao menos não nas condições postuladas pela escola de Kurz – enquanto a massa global de valor continuar em expansão. Isto não descarta, entretanto, a possibilidade de o sistema capitalista encontrar seu fim devido a outros fatores ou a limites externos que o inviabilizem enquanto sistema de organização social – como, por exemplo, manejo predatório de recursos ambientais.

O livro ainda expõe como a hipótese do valor-energia permite modificar a ênfase na abordagem dos estudos a respeito do sistema capitalista, deslocando o foco para seus aspectos logísticos, bem como

aqueles relativos à divisão e especialização do trabalho – o que tem o potencial de abrir caminho a interpretações teóricas originais e ao desenvolvimento de novas estratégias para resolução de problemas (ou para mitigação de impactos). Na interpretação apresentada aqui o capitalismo é analisado como um processo estocástico que produz fenômenos emergentes, o que permite que ao menos parte do que foi desenvolvido teoricamente pelos formuladores da teoria crítica do valor seja mantido e sustentado como relevante – como, por exemplo, a noção de "dominação sem sujeito".

É o entendimento do autor desta pesquisa que o objetivo último da via de investigação esboçada aqui, que certamente será considerada excessivamente heterodoxa por parte substancial da comunidade acadêmica, consiste em abrir caminho para a eventual superação do atual modelo de sociedade, substituindo-o por uma alternativa que tenha menor potencial para causar sofrimento humano e danos ambientais. Entretanto, o autor também é demasiadamente cético para crer que é possível encontrar um sistema que não gere qualquer tipo de sofrimento ou dano; ou para apostar em um fim iminente do sistema atual. Este autor crê que o meio acadêmico de maneira geral tem produzido muitos leitores, exegetas e arautos, mas poucos pensadores; este livro, ainda que possa vir a ser considerado por aqueles que o lerem como insuficiente em algum aspecto – ou até estapafúrdio em seu conjunto – constitui-se em uma tentativa honesta de romper com a necessidade, constantemente apregoada pela academia, de adesão irrestrita, irrefletida e incondicional a determinado autor, grupo de autores, teoria ou postulado. A inteligência humana é capaz de realizar mais, e melhor.

POSFÁCIO
IRÁ A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SUBSTITUIR O TRABALHO HUMANO?

Como mencionado no prefácio, a maior parte deste livro foi escrita antes de julho de 2022, enquanto realizava meu doutoramento em Filosofia na Universidade da Beira Interior, na cidade de Covilhã, em Portugal. Entretanto, devido a dificuldades burocráticas, a tese só foi defendida em fevereiro de 2023, após meu retorno ao Brasil. Em dezembro de 2022 a empresa OpenAI gerou enorme furor ao lançar uma ferramenta de inteligência artificial (IA) generativa baseada em predição de palavras em textos, o ChatGPT 3.5. Em agosto de 2023 o Dall-E 3.0, da mesma empresa, foi lançado; o Dall-E permite a geração de imagens através de *prompts*. Estes dois acontecimentos geraram amplo interesse do público e cobertura da mídia. De maneira geral, o foco das discussões em torno de tais novas tecnologias tornou-se a segurança e o uso responsável da IA, bem como seus potenciais efeitos sobre o mercado de trabalho.

Após alguns meses, parte substancial da sociedade passou a ignorar o desenvolvimento de ferramentas de IA, alegando que elas não eram tão poderosas quanto se esperava. Entretanto, para o observador aguçado, trata-se de uma revolução tecnológica que não pode ser menosprezada: em março de 2023 uma nova versão do ChatGPT (4.0), com muito mais potencialidades, foi lançada, e inúmeras outras empresas e *start-ups* começaram a desenvolver e divulgar suas próprias

ferramentas, com os mais diversos fins. A Microsoft não apenas realizou pesados investimentos na OpenAI, como integrou a uma de suas atualizações do seu produto mais popular, o sistema operacional Windows, sua própria ferramenta de IA, o Co-Pilot. O Google, outra gigante do setor, tem desenvolvido e lançado seus próprios produtos concorrentes, como, por exemplo, o Bard. Inúmeras empresas deste campo, incluindo a OpenAI, viram seu valor de mercado se elevar exponencialmente, passando a ser avaliado em bilhões de dólares. Outras companhias, especializadas em robótica, iniciaram a busca por maneiras de incorporar os sistemas de IA atualmente disponíveis a seus produtos, ou de desenvolverem seus próprios sistemas, gerando um simulacro (até o momento) de uma inteligência "corporificada" em máquinas. China, Estados Unidos e União Europeia iniciaram discussões sobre a regulamentação de tais tecnologias, e os Estados Unidos até mesmo impuseram limitações na exportação de hardware usado para treinar sistemas de IA para a China, que está desenvolvendo o setor a passos largos – gerando uma competição comercial e tecnológica cujas consequências ainda iremos conhecer. Há, paralelamente, a discussão a respeito de sistemas autônomos serem usados com finalidades militares pelos mais diversos países – algo que merece mais atenção, mas não aparenta estar sendo debatido suficientemente.

Grande parte da polêmica no que diz respeito ao mercado de trabalho refere-se à possibilidade de ferramentas de IA substituírem trabalhadores humanos. Em especial, a IA preditiva e generativa aparenta ter maior potencial para substituir os trabalhadores especializados de "colarinho branco" que se consideravam, até o momento, menos propensos a serem afetados por novas tecnologias: professores, médicos, advogados, burocratas, contadores, artistas gráficos, publicitários,

jornalistas, e até mesmo músicos. As revoluções tecnológicas precedentes, em sentido histórico, afetaram mais aos trabalhadores braçais e operários; e embora esta não seja exatamente a primeira vez em que uma nova tecnologia gera insegurança nos assalariados e profissionais liberais que atuam em escritórios ou no setor de entretenimento, o potencial disruptivo da automação que pode ser obtida através da IA preditiva e generativa se mostra maior do que aquele que foi experimentado com o advento dos processadores de texto, da internet (que levou ao desenvolvimento do streaming e das redes sociais) e de outras tecnologias similares. Pela primeira vez na história a criatividade humana pode ser simulada, embora com limitações. É sabido que os modelos atuais de IA por vezes "deliram" e geram resultados incorretos, pouco confiáveis ou indesejáveis, mas simultaneamente tais sistemas encontram-se em rápido desenvolvimento e se aprimoram a passos largos em curtos intervalos de tempo.

O temor, ao menos em parte da imprensa e dos políticos, é de que tais ferramentas gerem desemprego crescente e, como consequência, colapso econômico. Isto necessariamente levanta um questionamento: ao contrário do que afirma o livro (e a tese que lhe deu origem), estariam Robert Kurz e os demais teóricos da crítica do valor corretos em sua predição de que a "revolução microeletrônica" causaria o colapso do capitalismo? Teriam eles errado apenas em relação ao horizonte temporal?

Sustento que não. Embora seja interessante ver um surto de desenvolvimento tecnológico ocorrer poucos meses após a elaboração de uma linha de argumentação filosófica que o aborda e, potencialmente, colocar tal argumentação em dificuldades, o conflito é apenas aparente. O cerne da teoria crítica do valor consiste na afirmação de que somente o

trabalho humano pode gerar valor novo, e que a "expulsão" de trabalhadores de seus postos de trabalho tende a gerar uma crise terminal no sistema capitalista. O que vemos ocorrer com a "revolução das IAs" é distinto e, em realidade, parece confirmar o argumento apresentado ao longo do livro: a definição de "trabalho vivo" como algo intrinsecamente ligado às capacidades e potencialidades humanas é errônea, e sistemas artificiais autônomos não apenas podem gerar valor novo, como a economia global tende a continuar crescendo com a progressiva adoção destas novas tecnologias.

Obviamente haverá impactos sociais. Embora, por exemplo, máquinas agrícolas autônomas ou semi-autônomas tendam a aumentar a produtividade na geração de alimentos, e fábricas que adotem ferramentas de IA tendam a se tornar mais eficazes na conversão de matérias-primas em produtos acabados ou semi-acabados, haverá aumento do desemprego em um primeiro momento. Em especial, tal aumento se verificará primeiro nas profissões e setores que não dependem da integração entre IA generativa e robótica para que ocorra diminuição de custos com salários: educação, assessoria dos mais diversos tipos (jurídica, financeira, administrativa, etc.), medicina, secretariado, produção musical, produção de vídeos e determinados tipos de pesquisa acadêmica. Entretanto, no atual momento todas as tecnologias de IA disponíveis ainda dependem fortemente de supervisão humana, e seu principal benefício consiste em aumentar a produtividade dos trabalhadores humanos ao diminuir o tempo despendido para a execução de certas tarefas – exatamente como argumentado no decorrer do livro. Isto significa que nem todos os postos de trabalho dos setores supramencionados serão eliminados, mas que haverá uma possível diminuição da demanda por profissionais destas áreas, bem como uma

mudança em seu perfil: para ter chances de empregabilidade, um profissional qualificado não poderá se limitar a conhecer seu ofício, mas também terá de desenvolver intimidade com o uso de ferramentas de IA. Há o potencial de vermos, no futuro, uma progressiva diminuição nos custos dos mais diversos produtos e serviços, o que pode se traduzir em diminuição dos preços (por mecanismos de competição entre fornecedores) ou aumento dos lucros e da concentração de renda (com o advento de cartéis e monopólios). Ou seja, pode ocorrer um barateamento nas despesas básicas de manutenção de parte da população – embora, se o mercado não se regular de forma saudável, a tendência oposta também tenha o potencial de se concretizar. Adicionalmente, pode-se esperar uma ampliação no acesso a serviços de aconselhamento médico, jurídico ou educacional, possibilitando que segmentos da população que até então estiveram alijados deste tipo de atenção às suas necessidades passem a obtê-la.

Claro, toda tecnologia em desenvolvimento abre potencialidades para a criação de novas necessidades e novos produtos e serviços. Isto significa que, embora bens básicos tenham o potencial de diminuírem de preço, outros bens, "de luxo", aparecerão. Em um mercado pouco saudável, pode se ampliar a diferença entre os níveis de riqueza e de conforto dos ricos e dos pobres. Em um mercado saudável, novos postos de trabalho serão criados e a disparidade de classes talvez não atinja níveis tão alarmantes quanto os arautos do fim da civilização apregoam. As duas primeiras revoluções industriais tiveram como resultado a melhoria nos níveis de conforto médio dos trabalhadores comuns; é perfeitamente possível que o mesmo ocorra novamente.

A tese elaborada e defendida pelos teóricos da crítica do valor se baseia em uma visão estritamente pessimista a respeito da adoção de

novas tecnologias que sejam disruptivas em relação ao mercado de trabalho. Se analisarmos o desenvolvimento da IA exclusivamente com base na crítica do valor e usarmos essa teoria para elaborar um prognóstico, ele será como se segue: massas de trabalhadores não apenas se verão sem emprego, como serão considerados "inempregáveis", supérfluos, incapazes de produzir valor e, consequentemente, de se reintegrarem ao mundo do trabalho. Isso trará miséria generalizada e instabilidade geopolítica, com "ilhas" de prosperidade – as cidades em que ainda fosse possível gerar valor – em meio a um oceano de pobreza. Como a expulsão de trabalhadores do mercado ocorrerá de maneira mais rápida do que as possibilidades de re-educar e re-treinar tais pessoas para desempenharem novas funções, estes seres humanos se tornarão párias, refugiados econômicos, fadados a viverem em bolsões de miséria ou a tentarem emigrar para locais mais prósperos. Os oásis de prosperidade não poderão se manter funcionais indefinidamente, e isso levará o sistema capitalista ao colapso.

Acredito que tais prognósticos são exagerados. É perfeitamente possível que algumas dessas previsões se confirmem no curto prazo, em um primeiro momento da transformação do mundo do trabalho em decorrência da adoção de novas tecnologias. Porém, o mais provável é que medidas mitigatórias sejam adotadas por populações e governos ainda durante a manifestação dos primeiros sintomas de crise; em realidade, o *buzz* gerado pela IA generativa já ressuscitou o debate político a respeito da adoção de uma renda básica universal (ou de cidadania) em diversos países, bem como sobre o aumento da taxação dos mais ricos com vistas a financiar serviços públicos para o restante da população. Adicionalmente, as próprias ferramentas novas de IA

podem ser utilizadas, em determinadas condições, para efetuar o re-treinamento dos trabalhadores com vistas à sua reintegração no mercado de trabalho. Desta maneira, o cenário macroeconômico pouco se alteraria no longo prazo.

A meu ver as discussões mais urgentes dizem respeito às desigualdades regionais em países onde a produção de riqueza e criação de postos de trabalho é extremamente concentrada do ponto de vista geográfico, e ao que fazer com os países que se mostrarem "perdedores" irremediáveis na dinâmica econômica mundial, incapazes de realizar a transição tecnológica (por quaisquer motivos). Alguns setores podem experimentar uma redução tão drástica de rentabilidade a ponto de desaparecerem praticamente por completo ou de exigirem apoio estatal e medidas protecionistas para sobreviverem – mas isto não é um fenômeno novo. A maior parte da agricultura global já depende de incentivos desta natureza para se manter.

O que aparenta se afigurar no horizonte é uma transição gradual do modelo econômico e social capitalista para um outro modelo, ainda sem nome, mas que possivelmente terá características do que Marx chamou de socialismo. Supondo-se que a inteligência artificial gere de fato um aumento de produtividade tão drástico a ponto de, simultaneamente, baratear a maior parte dos bens básicos e eliminar a maioria dos postos de trabalho, e que governos e sociedade civil consigam mitigar os efeitos da perda de empregos através de medidas de redistribuição de riqueza e regulamentação das novas tecnologias, e ainda que o acesso a determinados serviços seja aumentado devido a elas próprias, o cenário mais provável para a maior parte da população no futuro será um em que haverá mais conforto material do que nos dias atuais, menos pobreza extrema, e menos horas de nossos dias

precisarão ser dedicadas ao trabalho. A desigualdade continuará existindo – os super-ricos possivelmente ficarão ainda mais endinheirados – e ainda existirão postos de trabalho que exigirão um número absurdo de horas semanais para serem desempenhados; possivelmente ainda continuarão existindo crises cíclicas em determinados setores da economia. Mas para a maior parte da sociedade a lógica capitalista, que consiste em trocar inumeráveis horas de trabalho por uma parca quantidade de dinheiro com o objetivo de sustentar a sobrevivência, deixará de fazer sentido. Sem a necessidade de uma revolução armada ou de controle político por homens fardados.

D.B. – 02 de novembro de 2023.

REFERÊNCIAS

Benjamin, W. (2013). *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo.

Borges, D. G. (2020). A crítica à democracia liberal em Carl Schmitt e Robert Kurz: um estudo comparativo. *Griot: Revista de Filosofia*, 20(3), pp. 194–210.

Borges, D. G. (2020). Capitalismo e Socialismo, as Duas Faces de Janus: A Fenomenologia do Sujeito de Michel Henry e suas Aproximações com a Crítica do Valor de Robert Kurz. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, 8(1), pp. 365–400.

Bresser-Pereira, L. C. (1993). Colapso da modernização ou crise cíclica? *Novos Estudos CEBRAP*, 2(36), pp. 42–48.

D'Alisa, G., Demaria, F., & Kallis, G. (2016). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

Feuerbach, L. (2006). *Das Wesen des Christentums*. Berlin: Akademie Verlag.

Feuerbach, L. (2007). *A essência do cristianismo*. Petrópolis: Vozes.

Giannotti, J. A. (1993). As diabruras metafísicas de Robert Kurz. *Novos Estudos CEBRAP*, 2(36), pp. 48–52.

Henry, M. (1990). *Du communisme au capitalisme*. Paris: Odile Jacob.

Henry, M. (2014). *From communism to capitalism*. London; New York: Bloomsbury.

Hilbert, M., & López, P. (2011). The world's technological capacity to store, communicate, and compute information. *Science*, 332(6025), pp. 60-65. https://www.science.org/doi/10.1126/science.1200970

Jappe, A. (1997). Apresentação. In Kurz, R. (1997). *Os últimos combates* (5ª ed., pp. 7-12). Petrópolis: Vozes.

Jappe, A. (2003). *Les Aventures de la marchandise: pour une nouvelle critique de la valeur*. Paris: Denoël.

Jappe, A. (2006). *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona.

Jappe, A. (2014). Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. *Limiar*, 1(2), pp. 4–29.

Jappe, A. (2021). *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição*. São Paulo: Elefante.

Krisis, G. (1999). *Manifesto against labour*. Acessado em 29/06/2017, disponível em Krisis – Kritik der Warengesellschaft: http://www.krisis.org/1999/manifesto-against-labour/.

Kurz, R. (1991). *Der Kollaps der Modernisierung. Vom Zusammenbruch des Kasernensozialismus zur Krise der Weltökonomie*. Frankfurt: Eichborn.

Kurz, R. (1991). Die verlorene Ehre der Arbeit. *Krisis – Kritik Der Warengesellschaft*, 10.

Kurz, R. (1993). Die Lichter des Marktes verlöschen. *Lettre International*, 20.

Kurz, R. (1994, Jun. 19). Gibt es ein Leben nach der Marktwirtschaft? *Neues Deutschland*.

Kurz, R. (1997). *Os últimos combates* (5ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Kurz, R. (1997, Dec. 14). Se quiserem conter a crise, as instituições financeiras internacionais terão de sangrar. *Folha de S. Paulo*. https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs141205.htm

Kurz, R. (2002). *Argentinien als Verlierermodell: Wie viele Krisen kann sich das globale Finanzsystem noch leisten?* EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft. Fev. 2002. https://www.exit-online.org/link.php?tabelle=autoren&posnr=99.

Kurz, R. (2002). *Die Ästhetik der Modernisierung*. EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft. Jan. 2002. https://www.exit-online.org/link.php?tabelle=autoren&posnr=9.

Kurz, R. (2003). *Krisen-Imperialismus: 6 Thesen zum Charakter der neuen Weltordnungskriege*. EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft. Mar. 2003. https://www.exit-online.org/link.php?tabelle=autoren&posnr=99

Kurz, R. (2004). *Blutige Vernunft: Essays zur emanzipatorischen Kritik der kapitalistischen Moderne und ihrer westlichen Werte*. Merdingen: Horlemann.

Kurz, R. (2004). *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF; Pazulin.

Kurz, R. (2004). *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Kurz, R. (2005). Unrentable Menschen: Ein Essay über den Zusammenhang von Modernisierungsgeschichte, Krise und neoliberalem Sozialdarwinismus. *INTEGRAS - Schweizer Fachverband Für Sozial- Und Heilpädagogik*. Brunnen.

Kurz, R. (2007). Weltmacht und Weltgeld: Die ökonomische Funktion der US-Militärmaschine im globalen Kapitalismus und die Hintergründe der neuen Finanzkrise. *Widersprüch*, 53, pp. 133–142.

Kurz, R. (2009, Nov. 14). *Weltwirtschaftskrise, soziale Bewegung und Sozialismus*. Konferenz Des Marxistischen Forums Sachsen, Leipzig, Sachsen, Deutschland.

Kurz, R. (2010). *Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra.

Kurz, R. (2011). Es rettet euch kein Leviathan: Thesen zu einer kritischen Staatstheorie - Zweiter Teil. *EXIT! Krise Und Kritik Der Warengesellschaft*, 8.

Kurz, R. (2011). Não há Leviatã que vos salve - teses para uma teoria crítica do Estado (segunda parte). *EXIT! Crise e Crítica Da Sociedade Da Mercadoria*, 8.

Kurz, R. (2012). *Geld ohne Wert: Grundrisse zu einer Transformation der Kritik der politischen Ökonomie*. Merdingen: Horlemann.

Kurz, R. (2014). *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona.

Kurz, R. (2015). *Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio*. Rio de Janeiro - RJ: Consequência.

Kurz, R. (2016). Imperialismo de exclusão e estado de excepção. *EXIT! Crise e Crítica Da Sociedade Da Mercadoria*, 13, pp. 123–169.

Kurz, R. (2016). Usgrenzungsimperialismus und Ausnahmezutand. *EXIT! Krise Und Kritik Der Warengesellschaft*, 13, pp. 123–169.

Kurz, R. (2018). *A honra perdida do trabalho*. Lisboa: Antígona.

Kurz, R.(2005). Barbarei, Migration und Weltordnungskriege: Zur Signatur der gegenwärtigen weltgesellschaftlichen Situation. *EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft*. https://www.exit-online.org/link.php?tabelle=autoren&posnr=187.

Lohoff, E. (2014). Acumulação de Capital sem acumulação de valor. *Krisis – Kritik der Warengesellschaft*. Retrieved November 26, 2021, from https://www.krisis.org/2018/acumulaao-de-capital-sem-acumulaao-de-valor/.

Lohoff, E. (2014). Kapitalakkumulation ohne Wertakkumulation. *Krisis – Kritik Der Warengesellschaft*, (1), pp. 3–45. Retrieved November 26, 2021, from https://www.krisis.org/2014/kapitalakkumulation-ohne-wertakkumulation/.

Löwy, M. (2009). *Capitalism as Religion: Walter Benjamin and Max Weber*. Historical Materialism, 17(1), pp. 60–73.

Lukács, G. (1977). Geschichte und Klassenbewußtsein. In *Georg Lukács Werke, Band 2*. Darmstadt: Hermann Luchterhand.

Lukács, G. (2003). *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes.

Marx, K. (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política - livro I*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2014). *O capital: crítica da economia política - livro II*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2017). *O capital: crítica da economia política - livro III*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K., & Engels, F. (1962). *Marx-Engels-Werke, Band 16*. Berlim: Dietz Verlag.

Marx, K., & Engels, F. (1962). *Marx-Engels-Werke, Band 23*. Berlim: Dietz Verlag.

Marx, K., & Engels, F. (1963). *Marx-Engels-Werke, Band 24*. Berlim: Dietz Verlag.

Marx, K., & Engels, F. (1964). *Marx-Engels-Werke, Band 25*. Berlim: Dietz Verlag.

Marx, K., & Engels, F. (1968). *Marx-Engels-Werke, Band 40*. Berlim: Dietz Verlag.

Marx, K., & Engels, F. (1978). *Marx-Engels-Werke, Band 3*. Berlim: Dietz Verlag.

Marx, K., & Engels, F. (1983). *Marx-Engels-Werke, Band 42*. Berlim: Dietz Verlag.

Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Novo, Â. (2007). Resenha de: JAPPE, Anselm. As aventuras da mercadoria. Para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006, 283 p. *Crítica Marxista*, 1(24), pp. 173–176.

Oliveira, F. de. (1993). De novo, o apocalipse. Ou da inutilidade de(o) ser humano. *Novos Estudos CEBRAP*, 2(36), pp. 52–57.

Postone, M. (2003). *Time, labor and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

Postone, M. (2014). *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo.

Smith, A. (2003). *A riqueza das nações, vol. I*. São Paulo: Martins Fontes.

Stirner, M. (2009). *O único e sua propriedade*. São Paulo: Martins.

The World Bank, World Development Indicators (2022). Retrieved April 2022, from https://data.worldbank.org/indicator?tab=all.

Weber, M. (2004). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cia. das Letras.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.

www.editorafi.org
contato@editorafi.org